

Março 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chinesa em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Os nossos salários e a perda do poder de compra	7
1.2 24 Por cento da população activa está inscrita no INSS	7
1.3 Salários mínimos perderam 43,4% do poder de compra desde 2014	8
1.4 Aumento de preço dos produtos e serviços gera revolta entre a população	10
1.5 Mais de cem mil perderam o emprego em cinco anos	11
1.6 Cidadãos continuam sem poder de compra	11
1.7 Empresários contra aumento dos salários mínimos	12
1.8 Não há fome em Angola, Mr. President?	13
1.9 Salários mínimos perderam 43,4% do poder de compra	14
1.10 Produtos da cesta básica reduzem a dieta alimentar dos angolanos	15
1.11 Preço dos produtos sobem com o saco de açúcar a “matar” 20 mil kwanzas	15
1.12 Salário mínimo nacional e a sua influência na melhoria da distribuição do rendimento	16
1.13 Localidades de Cazengo e Cambambe com maior índice de desempregados	18
1.14 INE está a efectuar consulta pública	18
1.15 INE quer inclusão do desemprego	19
1.16 Pobreza reduziu, mas 51,2% da população ainda é pobre	19
1.17 Mais de 13 milhões utilizam telemóveis	20
1.18 Quem está contra o salário mínimo?	21
1.19 Função pública emprega 398.815 trabalhadores	22
1.20 Fome, pobreza e alterações climáticas	23
2. MICROFINANÇAS	25
2.1 Resultados dos “big five” superam os mil USD em 2018	25
2.2 Bancos falham na prevenção do branqueamento de capitais	26
2.3 Inclusão financeira pode ser acelerada com o uso das TIC	27
2.4 Cartoon	27
3. MERCADO INFORMAL	28
3.1 Caso cobranças ilícitas: Cidadãos agastados com os lotadores de táxi	28
3.2 Produtos da cesta básica reduzem dieta alimentar dos angolanos	28
3.3 Administração do Sambizanga	29
3.4 Polícia mata “zungueira” em Luanda e causa tumulto	29
3.5 Taxistas duplicam tarifa devido a escassez de combustível	30
3.6 Viúvo da “zungueira” do Rocha Pinto consolado com três empregos	30
3.7 Associação responsabiliza GPL pelas mortes de zungueiras	31
3.8 Homicídio Handeka condena actuação da PN na morte de «zungueiras»	32
3.9 Vendedores do mercado resistem à transferência	32
3.10 Oposição protesta contra o assassinato da “zungueira”	33
3.11 Cidadãos indignados com os taxistas	33
3.12 “Operação Resgate” com bons resultados	34
3.13 Assassinato de zungueira causa alvoroço na Assembleia Nacional	34
3.14 Ministra prevê apreensão de barcos de pesca ilegal	35
3.15 A violência da Polícia Nacional e a trauma das zungueiras	36
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	37

4.1	OGE 2019 com regras validadas pelo Executivo	37
4.2	O Orçamento Geral do Estado e as Comissões Parlamentares	37
4.3	Fisco aumenta receitas	38
4.4	Principal meio de cobrança de imposto entra no país	39
4.5	Dívida pública vale um terço dos activos da banca nacional	40
4.6	Revisão do OGE é inevitável	40
4.7	Receita do IVA constitui cinco por cento do PIB	41

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 43

5.1	OMA quer maior envolvimento de mulheres	43
5.2	JLO quer poio de Portugal para realização das eleições	43
5.3	MPLA exorta preparação das mulheres para as autarquias	44
5.4	CASA-CE pensa desistir das eleições autárquicas	45
5.5	CASA-CE afinal sempre concorre às autarquias	46
5.6	Autarquias reduzem actuação de ministérios	47
5.7	Há qualquer coisa que não bate certo nas autarquias	48
5.8	Executivo admite rever a legislação sobre terras	49
5.9	Ministro quer Administração mais atractiva para o cidadão	50
5.10	MPLA «não está sozinho» na defesa do gradualismo	51
5.11	Pacote legislativo autárquico vai à aprovação na generalidade	52
5.12	Mihaela Webba aborda vantagens das autarquias	53

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 54

6.1	Queixa «Imaginem uma casinha e a duas famílias	54
6.2	«Há espaços para as pessoas alargarem as moradias»	54
6.3	«Que, pelo menos, nos dessem o bloco todo da casa»	55
6.4	Moradores e mobiliários «disputam espaço»	55
6.5	Centralidade da Quilemba recebe primeiros habitantes	56
6.6	País com défice na área de manutenção predial	57
6.7	Imagem do Dia	58
6.8	Ex-ministro perde casa por decisão do Tribunal	58
6.9	Habitantes abandonam casas devido à delinquência	58
6.10	Moradores estão a recusar transferência para o Fortim	59
6.11	66 mil habitantes vão viver na centralidade da Quilemba	59
6.12	Regularização jurídica do património imobiliário do Estado: uma necessidade premente	60
6.13	“Redução dos preços vai matar a actividade imobiliária”	61
6.14	Da crise imobiliária, ao perdão na Segurança Social	62
6.15	Moradores do Baleizão clamam por ajuda	62
6.16	Os preços das zonas prime de Luanda	63
6.17	Preços de venda de apartamentos e escritórios em Luanda caem 30% desde o início da crise	64
6.18	Promotores e mediadores temem que 2019 seja o pior ano para o sector imobiliário	65
6.19	Vítimas de Higino e Catraio repousam na “terra prometida”	66
6.20	Habitação procura rentabilizar institutos	68
6.21	As transferências e realojamentos	69
6.22	Só vivem cerca de 50 famílias na urbanização da Marconi	69
6.23	212 Apartamentos de tipologia A e B ficam concluídos em Abril de 2020	70
6.24	Pessimismo dos empresários e gestores baixou com melhorias no sector da construção	71
6.25	Preços na centralidade da Baía Farta podem baixar	72
6.26	Lotes para a auto-construção	73
6.27	Aviso	73
6.28	Habitações comercializadas no último trimestre de 2020	74
6.29	Academia não é consultada nos projectos habitacionais	74
6.30	Centralidade do Cazenga em Estado de abandono	76
6.31	Estado prepara privatizações de Centralidades geridas pela Imogestin	76

6.32	Governo «obriga» Imogestim a apresentar relatório de gestão em 15 dias	77
6.33	IMOGESTIN fica com 10 centralidades para concluir construção e venda	78
6.34	Problemas sociais fustigam moradores do Panguila	78
6.35	Comandante dos bombeiros acusado de usurpar residência	80

7. SERVIÇOS BÁSICOS 81

7.1	Mais água potável na vila de Kicabo	81
7.2	Aterro sanitário em fase conclusiva	81
7.3	«Não tenho quem mais possa ajudar-me», desaba Tio Sebas	81
7.4	«Água salobra pode ser aproveitada», diz arquitecto	82
7.5	Ambientalista adverte que os eucaliptos têm controlo de curto prazo	82
7.6	A razão das noites mal dormidas no Rangel	83
7.7	Estação de água para um milhão de pessoas	84
7.8	Garimpo de água preocupa	85
7.9	Moradores da Vidrul consideram exorbitante valor do contrato de água da EPAL	85
7.10	Bairros de Luanda sem água	86
7.11	Localidades sem escolas nem sistema de captação, tratamento e distribuição de água	86
7.12	Novas centrais reforçam o abastecimento de água	87
7.13	Cunene tem projectos para combater a seca	87
7.14	Projectos de água para abastecer mais de 2 milhões em todo o país	88
7.15	Torneiras secaram no município de Cacuaco	89
7.16	Energia e Água descentraliza gestão das bacias hidrográficas	90
7.17	Água rara	90
7.18	Milhares de ligações a empresas e moradias	91
7.19	Executivo prioriza projectos sobre o uso racional da água	91
7.20	Água Santa agora é “santuário” de lixo	92
7.21	Kilamba e KK 5000 com restrições de água	93
7.22	Habitantes do Sango têm mais água potável	93
7.23	Em Malanje falta de dinheiro e equipamentos dificultam recolha de lixo	94
7.24	Cabala quem te viu e quem tê vê	95
7.25	CGSILA «agita as águas» e trabalhadores anunciam paralisação	96
7.26	Em Luanda em fase conclusiva	97
7.27	EPAL engana população do Palanca	97
7.28	Epal garante apenas 30% de aumento dos salários	98
7.29	Governo prevê construir 2 barragens sobre o rio Cuvelai	99
7.30	Mais de 300 trabalhadores cruzaram os braços no primeiro dia de greve na EPAL	100
7.31	Problemas sociais fustigam moradores do Panguila	101
7.32	Trabalhadores da EPAL estão em greve parcial	102
7.33	Greve na Epal: trabalhadores exigem melhores condições laborais	103

8. GÉNERO E VIOLENCIA 104

8.1	Habitantes abandonam casas devido à delinquência	104
8.2	MPLA exorta preparação das mulheres para as autarquias	104
8.3	Angolanas ocupam 39% dos lugares de decisão	104
8.4	Aumento da criminalidade arrasa Cazenga	105
8.5	Polícia ainda não retirou «armas de guerra» das mãos de privados	106
8.6	Violência doméstica e mecanismos de prevenção	106
8.7	Crimes violentos tiram sono a sobas do Huambo	108

9. AMBIENTE 109

9.1	Aprender com a chuva	109
9.2	«Água salobra pode ser aproveitada», diz arquitecto	109

9.3	Ambientalista adverte que os eucaliptos têm controlo de curto prazo	110
9.4	Prorrogado o prazo para comercialização da madeira Mussivi	111
9.5	Chuvas levam à suspensão dos comboios em Luanda	111
9.6	Governo e Unicef mobilizam apoios para vítimas da seca	112
9.7	Governo e Unicef mobilizam fundos	112
9.8	Rua Porto Santo no município do Cazenga está intransitável	113
9.9	A rota comercial ao exterior e a sua condução pelo estado	113
9.10	Estabilidade florestal após abates ilegais	113
9.11	“O País já teve uma indústria madeireira de referência”	114
9.12	Madeira gerou 19 milhões de dólares	116
9.13	Madeireiros enfrentam crise com o foco em dias melhores	117
9.14	Mão pesada da fiscalização para disciplinar a exploração	118
9.15	Praça do Kikolo é o “el dorado” da madeira	118
9.16	Programa de reflorestação abrange Huambo, Benguela e Huíla	120
9.17	Sérgio Rescova arregaja mangas para lutar contra efeitos das chuvas	121
9.18	Temporal faz 16 mortos na Catumbela e Benguela	122
9.19	Chuvas destroem no Bié mais de 1.500 residências	122
9.20	As chuvas em Benguela e as medidas preventivas	123
9.21	Chuvas provocam 19 mortos e destroem centenas de residências	124
9.22	Cunene tem projectos para combater a seca	124
9.23	Desabamento de casa mata duas crianças	125
9.24	Desflorestação preocupa Ministério do Ambiente	125
9.25	Ministra prevê apreensão de barcos de pesca ilegal	126
9.26	Três mil milhões de kwanzas para travar efeitos da seca	127
9.27	PNUD vai disponibilizar 360 milhões de dólares para travar seca cíclica	127
9.28	Chuva destrói casas em Malanje	128

10. EXPLORAÇÃO MINEIRA 130

11. MIGRAÇÃO 130

12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 131

12.1	O banco que mais financiou o estado angolano depois da china	131
------	--	-----

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Os nossos salários e a perda do poder de compra

Novo Jornal

1 De Março de 2019

Texto: Sérgio Calundungo

Intuitivamente muita gente sabe as explicações para que uma das expressões mais utilizadas no dia de hoje seja precisamente: - "Estamos a perder poder de compra com os salários que auferimos".

A partir do momento em que começamos a perceber que, com o nosso salário de hoje já não podemos comprar os mesmos itens que comprávamos anteriormente, passamos a entender que a perda do poder aquisitivo se deve a um processo inflacionário.

O aumento da taxa de inflação tem sido a explicação mais comum e mais simples que alguns economistas encontraram para justificar o facto de que com o mesmo valor monetário cada dia adquirimos menos bens e serviços. Quase ninguém fala mais dos oportunismos e da atitude de muita gente que, ante as debilidades das nossas instituições responsáveis pelo controlo e fiscalização dos preços, aproveita também para fazer das suas!

Mas será que sempre que houver um aumento do preço de bens e serviços implica perdermos o poder aquisitivo? Não podem as nossas autoridades implementar medidas compensatórias para aliviar o impacto da perda do poder aquisitivo junto das famílias mais vulneráveis? Como as famílias estão a lidar com o fenómeno da inflação?

Por exemplo, se a taxa de inflação subir 10% e o salário sofrer um reajuste no mesmo valor, em princípio não temos porque falar de perda do poder de compra. Tudo vai depender dos hábitos que cada pessoa tem em relação a aquisição de bens e serviços e o quanto o preço dos mesmos alterou em virtude do fenómeno inflacionário.

Entendo que, em face da difícil conjuntura económica e financeira que o país atravessa, os empregadores de uma forma geral dirão que não têm condições de ajustar os salários dos seus funcionários a um nível que lhes permita fazer face à visível e acentuada perda do poder de compra que se vem registando ao longo dos tempos. Mas isso não significa que não se possa empreender outras

medidas tendentes a aliviar o impacto da constante subida de preços. Por exemplo, poder-se-ia adoptar medidas mais eficazes de fiscalização e controlo dos preços praticados pelos diversos agentes económicos.

Quando se observam aumentos sucessivos de bens e serviços essenciais, muitos deles prestados por instituições públicas, e não se observa o mesmo em relação ao salário mínimo, ou qualquer medida de isenção de pagamento para quem auferir tal salário, pode-se concluir que estamos perante uma perda de poder aquisitivo por parte de quem auferir salário mínimo.

Quando tal perda significa não poder arcar com custos essenciais, tais como pagamento dos gastos com educação dos filhos, medicamentos, alimentação ou moradia, obviamente que as instituições do Estado deveriam, a meu ver, intervir com mecanismos de protecção social já que estamos perante a privação de direitos fundamentais para dignidade humana.

É importante sublinhar que não estamos a falar de gastos com o salão de beleza, roupas de marca, colégios privados, e tantos' outros bens e serviços considerados importantes para as pessoas, mas que podem, em caso de dificuldades financeiras, ser substituídos por outros de menos valor. Estamos, pois, a falar de gastos que possibilitam o acesso aos serviços sociais básicos indispensáveis para uma vida digna, tais como saúde e educação.

De certeza que as famílias se viram obrigadas a adequar os seus hábitos e necessidades de consumo para conseguir lidar com a perda do poder aquisitivo. Passaram a pesquisar preços, mudaram locais de consumo, substituíram produtos por marcas similares ou com preços mais baixos e também adiaram a compra de bens e serviços considerados não essenciais ou não prioritários.

Mas, ainda assim, é importante que o Estado faça a sua parte, já que o aumento generalizado dos preços dos bens e serviços em detrimento do poder aquisitivo da maior parte dos cidadãos assim o exige!

I.2 24 Por cento da população activa está inscrita no INSS

Jornal de Angola

1 De Março de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Pelo menos, 24,3 por cento da população activa está abrangida pelo Sistema Nacional de Segurança Social, havendo 155 mil contribuintes e mais de 1,7 milhões

de segurados, 99 por cento dos quais enquadrados no regime dos trabalhadores por conta de outrem.

Os dados constam de um documento datado de Dezembro último pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), divulgado ontem, em Lunada, pelo secretário de Estado do sector, Manuel Moreira, durante o seminário sobre a "Modernização da Protecção Social Obrigatória".

Manuel Moreira ressaltou que grande parte da população em idade activa ainda não está coberta pela Segurança Social, apesar da obrigatoriedade legal de vinculação aos trabalhadores por conta de outrem, por conta propina, do serviço doméstico, clero e religioso.

"Continuamos a ter um número de segurados abaixo dos dois milhões, unidade muito inferior à dimensão real do mercado de emprego que se estima acima dos 7,5 milhões. Em termos de cobertura material, estima-se que o Sistema de Segurança Social cobre mais de 20.4 por cento da população idosa", disse o secretário de Estado.

O governante explicou que o sistema paga 14 prestações ou benefícios sociais aos seus segurados e aos 124 mil pensionistas, o que, referiu, em 2018, perfaz uma despesa operacional de mais de 154 mil milhões de kwanzas a sua entidade gestora.

De acordo o secretário de Estado, o Executivo gizou, estrategicamente, no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018 - 2022 a prossecução de modernização do sistema de Protecção Social Obrigatória, assente em novas iniciativas e medidas de política, para que, nos próximos cinco anos, se alcance os objectivos traçados.

Disse que o PDN pretende promover o aumento da cobertura pessoal e material do Sistema de Protecção Social Obrigatória, a qualidade de prestação dos serviços públicos prestados pelo INSS e assegurar a sustentabilidade financeira do Sistema de Segurança Social.

Para atingir tais objectivos, Manuel Moreira defende a modernização da Protecção Social obrigatória, que assenta em cinco grandes eixos de intervenção: transformação e evolução da actividade da segurança social, modernização da inscrição dos contribuintes e segurados, concessão e pagamento das prestações, gestão das contribuições e regularização da dívida.

Entre os factos mais recentes da modernização, destaca -se dois novos marcos relatórios da Segurança Social, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 227 18, de 27 de Setembro, Já em

vigor e que regulamentou o novo regime jurídico de vinculação e de contribuição da PSO, revogando o Decreto n.º 38/08, de 19 de Junho e a Lei 16/18 de 28 de Dezembro, que autoriza o Governo a legislar, através de Decreto Presidencial o regime jurídico de cobrança e regularização de dívida à Segurança Social.

O secretário de Estado lembrou que o alargamento da cobertura pessoal no regime geral com a redefinição e alargamento do conceito de trabalhadores e de contribuintes abrangidos define a redução dos juros, para um por cento, ao invés de 2,5, como uma medida de promoção da economia e diminuição dos custos das empresas.

Informou que as empresas e os contribuintes da Segurança Social têm disponível um serviço mais rápido e eficaz, para fins do pagamento de pensões e contribuições' através da rede multi-caixa ou por transferências interbancárias.

Manuel Moreira reconheceu que o sistema lançado em 2018 passou num período experimental, com resultados positivos. Sublinhou que as novas plataformas de inscrição e contribuição servem para desburocratizar o processo de inscrição dos trabalhadores e facilitar a forma de pagamento das contribuições.

Foram disponibilizadas, também, plataformas de gestão das contribuições e da dívida activa, bem como o portal do regime do trabalhador doméstico, a impressão de cartões no portal INSS, novo sistema da prova de vida e o portal do contribuinte.

O seminário serviu para balancear os resultados alcançados com o Plano de Sustentabilidade e Gestão da Segurança Social (PSGSS), apresentar a evolução dos processos tecnológicos operados pelo INSS e perspectivar estratégias da Segurança Social à luz ao Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

1.3 Salários mínimos perderam 43,4% do poder de compra desde 2014

Jornal Expansão

1 De Março de 2019

Texto: Nelson Francisco Sul

O reajuste em 30% dos salários mínimos do sector privado não foram suficientes para evitar uma perda do poder de compra de 43,4% desde o início da crise, em 2014, já que os dois aumentos operados desde essa data estão bastante abaixo da inflação, de acordo com cálculos do Expansão.

Numa decisão saída da Comissão Económica do Conselho de Ministros, reunida na passada sexta-feira, 22 de Fevereiro, todos os salários mínimos aumentam 30%. Para a agricultura, o salário mínimo foi fixado em 21 454 Kz (ver gráfico). Os trabalhadores do sector do comércio e indústria transformadora com o salário mais baixo vão auferir 26 817 Kz, enquanto os trabalhadores do comércio e indústria extractiva vão ganhar 32 181 Kz. A medida só entrará em vigor em Abril depois da publicação em Diário da República (DR).

Segundo o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social Jesus Maiato, estes aumentos "visam recuperar o poder de compra das famílias e manter a estabilidade e o equilíbrio". Mas estes aumentos são insuficientes para repor o poder de compra, especialmente numa altura em que só a cesta básica alimentar para uma família de seis pessoas ronda os 80 mil Kz.

Trata-se do segundo aumento dos salários mínimos do sector privado desde o início da crise. Entre Julho de 2014 e Janeiro de 2019, a inflação aumentou 152,7%. Já os salários aumentaram 10% (em 2017) e 30% este ano o que dá um aumento de global de 43%. Feitas as contas, chega-se a uma quebra de 43,4% no poder de compra dos trabalhadores com salários mínimos.

Se os preços dos produtos sobem e os salários não aumentam em proporção, o efeito directo é uma quebra no consumo. Ou seja, admitindo que com o salário mínimo de Julho de 2014 um trabalhador conseguia comprar 100 pães, com o novo salário mínimo só conseguirá comprar 56,6 pães.

'Patrões' e sindicatos falam a mesma língua, mas...

Os aumentos foram acordados em sede de concertação social entre o Governo, associações sindicais e associações empresariais, apurou o Expansão.

Membro da concertação social, presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, considera que o aumento salarial agora aprovado é apenas um sinal psicológico, uma vez que, estes aumentos estão abaixo da taxa de inflação, com um impacto grande no consumo. O 'patrão dos patrões da indústria' sublinha que apesar destes aumentos serem ainda insuficientes, eram necessários para aumentar o consumo no País, beneficiando, também, as empresas. Entretanto, diz estar convencido de que ainda este ano, ou no princípio do próximo, deverá haver um novo aumento.

Já o dirigente da Confederação Empresarial de Angola (CEA), Francisco Viana, que não faz parte do conselho de concertação social, declarou ser uma grande surpresa ver o Governo a tomar "medidas unilaterais" sem ter em conta a opinião do patronato. "Nós continuamos a repudiar as medidas unilaterais do Governo, achamos que o Governo não se deve pronunciar sobre a actividade do sector privado sem primeiro nós concertarmos", afirmou o líder da organização integrada por 51 associações empresariais e união de cooperativas.

Por outro lado, Francisco Viana critica aquilo que chama de "centralismo económico" e que a sua insatisfação não deve ser entendida como estando contra os reajustes.

"O tempo do centralismo económico já acabou. É preciso que o Presidente comece a dialogar com os empresários, porque o sector privado não tem condições para trabalhar assim. A continuar assim, estão a colocar na cabeça dos trabalhadores que nós conseguimos aumentar, quando, na verdade, não conseguimos", disse. Francisco Viana, sublinha que "já é muito bom conseguirmos pagar o subsídio de Natal, de férias, a segurança social e ainda agora aumentaram a carga da segurança social. Onde é que o Governo quer ir nessa senda catastrófica da nossa economia?, questiona.

Por outro lado, as centrais sindicais dos trabalhadores reclamam aumentos superiores ao reajustados pelo Governo. O secretário-geral da Central Geral de Sindicatos Livres e Independentes de Angola (CGSILA), Francisco Jacinto, diz que "hoje estamos muito distantes para fazer face à perda do poder de compra".

"O argumento das empresas de que estão a produzir menos, não colhe, porque se vírmos muito bem, o salário praticado nas empresas privadas para os gestores está acima de 1 milhão de Kz, mas se olharmos para o salário mínimo podemos encontrar quem auferir menos de 20 mil kwanzas", disse o secretário-geral da CGSILA.

1.4 Aumento de preço dos produtos e serviços gera revolta entre a população

Jornal O Crime

2 De Março de 2019

Texto: Loide Costa

A opinião é do analista político, jornalistas e sociólogos, entrevistados por este jornal a propósito deste assunto que tem criado sérios debates em vários fóruns da sociedade angolana.

Das opiniões recolhidas, há divergências quanto ao empréstimo solicitado ao FMI, enquanto isso convergem sobre a criação de mecanismos e condições sociais que farão com que as medidas de austeridades não sufoquem as famílias mais vulneráveis.

O sociólogo Gerson Neto considera, de princípio, que não foi mau, de todo, o acordo com o FMI, por trazer algumas melhorias no ambiente de negócios e impulso à economia nacional. Todavia, está a ser mal encarado pelas imposições feitas ao Executivo, que têm sufocado as famílias, reduzindo o poder de compra, mas que, na realidade, só vem disciplinar o Governo a fazer a racionalização dos recursos.

Durante algum tempo, explica, o país foi administrado com base nas medidas populistas, onde o Estado subvencionava a metade dos preços dos bens e serviços, fazendo parecer que as coisas, em Angola, eram muito baratas. Agora, como as coisas estão a apertar, o Governo foi obrigado a retirar a subvenção e deixar a população pagar os preços reais.

"A exemplo disso, era a subvenção do dólar americano, isto é, o cidadão pagava por cada nota de 100 dólares 10 mil kwanzas, fazendo parecer que a nossa moeda tinha muito poder, quando, na realidade, era o Estado quem pagava pela metade, pelo que, hoje, o cenário é diferente, porque, além da própria escassez de divisas, o cidadão passou a pagar o valor real do dólar", realça.

Acrescentando a isto está a inflação, que passou c10s 600 por cento, enquanto o salário mínimo teve um aumento apenas perto de 30 por cento, o que torna mais que difícil a vida das famílias, fazendo, assim, lamentar a prepotente recusa do anterior Executivo em aderir ao empréstimo do FMI, pelo facto de, na altura, existirem pessoas que tinham poderes sobre o partido que governa e no Estado, que usavam a desorganização para se enriquecerem.

Por fim, salienta que é preponderante a aplicação adequada deste valor emprestado, para que a nossa

economia possa dar respostas aos desafios do país e, a curto prazo, se possa desafogar a população.

Enquanto isso, Félix Abias, jornalista e analista político, fez saber que João Lourenço vai experimentar, nos próximos tempos, uma grande baixa na sua popularidade, se tiver em conta as medidas tomadas, concretamente dos emolumentos para tratar o passaporte e os impostos que passarão a pesar mais no bolso do cidadão.

Face a isso, o político aponta um caminho: as políticas actuais têm de dar resultados a curto prazo, pois, se for a longo, será pior e terá reflexos negativos nas próximas eleições, realçando que as medidas de austeridade criam sempre revoltas e, no caso de Angola, apesar de ter registado o caso 15+2, as revoltas não passam de conversa de café, porque as pessoas dificilmente saem à rua para se manifestar; se saírem, poucos aderem, como foi a manifestação contra a subida do preço do passaporte. "Mas há muitas reclamações sobre as medidas do Executivo", disse.

Para o jurista e analista social, Fénix Ukwakusima, se há algo que a elite nunca fará é, na verdade, uma resolução dos principais problemas da população, tudo porque os seus objectivos, para além de assombrosos, são obscuros e subliminares. "É importante que os governos africanos dêem, nem que for por alguns minutos, um passeio, descalços, no percurso das elites, buscando respostas às questões como: quem são elas? Como foi que surgiram? Quais seus objectivos? Do contrário, continuarão colocando a carroça em frente aos bois".

Segundo o mesmo, os empréstimos estrangeiros são como sanguessugas, isto é, não há nenhuma possibilidade de tirá-los do corpo do Estado, pois essas dívidas só poderão se desgarrar por si mesmas ou serem rejeitadas pelos Estados, pelo que, no seu entendimento, é preciso que o Estado Angolano olhe para os países irmãos e tire de lá exemplos, porque, no meio de tudo, o povo é que fica sufocado com impostos até de serviços dos quais não beneficiam.

"O FMI tem ligações fortíssimas com o farnigerado CFR (Council of Foreign Relations) e com a temível Skull & Banes, instituições que odeiam o continente africano com todas as forças. O que levaria os nossos líderes a acreditar que esta instituição está realmente interessada a nos ajudar?", questiona, lamentando, mais adiante, que "infelizmente já contraímos essa maldita dívida que, honestamente, nos custará muito caro. Mas o meu conselho é que os líderes africanos conheçam mais um pouco sobre estas organizações, a menos assim não estarão combatendo um falso problema e irão directo à raiz".

Por seu turno, Coque Mukuta, jornalista, diz que as medidas de austeridade que o país vive vem, cada dia que passa, apertando o cinto dos cidadãos, já que considera que o executivo é uma máquina gigante que tem vários níveis, mas o que não se tem registado é uma vontade, dentro dele, de satisfação das necessidades dos mais fracos.

"Estas medidas vão, de certeza, prejudicar mais os pobres do que os ricos, por isso não considero bom este acordo. Se estas ideias são consciências do empréstimo ao FMI podemos considerar de péssima a visão do Executivo", refere.

1.5 Mais de cem mil perderam o emprego em cinco anos

Jornal de Angola

2 De Março de 2019

Texto: César Esteves

Mais de 100 mil cidadãos, entre homens e mulheres, em todo o país, perderam os postos de trabalho em empresas privadas, de 2014 até ao presente momento, em consequência da crise económica que assola o país, informou ontem, em Luanda, o secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA).

Em declarações ao Jornal de Angola, à margem da cerimónia de abertura da jornada sindical do trabalhador, que decorre de 1 de Março a 22 de Maio, em todo o país, para saudar os dias internacionais da Mulher e do Trabalhador, Manuel Viage disse que as empresas que estão a despedir os colaboradores argumentam que as suas estruturas de custo necessitam de ajustes, dada a redução dos níveis de rentabilidade.

"Eles alegam que os seus indicadores económico e produtivo decresceram e, por via disso, viram-se na obrigação de ajustar os custos operacionais", acentuou Manuel Viage.

O sindicalista deu a conhecer que essa onda de despedimentos está a ocorrer mais nos distintos seguimentos da economia real, não tanto na função pública, porque nessa área há uma maior estabilidade em termos de emprego.

Manuel Viage disse que um dos problemas com o qual se debatem no dia-a-dia, enquanto entidade sindical, é exactamente a instabilidade que se regista no mercado do trabalho, que a seu ver "está a ser apadrinhada pela nova Lei Geral do Trabalho em vigor no país."

O secretário-geral da UNTA-CS disse que, apesar do ajuste que se fez no salário mínimo nacional, muitos trabalhadores ainda não conseguem adquirir a cesta básica, porque o preço da mesma está avaliado hoje de 75 a 80 mil kwanzas, um valor que ultrapassa muito o salário mínimo. "Há uma taxa de cobertura inferior a 50 por cento. Quer dizer que o trabalhador precisa de mais rendimentos para adquiri-la", frisou.

O sindicalista realçou que o salário mínimo só vale porque estabeleceu um limite aos empregadores, que são agora obrigados a pagar um salário superior a este valor.

Durante o período em que decorrer a jornada sindical, cuja abertura ficou marcada pela realização de duas palestras proferidas pelo docente universitário e advogado Justo Magalhães, várias actividades, para assinalar o evento, vão ser realizadas em todo o país.

1.6 Cidadãos continuam sem poder de compra

Jornal Manchete

7 De Março 2019

Texto: Mário Cassanda

Mesmo depois da nova tabela salarial da função pública ter entrado em vigor em Janeiro último, os cidadãos continuam a perder o poder de compra, por força da inflação acumulada que se situou, nos últimos três anos, em 116 por cento.

Na altura, a medida do Executivo mereceu a aprovação de líderes sindicais, economistas e sociólogos, mais não deixaram de sugerir a criação de outras políticas económicas, para assegurar a recuperação do poder de compra perdido nos últimos cinco anos.

Os ajustamentos que visavam acabar com as assimetrias salariais no funcionalismo público e promover o equilíbrio não foram proporcionais, mas ainda assim, as autoridades acreditavam que iria permitir recuperar parte do poder de compra perdido nos últimos três anos. segundo descrição da nova da tabela salarial na função pública que o Manchete teve acesso, o salário mínimo auferido pelo auxiliar de limpeza de 2.a classe (categoria inferior na estrutura de carreiras do regime geral), passou de 21 mil kwanzas para 33 mil kwanzas, um aumento de 57 por cento. Quanto aos cargos de direcção e chefia, o chefe de secção (função de chefia inferior), com um salário actual de 179 mil kwanzas, passou a ganhar 250 mil. O director nacional (cargo de chefia superior

na função pública) saiu de um salário de 340 mil para 394 mil kwanzas.

Para a carreira do pessoal técnico, cuja categoria inferior é o técnico médio de 3.ª classe, o salário passou de 49 mil para 89 mil kwanzas, um aumento de 81 por cento. Para o professor catedrático, que é a categoria superior dentro da função pública, o salário saiu de 405 mil para 444 mil kwanzas. "Apesar desse passo, é ainda necessário que se assegure o aumento da produção interna e o controlo sobre os preços, para que o reajuste salarial possa ter efeito positivo na vida dos cidadãos", disseram os sindicalistas, sociólogos e economistas.

Desde 2001, o Governo tem demonstrado, pelo menos, preocupação com a política remuneratória na função pública, para incentivar o consumo e reaquecer a economia. O actual reajuste é resultado do aumento do fundo remuneratório salarial que, este ano, registou crescimento de 12 por cento. Assim, para algumas classes da função pública, com base no critério da discriminação positiva, o reajuste poderá chegar entre 48 e 83,33 por cento.

Por altura da aprovação da proposta de reajuste dos salários, o ministro do MA- PETSS, Jesus Maiato, prometeu ajustar os salários sempre que houver disponibilidade de verbas no país. De acordo com o governante, a estratégia de ajustamento das tabelas indicárias e, consequentemente do ajustamento salarial, tem em conta o princípio da diferenciação positiva, ou seja, a aplicação da maior percentagem salarial às categorias inferiores. A título de exemplo, disse que, do trabalho feito, se constatou que o pessoal administrativo auxiliar e técnico médio com salários inferiores na função pública tiveram aumento médio com variações entre 57,14 por cento e 83,33 por cento. Sobre o assunto, o economista

Fernando Vunge, citado pela Angop aplaudiu a medida, tendo referido na altura que o reajuste do salário vai repor o poder de compra corroído pelos altos índices inflacionários registados nos últimos anos, devido à crise económica e financeira que assola o país desde 2014.

SALÁRIO QUE NÃO COMPRA NADA

Foi só chegar o aumento do salário na função pública para os preços dos principais produtos que compõem a cesta básica dentre eles o arroz, feijão, açúcar, leite, massa esparguete, óleo vegetal e outros' dispararem de forma vertiginosa com maior reflexo no mercado informal.

Segundo constatou o Manchete em alguns armazéns no distrito urbano do Hoji-ya-Henda, município do

Cazenga, a caixa de massa alimentar que há duas semanas estava a custar 1550 kwanzas, subiu para 2100. Já a caixa de óleo vegetal passou de 4650 kwanzas para 5200 kwanzas. O saco de arroz (grão longo e fino) está a custar 5 mil e 400 kwanzas e o quilo está a ser vendido no mercado informal a 250 kwanzas. O saco da farinha de milho passou de 6400 kwanzas para 4500. O saco de açúcar de cinquenta quilo são 13 mil kwanzas e o quilo no mercado 300 kwanzas.

O saco de feijão castanho, 10 mil kwanzas nos armazéns e o quilo está a custar agora 450 kwanzas no mercado informal, assim como o feijão amarelo, o quilo são 500 kwanzas. E nos armazéns de frescos podemos constatar que a caixa de coxa está a ser vendida a 5100 kwanzas. Com essa alteração dos preços dos principais produtos da cesta básica, quanto o salário

mínimo na função pública, auferido pelo auxiliar de limpeza que passou de 21 mil kwanzas para 33 mil, os cidadãos ouvidos pela nossa reportagem consideraram "salário que não compra nada" e defenderam um aumento mínimo na ordem dos 50 mil a 100 mil kwanzas.

Na opinião do economista Estêvão Catunda, o reajuste num curto prazo induziria a subida de preços, como disse, devido ao fenómeno da "ilusão monetária" e da armadilha de liquidez. "Com o aumento da massa monetária em circulação, os agentes económicos vão ter a propensão de querer comprar mais, o que induzirá o aumento dos preços", referiu, salientando que para que "a tomada de medida tenha efeitos positivos na vida do cidadão, devia-se, primeiro, apostar no aumento da produção interna".

1.7 Empresários contra aumento dos salários mínimos

Novo Jornal

7 De Março de 2019

Texto: Maurício Vieira Dias

A decisão da Comissão Económica do Conselho de Ministros de aumentar 30% todos os salários mínimos nacionais em Abril divide opiniões de sindicalista e empresários. O primeiro defende que o ajuste deveria acontecer há mais tempo, tendo em conta a perda do poder de compra dos trabalhadores, enquanto os últimos desclassificam o aumento com a justificação de que não faz sentido acontecer num período em que produtividade das empresas privadas está em queda.

O anúncio para o aumento das três categorias de salários mínimos nacionais foi feito no mês passado pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), Jesus Maiato, tendo sido avançado que os trabalhadores do sector do comércio e indústria extractiva vão, em Abril, passar a auferir um ordenado mínimo no valor de 32,2 mil Kz, contra os anteriores 24,8 mil Kz. Por seu turno, os funcionários do ramo do comércio e indústria transformadora que recebiam ordenados mínimos na ordem dos 21,5 mil Kz passam a encaixar 26,8 mil. Já para agricultura, o salário mínimo nacional definido é de 21,6 mil Kz, o mais baixo, contra os anteriores 16,5 mil.

De acordo com o ministro do MAPTSS, os aumentos têm como propósito recuperar o poder de compra das famílias e manter a estabilidade e o equilíbrio, muito embora seja o segundo aumento dos salários mínimos nacionais desde a crise de 2014.

A empresária Filomena Oliveira entende que o Governo deveria fazer uma análise profunda do tecido empresarial nacional antes de decidir aumentar para 30% os salários mínimos do sector privado, uma vez que a situação de muitas empresas, no actual contexto de crise, é "catastrófica", com níveis de produtividade abaixo dos 50% e, por outro lado, têm custos de produção altos.

"Os acréscimos têm que existir quando há produtividade. Não se pode aumentar salários quando não há aumento da produtividade, a não ser que seja um assunto aleatório. Um bom gestor não pode nem deve aumentar salários senão houver produtividade", argumentou Filomena Oliveira.

O secretário-geral da Central Geral dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), Francisco Jacinto, discorda do argumento apresentado pela empresária segundo o qual os aumentos salariais não devem ocorrer quando a produtividade das empresas está em baixa. "Este argumento não tem fundamento para convencer os trabalhadores e qualquer cidadão mais atento. É uma explicação descabida, sabemos que há salários acima de um milhão de kwanzas nas empresas privadas, logo este argumento não cola. Há executivos de empresas privadas que não ganham menos de um milhão de kwanzas. Os sacrifícios devem ser para todos".

Ajustes insuficientes

O sindicalista Francisco Jacinto é da opinião que os ajustes são insuficientes e deveria acontecer há mais tempo, tendo em conta a perda do poder de compra dos trabalhadores, lembrando que desde a crise de

2014 até o primeiro mês de 2019 a inflação aumentou mais de 150%.

"Os aumentos estão a ser feitos numa altura em que o salário perdeu mais de 60% do seu poder aquisitivo, numa altura em que os preços quase todos disparam vertiginosamente, não só nos serviços públicos como no sector privado", disse o secretário-geral da CGSILA. Afirmou, posteriormente, que "o aumento para 30% dos salários mínimos nacionais não vai resolver os problemas porque foi aplicado numa altura inoportuna e desajustada, esperamos que este sinal que o Governo deu seja um sinal de continuidade de aumento".

Empresas podem abdicar de trabalhadores

Um outro empresário do sector agrícola que não quis ser identificado disse ao Novo Jornal que tal decisão de aumento dos salários mínimos nacionais forçará algumas empresas a abdicarem de alguns trabalhadores porque não estarão em condições para pagar ordenados nestas margens, sobretudo as do ramo da agricultura que operam no interior do país.

"Os aumentos têm duas perspectivas para o sector privado. Primeiro, o aumento dos salários mínimos tem um impacto positivo porque vai permitir que as pessoas tenham maior poder de compra, tendo maior poder de compra isso vai dar uma alavanca maior à economia. Por outro lado, é uma medida negativa porque muitas empresas não têm hoje capacidades para honrar os compromissos salariais desses funcionários", concluiu o empresário.

O aumento, segundo o comunicado do Governo, surge na sequência de um trabalho de uma comissão integrada por empregadores e sindicatos, com o objectivo de "ajustar o salário mínimo para os trabalhadores do sector privado, recuperar o poder de compra das famílias e manter a estabilidade e o equilíbrio".

I.8 Não há fome em Angola, Mr. President?

Jornal Manchete

7 De Março de 2019

Texto: Manuel Luamba

A polémica sobre entrevista a RTP começou horas antes da mesma ir ao ar. Os protestos quer de jornalistas angolanos como de cidadãos comuns subiram de tom pelo facto de o chefe de Estado angolano João Lourenço conceder entrevistas apenas a órgãos internacionais em detrimento dos nacionais.

"Não dá valor a imprensa angolana". Escreveu um internauta na sua conta do facebook.

Também nas redes sociais houve quem fizesse questão de citar os meios de comunicação social onde o presidente já concedeu entrevista neste seu um ano e meio de mandato: RFI (rádio francesa), DW (rádio Alemã), Euro news (sedeada em França) e o jornal português Expresso (uma entrevista conduzida por Gustavo Costa, jornalista angolano). Mas o debate e a polémica tornaram-se mais acesos com o conhecimento do conteúdo da entrevista. Ao longo da conversa com o jornalista (criticado em Angola pelo facto de não rebater a questão quando tinha essa oportunidade porque não se tratava de uma entrevista coletiva), o presidente angolano disse que "não há fome" em Angola".

JÁ ENCONTREI A POBREZA"

Não é a primeira vez que um chefe de Estado angolano tece considerações encaradas como negativas pela só sociedade. Em Abril de 2011, o ex-Presidente da República e do MPLA, José Eduardo dos Santos, tinha dito, na abertura da I Sessão Extraordinária do Comité Central do MPLA que "quando eu nasci e mesmo quando os meus falecidos pais nasceram já havia muita pobreza na periferia das cidades, nos musseques, no campo, e nas áreas rurais".

Uma pergunta: e essa pobreza que se pode traduzir em fome quando acabou? Segundo o "Nosso Dicionário "da língua portuguesa editado pela "Pântano Editora" da autoria de Alfredo Camacho e António Tavares, pobreza é a "falta do necessário para a vida": Outra pergunta: não há famílias que faltam o necessário? E, em Angola, até mesmo na sua capital, há cidadãos que não têm as três refeições por dia. Na maioria das vezes têm apenas uma. Há zonas em Luanda onde existem crianças que ainda raspam no interior da panela procurando os últimos grãos de arroz mesmo tendo consciência de que a comida acabou. Como se sabe, Luanda é centro de todos os bens e serviços importantes do país. Ainda assim, raspa-se nas panelas. Talvez isso não se conheça porque não há aproximação entre governantes e governados. Ou seja, um discurso para agradar os aliados do velho mundo. Mas há situações vividas pelas famílias que são uma clara uma clara manifestação de fome e da pobreza extrema que nenhum discurso tapa.

FOME E SECA NO SUL DE ANGOLA

A região sul de Angola, nomeadamente Huíla, Namibe e Cunene, desde 2011 que a sua população é assolada por uma estiagem que lhes priva da

alimentação básica. Na citada região, há relatos de morte por subnutrição, fome, morte de crianças e animais por falta de comida. Alias, em 2017 a DW África reportou que "há mais de 750 mil pessoas a passar fome". Em Novembro de 2018, as autoridades do Cunene confirmam a morte de 50 crianças por desnutrição nos últimos nove meses.

Este ano, a província do Cunene decretou um "estado de calamidade" devido à seca, que afecta mais de 285.000 famílias. Para famílias de zonas rurais que dependem essencialmente da agricultura familiar e de criação de gado, a estiagem gera falta de alimento e a falta de alimento tem um único significado que não é necessário consulta de livros: fome. Última pergunta: ainda assim, não há fome em Angola, Mr. President?

I.9 Salários mínimos perderam 43,4% do poder da compra

Jornal Continente

7 De Março de 2019

Contando com o aumento anunciado na semana passada, o salário mínimo mais baixo subiu 43% de 15 003 Kz em Julho de 2014 para 21 454 Kz a partir de Abril. Entre Julho de 2014 e Janeiro de 2019, os preços dispararam 153%. Dito de outra forma, com o novo salário mínimo só se consegue comprar 56,6% dos bens e serviços que se compravam com o salário mínimo de Julho de 2017

De acordo com o Expansão, o reajuste em 30% dos salários mínimos do sector privado não foram suficientes para evitar uma perda do poder de compra de 43,4% desde o início da crise, em 2014, já que os dois aumentos operados desde essa data estão bastante abaixo da inflação, de acordo com cálculos do Expansão.

Numa decisão saída da Comissão Económica do Conselho de Ministros, reunida na passada sexta-feira, 22 de Fevereiro, todos os salários mínimos aumentam 30%. Para a agricultura, o salário mínimo foi fixado em 21 454 Kz. Os trabalhadores do sector do comércio e indústria transformadora com o salário mais baixo vão auferir 26 817 Kz, enquanto os trabalhadores do comércio e indústria extractiva vão ganhar 32 181 Kz. A medida só entrará em vigor em Abril depois da publicação em Diário da República (DR).

Segundo o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social Jesus Maiato, estes aumentos "visam recuperar o poder de compra das famílias e manter a estabilidade e o equilíbrio". Mas estes aumentos são insuficientes para repor o poder

de compra, especialmente numa altura em que só a cesta básica alimentar para uma família de seis pessoas rondã os 80 mil Kz.

Trata-se do segundo aumento dos salários mínimos do sector privado desde o início da crise. Entre Julho de 2014 e Janeiro de 2019, a inflação aumentou 152,7%. Já os salários aumentaram 10% (em 2017) e 30% este ano. o que dá um aumento de global de 43%. Feitas as contas, chega-se a uma quebra de 43,4% no poder de compra dos trabalhadores com salários mínimos. Se os preços dos produtos sobem e os salários não aumentam em proporção, o efeito directo é uma quebra no consumo. Ou seja, admitindo que com o salário mínimo de Julho de 2014 um trabalhador conseguia comprar 100 pães, com o novo salário mínimo só conseguirá comprar 56,6 pães.

1.10 Produtos da cesta básica reduzem a dieta alimentar dos angolanos

Jornal Visão

8 De Março de 2019

Texto: André Mavungo

Dentre os produtos cujos preços dispararam estão a fuba de milho, óleo vegetal, massa alimentar, carne seca, açúcar e feijão,

Segundo Maria Fortunato, natural de Benguela, que por questões laborais resolveu mudar-se para Luanda, há 12 anos, é inconcebível que os preços dos produtos de primeira necessidade aumentam numa altura em que o Executivo fala em melhorias da condição de vida dos angolanos.

A cidadã que se encontrava naquele momento em compras num dos armazéns situado no município do Talatona, distrito urbano do Benfica, sente-se ameaçada e desconfortável face aos actuais constrangimentos que agora enfrenta, ao aperceber-se que os preços da maior parte dos produtos da cesta básica aumentaram o que, a seu ver, vai desembaraçar a vida de muitos cidadãos.

"É-me difícil acreditar no que vejo neste momento, é inacreditável que o país perca o controlo das coisas e admita que qualquer pessoa assuma a liderança e faz de Angola a famosa salada "russa", associada à especulações de preços sem anuência de autoridades afins", desabafou Maria.

Manuel Gaspar, taxista da rota Golfe II /Camama I, avançou ao Visão que o Executivo perdeu o controlo dos problemas candentes que já deviam ter sido

ultrapassados, inquietando até agora a população da cidade capital e do país em geral

"Nós agora temos dois graves problemas já identificados nomeadamente, a crise de preços da comida e o desemprego": identificou. Gaspar, desempregado há três anos, fez saber que quando um governo soberano não for capaz de resolver as principais preocupações básicas, fragiliza também o desenvolvimento socioeconómico do país.

Durante uma ronda efetuada por Luanda, o jornal Visão apurou que um saco de açúcar vendido a 8 mil 500 kwanzas, ronda agora os 10 mil 600, uma caixa de massa alimentar que custava os mil e 700, agora passa para 2 mil e 500 respectivamente, bem como uma caixa de óleo vegetal que era vendida a 3 mil 800 para 4 mil 700.

Na ocasião, Nkuanza Pedro, professor do complexo escolar Simão Tóco, assegurou que a situação de Angola não se resume apenas na subida drástica dos preços da cesta básica, mas define-se basicamente nas causas dessa subida. "A subida dos preços é uma guerra que se declara contra o pacato cidadão que ainda vive inúmeras problemas sociais" explicou.

1.11 Preço dos produtos sobem com o saco de açúcar a "matar" 20 mil kwanzas

Jornal Manchete

14 De Março de 2019

Texto: Mário Cassanda

Os preços de alguns produtos da cesta básica continuam a subir sem parar em Luanda. Só na semana passada, o saco de açúcar de 50 quilos, no espaço de quatro dias disparou de forma espantosa, dos 13 mil kwanzas para 20 mil.

Esta constatação foi feita pelo Manchete durante uma reportagem realizada pela sua equipa na semana passada em alguns armazéns do Hoji ya Henda, no município do Cazenga. No centro da questão, está a actualização da nova tabela salarial da função pública que entrou em vigor em Janeiro último, sendo que apesar disso, os cidadãos continuam a perder o poder de compra, por força da inflação acumulada que se situou, nos últimos três anos, em 116 por cento.

Trata-se de um assunto que está, sobremaneira, a causar muitas inquietações aos cidadãos e não só, tal como previa o economista Estêvão Catunda, este reajuste salarial num curto prazo induziria a subida de preços que, como disse, devido ao fenómeno da "ilusão monetária" e da armadilha de liquidez.

"Com o aumento da massa monetária em circulação, os agentes económicos vão ter a tendência de querer comprar mais, o que induzirá o aumento dos preços": referiu, salientando para que "a tomada de medida tenha efeitos positivos na vida do cidadão, devia-se, primeiro, apostar no aumento da produção interna"

Entretanto, enquanto isso, os preços continuam a subir dia após dia, não havendo medidas que coloquem um travão nisso. Com o saco de açúcar a galopar aos 20 mil kwanzas, este jornal constatou em uma das ocasiões no mercado informal, o quilo a ser vendido no período da manhã 300 kwanzas e de tarde o mesmo quilo já estava a 400 kwanzas. Este valor tende a aumentar para 500 kwanzas nos próximos dias.

Quando questionados a razão desta subida generalizada, os vendedores simplesmente atribuíram a responsabilidade aos comerciantes dos armazéns que, por sua vez, estes culpabilizaram os seus fornecedores, os grossistas. "São eles que estão a subir os preços. Eu também tenho de fazer o mesmo para manter o stock", justificou um retalhista ao nosso jornal.

No entanto, os efeitos já são visíveis no seio das famílias mais carenciadas, pois nem mesmo um simples quilo de açúcar conseguem comprar para garantir o matabicho (chá com pão).

De recordar que, o açúcar faz parte dos trinta produtos e serviços que integram a lista de "preços vigiados" em Angola, conforme decisão governamental declarado em 2017. A mesma consta de um decreto executivo passado pelo Ministério das Finanças para permitir a fiscalização policial. Até ao momento ainda não há pelo menos, publicamente, um manifesto por parte das autoridades em relação a subida vertiginosa dos preços dos produtos da cesta básica que se regista nos últimos dias em Luanda.

1.12 Salário mínimo nacional e a sua influência na melhoria da distribuição do rendimento

Jornal Expansão

15 De Março de 2019

Texto: Alves da Rocha

As desigualdades sociais continuam a dominar a realidade nacional, em diversas vertentes. Creio que, à medida que o tempo for passando, tornar-se-á cada vez mais difícil garantir um estatuto de igualdade de oportunidades e de convergência de níveis de vida a todos os cidadãos, tal como consagra a Constituição. Cada vez que me desloco às várias periferias da

cidade de Luanda constato condições de vida degradantes, sendo o mais frustrante a aparente falta de esperança de as reverter no curto prazo. Os contrastes com as várias cidades-condomínios do asfalto são, na verdade, gritantes, levando a pensar que os angolanos só perante a Lei são iguais.

Muitos estudos internacionais sérios e confiáveis têm constatado que a globalização/mundialização foi, de facto, um factor que permitiu reduzir as desigualdades entre os países. A China, a Índia, o Brasil, uma parte significativa de África (com destaque para a África subsariana) são hoje espaços económicos com uma participação relativamente importante no comércio mundial, no PIB global e na geo-estratégia das nações. A China, em 30 anos, tornou-se na segunda potência económica e o Brasil caminha para tirar a liderança às "velhas" economias industriais da Europa. Tudo isto teve uma influência indelével da globalização e da abertura das economias.

Quando as economias atravessam fases de crescimento do PIB e de quase-pleno emprego, o agravamento das desigualdades - que, normalmente, ocorre em proporções relevantes, embora disfarçáveis pelo conhecido efeito de contágio - acaba por ser mais ou menos aceitável (é isto o que tem acontecido no nosso País que possa explicar o relativo apaziguamento social?), não sucedendo o mesmo em situações de crise económica e de desemprego elevado.

Em Angola, os índices de desigualdade são, também, elevados: 20% da população concentra 60% do rendimento nacional (não há estatísticas sobre a riqueza, mas seguramente que neste item as desigualdades são manifestamente muito mais significativas) e cerca de 2/3 da população tem menos de 2 USD por dia para viver (?). A norma fundamental para a reflexão em torno do estabelecimento de um salário mínimo nacional é a de que o trabalho é a única fonte de riqueza, rendimento, desenvolvimento e progresso. Quase tudo numa economia se pode (deve?) reduzir ao trabalho. Já Marx argumentava que o próprio capital mais não é do que trabalho cristalizado. Sem trabalho nada mais pode ser exigido. Os aspectos económicos acabam por ser sempre os determinantes em última instância dos domínios sociais. Se uma economia não funcionar do ponto de vista da produção e da produtividade nada mais pode ser estabelecido, como regra, como princípio ou como intenção.

Ineficiência económica

O que é mais importante neste momento para a sociedade angolana, os trabalhadores, os empresários

e os decisores públicos: o desemprego ou o trabalho com um salário mínimo? O que é que tem mais peso em termos económicos? O desemprego traduz ineficiência económica, não garantia do direito ao trabalho, nem dos direitos do trabalho, desutilidade social de um recurso relativamente abundante. O trabalho com salário mínimo corresponde a viver-se pobre e sem rendimento seguro. Se a tónica da política económica (em particular da de emprego) for dada ao combate ao desemprego, a rigidez do mercado de trabalho pode ser um óbice importante para essa finalidade. Pelo contrário, se for a situação dos actuais trabalhadores que conta e a sua defesa se entender passar pelo estabelecimento de um salário mínimo obrigatório, então o desemprego prevalecerá, podendo mesmo ocorrer destruição de postos de trabalho e inflação pela via dos custos empresariais.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhecendo que nas condições actuais os salários mínimos continuam a ser um tema de debate na agenda política de todos os países, incentiva todos os países-membros a adoptar a norma do salário mínimo para se reduzir o número de trabalhadores pobres e proporcionar a protecção social dos trabalhadores vulneráveis (1)

A norma fundamental para a reflexão em torno do estabelecimento de um salário mínimo nacional é a de que o trabalho é a única fonte de riqueza, rendimento, desenvolvimento e progresso. Quase tudo numa economia se pode (deve?) reduzir ao trabalho. Já Marx argumentava que o próprio capital mais não é do que trabalho cristalizado. Sem trabalho nada mais pode ser exigido. Os aspectos económicos acabam por ser sempre os determinantes em última instância dos domínios sociais. Se uma economia não funcionar do ponto de vista da produção e da produtividade, nada mais pode ser estabelecido, como regra, como princípio ou como intenção.

Ganhos de produtividade

Valem estas considerações para dizer que a variável determinante para o estabelecimento do salário mínimo tem de ser a produtividade e o seu comportamento ao longo do tempo, isto é, os ganhos de produtividade (2), Determinar por lei a prática de um salário mínimo, sem exigir em contrapartida o cumprimento de uma norma básica de produtividade, corresponde à assunção de vários riscos: o primeiro, no âmbito da inflação: aumentar a massa de salários (porque é disso que se trata ao estabelecer-se um valor fixo para o salário mínimo) para um mesmo volume de trabalhadores é potenciar o incremento nominal da procura (consumo privado) para uma mesma oferta; o segundo, poder-se-á traduzir na consideração do salário mínimo como uma espécie de

bónus social ou de um "direito de humanidade", a que todos os trabalhadores terão acesso só pelo simples facto de o serem ou de o parecerem; o terceiro, no âmbito do emprego: sempre que o salário mínimo estabelecido por lei suplantar a produtividade marginal esperada do emprego de mais uma unidade de trabalho, os agentes económicos preferirão não investir, não aumentar a produção ou explorar mais intensamente a quantidade de factores de produção existente; o quarto, é observável no domínio dos custos de produção: aceitar o cumprimento de uma referência salarial mínima corresponde, directamente, a um aumento dos custos unitários de produção e a uma repercussão imediata sobre os preços de venda (inflação pelos custos de produção).

Para valores baixos da produtividade do trabalho - como é manifestamente o caso da economia não petrolífera nacional-, o salário mínimo acaba por corresponder, na prática, a um subsídio que a sociedade atribui aos trabalhadores por razões de solidariedade (quase um rendimento mínimo garantido), mas que tem um custo social traduzido no custo de oportunidade de outras aplicações deste montante em numerário e um "custo de dignidade" veiculado pela dependência que cria e pelo seu carácter assistencial; mas tem também um custo económico espelhado em receitas que se deixa de realizar.

O salário mínimo é bom para quem já se encontra no mercado de trabalho, mas mau para quem procura emprego. No primeiro caso, é uma garantia de um rendimento mínimo para adquirir uma cesta básica de produtos, podendo, no entanto, não haver garantia de que o montante estabelecido por lei seja sempre respeitado. No segundo caso, é mau para os excluídos do mercado de trabalho porque funciona como um entrave à criação de novos postos de trabalho, porque a sua imposição tem como contrapartida directa o aumento dos custos empresariais, levando as empresas a utilizar mais eficientemente os recursos existentes.

(1) Um fenómeno recente é o aumento da taxa de pobreza entre trabalhadores, questionando-se, portanto, se o aumento do emprego é condição suficiente para a sua redução e colocando-se, de modo muito mais enfático a importância dos níveis salariais dos trabalhadores.

(2) A OIT define os critérios seguintes para enquadramento do valor do salário mínimo: necessidades dos trabalhadores e das suas famílias, índices de produtividade do trabalho e necessidade de se manter um nível elevado de emprego.

Alves da Rocha escreve quinzenalmente

1.13 Localidades de Cazengo e Cambambe com maior índice de desempregados

Jornal de Angola

18 De Março de 2019

Texto: André Brandão

Pelo menos 64 por cento dos jovens desempregados na província do Cuanza - Norte, por falta de formação profissional, estão concentrados nos municípios de Cazengo e Cambambe, informou, em Ndalatando, o responsável do serviço provincial do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP).

João António Gaspar, que falava durante a abertura do ano formativo do INEFOP, disse que foram inscritos nos nove centros de formação profissional controlados pelo Governo a nível do Cuanza Norte um total de 2.274 candidatos, que necessita de formação profissional para inserção no mercado de trabalho. Acrescentou que, por limitação de vagas e salas de aula, foram apenas matriculados 930 candidatos, sendo 763 homens e 167 mulheres, nas especialidades de Alvenaria, Serralharia, Carpintaria, Informática, Refrigeração, Canalização, Corte e Costura, Decoração, Electricidade, Mecânica, Electrónica, Culinária, Pastelaria e agricultura. Os cursos, acrescentou, terão a duração de nove meses.

João Gaspar realçou que o maior número de jovens que necessita de formação profissional para inserção no mercado de trabalho vive no município de Cazengo, onde foram inscritos 1.025 candidatos e apenas 31.0 foram apurados, e em Cambambe, com 220 matriculados, num universo de 1.068 candidatos inscritos.

O ano passado foram formados a nível da província do Cuanza - Norte 778 jovens, dos 1. 079 inscritos nos centros de formação profissional de Ndalatando, Golungo Alto, Samba Caju, Quículungo e Cambambe .

A província do Cuanza-Norte dispõe de 16 centros de formação profissional, sendo nove públicos e tutelados pelo INEFOP e sete privados, dois dos quais pertencentes à congregação católica Dom Bosco.

Os cursos ministrados nos centros, ligados ao ramo da construção civil, são os que mais oferecem vagas de emprego aos jovens. O director do Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado, Humberto Mesquita, informou que a meta

do Governo Provincial é reduzir o número de jovens desempregados, fomentando o empreendedorismo.

1.14 INE está a efectuar consulta pública

Jornal de Angola

20 De Março de 2019

Texto: Manuela Gomes

O país vai, a partir do primeiro trimestre do ano em curso, contar com dois modelos de pobreza, nomeadamente a monetária, que actualmente é 37 por cento, e a multidimensional, 51, disse ontem, em Luanda, o director -geral do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Camilo Ceita prestou estas declarações à imprensa por ocasião da consulta pública sobre "pobreza multidimensional", que teve como objectivo principal recolher contribuições da sociedade para estabelecer as dimensões e os indicadores relevantes na composição do índice de pobreza multidimensional (IPM).

Segundo o responsável, o índice de pobreza multidimensional em Angola, 51 por cento, foi calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Universidade de Oxford, lançado no princípio deste ano.

"À nossa intenção é abrir espaços para que as contribuições da sociedade civil e dos vários sectores do Governo enviem, a partir do nosso endereço electrónico ou do nosso portal, para depois trabalharmos e compilar essas prestações", disse.

O período de recolha das contribuições para definir a pobreza multidimensional no país teve início ontem e terá a duração de 10 dias.

Sobre o actual índice de pobreza em Angola, Camilo Ceita não precisou o indicador, mas considerou necessário que se tenha um certo cuidado com a descrição dos tipos de pobreza.

"Temos aquela que geralmente todos conhecemos, a pobreza monetária, com base em referência ao Banco Mundial (BM) que é de 1,9 dólares por dia. Para este modelo de pobreza, temos dados de 2008, que afectam cerca de 36,7 por cento da população", disse Camilo Ceita, realçando que o inquérito será actualizado ainda este ano.

Definiu o índice da pobreza multidimensional como a privação de educação, saúde, saneamento, acesso à água e as condições das estradas, entre outros factores sociais. Considerou fundamental que o país defina a sua pobreza multidimensional, porque os indicadores alinhados a nível global do PNUD e pela Universidade de Oxford podem não se reflectir naquilo que são as nossas prioridades, disse o director do INE por isso, ressaltando que se quer em conjunto identificar às nossas precedências, dimensões e indicadores.

Para o director do INE, a definição do inquérito sobre a pobreza multidimensional (IPM) vai facilitar o trabalho do Executivo e não só, na medida em que deve permitir que a nível dos municípios e das futuras autarquias sejam calculadas exactamente as privações das suas populações.

"Pensamos que, com este trabalho, o INE está a providenciar mais um instrumento de apoio à política e à gestão. Temos consciência que o desemprego deve ser um dos indicadores associados, mas isso traz consigo uma série de desafios, porque a questão do desemprego tem um impacto muito grande na vida da população economicamente activa", explicou, Camilo Ceita.

1.15 INE quer inclusão do desemprego

Jornal Economia e Finanças
22 De Março de 2019

O Instituto Nacional de Estatística (INE) pretende incluir o factor desemprego nos indicadores do índice de pobreza multidimensional (IPM), por considerar grande o impacto na população economicamente activa do país.

O índice de pobreza multidimensional (IPM) de Angola, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Oxford Poverty And Human Development Initiative (OPHI) da universidade de Oxford é composto por 10 indicadores agrupados em três dimensões.

Estes indicadores são a Saúde (taxa de mortalidade e taxa de nutrição); Educação (anos de escolaridade e frequência escolar) e Condições de vida (acesso à electricidade, água para o consumo humano, água para o saneamento básico, ao combustível para cozinhar, à casa com chão apropriado, à posse de bens como carro, propriedade, bicicleta, mota, rádio, frigorífico, telefone e televisão).

Segundo o director do INE, Camilo Ceita, que falava no encontro que visou colher opiniões sobre a pobreza multidimensional, o IPM deve definir a realidade do país com os indicadores-chaves, como o desemprego, que se reflecte na população economicamente activa.

A taxa de pobreza multidimensional em Angola reduziu de 77,4 (2011) para 51,2 por cento em 2018, segundo o estudo do PNUD, dados que contrastam com os indicadores do Governo que apontam uma incidência de 36 por cento.

Entre os 10 indicadores, os que mais concorreram para a pobreza multidimensional em Angola são as privações em anos de escolaridade (16 por cento), seguidos pela frequência escolar (15%) e nutrição (11%).

1.16 Pobreza reduziu, mas 51,2% da população ainda é pobre

Novo Jornal
22 De Março de 2019
Texto: Hélder Caculo

A taxa de pobreza multidimensional, em sete anos - aquela caracterizada por factores como exclusão social, baixa escolarização, condições precárias de habitação e falta de acesso a bens e serviços -, em Angola, reduziu de 77,4% (em 2011) para 51,2% (em 2018), segundo estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Noutras palavras, 14,8 milhões de angolanos (num universo de 29 milhões) ainda vivem com a pobreza multidimensional. Entretanto, os números do PNUD contradizem os indicadores do Executivo que apontam para uma taxa de 36%.

Já a taxa de pobreza monetária, que se caracteriza pelo número de pessoas que vivem com menos de 1,90 dólar por dia (de acordo com o PNUD), está avaliada em 36,6%, o equivalente a 10,6 milhões de habitantes, segundo cálculos do Novo Jornal.

Esta semana, o Instituto Nacional de Estatística (INE) chamou a imprensa para anunciar o arranque de um programa de consulta pública sobre pobreza multidimensional, que visa recolher contribuições da sociedade e indicadores relevantes para composição do IPM Nacional.

Na ocasião, o director do INE, Camilo Ceita, fez saber que o IPM deve definir a realidade do país com os indicadores-chaves, como o desemprego, que se reflecte na população economicamente activa.

"Os indicadores que a nível global o PNUD e OPHI [Oxford Poverty And Human Development Initiative] apresentam podem não se reflectir naquilo que são as nossas prioridades, por isso estamos aqui para em conjunto identificar as nossas dimensões e indicadores associados e depois calcular o nosso IPM", frisou.

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), calculado com base no Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS 2015-2016), produzido pelo INE em colaboração com o Ministério da Saúde, é composto por dez indicadores agrupados em três dimensões: Saúde (taxa de mortalidade e taxa de nutrição); Educação (anos de escolaridade e frequência escolar) e Condições de vida (acesso à electricidade, à água para o consumo humano, à água para o saneamento básico, ao combustível para cozinhar, à casa com chão apropriado, à posse de bens como carro, propriedade, bicicleta, mota, rádio, frigorífico, telefone e televisão).

O actual Governo comprometeu-se a reduzir a taxa de pobreza em 25% e retirar cerca de três milhões de pessoas da situação extrema de pobreza até 2022.

1.17 Mais de 13 milhões utilizam telemóveis

Jornal de Angola
29 De Março de 2019
Texto: Ana Paulo

Angola conta com mais de 13 milhões de utilizadores de telemóveis, quase metade da sua população do país, estimada em 26 milhões, de acordo com estatísticas divulgadas ontem, em Luanda, pelo secretário de Estado das Telecomunicações.

Mário Oliveira anunciou, durante a abertura do 22 Seminário sobre Indicadores das Tecnologias de Informação e Comunicação, promovido pelo Instituto Angolano das Comunicações (INACOM), números de 2018 que apontam também, para mais de 170 mil utilizadores da rede telefónica fixa, quase seis milhões de clientes do serviço de Internet e 1,928 milhões, de subscritores de canais de televisão por assinatura.

Ao precisar estes dados, o administrador executivo do Inacom, o regulador do sector das comunicações, indicou o número de utilizadores de telemóveis caiu ligeiramente de 13.323.952 em 2017, para 13.288.421 em 2018.

Segundo António Gonçalves a rede fixa teve uma queda brusca, com o número de subscritores a passar

304.493 em 2016, para 161.070 em 2017, tendo iniciado no ano passado uma recuperação que elevou as subscrições para 171 mil utentes.

Os dados apontam para um acentuado crescimento dos utilizadores da Internet de 4.450.962 em 2017, para 5.929.715 no ano passado. O sector dispõe de dois segmentos de televisão por assinatura, um por satélite e outro por cabo, os quais reúnem, respectivamente 1,838 milhão de utentes (contra 1.473.430 em 2017) e cerca de 90 mil, de acordo com António Gonçalves. Este números foram revelados num seminário no qual o secretário de Estado das Telecomunicações reafirmou a decisão institucional angolana de elevar as cifras no próximo ano, apesar de considerar positivos os indicadores do sector, sobretudo na área de Internet por telemóvel, que dispõe de maior número de subscritores.

Mário Oliveira considerou que a rede fixa continua "firme e forte no mercado", com um aumento significativo, mesmo com a entrada das telecomunicações móveis a liderar. "A rede fixa tem uma grande importância não só na vida do cidadão, como também das empresas. Daí a continuidade da sua existência no mercado das Tecnologias de Informação e Comunicação", disse.

O secretário de Estado das Telecomunicações declarou que os efeitos das acções de formação potenciam os empresários interessados em investirem no mercado das TIC, adequando-o ao das outras regiões do mundo, em particular da SADC.

O seminário decorre em paralelo com um ciclo de formação que congrega órgãos reguladores dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), operadores angolanos dos serviços de telecomunicações e representantes da União Internacional das Telecomunicações (UIT).

Segundo Mário Oliveira, Angola precisa de "mais acções de formação do género, atendendo à dinâmica de evolução tecnológica e ao novo quadro legislativo "que liberaliza o mercado das tecnologias de informação e comunicação" no país.

"O cenário permite o surgimento de mais actores com licenças multi-serviços ou títulos globais unificados", disse o secretário de Estado.

O presidente do Conselho de Administração do Inacom assinalou que o seminário, com o ciclo de formação promovido pelo órgão que dirige, que "contribui para a capacitação e desenvolvimento de competências".

"Pretende, acima de tudo, sensibilizar os responsáveis dos operadores relativamente à necessidade de, juntos, continuarmos a trabalhar no sentido de melhorar a qualidade da recolha e divulgação e compilação dos dados estatísticos", afirmou.

I.18 Quem está contra o salário mínimo?

Jornal Expansão

29 De Março de 2019

Texto: Alves da Rocha

A repetição da letra A na palavra salário é propositada, pretendendo significar a tremenda importância (repercussão, eco) que esta variável macroeconómica - igualmente considerada como um macro-preço - tem na economia e na sociedade. Só quem não tem conhecimentos mínimos de macro e microeconomia é que pode invetivar contra o estabelecimento e a obrigatoriedade de um salário mínimo nacional. E estas invetivas provêm de alguns empresários e empresárias angolanas, totalmente incapazes de entender os efeitos multiplicadores e disseminadores de um modelo de redistribuição do rendimento nacional, que até nem é o caso do salário mínimo, que faz parte do processo de afectação primária do PIB na sua vertente nominal e de remuneração dos factores de produção.

São alguns destes empresários e destas empresárias que peremptoriamente afirmam que as universidades angolanas não valem nada (1), não servem conhecimentos úteis às empresas, desconhecendo - ou talvez mesmo nunca tendo tido noções de economia para além das de natureza primária, na base das quais as sociedades não progridem, porque cada vez mais complexas e exigentes em conhecimentos científicos, que só as universidades são competentes para congeminar, fornecer, consolidar e disseminar - a sua importância nos processos de criação e difusão de conhecimento e de transformação da vida. As colocações são, por vezes, severas e irritantes, do género, as universidades angolanas não formam profissionais à altura das necessidades e interesses das empresas (privadas e públicas) porque demasiado teóricas. Esquecem-se estes empresários e empresárias que "uma boa prática ainda é uma boa teoria", que "é a prática que se deve elevar à teoria e não o contrário" (aliás, é este o fundamento do método indutivo) e que não há avanço científico sem, por dedução ou indução, se formularem teorias para a compreensão e explicação dos fenómenos, quaisquer que sejam. Será que estes empresários e estas empresárias pretendem colocar as universidades angolanas contra as empresas? Contra o universo

empresarial nacional? Apelo a todas as universidades nacionais que nos unamos para, através de um diálogo abrangente e construtivo com as empresas, desmistificar os fundamentos (será que verdadeiramente os há?) destes ataques, que nos desprestigiam.

Foi decretado pelo Governo um ajustamento do salário mínimo nacional em 30%, para vigorar a partir de Abril. Não se tratou de um aumento/incremento, mas sim de um acerto do seu valor tendente a minimizar perdas do seu real valor de aquisição depois de 2014, data da última concertação nesta matéria. Uma perda acumulada estimada em 161,7%, ou seja, 21,2% de redução média anual. É muito, em especial para quem tenha da remuneração do trabalho a única fonte de rendimento para a família. E são muitas nestas condições, que seguramente não conseguirão viver com pouco mais de 1 070 Kz por dia. A fome, a pobreza continuarão a existir. Durante este mesmo período de que modo se comportaram os salários dos empresários (não foram ajustados?), os lucros e as rendas das empresas? A pergunta é sincera e não capciosa, pois não acredito não ter ocorrido o fenómeno da repercussão para a frente resultante da inflação.

Porém, alguns empresários e empresárias são frontalmente contra (Novo Jornal, Reportagem sobre esta matéria publicada em 7 de Março do corrente ano, página 2), argumentando com a não correspondência nos níveis de produtividade do trabalho. A produtividade do trabalhador não depende apenas de si (dos seus conhecimentos, das suas habilidades, da sua capacidade de trabalho, da sua destreza, do valor que o trabalho culturalmente representa para si, do absentismo, da sua saúde (no curto prazo mais e melhor saúde melhora a produtividade e diminui o absentismo), do ambiente de trabalho, da segurança do seu posto de trabalho, que provavelmente a Nova Lei Geral do Trabalho não garante (2)), mas também dos próprios empresários (como se relacionam com a força de trabalho das suas empresas? A "chicote" ou com diálogo?), da organização das empresas (de que modo se estabelece a divisão do trabalho no seu interior? Adam Smith considerava que o motor essencial do desenvolvimento era a divisão social do trabalho, que trazia em seu bojo a especialização, fonte de produtividade), do ambiente de trabalho nas unidades de produção (discutem-se os planos de produção? O tipo de formação adicional de que os trabalhadores e empresários necessitam, já que as universidades angolanas não estão aptas a fornecê-la? As metas de produção e de produtividade? A partilha dos ganhos de produtividade?) e finalmente do próprio ambiente

macroeconómico, cuja estabilidade deve ser assegurada pelo Estado.

Dessa mesma reportagem do Novo Jornal, retirei a afirmação seguinte: "os acréscimos têm de existir quando há produtividade. Não se pode aumentar salários quando não há aumento da produtividade, a não ser que seja um assunto aleatório. Um bom gestor não pode, nem deve aumentar salários senão houver produtividade" (3).

Veja-se, então, a ligação salário-productividade. Em microeconomia estabelece-se uma condição de equilíbrio-chamada de maximização do lucro - entre o valor da produtividade marginal do trabalho e o salário. Sempre que o primeiro termo superar o segundo, as empresas terão lucros, sendo o limite a igualdade (o que mais uma unidade de trabalho acrescenta não pode superar o valor do salário). Deste ponto de vista científico é lícito afirmar-se que mais salário tem de corresponder a mais produtividade, sob pena de se poderem desencadear fenómenos inflacionistas.

Mas o salário mínimo tem igualmente uma função social, não podendo ser apenas analisado do ponto de vista dos lucros dos empresários e das empresas (se o mercado de emprego funcionasse de um modo eficiente e racional, sem distorções, assimetrias e falhas, provavelmente não haveria necessidade do estabelecimento deste tipo de limite). Mas a realidade é outra e a repartição primária do rendimento nacional pelos factores de produção enferma de desigualdades, que podem ser atenuadas, actuando-se a jusante pelo sistema fiscal, ou a montante por este tipo de intervenções administrativas.

Mas o salário é igualmente uma macro-variável. É uma componente da procura agregada da economia, advindo daí a capacidade de criação e difusão de crescimento e de situações de melhoria das condições de vida, que engendrará oportunidades de investimento, emprego e lucros. E, por mais paradoxal que possa parecer, mais salários e salários mais elevados, podem significar lucros mais elevados, dinâmicas de crescimento da economia mais acentuadas e melhor distribuição do rendimento. Felizmente que a maioria dos empresários angolanos tem do salário mínimo uma análise e uma perspectiva correcta.

(1) Robert Solow drzia. no auge das notáveis discussões e excepcionais debates dos anos 90 do século passado sobre a Nova Economia e a "iminência de um novo paradigma económico" (centrado na revolução das novas tecnologias de Informação e comunicação) entre Solow, Rudiger Dombush, Robert Gordon, Olivier Blanchard e

outros ilustres economistas, que os computadores não serviam para muita coisa, na medida em que só se pode trabalhar com um de cada vez. Mais tarde veio a provar-se que os enormes ganhos de produtividade afinal tinham, também, na sua base os progressos registados nestas novas formas de comunicação universal

(2) Evidentemente que deixaram de existir empregos para toda a vida e a segurança não pode ser total, competindo às empresas, trabalhadores e Estado errarem as melhores condições para a ocorrência da flexisegurança. Os sistemas de previdência social pública ou privada ou mista, são importantes almofadas minimizadoras dos excessos de insegurança no trabalho da parte dos trabalhadores.

(3) Citei tal e qual, apesar de erros de concordância e de pensar que o "senão" devia estar separado, ou seja, "se não"

Alves da Rocha escreve quinzenalmente

I.19 Função pública emprega 398.815 trabalhadores

Jornal de Angola

30 De Março de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Pelo menos 2.807 funcionários foram admitidos, durante os últimos dois anos, em todo o país, o que perfaz um total de 398.815 enquadrados na função pública, revelou ontem em Luanda, o secretário de Estado da Administração Pública.

António Francisco Afonso, que falava num seminário sobre legalidade e prática de gestão de recursos humanos, afirmou que o enquadramento dos novos funcionários representa para o Estado um encargo estimado em mais seis mil milhões de kwanzas.

Baseando-se num estudo sobre os contratos de trabalho por tempo determinado na Administração Pública angolana, bem como na fiscalização do Decreto Presidencial n2104/11 de 23 de Maio, ressaltou. O secretário de Estado sublinhou que o Ministério dos Transportes é o sector que mais emprega no país, tendo enquadrado nos últimos dois anos 774 funcionários.

A Universidade Agostinho Neto (UAN) aparece na segunda posição como a instituição que mais emprega no país, garantido, ao todo, 545 postos de trabalho, seguidos dos ministérios das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, com

489, Ensino Superior 432, Relações Exteriores 125, Recursos Minerais e Petróleos 85.

Por intermédios dos ministérios da Administração do Território e Reforma do Estado entraram 75, Finanças 67 e Agricultura 56. Na totalidade, avança o estudo, os departamentos ministeriais contrataram aproximadamente 2.807 trabalhadores. O secretário de Estado referiu que os ministérios que possuem fundos são os que menos contratam pessoal, o que não dá lugar a uma correlação positiva entre a existência de fundo público e a contratação do pessoal.

António Francisco Afonso assegurou que um dos objectivos do estudo é fiscalizar e registar os contratos de trabalho por tempo determinado no sector da Administração Pública.

I.20 Fome, pobreza e alterações climáticas

Jornal de Angola

31 De Março de 2019

Texto: Filipe Zau

Os índices crescentes de fome e extrema pobreza, cada vez mais associados às alterações climáticas, continuam a não merecer a atenção necessária por parte dos poderes políticos e dos interesses económicos, para que, a curto prazo, se inverta definitivamente o caminho para a destruição do mundo e da humanidade. A formação dos recursos humanos resultante de processos educacionais, para além da sua estreita ligação ao desenvolvimento, terá que ser capaz de: "formar e/ou mudar hábitos e mentalidades em face da necessidade urgente de se conservarem contextos representativos da natureza e contextos culturais de alta significação.

Não há soluções credíveis para a luta contra as alterações climáticas, ignorando por completo as necessidades crescentes de energia por parte das comunidades carenciadas, tal como não se torna possível abordar as situações de fome e extrema pobreza, sem nos debruçarmos sobre os impactos das mudanças climáticas na agricultura, principal actividade económica nos países pobres. A sustentabilidade corresponde ao "conceito que privilegia o uso de bens naturais/culturais sem descuidar de sua conservação, para que as gerações futuras possam beneficiar deles." Mas, para que se promova a sustentabilidade ambiental terá de haver, em todo o mundo, uma acção conjunta que se debruce sobre a pobreza mundo e as alterações climáticas.

Reflectidamente os ambientalistas afirmam que estamos à beira da destruição da vida humana e têm razões mais do que evidentes para que os levemos a sério: nas cidades, o ar que respiramos vai perdendo qualidade; a água, imprópria para consumo; os alimentos, envenenados com pesticidas, herbicidas e fertilizantes químicos, ou poluídos com corantes, espessantes, acidulantes, aromatizantes e conservantes; a carne é enxertada com antibióticos e hormônios danosos à saúde; os mares e rios tornam-se perigosos para banhos; os peixes e os frutos marinhos, contaminados pelo mercúrio, podem provocar desastres como o de Minamata, no Japão; as guerras infundáveis produzem milhões de mortos; feridos e estropiados, viúvas, órfãos, neuroses, psicoses, doenças orgânicas e desastres urbanos e ecológicos; as experiências nucleares, usinas atômicas e bombas dão azo a que, num minuto, se possa extinguir toda a vida no planeta; o sol se tornou perigoso, por causa da destruição da camada de ozónio...

Passamos por alterações climáticas perigosas, com impacto directo na agricultura e, conseqüentemente, na principal actividade económica dos países ainda não suficientemente industrializados. Sem que se entenda isto como uma forma alarmista de se colocar a questão ambiental como um desafio a incorporar nas nossas preocupações quotidianas, vamo-nos dando conta que, por exemplo, a invasão do plástico vai matando assustadoramente a vida animal nos rios e nos mares. As florestas vão desaparecendo e abrindo espaço para a desertificação dos solos. A segurança alimentar passar a estar mais comprometida e a extinção de espécies animais e vegetais terá de ser vista com uma questão muito séria.

Relativamente a Angola, os eventos climáticos mais frequentes estão ligados à pluviosidade e às cheias dos rios, sobretudo, nas províncias da Huíla e do Cunene, colocando um elevado número de populações em situação de deslocadas, face às catástrofes que, todos os anos, provocam. De salientar ainda, as calemas da ilha de Luanda que provocaram o desalojamento de várias famílias. Todos estes factos conjugados contribuem para o aumento da fome e da pobreza extrema, principalmente, nas províncias da Huíla e do Cunene, já que, a agro-pecuária é a principal actividade económica das populações. Perdem-se colheitas e também muitas cabeças de gado, o que constitui um grave prejuízo para a economia nacional. A interrupção das aulas por longos períodos acaba por prejudicar, todos os anos, a eficiência do processo de ensino-aprendizagem dos alunos e a dificultar o processo de universalização do ensino primário,

agravado pelo facto das populações serem pastoris e o nomadismo fazer parte do seu modus vivendi.

Os países em desenvolvimento têm de implementar políticas e práticas de governação para proteger, não só, o ambiente, mas, também, as comunidades pobres que dependem dos recursos naturais. Concomitantemente, os países mais industrializados têm de assumir as suas responsabilidades, já que são os maiores poluidores, ajudando os países em desenvolvimento a melhorar a sua capacidade de adaptação às alterações climáticas, através de transferências tecnológicas e financeiras. Prefaciando o Greenpeace: "quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver secado, quando o último peixe for pescado, vocês vão entender que o dinheiro não se come!!"

Ph. D em Ciências da Educação e Mestre em Relações Interculturais

2. MICROFINANÇAS

2.1 Resultados dos “big five” superam os mil USD em 2018

Jornal Expansão

7 De Março de 2019

Texto: Michel Pedro

Os cinco maiores bancos nacionais em activos superaram pela primeira vez na história da banca nacional a barreira dos mil milhões USD em resultados líquidos em 2018, representando um aumento de 60,1 % face aos 655,7 milhões USD de resultados do 'top 5' em 2017, de acordo com cálculos do Expansão com base nos balancetes do IV trimestre de 2018.

O ano passado fica ainda marcado pela saída do banco BIC da lista dos cinco maiores bancos em activos do sistema bancário nacional, em troca com o Banco Económico, que em 2017 era o sexto maior banco (ver gráficos). Além de uma entrada e saída no 'top 5', é de registar a troca entre o BFA, que deixa o segundo lugar, suplantado pelo BAI.

E se os resultados líquidos dos 'top 5' aumentaram 60,1% na moeda norte-americana, em kwanzas subiram 186,3%. Esta diferença é justificada pela desvalorização da moeda nacional e pelo facto de os bancos terem reavaliado os seus activos em USD, reflectindo essa desvalorização do Kz.

O resultado só não é melhor, porque o Banco de Poupança e Crédito (BPC) obteve prejuízos pelo terceiro ano consecutivo. Em USD, o banco estatal registou uma redução em 80% dos prejuízos, saindo dos históricos -440,6 milhões USD de 2017 para -86,5 milhões USD em 2018. Já em Kwanzas, passou de -73,1 mil milhões para -26,7 mil milhões, reduzindo os prejuízos em 63%.

Apesar de ter deixado o segundo lugar do 'top 5' dos bancos com maiores activos, o Banco de Fomento Angola (BFA), voltou a ser o campeão dos lucros. Depois de ter fechado 2018 com um resultado líquido de 567,4 milhões USD, um crescimento de 36,2% face aos lucros de 416,5 milhões USD obtidos em 2017. O resultado do BFA representa, mais de metade (54%) dos 1 050 milhões USD dos resultados líquidos das cinco maiores instituições bancárias.

Já o BAI, que obteve um aumento de 52,8% nos seus activos para 2,1 mil milhões Kz, equivalente a 7 mil milhões USD, tornando-se o segundo maior banco em activos, obteve uma redução de 24% nos seus

lucros em USD no ano passando, passando dos 329,7 milhões USD em 2017 para os 252,1 milhões em 2018. Já em Kwanzas os lucros aumentaram 42% para 77,8 mil milhões Kz.

O quarto maior banco por activos, o Banco Económico (BE), viu aumentar em seis vezes os seus lucros em 2018 face a 2017, saindo dos 36,2 milhões USD para 228,8 milhões USD. Se a conta for feita em Kwanzas, o valor dos lucros aumentou mais de 1 000%. Em resposta ao Expansão, aquando da publicação do balanço do terceiro trimestre de 2018, o BE justificou a subida nos lucros com a "melhoria significativa da margem financeira, decomposta por dois efeitos: melhoria dos proveitos de créditos e diminuição dos custos com captações de liquidez". A semelhança dos outros bancos, beneficiou também da reavaliação dos seus activos e passivos em USD face à desvalorização do kwanza.

O Millennium Atlântico, que deixou o quarto lugar do 'top 5', ocupando agora a cauda desse grupo, obteve uma redução de 39% dos seus lucros em moeda norte-americana, passando de 143,4 milhões USD para 88,1 milhões. Já em Kwanzas, registou um aumento de 14%, de acordo com os cálculos do Expansão.

OS activos do Top 5 ascendiam, no final de 2018, 7,9 biliões Kz (25,7 mil milhões USD), dos quais cerca de 36% aplicados em títulos de dívida pública. Já o

Seis bancos não cumprem regras do BNA

Além dos cinco maiores, 15 outros bancos apresentaram os balancetes do IV trimestre de 2018. Estes 15 bancos obtiveram lucros de 634,9 milhões USD, correspondentes a 38% do total dos resultados dos vinte bancos que apresentaram balancetes.

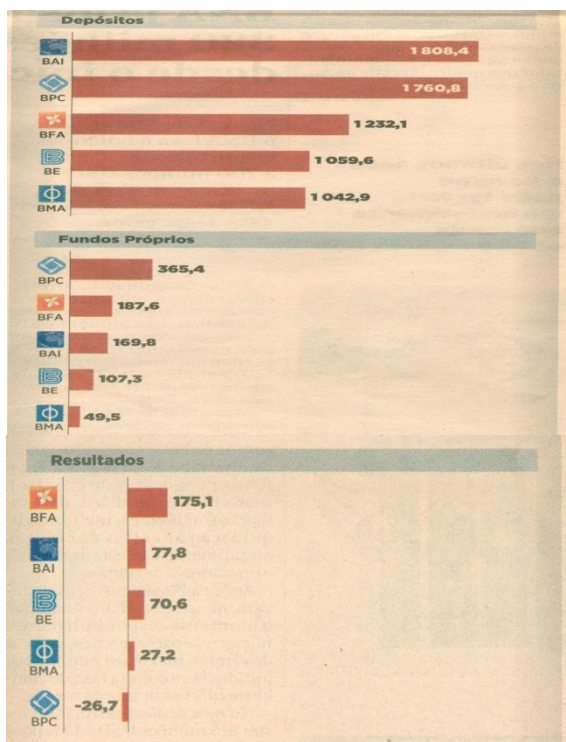
De destacar que os dados dos balancetes não são auditados, pelo que poderão haver alterações quando forem conhecidos os relatórios e contas que deverão ser aprovados ao longo do mês de Março.

De igual forma não se sabe se as demonstrações financeiras de 2018 serão ajustadas em função de uma eventual classificação de Angola como País hiperinflacionário, economias que registam uma inflação acumulada nos últimos três anos próxima ou superior a 100%. Em 2017, o País integrou essa "lista negra" mas por decisão do BNA os bancos não ajustaram as suas contas à inflação ao arrepio da indicação das seis maiores empresas de auditoria do Mundo e, por isso, levaram com uma reserva às contas.

Seis instituições bancárias Banco de Comércio e Indústria (BCI), BAI Microfinanças (BMF), YETU,

Banco Kwanza Invest (BKI), Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) - não cumprem o aviso 15/07 do BNA que obriga à publicação dos balancetes trimestrais "até 45 dias após o mínimo do trimestre".

O Banco Postal, o Mais e o BANC, apesar de já terem encerrado actividade em 2019, operaram em 2018 e também não apresentaram os balancetes do IV trimestre.



2.2 Bancos falham na prevenção do branqueamento de capitais

Novo Jornal

22 De Março de 2019

Texto: Faustino Diogo

Alguns bancos que operam no sistema financeiro nacional não estão a cumprir na íntegra as normas de prevenção e branqueamento de capitais vigentes no país, revelou a chefe de divisão de Prevenção e Branqueamento de Capitais do Banco Nacional de Angola (BNA), Delmise Florentino.

"Apesar de existir algum progresso, ainda há algumas insuficiências em relação ao sistema de prevenção e branqueamento de capitais nas instituições financeiras bancárias", declarou a responsável, sem, porém, avançar quais são os bancos que não cumprem as boas práticas comportamentais e éticas. Delmise Florentino adiantou algumas das principais falhas que os bancos cometem.

Em relação à inexistência de declaração de origem e destino de fundos, referiu que algumas instituições bancárias angolanas "ainda não fazem o uso desse mecanismo" e as que fazem apresentam "falta de documentos comprovativos da operação realizada".

"Algumas instituições ainda não têm aplicativos informáticos implementados, outras têm o aplicativo, mas não geram os alertas necessários para fazer uma diligência eficaz e para também classificar o risco mediante o perfil transaccional", revelou.

A responsável disse ainda que alguns bancos consideram os clientes priva te como de baixo risco, mas o Banco Nacional de Angola classifica estes como de alto risco. Delmise Florentino fez as revelações quando falava na conferência Compliance: Custo ou Oportunidade, realizada quinta-feira, 21, em Luanda, uma iniciativa da Associação das Empresas Contratadas da Indústria Petrolífera Angolana (AECIPA), em parceria com a consultora PwC. Delmise reiterou que a fiscalização realizada pelo banco central tem detectado deficiência na aplicação das normas de compliance por parte das instituições financeiras bancárias.

Perante este quadro, Patrique Fernandes da consultora PwC considera que a cultura de compliance em Angola está no início e ainda há muito a fazer, por isso é necessário a adopção de processos, procedimentos e políticas de sistemas de

compliance robustos mas que precisam acima de tudo de pessoas capazes para a sua execução. "Ética e Compliance", "Boas Práticas e Normas de Funcionamento no Ambiente Empresarial" foram os temas que dominaram as discussões na conferência que contou com a participação de especialistas em compliance das instituições financeiras bancárias angolanas.

2.3 Inclusão financeira pode ser acelerada com o uso das TIC

Jornal Economia em Finanças

29 De Março de 2019

Texto: Vânia Inácio

A inclusão financeira constitui nos dias que correm, um dos maiores desafios para o sistema financeiro nacional, não só pelo facto da pouca densidade de utilizadores, mas por se tratar de um instrumento fundamental no combate à pobreza e à desigualdade social.

"Por isso, é necessário o uso das tecnologias de informação que respondam às reais necessidades do sector, para ajudar a fomentar o processo de inclusão financeira que atinge actualmente cerca de 36 por cento da população do país".

A afirmação é do vice-governador do BNA, Rui Minguês, na sua intervenção no Ciclo Anual de Conferências sobre as "Tecnologias de informação para o sistema financeiro angolano", realizado quarta-feira, em Luanda.

Segundo o governante, o BNA tem tido a preocupação de actualizar com regularidade o sistema financeiro no que toca às questões do dia-a-dia, dada a grande inovação que ocorre nos últimos anos no sector das tecnologias de informação.

"É indispensável olharmos às nossas reais dificuldades, para podermos encontrar um campo comum de entendimento entre todos os operadores financeiros, e as empresas fornecedoras das diversas soluções tecnológicas de maneira a que o nosso sistema possa cumprir cabalmente com a sua função", disse Rui Minguês.

O responsável afirmou ainda que a dependência do sector bancário em relação aos consultores externos nos serviços de tecnologias de informação tem a ver com a forma como se começou a implementar o sistema financeiro angolano,

"Nós compramos muitas soluções já produzidas e existem algumas que são de carácter global, que são

utilizadas em vários países e isso provoca um ciclo que obriga a que haja recursos para a consultoria externa", disse.

Por sua vez, o engenheiro Simão Cassange, fundador da Sin'fild's, disse que a entidade reguladora angolana deve exigir mais das empresas prestadoras de serviços do sector bancário, de forma a utilizarem as tecnologias disponíveis e facilitarem o acesso à inclusão bancária.

2.4 Cartoon

Jornal Expansão

7 De Março de 2019

Desenho: Sérgio Piçarra



3. MERCADO INFORMAL

3.1 Caso cobranças ilícitas: Cidadãos agastados com os lotadores de táxi

Jornal A República

8 De Março de 2019

Texto: Hilária de Castro

Os cidadãos que frequentam o mercado 1.º de Agosto vulgo "Catiton", situado no Distrito Urbano a Maianga, mostram-se agastados com os lotadores de táxi, já que os mesmos alegam que os referidos lotadores, têm feito recorrentemente cobranças ilícitas, uma vez que exigem aos cidadãos a pagar 200 Kwanzas, quando os cidadãos transportam consigo sacos de arroz, fuba, etc. Não importa se a carga que os cidadãos estiverem a transportar seja de maior ou menor carga.

Por outra, os lotadores de táxi, exigem igualmente aos motoristas de táxi, que os pague 200 kwanzas, isto é, em cada viatura que os mesmos introduzirem passageiros.

Os cidadãos consideram que esses actos de ma-fé têm sido praticados pelos lotadores traduzem-se em roubo e exploração, pois além de extorquirem os cidadãos. Entretanto, os cidadãos visados, adiantaram ao Jornal A REPÚBLICA, em Fevereiro do corrente ano, que os referidos lotadores também ameaçam os cidadãos, procedem ameaças, sendo que diversas vezes, os taxistas nada fazem, no sentido de defenderem os passageiros, já que muitos cidadãos temem pelas suas vidas, pois os cidadãos visados dizem que os lotadores de táxi são jovens violentos e agressivos.

Já Maria da Conceição afirma que estes indivíduos gostam de ganhar dinheiro de forma fácil, já que não se importam com o bem-estar dos outros.

"Eu não entendo o que é que eles fazem, com o dinheiro que muitos lotadores roubam da população, estão aqui, todos os dias da semana a cobrar, mas não mudam de vida, acho mesmo que a única coisa que fazem com estes valores, só servem para comprar bebidas alcoólicas"

O fenómeno lotadores de táxis nos mercados e nas paragens de taxista, afecta tanto os passageiros como

os motoristas, porque estes lotadores são agressivos fazem ameaças aos cidadãos, mas para evitar conflitos ou mortes preferem dar 200 kwanzas.

Lopes Agostinho é fiscal do mercado 1.0 de Agosto vulgo catiton diz que desde que os lotadores de táxis começaram a ocupar espaços para os taxistas estacionarem e passarem a cobrar dos passageiros e dos motoristas o vulgo "Carapau" o índice de criminalidade no mercado diminuiu, por este motivo, é que continuamos a permitir que os mesmos continuem com essas actividades, porque estes lotadores, outrora eram marginais, mas sempre que são proibidos de procederem a cobrança aos cidadãos, asseguram que vão voltar a roubar.

Segundo o fiscal a presença deles, trouxe segurança ao mercado. E, desta forma, tanto as senhoras que vendem no mercado, como aquelas que têm feito compras de mercadorias haveres estão mais seguras.

No outro aspecto, os lotadores de táxis afirmam que cobram duzentos kwanzas.

3.2 Produtos da cesta básica reduzem dieta alimentar dos angolanos

Jornal Visão

8 De Março de 2019

Texto: André Mavungo

Dentre os produtos cujos preços dispararam estão a fuba de milho, óleo vegetal, massa alimentar, carne seca, açúcar e feijão.

Segundo Maria Fortunato, natural de Benguela, que por questões laborais resolveu mudar-se para Luanda, há 12 anos, é inconcebível que os preços dos produtos de primeira necessidade aumentam numa altura em que o Executivo ,fala em melhorias da condição de vida dos angolanos.

A cidadã que se encontrava naquele momento em compras num dos armazéns situado no município do Talatona, distrito urbano do Benfica, sente-se ameaçada e desconfortável face aos actuais constrangimentos que agora enfrenta, ao aperceber-se que os preços da maior parte dos produtos da cesta básica aumentaram o que, a seu ver, vai desembaraçar a vida de muitos cidadãos.

"É-me difícil acreditar no que vejo neste momento, é inacreditável que o país perca o controlo das coisas e admita que qualquer pessoa assuma a liderança e faz de Angola a famosa salada "rusa", associada à

especulações de preços sem anuência de autoridades afins", desabafou Maria.

Manuel Gaspar, taxista da rota Golfe II/Camama 1, avançou ao Visão que o Executivo perdeu o controlo dos problemas candentes que já deviam ter sido ultrapassados, inquietando até agora a população da cidade capital e do país em geral.

"Nós agora temos dois graves problemas já identificados nomeadamente, a crise de preços da comida e o desemprego", identificou.

Gaspar, desempregado há três anos, fez saber que quando um governo soberano não for capaz de resolver as principais preocupações básicas, fragiliza também o desenvolvimento socioeconómica do país.

Durante uma ronda efectuada por Luanda, o jornal Visão apurou que um saco de açúcar vendido a 8 mil 500 kwanzas, ronda agora os 10 mil 600, uma caixa de massa alimentar que custava os mil e 700, agora passa para 2 mil e 500 respectivamente, bem como uma caixa de óleo vegetal que era vendida a 3 mil 800 para 4 mil 700.

Na ocasião, Nkuanza Pedro, professor do complexo escolar Simão Tôco, assegurou que a situação de Angola não se resume apenas na subida drástica dos preços da cesta básica, mas define-se basicamente nas causas dessa subida. "A subida dos preços é uma guerra que se declara contra o pacato cidadão que ainda vive inúmeras problemas sociais" explicou.

3.3 Administração do Sambizanga

Jornal Manchete

14 De Março de 2019

Fiscais da administração do Sambizanga estão a ser acusado de invadirem o interior da Igreja de Nossa Senhora da Nazaré, no São Paulo, quando perseguiam uma zungueira que terá se refugiado ao templo, num momento em que os cristãos faziam as suas orações. O facto aconteceu justamente no dia 8 de Março. As zungueiras denunciaram os abusos cometidos por fiscais, segundo a qual, muitas delas são obrigadas a manter relações sexuais ou pagar valores monetários em troca de devolução dos seus bens em caso de serem apreendidos. Estas denúncias não são de hoje e as autoridades fingem nada saberem a respeito.

3.4 Policia mata "zungueira" em Luanda e causa tumulto

Jornal Manchete

14 De Março de 2019

Texto: Jorge Neto

A morte de uma mulher "zungueira" vendedora de rua, supostamente por um polícia, causou na tarde desta terça-feira, em Luanda, tumultos que as autoridades policiais já controlaram.

De acordo com jovem que terá testemunhado o incidente, ouvido pela Rádio nacional de Angola, os agente da ordem pública terão recebido o negócio da "zungueira", sendo que este inconformada foi até a viatura para reaver o seu negócio "Não sei se o polícia estava nervoso e fez um disparo na cara da senhora e esta caiu no local já sem vida", disse o jovem acrescentando que " por isso o povo não gostou e reagiu contra polícia".

O porta-voz do comando provincial de Luanda da Polícia Nacional, Mateus Rodrigues, disse aos órgão d comunicação Social que face ao incidente a Polícia estava a usar todos os ao dispor para repor a ordem e tranquilidade. Na altura em que o Porta-voz da polícia em Luanda falava em directo para o noticiário da RNA de terça-feira ainda eram audíveis os disparos de armas de fogo no local supostamente para repor a ordem e a tranquilidade.

Embora as autoridades policiais confirmam a morte de apenas uma cidadã os cidadãos no local falavam em seis mortos e alguns feridos de realçar que na acção policial foram usados balas reais e gás lacrimogénio para dispersar a população que se encontrava enfurecida pelo facto da actuação da polícia não ter sido de protecção ao cidadão. Contrario a acção dos efectivos o novo comandante Provincial da Polícia Nacional em Luanda, Comissário-Chefe, Eduardo Fernandes Cerqueira

O novo comandante provincial de Luanda Comissário-chefe, Eduardo Fernando Cerque ira, disse terça-feira, em Luanda, durante a sua tomada de posse que a Polícia Nacional quer na sua corporação efectivos capacitados para fazerem um trabalho de prevenção e combate ao crime, respeitando acima de tudo a população e os direitos humanos.

A polícia apelou à calma face à situação que, durante a tarde de terça-feira, 12, começou a ser partilhada nas redes sociais, com fotografias e vídeos, que mostravam contentores de lixos incendiados, viaturas com vidros partidos e um número elevado de pessoas no local.

3.5 Taxistas duplicam tarifa devido a escassez de combustível

Jornal Expansão

15 De Março de 2019

Texto: Alexandre Lourenço

Os automobilistas que exercem a actividade de táxi, na província do Zaire, na cidade de Mbanza Kongo, aumentaram desde o princípio da semana passada o preço da corrida de 100 para 200 Kz devido a escassez de combustível na província, motivando a contestação dos passageiros.

As grandes enchentes de passageiros nas paragens de táxi, sobretudo dos funcionários públicos e estudantes, nas primeiras horas de manhã, resultam da ausência de viaturas devido à falta de combustível, revela a ANGOP.

As poucas viaturas em serviço de táxi que resistem estão a encurtar as rotas e aproveitaram para subir os preços da corrida de táxi.

Devido à escassez, o litro de gasolina no mercado informal está ser vendido a 500 kz, contra os 200 kz praticados dias antes da ruptura, representando um aumento de 150% em poucos dias. Já no mercado formal o preço do litro mantém-se nos 160 kz.

De acordo com vários automobilistas, as bombas de combustíveis da Pumangol e Sonangol da cidade de Mbanza Kongo não conseguem dar resposta à procura.

Em Luanda, a tarifa da corrida de táxi ainda não sofreu alteração, mas o presidente da Associação da Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA), Geraldo Wanda avançou que os preços podem subir nos próximos tempos com a presumível subida dos combustíveis, já acordada no âmbito do acordo de Angola com o FMI.

Entretanto, o presidente da ANATA pede maior interação entre as associações e as instituições públicas no sentido de se implementarem estratégias definitivas para evitar transtornos aos passageiros.

Sem nenhuma autorização para a alteração da tarifa, o presidente admite que há motoristas que têm alterado

o preço da corrida, no entanto, encoraja os passageiros a denunciarem os taxistas.

Em Luanda, a última subida oficial da tarifa dos transportes colectivos aconteceu em 2016 passando de 100 para 150 kz, com a autorização do MinFin.

A ANATA controla 18 mil veículos enquanto a Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) controla 3 000 motoristas.

A.L. com Angop

3.6 Viúvo da “zungueira” do Rocha Pinto consolado com três empregos

Jornal O PAÍS

15 De Março de 2019

Texto: Milton Manaça

Consolar a família da vendedeira ambulante Juliana Cafrique, de 28 anos, assassinada friamente por um efectivo da Polícia Nacional (PN) em pleno exercício das suas funções, na Terça-feira, 12, na Avenida 21 de Janeiro, no Rocha Pinto, tornou-se um desafio para a corporação.

No entanto, a verdade é que nenhum dos apoios materiais e financeiros que tanto Polícia como o Governo Provincial de Luanda (GPL) prometeram prestar à família será suficiente para preencher o vazio que a ausência dela está a criar aos filhos de seis meses, 2 e 7 anos de idade, bem como ao viúvo.

Até ao final da tarde de ontem, Banguila Manuel Augusto, o viúvo que está há dois anos desempregado, foi "consolidado" com três propostas de emprego feitas pelas duas instituições públicas acima mencionadas e pela UNITA, o maior partido político na Oposição.

No período da manhã, a nossa reportagem encontrou uma equipa de efectivos da PN, liderada por um intendente, em casa do óbito, a concertar com a família os apoios que seriam prestados durante as exéquias fúnebres e não só. "Eles também prometeram ajudar nas despesas do óbito com valores monetários e alimentos".

O esposo da malograda, sem avançar detalhes, disse que ficou a promessa por parte da corporação de responsabilizar-se pelos três filhos e garantir um emprego para si.

Nesse período, receberam a visita de Helga Eduardo dos Santos, ministra do Ambiente no Governo

Sombra da UNITA) que descreveu a ocorrência de revoltante e prometeu abordar o assunto com o Ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares.

Além de manifestar o sentimento de pesar à família enlutada, prometeu, em nome do seu partido, auxiliar na alimentação e educação dos filhos, bem como emprego para o marido da malograda.

Já no período da tarde, uma delegação do GPL, encabeçada pelo governador Sérgio Luther Rescova, compareceu na casa do óbito para prestar solidariedade à família enlutada e prometeu contribuir no sustento das três crianças órfãs.

O pedreiro e ladrilhador Banguila Manuel Augusto está há dois anos desempregado. Durante esse período, o sustento da sua família era garantido pela malograda Juliana Cafrique, com os poucos recursos financeiros que arrecadava com a venda de produtos diversos no mercado paralelo da Padaria, localizado no Rocha Pinto.

Um percurso sem regresso

No fatídico dia de Terça - feira, a vítima chegou à sua bancada num horário diferente do habitual, pois passara quase todo o dia lavando a roupa do esposo e dos seus três filhos.

Juliana Cafrique perdeu a vida nos braços de Rosa Manuel, a cunhada com quem partilhava a bancada da Praça da Padaria nos últimos oito anos, vendendo tomate, cebola, batata-doce e rena, entre outros hortícolas. Entretanto, no dia da sua morte, depois de lhe ser disparada uma bala na cabeça, por volta das 17h, não lucrou sequer 100 Kz, pois no mesmo instante arrumava a sua bancada, como explicou a sua cunhada.

Para além de assegurar a alimentação da família, era de Juliana a responsabilidade de pagar a renda de casa.

Autores do disparo alegadamente embriagados

Rosa Manuel, que trabalha neste mercado há mais de 15 anos, conta que tanto o autor da morte da sua cunhada, como os outros dois agentes, que faziam a patrulha no local, estavam embriagados e aparentemente determinados a matar quem ousasse contrariar as suas ordens. Este facto foi afirmando por outras vendedeiras.

"Quando chegaram, o chefe da patrulha, Manuel Implacável, disse ao seu colega que pode matar. É ordem do chefe. Essas senhoras são muito teimosas. O primeiro tiro roçou no braço de uma colega e quando tentamos fugir o segundo atingiu na cabeça

da Juliana", descreveu, com os olhos em banho de lágrimas.

Recordou que, ao vê-la estendida ao chão, os agentes subiram na viatura e meteram-se em fuga o que terá motivado a revolta das vendedoras que esperavam que a sua colega fosse socorrida de imediato pelos agentes da Ordem Pública.

Rosa Manuel prestou estas declarações a OPAÍS, sob o olhar atento de outros familiares e das colegas (vendedeiras) que não deixavam escapar nenhum detalhe, enfatizando que "era recorrente os mesmos agentes fazem patrulhamento na praça embriagados".

Uma praça com mais de 20 anos

O local do tumulto do Rocha Pinto, conhecido como Praça da Padaria, existe há mais de 20 anos, aliás, a nossa interlocutora disse que já trabalhava neste espaço quando um dos seus filhos, que conta agora com 16 anos de idade, veio ao mundo.

As comerciantes alegam que a Administração do Rocha tem conhecimento da existência da praça e as terá orientado a tratarem cartões de contribuinte e a anexarem uma fotocópia do Bilhete de Identidade para lhes serem passados os cartões de vendedoras.

3.7 Associação responsabiliza GPL pelas mortes de zungueiras

Jornal O PAÍS

15 De Março de 2019

Texto: Milton Manaça

A Associação dos Vendedores Ambulantes de Luanda (AVAL) disse que os casos reiterados de mortes de zungueiras tendem a continuar, pelo facto de não existir responsabilização dos infractores.

O presidente da AVAL, José Cassoma, disse não notar o interesse da Procuradoria Geral da República (PGR) e do Ministério da Justiça e dos Direitos nos casos que envolvem violação dos direitos das zungueiras.

Cassoma, que coordena mais de 4 mil zungueiras, disse que a AVAL vai solicitar o patrocínio judicial da Associação Mãos Livres na constituição um advogado para os familiares de Juliana. "Vamos exigir uma indemnização do Estado para apoiar os filhos da vítima", realçou.

Por fim, José Cassoma responsabilizou o GPL pelas mortes das zungueiras, por, alegadamente, se recusar a dialogar com a associação, a fim de encontrarem soluções da 'zunga' na capital.

3.8 Homicídio Handeka condena actuação da PN na morte de «zungueiras»

Novo Jornal

15 De Março de 2019

Texto: António Gaspar

A associação cívica Handeka lamenta a morte da vendedora ambulante (vulgo zungueira) Juliana Kafrique, de 29 anos, ocorrida no fim da tarde desta terça-feira, 12, no Rocha Pinto, em Luanda, protagonizada por um efectivo da Polícia Nacional (PN), referindo que ao longo do tempo a actuação de alguns agentes da ordem pública têm tirado a vida de muitos cidadãos inocentes, civis e desarmados, incluindo crianças.

Num comunicado a que o Novo Jornal teve acesso, a Handeka explica que "não é novidade para qualquer cidadão que a PN integra efectivos de idoneidade duvidosa, pois todos já fomos, pelo menos uma vez, testemunhas directas ou indirectas de comportamentos vexatórios protagonizados por agentes embriagados na via pública, agentes que continuam a extorquir os bens da população mais pobre e agentes que continuam a matar sem 'um pingo' de ponderação".

"Num país onde a maioria da população é pobre e não tem um Estado que a proteja, pois a sua miserável vida está arredada de todas as bondades constitucionais dos direitos consagrados, ninguém merece ser perseguido todos os dias por distintas razões, quando o único crime é querer trabalhar e alimentar os filhos de forma honesta", lê-se.

o documento considera ainda que "não bastam as acções que o Comando da Polícia Nacional tem levado a cabo no sentido de formar e informar os seus efectivos sobre as boas práticas".

"Foram muitos anos de impunidade e prepotência por parte de muitos efectivos da polícia. Aturamos há anos a extorsão na via pública, humilhação, a detenção por assuntos que nunca foram sequer contrários à lei e a morte de inocentes. As pessoas não mudam por decreto. Há cancro na PN que já não têm cura", diz membro da Handeka.

Por último, acrescenta que todas as vezes que o comando da PN emite comunicados, "nuns' assume a sua culpa noutros não, mas o facto é que, não obstante os policiais que matam nestas condições serem expulsos da corporação e indiciados criminalmente, o problema não fica resolvido, tendo-se tornado reincidente".

3.9 Vendedores do mercado resistem à transferência

Jornal de Angola

19 De Março de 2019

Os vendedores do mercado "João de Almeida", arredores da cidade do Lubango, extinto há três anos, resistem à transferência para o "Rio Nangombe", alegando a longa distância e a falta de condições adequadas para a comercialização dos seus produtos.

O mercado foi extinto por estar próximo da zona urbana, tendo o espaço sido reservado para a construção de um hospital de referenda, com financiamento polaco, cujas obras só não arrancaram devido a essa condicionante.

À Angop, os vendedores reafirmaram que só vão abandonar o local quando a administração local melhorar as condições do mercado do Rio Nangombe, desde os acessos à disponibilidade de água.

Maria Filipa, que vende no local há 15 anos, disse que a sua resistência prende-se com o facto de trabalhar com produtos perecíveis e com pouco rendimento, ou seja os compradores ressentem-se da distância até ao novo mercado (dez quilómetros).

Marcelina Joana, também vendedora de hortícolas, considerou que o mercado do Rio Nangombe está desocupado devido à falta de clientes, o que leva alguns vendedores a regressarem ao antigo local.

Sobre o assunto, o administrador municipal do Lubango, Armando Vieira, disse à Angop que já se deu um ultimato aos vendedores e que a sua prática no local constitui infracção, pelo que deu-se uma nova moratória de 30 dias, caso resistam serão removidos à força e responsabilizados administrativa e criminalmente.

O administrador afirmou que estão a ser criadas atracções no novo mercado, como a transferência do antigo mercado do peixe para lá, pelo que a justificação da falta de clientes já não colhe.

O gestor afirmou que o anterior mercado já não tem mais razões de ser e o vendedor ambulante que for encontrado a praticar venda naquele local será sancionado, com base nas transgressões administrativas. Apelou ao bom senso dos vendedores ambulantes, no sentido de se acostumarem com o mercado do Rio Nangombe, evitando situações de choque com as autoridades.

A cidade do Lubango conta actualmente com três mercados informais melhorados, assim como vários por regularizar, onde se destaca o João de Almeida, que congrega mais de 20 mil feirantes.

O município do Lubango tem uma população estimada em 903.564 habitantes, segundo as projecções do Censo Populacional do Instituto Nacional de Estatística (INE).

3.10 Oposição protesta contra o assassinato da "zungueira"

Jornal de Angola
20 De Março de 2019
Texto: Adelina Inácio

Um grupo de sete deputados da CASA-C E apresentou ontem, no Parlamento, uma moção de protesto contra o assassinato da zungueira Juliana Cafrique, protagonizada por um agente da Polícia Nacional na semana passada, no Rocha Pinto.

Depois de uma hora de debate, a moção foi votada favoravelmente por todos os deputados da oposição (com excepção do deputado David Mendes) e recebeu votos contra do grupo parlamentar do MPLA, com excepção dos deputados Roberto de Almeida e Manuel Vicente, que se abstiveram.

Os jornalistas não testemunharam a discussão da moção, por ter sido cortado o sinal na sala onde se encontravam a fazer cobertura da reunião plenária. Entretanto, as abstenções de Roberto de Almeida e de Manuel Vicente são um indicativo de que os debates foram acesos.

Nas declarações de voto, todos os grupos parlamentares já tinham repudiado os excessos dos agentes da Polícia Nacional, no incidente 'do Rocha Pinto.

Durante a sessão plenária de ontem foram aprovados o Projecto de Resolução que aprova, para ratificação, o Acordo de Cooperação entre os Governos de Angola e da Guiné Equatorial no domínio da defesa. Os parlamentares votaram também o projecto de Resolução que aprova, para ractificação, o Tratado entre Angola e a Rússia sobre Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal.

Na reunião, orientada pelo Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, os deputados votaram também o Projecto de Resolução que aprova o Relatório das Actividades da ERCA.

3.11 Cidadãos indignados com os taxistas

Jornal A República
22 De Março de 2019
Texto: Hilária de Castro

Correria, empurrões e desconforto são três dos principais problemas que marcam, diariamente, a rotina dos utentes de transportes públicos em Luanda.

Enchentes nas paragens de táxi, é o cenário que se verifica todos os dias no período da manhã e no fim do dia, tudo porque os taxistas Ao começo da manhã, e ao cair da tarde, fazem linhas curtas que deixa milhares de passageiros indignados com os taxistas, uma vez que a tarifa do táxi são 150 kwanzas, mas muitos cidadãos chegam apagar 300 kwanzas.

A falta de transportes públicos suficientes, assim como a falta de fiscalização da polícia económica é apontada pela população, como sendo as causas da superlotação das paragens de táxis, um problema que afecta todos os trabalhadores e estudantes que não têm transporte próprio ou pessoal.

Por outra, os meios de transportes públicos, em Luanda, têm muita enchente e não oferecem serviço de qualidade, não têm qualidade, comentou o utente João de Sousa.

O mesmo ponto de vista, tem a passageira Zinha Madureira, que aponta a superlotação como um problema que deve ser levado a sério, principalmente pelas autoridades do país.

"Muitos preferem o serviço de táxi, por causa da enchente dos autocarros, mas agora, os taxistas decidiram fazer linhas curtas, estamos a gastar muito com o táxi. Porém, a polícia económica tem que fazer alguma coisa, se não vamos continuar a sofrer", lamentou uma cidadã que preferiu falar em anonimato.

Os passageiros acreditam que os taxistas, só tomam estas medidas, porque sabem que a população não tem outra saída, que não seja aceitar, no sentido de não chegar atrasado ao serviço. Não há outra alternativa, porque os autocarros não oferecem condições de viagem, estão sempre cheios e não circulam em todas zonas de Luanda.

A falta de autocarros, sobretudo na via pública, tem causado muitos problemas no que toca à mobilidade da população Luandense. Os taxistas, afirmam que

encurtam as viagens, por causa do mau estado das vias e do congestionamento constantes que se verifica nas estradas de Luanda. Adão Francisco, taxista referiu que perdem muito tempo no trânsito e, por isso, fazem linhas curtas ou chegam a cobrar 200kwanzas, por viagem para recompensar as horas que ficam retidos no trânsito.

3.12 "Operação Resgate" com bons resultados

Jornal de Angola

20 De Março de 2019

Texto: Alexa Sonhi

O Comando Municipal de Cacucaco da Polícia Nacional deteve 70 elementos suspeitos de crimes de homicídio voluntário, tendo esclarecido 27 casos, durante a primeira fase da "Operação Resgate", disse o subcomissário José Amaro Franco.

No domínio do trânsito, José Amam Franco salientou que foram interpeladas 620 viaturas, o que resultou na aplicação de 412 multas, assim como a apreensão de 40 motorizadas, por inflação ao código de estrada.

O comandante municipal da Polícia em Cacucaco disse, que no domínio do comércio foram inspeccionados 254 estabelecimentos comerciais e detectadas 163 transgressões administrativas.

Foi feita, igualmente, a fiscalização de 79 estabelecimentos comerciais, dos quais 24 são panificadoras sem licença para exercerem as suas actividades.

A Administração Geral Tributária, que também participada "Operação Resgate", inspeccionou 166 estabelecimentos, onde foram constatadas 28 irregularidades, relacionadas com impostos, trespasse e falta de alvará comercial

Na saúde, foram inspeccionados 254 estabelecimentos, onde se constatou 111 transgressões administrativas e o encerramento de três, assim como 12 receberam a proposta para encerrar.

3.13 Assassinato de zungueira causa alvoroço na Assembleia Nacional

Novo Jornal

22 De Março de 2019

Texto: Borrvalho Ndomba

O caso da zungueira Juliana Kafrique, assassinada na semana passada, no bairro Rocha Pinto, em Luanda, por um agente da Polícia Nacional, foi motivo de um alvoroço, na Assembleia Nacional, causado pelos deputados das bancadas do MPLA e dos partidos da oposição.

O tumulto ocorreu depois de oito dos dezasseis deputados da CASA-CE, liderados por Lindo Bernardo Tito, apresentarem, durante a 5.ª Reunião Plenária Ordinária da casa das leis, uma moção de protesto contra acção policial que causou a morte da vendedora ambulante.

Ao apresentar a nota de repúdio, Lindo Bernardo Tito afirmou que "os órgãos castrenses, mormente a corporação da Polícia Nacional, não podem nem devem ser um antro do prazer da morte, do assassinato gratuito de pessoas indefesas, com destaque preferencial para as mulheres e jovens, cujo único crime é o de lutar sol a sol, na busca do sustento para a sobrevivência da sua família, quando o sistema que nos desgoverna, há cerca de 44 anos declinou as responsabilidades que lhe são cometidas pela Constituição, de realizar o bem comum. A incapacidade, o ónus da falta de ideias de quem diz governar, não pode recair invariavelmente sobre a vítima".

O deputado realçou que o voto de protesto tem razão de ser, pelo facto de a vendedora ambulante Juliana Kafrique ter sido assassinada à queima-roupa.

"Quem o fez tem técnica bastante para neutralizar e ferir, e não matar, tem ciência para não usar meios desproporcionais, principalmente contra pessoas indefesas e, se não tem, devia ter. E o modo de reparação de mais esta perda, de uma vida humana, é a promessa de emprego para o viúvo, como se para o executivo garantir emprego aos chefes de família, à condição sine qua non, é ser-se viúvo de mulher

assassinada. Se a moda pega, que Deus acuda as mulheres pobres de Angola", sublinhou Lindo Bernardo Tito.

A acção daqueles deputados levantou um aceso bate, levando a que a imprensa fosse impedida de acompanhar as discussões.

Sem explicação, aos jornalistas que acompanham as actividades parlamentares a partir da sala de imprensa, muito distante do plenário, foi cortado o sinal da TV Parlamentar, o único meio que permite cobrir as sessões.

O som e as imagens do plenário foram restabelecidas três horas depois de os deputados terminarem as discussões sobre o assassinato da zungueira Juliana Kafrique.

O protesto teve voto favorável da oposição, mas o MPLA, partido com a maioria qualificada no Parlamento, não aderiu ao protesto, e acusou as outras bancadas Parlamentares de fazerem aproveitamento político do caso.

O presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, afirmou que o acto praticado por agente da polícia foi involuntário.

"A morte da cidadã Juliana Kafrique foi [um acto] involuntário e a oposição quer fazer aproveitamento do caso", disse o deputado Américo Cuononoca, embora tenha condenado o acto na sua declaração política.

Ao Novo Jornal Lindo Bernardo Tito disse que o MPLA demonstrou falsidade ao abordar o caso.

"Não é aproveitamento político, porque quem, na sua declaração política, reconhece que o acto praticado pelo agente da polícia é um assassinato não pode recusar-se a votar favoravelmente no protesto. Aliás, na política não existe aproveitamento. Há produção de factos. Nós produzimos um facto político que encostou o MPLA à parede, e ficou claro que o que disseram na declaração política é falso", afirmou.

Entretanto, segundo parlamentares ouvidos pelo NJ, Makuta Nkondo, deputado pela bancada da CASA-CE, apesar de votar favoravelmente, terá "compreendido a acção do polícia".

Tal como a posição manifestada pelo MPLA, Makuta Nkondo também entende que o agente da polícia não agiu de forma voluntária, ao disparar mortalmente contra a cidadã Juliana Kafrique, que foi a enterrar no sábado, 16 de Março.

Para Makuta Nkondo, tem que se ter muito cuidado ao abordar a questão que envolve a polícia porque garante a tranquilidade e não deve ser "molestada".

Nas declarações políticas, os partidos com assento parlamentar mencionaram, no início da 5.ª Reunião Plenária de 19 de Março, o assassinato da vendedora ambulante de 29 anos.

3.14 Ministra prevê apreensão de barcos de pesca ilegal

Jornal de Angola

26 De Março de 2019

Texto: João Upale

A ministra das Pescas e do Mar, Maria Antonieta Baptista, manifestou -se optimista quanto à regularização do sector com a retirada da maior parte das embarcações que operam ilegalmente nas águas territoriais do país no quadro da "Operação Transparência", que ontem iniciou em toda a costa angolana.

Falando num encontro com os operadores das pescas, Antonieta Baptista revelou que "a Operação Transparência vai ajudar bastante", admitindo que a diminuição da "taxa de esforço" entre os paralelos 15 e 17, das embarcações de arrasto particulares, poder levar a uma ligeira melhoria das capturas.

Salientou que o seu ministério vai fazer uma análise geral sobre a situação das baixas capturas que se regista para, depois, avançar com medidas imediatas, cabendo ao Instituto de Investigação Pesqueira as análises mais profundas sobre a matéria.

Veda do carapau

Em resposta às preocupações da Associação das Pescas do Namibe sobre a veda da captura do carapau, a ministra considerou que a medida abrange toda a costa angolana, estando projectada para a recuperação da biomassa dessa espécie. "Enquanto houver veda, não será só do paralelo 13 para norte, mas para todos, porque aquilo que parecia ser um benefício para o sul acaba resultando em sobrecarga", explicou.

O presidente da Associação de Pescas do Namibe, Jorge Hilário, denunciou a existência de embarcações de arrasto que praticam a pesca ilegal nas águas nacionais e levantou preocupações com a atribuição das licenças que, disse, também têm criado transtornos à actividade pesqueira.

Adiantou que, actualmente, se constrói, freta-se embarcações e faz-se os alistamentos dos barcos sem que isso esteja em consonância com as reais potencialidades da biomassa e outros pormenores.

"A construção naval neste momento é feita de forma anárquica. Basta um papel da capitania e constrói-se num quintal ou outro sitio qualquer e o barco é licenciado para pesca", sublinhou, defendendo a definição, pelo Ministério das Pescas do Mar, de um plano sobre o reforço da pesca e o número de embarcações a operar.

Jorge Hilário lembrou que medidas anteriores previam 90 embarcações semi-industriais e industriais, mas que foram lançadas ao mar um total de 170, num sobre-esforço de pesca de 80 por cento, enquanto o arrasto de emersão teve um acréscimo de 61 embarcações.

O consultor da biomassa da Associação de Pescas do Namibe Vasco de Sousa Martinho considerou ser fundamental a defesa das áreas de reprodução, evitar-se o esforço sobre a captura, bem como se regularizar a dimensão das embarcações que actuam em toda a costa marítima do país e melhorar os níveis de captura.

Sábado, a ministra das Pescas e do Mar entregou duas lanchas para o reforço da fiscalização marítima no Tombwa e na comuna da Lucira, a norte do Namibe, no âmbito da "Operação Transparência no Mar". Estes meios serão reforçados com mais uma embarcação, recentemente recuperada.

Maria Antonieta Baptista lembrou que, entre Agosto de 2018 e Janeiro deste ano, foram retidas ao largo do Tombwa sete embarcações, na sua maioria com tripulação chinesa, por pesca ilegal.

3.15 A violência da Polícia Nacional e a trauma das zungueiras

Jornal A República

29 De Março de 2019

Texto: Redacção

Continua a fazer eco a morte de Juliana Cafrique, uma vendedora assassinada por um agente da polícia em Luanda, visto que Associação Nacional de Vendedores Ambulantes recorda que este não é o primeiro caso.

Porém, vale recordar que Juliana Cafrique foi morta por um agente da Polícia Nacional, a 12 de Março do corrente ano, numa intervenção da chamada "Operação Resgate": No entanto, a então zungueira

tinha 28 anos, estava casada e tinha três filhos, incluindo um bebé de seis meses. "Estamos chocados com a morte da nossa querida irmã" disse José Kassoma, presidente da Associação Nacional de Vendedores Ambulantes.

Este está longe de ser o primeiro caso de violência policial contra zungueiras, denuncia este responsável". Em todas as operações que visam a organização da mulher zungueira e a venda ambulante, tem havido excessos. Por isso é que há mortes e cada vez mais vendedoras com ferimentos. Há vendedoras que têm sido empurradas de pontes aéreas para peões e acabam com deficiências físicas".

Acusações de brutalidade "Estamos cansadas. Nós somos angolanos também", afirma uma vendedora ouvida pela imprensa. Há muito que a Polícia Nacional é acusada de cometer excessos, seja durante demolições nos municípios de Belas, Cacuaco e Viana ou contra activistas cívicos em manifestações de rua, na anterior governação.

As zungueiras, também dizem que continuam a sentir a mão pesada dos efectivos da polícia, no âmbito da "Operação Resgate", lançada em Novembro do ano findo.

"O polícia, quando vem, não tem aquele amor, destrói o nosso negócio", afirma uma zungueira. "Eles têm que mobilizar bem as pessoas, não é estragar o negócio. Tem que se conversar com as pessoas e não é começar a bater nas senhoras", fim de menção.

"O polícia, quando vem, não tem aquele amor, destrói o nosso negócio", afirma uma zungueira. "Eles têm que mobilizar bem as pessoas, não é estragar o negócio. Tem que se conversar com as pessoas e não é começar a bater nas senhoras".

Já José Kassoma, da Associação Nacional de Vendedores Ambulantes, não prevê para breve o fim da violência da Polícia Nacional. E apela ao envolvimento de todos para pôr fim a esta situação. "Pedimos o apoio de toda a população angolana e não só, também de alguns parceiros internacionais, para que se juntem à causa da Associação Nacional de Vendedores Ambulantes, para que haja paz nessa actividade e organização", disse Kassoma.

"Basta de mortes da mulher zungueira, como têm acontecido no nosso país!", referiu.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 OGE 2019 com regras validadas pelo Executivo

Jornal de Angola

1 De Março de 2019

Texto: João Dias

Durante a segunda sessão do Conselho de Ministros, foram aprovadas as regras anuais de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o actual exercício económico, que visam a melhoria da qualidade da despesa pública e o aprimoramento dos mecanismos de prestação de contas, bem como garantir a dinamização do processo de disponibilização de recursos financeiros para a aquisição de bens e serviços pelas unidades orçamentais e órgãos dependentes.

Ainda neste domínio, foi aprovado o Decreto Presidencial que estabelece a obrigatoriedade de aposição de selos fiscais de alta segurança em bebidas e líquidos alcoólicos, tabaco e seus sucedâneos manufacturados, instrumento que estabelece normas obrigatórias para os fabricantes, produtores, importadores, distribuidores e revendedores destes produtos. O objectivo é garantir que não se introduzam no mercado de consumo nacional mercadorias com processos de fabricação duvidoso e que não respeitem as normas internacionais. Com vista a permitir o ingresso na Função Pública, a título excepcional, de cidadãos cujo perfil técnico e experiência profissional satisfaçam a demanda do sector público administrativo, mas que possuam idade superior a 35 anos, o Conselho de Ministros prorrogou, por mais cinco anos, a vigência do Decreto Presidencial nº 6/08, de 10 de Abril.

O Conselho de Ministros apreciou um outro memorando cujo objectivo visa, entre outros, implementar o conceito de transporte social, com prioridade para a Educação, e melhorar a sua qualidade, tornando-o acessível, regular e económico. Nas Pescas, o Conselho de Ministros aprovou as Medidas de Gestão das Pescarias Marinhas, da Pesca Continental e da Aquicultura para o ano de 2019.

4.2 O Orçamento Geral do Estado e as Comissões Parlamentares

Novo Jornal

15 De Março de 2019

Texto: Sérgio Calundungo

A Assembleia Nacional tem mais de dez comissões sectoriais encarregadas de lidar com questões específicas, tais como defesa, segurança e ordem interna; administração do Estado e Poder Local; economia e finanças; saúde, educação, ensino superior, ciências e tecnologia; cultura, comunicação social, juventude e desportos; família, infância e acção social; só para citar algumas destas.

Segundo informações obtidas de um deputado, todas estas comissões têm, mais ou menos, um período de 30 dias para examinarem a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) que o Executivo apresenta à Assembleia Nacional até à data da aprovação final. No final desta análise ao OGE, estas comissões enviam os seus relatórios-pareceres à Comissão de Economia e Finanças, que tem como missão a preparação do relatório-parecer geral que é submetido ao plenário da Assembleia Nacional para a aprovação final do OGE.

Poucos cidadãos sabem, entretanto, que, de facto, durante a última fase do processo de aprovação, as comissões responsáveis por determinados sectores, por exemplo, saúde, educação, defesa, etc., examinam a Proposta Orçamentária do Executivo referente ao sector pelo qual são responsáveis. Como se pode justificar isto, quando na verdade se trata de uma prática habitual? Por que razão o site da Assembleia Nacional não coloca à disposição dos cidadãos os relatórios-pareceres destas comissões, de modo a vermos quais foram as suas análises, pareceres e recomendações?

Uma eventual publicação de tais relatórios, para além de nos ajudar a perceber melhor o papel das várias comissões responsáveis por sectores específicos como os da saúde, da educação, da defesa e de outros durante a fase de aprovação do orçamento, também colocaria em evidência a sua relevância, e ainda nos ajudaria enquanto cidadãos a avaliar melhor o desempenho dos nossos representantes durante o processo de aprovação do OGE. Outro benefício que a sociedade poderia obter daí está ligado, naturalmente, à oportunidade de influenciar os deputados das diferentes comissões caso este processo que, segundo informações, envolve consulta aos membros do Executivo e, quando necessário, também aos actores da sociedade civil.

É urna pena que assim seja, porque um relatório com as conclusões e recomendações destas comissões nos ajudaria, e muito, a perceber melhor ou a questionar de modo adequado os diferentes posicionamentos que os deputados adoptam durante o debate plenário para aprovação daquele que é, do meu ponto de vista, um importante instrumento de governação do país. Que factores estarão na base da não publicação destes relatórios antes da Assembleia Nacional aprovar o OGE?

Por isso, sou de opinião que, tal como acontece com a Comissão de Economia e Finanças, as demais comissões sectoriais deveriam dedicar algum tempo a auscultar actores relevantes da sociedade civil durante a fase em que estão a examinar a proposta de OGE, e todas outras comissões deveriam sentir-se na obrigação de publicar também um relatório com as conclusões e as recomendações antes de o orçamento ser aprovado.

Quando estas comissões passarem a publicar o relatório sobre o exercício de análise que fazem às propostas de OGE, aos relatórios de execução e a outros documentos orçamentais, num prazo aceitável, de certeza que os cidadãos terão uma melhor compreensão do papel dos deputados e das deputadas na Assembleia Nacional, e perceberão a relevância destas comissões, para além de que muitos destes se sentirão mais próximos desta respeitável instituição. Será difícil conseguir que tudo isso aconteça? No caso da Comissão de Economia e Finanças que, de facto, examina a proposta de OGE, e inclusive consulta alguns actores da sociedade civil, seria importante que também publicasse um relatório sobre as suas constatações e recomendações antes da aprovação do mesmo. Desta forma, todos os cidadãos passariam a saber o que as comissões sectoriais da Assembleia Nacional pensam e recomendam ao examinarem a proposta de OGE do Executivo, o que os cidadãos convidados disseram aos nossos parlamentares, para depois compararem com o que defendem todos e cada um dos deputados durante o debate plenário para sua aprovação. Não seria isso também um bom exercício de prestação de contas ao povo a quem cumpre eleger os deputados?

4.3 Fisco aumenta receitas

Jornal Economia e Finanças

22 De Março de 2019

Texto: Pedro Peterson

As receitas fiscais provenientes das actividades petrolíferas em Angola, cifraram-se em 1.1 mil milhões de kwanzas no exercício de 2018, enquanto

as receitas da Sonangol ascenderam 2.1 mil milhões de kwanzas.

Segundo o relatório do Banco Angolano de Investimento (BAI), sobre a conjuntura económica, que o TE teve acesso, este aumento é justificado, principalmente, pela subida do preço médio das ramas angolanas que aumentou para 70 dólares/barril, apesar da quantidade exportada ter caído cerca de (9,9) para 537 mil barris de -petróleo.

O valor arrecadado, segundo o documento, foi ligeiramente inferior ao esperado pelo Governo na revisão da programação macroeconómica para 2018 (2.3 mil milhões de kwanzas).

Assim como nos anos anteriores, o documento assegura que, o Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) foi o que mais pesou, 'representando 67 por cento do valor cobrado às operadoras do sector, seguindo-se dos Impostos sobre a Produção (IPP) e Transacção do Petróleo (ITP), com pesos de 22 e 11 por cento, respectivamente.

, Assim, cerca de 68 por cento das receitas arrecadadas, resultaram dos blocos petrolíferos 15 e 17, cujas operações são detidas, maioritariamente, pelas petrolíferas Total e Esso.

As receitas do bloco 15 atingiram 692,7 mil milhões de kwanzas, o que corresponde a um aumento de 81,6 por cento face ao mesmo período do ano anterior.

Este valor, segundo o relatório, resultou da exportação de 86 milhões de barris. Por outro lado, através do bloco 17, foi possível exportar-se 196 milhões de barris, com as receitas a se situarem nos 1.584,4 mil milhões de kwanzas.

Avanços dos projectos

O grande destaque é dado ao bloco 32, que entrou em actividades em Julho de 2018.

E de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério das Finanças, a produção petrolífera do bloco 32 atingiu 32 mil barris/dia, no mês de Setembro, aumentando para 80 mil em Dezembro último.

Este aumento reflecte a implementação da primeira fase do projecto Kaombo.

Contudo, as receitas fiscais obtidas com as exportações a partir deste bloco atingiram 24,5 mil milhões de kwanzas, no acumulado dos quatro meses de exploração.

Assim, para este ano, espera-se que o início da segunda fase do projecto aumente a produção do bloco para 230 mil barris/dia.

No relatório de Janeiro do ano em curso, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), apontou uma queda de 75 mil barris/dia, face ao que se verificou em Dezembro de 2018.

Considerando que o novo acordo define uma produção máxima de 1,481 mil barris/dia para Angola, o país superou os cortes em 67 mil.

Esta contracção, indica o documento do BAI, poderá indicar que os investimentos no sector petrolífero em Angola encontram-se ainda em níveis insuficientes.

Contudo, espera-se que o início de vários projectos venham dar um contributo significativo para a actividade petrolífera do país, devido aos potenciais ganhos dos projectos do bloco 32 (Kaombo) e 15/06 (Ochigufu e Vandumbu).

4.4 Principal meio de cobrança de imposto entra no país

Jornal Economia e Finanças

22 De Março de 2019

Texto: Armando Estrela

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é, actualmente, o principal instrumento tributário de arrecadação de receitas da maior parte dos países do mundo (193 países são reconhecidos pela Organização das Nações Unidas), tendo sido já implementado em pelo menos 160 países, dos quais 54 africanos.

Dentro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), região em que Angola é uma das principais referências económicas e uma potência política que se tem em conta, também o país é, até 1 de Julho próximo, o único membro que até ao momento não implementou o IVA.

O IVA é, de forma específica, um imposto com características indirecta, plurifásica e de incidência ampla, que abrange de forma generalizada as transacções de todo o tipo de bens, as prestações de serviço e as importações, abarcando pontos de produção, distribuição e comercialização. É também um imposto neutro, por se basear no método substractivo da Liquidação e dedução.

O IVA vai ser a nova forma de tributação que substitui, à entrada do II semestre de 2019, o actual Imposto de Consumo (IC), que tem apenas sido tributado numa única fase, essencialmente na

importação e na produção de um determinado produto. Isto é, desaparece o Imposto de Consumo na tributação directa do produtor e aparece o IVA na tributação indirecta do consumidor.

Por miúdos, quer o IVA, quer o IC têm características próprias, já que em algumas destas convergem e noutras divergem. Sendo os dois impostos virados para o consumo, eles têm praticamente a mesma característica: os dois são impostos indirectos, porque quer o IC quer o IVA tributam o consumo das pessoas. Por exemplo, as empresas prestam serviços ou vendem produtos às famílias e ao Estado. Estes últimos são tributados indirectamente.

Apenas para elucidar, a tributação directa ocorre normalmente com o IRT (Imposto sobre o Rendimento do Trabalho) e com a Segurança Social, que são deduzidos das remunerações. Isto é, os impostos directos tributam directamente o nosso salário e já os indirectos não incidem directamente sobre o nosso rendimento, mas estes aparecem à medida que formos consumindo.

A substituição do Imposto de Consumo pelo IVA vai permitir ao país o alargamento da base tributária, a atracção de investimentos, a eliminação da contestada dupla tributação no IC, o combate à evasão e fraude fiscal e o enquadramento gradual da economia informal. Numa economia regulada pelo IVA, cada agente económico, ao longo do circuito, cobra o imposto e entrega ao Estado.

Características

O Imposto de Consumo (IC) tem como uma das características o efeito cumulativo ou o muito falado efeito cascata, ou o imposto sobre o imposto. O IC é restrito e o IVA é mais amplo e tem uma fase plurifásica, por ser tributado em várias fases do processo, quando o IC é apenas tributado numa única fase, ou seja, uma única vez, daí o seu carácter monofásico.

Para perceber, o efeito cascata, ou efeito cumulativo ou imposto sobre imposto, pode-se tomar como referência uma garrafa de água. Um importador paga 100 kwanzas pela garrafa e o Estado cobra o IC, tornando o seu custo para o grossista fixado em 110 kwanzas. Porém, o grossista, ao vender ao seu cliente, aplica a sua margem de lucro e vende a 200 kwanzas e, além disso, aplica outra vez a taxa de consumo e o preço final fica em kz 220,00.

Quando isto ocorre, diz-se que há dupla tributação, porque essa base tributável de 100,00, que já foi tributada uma vez, é mais uma vez tributada. Esse é o

tal dito efeito cascata ou cumulativo. Temos aqui a mesma base colectável a ser tributada duas vezes.

4.5 Dívida pública vale um terço dos activos da banca nacional

Jornal República
29 De Março de 2019

Os títulos de dívida pública pesavam 34,01% dos activos do sistema bancário no final de 2018, quase o dobro do registado em 2013, segundo dados do BNA.

O peso dos títulos e valores mobiliários no total dos activos do sistema bancário quase duplicou entre 2013 e 2018, valendo cerca de um terço do total no final do ano passado, enquanto o crédito a clientes perdeu importância, passando de 40,85% para 25,93% no mesmo período, indicam dados do Banco Nacional de Angola (BNA).

De acordo com uma apresentação feita na semana passada pelo banco central a membros do corpo diplomático acreditado em Angola, a que o Mercado teve acesso, em 2013, os títulos de dívida do Estado e mobiliários (ou seja, adquiridos em mercados primário e secundário) valiam 18,73% dos activos da banca, passando para 34,01 % no final do ano passado.

Em 2014, estes títulos valiam 22,03%, em 2015, 27,62%, em 2016, 30,31%, e em 2017, 34,01%, percentagem que se manteve no ano passado. Ao longo dos últimos anos, em especial a partir de 2014/2015, a queda do preço do petróleo causou crescente pressão sobre as contas públicas, com o Estado a emitir cada vez mais dívida interna para se financiar, sendo os bancos os principais, ou quase exclusivos, compradores.

Em contrapartida, a banca tem vindo a dar cada vez menos crédito à economia-uma queixa recorrente dos empresários com o peso deste indicador a valer cada vez menos nos activos do sistema. No final de 2013, o crédito a clientes valia 40,85% dos activos, em 2014, subiu ligeiramente para 41,20%, mas nos anos seguintes foi caindo: 38,05% em 2015, 31,57% em 2016, 30,77% em 2017 e 25,93% em 2018. No período em análise, os activos do sistema passaram de cerca de 6,5 biliões Kz, para cerca de 13 biliões Kz.

Em relação à estrutura do passivo, os recursos de clientes e outros empréstimos passaram de 78,49% para 83,36% entre 2013 e 2018, de acordo com a mesma fonte.

Fonte: TM

4.6 Revisão do OGE é inevitável

Jornal Economia e Finanças
29 De Março de 2019
Texto: Paulo Pinho

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 estabeleceu o preço do barril de petróleo em - 68 dólares norte-americanos como termo de referência para o cálculo de receitas provenientes da exportação da matéria-prima.

Durante os debates que antecederam a aprovação do OGE pela Assembleia, foram vários os deputados da oposição, que alertaram para o risco de incumprimento das metas traçadas na "lei" orçamental, por ser impossível prever com rigor a evolução do preço do barril de Brent - termo de referência para o petróleo angolano - ao longo do ano civil.

Na fase de discussão do Orçamento em sessão plenária, o preço do barril para exportação situava-se abaixo dos 60 dólares, mas os peritos do Ministério das Finanças terão levado em conta diversos factores externos, que levaram a uma posição optimista.

A elaboração do OGE é um exercício de cálculo onde cabem todas as probabilidades assentes num conjunto de factores objectivos da realidade económica e de previsões no curto prazo.

As previsões podem ou não bater certo por serem elaboradas com base em pressupostos subjectivos. No caso de Angola, o risco de falharem está no campo das hipóteses mais prováveis, porque o cálculo das receitas fiscais e comerciais da exportação petrolífera é baseado num caprichoso preço atribuído ao barril.

De todas as matérias-primas, o petróleo tem o preço mais instável, sendo por isso arriscado fazer previsões sobre o seu comportamento no curto e médio prazos.

Por estar exposto a factores externos que ultrapassam a estrita esfera da lei da oferta e da procura, o mercado petrolífero é extremamente volátil.

Esta semana, o preço do Brent por barril superou ligeiramente os 67 dólares, com tendência para estabilizar. Por pouco, nos primeiros oitenta dias do ano, alcançava o valor expresso no OGE, materializado no "mágico" 68. Todavia, a progressão foi mais lenta do que previsto e deverá estagnar ou

oscilar ligeiramente, tendo em consideração que a procura mantém-se estável.

A redução da produção imposta pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aos membros do cartel, a que aderiu a Rússia, detentora de colossais reservas, teve um impacto mitigado no mercado internacional. O Irão e a Venezuela, grandes produtores e membros do cartel, rejeitaram a imposição de quotas por necessitarem imperiosamente de receitas cambiais para sustentar a economia nacional.

Como se não bastasse, falhou a previsão de um aumento expressivo da procura da matéria-prima nos Estados Unidos da América e em outros países mais desenvolvidos, tendo mesmo acontecido o contrário em alguns deles.

No curto e médio prazos, as necessidades energéticas vão diminuir depois do início esta semana da Primavera no Hemisfério Norte, devendo o consumo baixar até Outubro, no começo do Outono.

A menos que estale um conflito armado de média ou alta intensidade na Venezuela ou na fronteira Indo-Paquistanesa, não se vislumbra para já qualquer abalo externo que provoque uma repentina escalada do preço do barril de petróleo, até porque as previsões apontam para a desaceleração da economia mundial.

É neste contexto desfavorável para a concretização das perspectivas económicas de Angola para este ano, no que aos objectivos traçados no OGE diz respeito, que se coloca a possibilidade de uma revisão orçamental, dada a aparente dificuldade de reacção do mercado petrolífero à política restritiva da OPEP.

Esta probabilidade, a uma semana do fim do primeiro trimestre, coloca o Governo perante o dilema de rever ou manter o OGE aprovado há três meses. Este não era, certamente, o cenário previsto pelo Ministério das Finanças nem pelos legisladores.

Se a situação fosse inversa, como aconteceu há seis anos, quando o preço do barril de petróleo rondava os 100 dólares, nem se punha a hipótese de uma revisão do Orçamento calculado num valor da matéria-prima muito abaixo daquela fasquia.

Mas a realidade aponta para um eventual plano B, tendo em conta a volatilidade do preço do barril de petróleo e outras equações, que a concretizar-se terá impacto social, com a redução de investimentos públicos em infra-estruturas, saúde, educação e produção alimentar.

4.7 Receita do IVA constitui cinco por cento do PIB

Jornal de Angola

30 De Março de 2019

Texto: Natacha Roberto

O valor da arrecadação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) previsto até 2022 é de cerca de 810 mil milhões de kwanzas, ou 5,00 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero, de acordo com o director do Centro de Estudos Tributários.

Hermenegildo Kosi afirmou, na Conferência sobre a Reforma do Estado, encerrada ontem depois de dois dias de trabalhos, que o Estado espera arrecadar este ano 240 mil milhões de kwanzas e, em 2020, subir as receitas para 422 mil milhões de kwanzas. "O IVA vai ser uma ferramenta importante do Estado para garantir sustentabilidade ao Orçamento Geral do Estado e a sua projecção está constituída de forma faseada, tendo em conta o modelo gradual no qual foi concebido e vai ser implementado", explicou.

A participação do IVA no PIB angolano está situada abaixo da média dos países africanos: no Senegal representa 12 por cento, África do Sul 11 e Moçambique e Togo nove por cento, acrescentou o responsável. Em 2019, quando o IVA se tomar vigente apenas ao longo dos últimos seis meses do ano, a arrecadação prevista é de 60 mil milhões de kwanzas, indicou o responsável.

O director do Centro de Estudos Tributários anunciou que a colecta do Imposto Especial de Consumo (IEC), aprovado para tributar bebidas, tabaco e produtos de luxo em coabitação com o IVA, está projectada em 120 mil milhões de kwanzas por ano até 2022 .:

O IEC visa tributar de forma diferenciada e agravada alguns bens específicos de consumo supérfluos. "A função deste imposto é disciplinadora de comportamentos e a arrecadação de receitas pela exploração da capacidade económica que os agentes económicos acabam por adoptar", sublinhou.

O responsável salientou que os derivados de petróleo estão isentos do IVA, mas' são tributados pelo IEC à taxa de dois por cento, embora seja um produto essencial para desenvolvimento da economia angolana.

Hermenegildo Kosi declarou que, com a acção da Administração Geral Tributária, em 2018 foi possível inverter o quadro de estagnação da arrecadação de receitas com uma colecta de cerca de 36 por cento acima do previsto no OGE.

O Imposto Único sobre a Microactividade Empresarial (Iumae), a ser introduzido no próximo ano, vai contribuir para reduzir os níveis de informalidade económica em pelo menos dez por cento, quando se prevê o cadastro de 550 mil contribuintes.

O director afirmou que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) prevê, até 2022, uma carga fiscal não petrolífera de 10,1 por cento sobre o PIB e um saldo fiscal de 0,7 por cento.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 OMA quer maior envolvimento de mulheres

Jornal Visão

1 De Março de 2019

A OMA vai continuar a promover acções de sensibilização e formação dos seus membros para participação activa das mulheres no processo de preparação e realização das eleições autárquicas previstas para 2020

Essas declarações foram feitas esta segunda-feira, no Lubango, pela secretária provincial da OMA, Júlia Celeste, tendo referido que este desafio exigirá da organização mais empenho na mobilização e esclarecimento da população sobre as vantagens das eleições autárquicas.

Falando na abertura da jornada "Março Mulher", Júlia Celeste salientou que as eleições autárquicas ajudam na melhoria da qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento das comunidades. Ressaltou, por isso, a necessidade de todas as mulheres participarem das eleições autárquicas, que poderão trazer vantagens sociais, políticas, económicas e culturais nas comunidades.

Na Huíla, acto provincial das comemorações do dia da OMA será realizado no município do Chibia.

Ndalatando acolhe acto, central da fundação da OMA

A cidade de Ndalatando, capital da província do Kuanza Norte, vai acolher o acto central do Dia da Mulher Angolana (OMA), a celebrar-se no dia 2 de Março, actividade a ser orientada pela vice-presidente do MPLA, Luísa Damião.

Em declarações à imprensa, a secretária provincial da OMA do Kuanza Norte, Santa Pedra, afirmou que as militantes da região estão mobilizadas e em prontidão para receberem o acto central da comemoração dos 57 anos da criação da organização.

Para saudar a efeméride, ressaltou, foi aberta hoje, na localidade do Kirima do Hola, a jornada "Março Mulher", que vai decorrer até ao dia 30 de Março deste ano.

Fez saber que a data será ainda marcada por palestras, mesas redondas e outros encontros sobre violência doméstica, analfabetismo e uso abusivo do álcool.

A OMA na província do Kuanza Norte conta com 55 mil militantes, distribuídas em 993 secções.

5.2 JLO quer poio de Portugal para realização das eleições

Novo Jornal

7 De Março de 2019

Texto: Novo Jornal

O Presidente da República, João Lourenço, pediu na noite de quarta-feira, 6, o apoio do governo português para a realização das primeiras eleições autárquicas do país, que estão agendadas para o próximo ano.

O pedido, segundo Angop, foi feita durante o jantar oficial que o chefe de Estado ofereceu ao presidente português Marcelo Rebelo de Sousa, que está em visita oficial ao país desde terça-feira, 5.

Durante o seu discurso, João Lourenço referiu que, "tratando-se de eleições autárquicas pela primeira vez em Angola, é uma experiência nova na cultura política dos angolanos e gostaria de contar com ajuda de Portugal, por possuir uma longa tradição e experiência nesse domínio".

As declarações de João Lourenço foram feitas num momento em que a Assembleia Nacional se prepara para iniciar as discussões sobre o Pacote Legislativo Autárquico do governo que esteve em auscultação pública, bem como as propostas de iniciativas da oposição que também já se encontram na casa das leis.

Em Dezembro do ano passado, o executivo propôs aos deputados uma redução do período de implementação das autarquias a nível nacional, mas manteve o modelo que tem estado a defender que é o gradualismo geográfico, rejeitado pelos partidos da oposição.

No conjunto de documentos do Ministério da Administração do Território e da Reforma do Estado analisados ontem na 11.ª sessão ordinária do conselho de ministros, orientada pelo Presidente da República, consta ainda uma alteração para permitir também a participação internacional de peritos no processo eleitoral autárquico.

A versão inicial submetida à consulta pública previa apenas observadores eleitorais nacionais.

Entretanto, o período para a implementação das autarquias locais em todo o país, inicialmente previsto entre 2020 e 2035, poderá ser reduzido para 2030, de acordo com a Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais, que vai a debate e aprovação da Assembleia Nacional. João Lourenço afirmou que Angola e Portugal defendem os mesmos "valores democráticos e de respeito pelos direitos humanos, lutando por um mundo de paz e harmonia" entre todas as nações e pela salvaguarda de um planeta que a todos abrigue.

O titular do Poder Executivo disse ainda durante o jantar que o Estado angolano defende a resolução de conflitos por via do diálogo e da reconciliação ao nível regional, continental ou mundial.

João Lourenço protagoniza «um novo tempo angolano»

Por sua vez o estadista português Marcelo Rebelo de Sousa, ao tomar a palavra na cerimónia realizada no Palácio da Cidade Alta, elogiou os "projectos de paz, de democracia, de regeneração financeira, de desenvolvimento económico, de combate à corrupção" que estão a ser protagonizados pelo governo do presidente João Lourenço.

"Vossa excelência protagoniza-o com um projecto de paz, de democracia, de regeneração financeira, de desenvolvimento económico, de combate à corrupção, de afirmação regional e mundial. Nós, portugueses, seguimos com empenho essa aposta de modernização, de transparência, de abertura, de inovação, de acrescida ambição", afirmou o Presidente de Portugal, citado pela Lusa.

O chefe de Estado português afirmou que João Lourenço protagoniza "um novo tempo angolano, na lúcida, consistente e corajosa determinação de aproveitar do passado o que se mantém vivo, mas, sobretudo, entender o que importa renovar para tornar o futuro mais possível, mais ambicioso e mais feliz para todos os angolanos".

Segundo ainda as declarações de Marcelo Rebelo de Sousa, que tem uma longa jornada no país, "da parte de Portugal, Angola conta com o empenho de centenas de milhares que querem contribuir para a riqueza e a justiça social" com o seu trabalho, bem como "das empresas, a começar nas mais modestas, no investimento e no reforço do tecido socioeconómico angolano" e também com "o empenho das instituições públicas portuguesas, do Estado às autarquias locais".

"Podem contar connosco na vossa missão renovadora e recriadora. Portugal estará sempre e cada vez mais ao lado de Angola", acrescentou.

O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa acredita que os angolanos estarão ao lado dos portugueses.

"Estamos juntos na parceria estratégica, na cooperação económica, financeira, educativa, científica, cultural, social e política, porque, no essencial, vemos o mundo do mesmo modo, a pensar na paz, nos direitos humanos, na democracia, direitos internacional e no desenvolvimento sustentável", disse.

5.3 MPLA exorta preparação das mulheres para as autarquias

Jornal Continente

7 De Março de 2019

Com vista a encorajar a participação e candidatura de um número considerável de mulheres às eleições autárquicas, previstas para 2020, a Organização da Mulher Angolana (OMA) - organização feminina do partido MPLA, foi neste sábado exortada a reforçar a mobilização, sensibilização e preparação das suas militantes, a fim de estarem a altura do pleito

O desafio foi lançado pelo segundo secretário provincial do MPLA, Milagre José Clemente, no acto provincial alusivo ao 570 aniversário da OMA, decorrido no município de Quirima, a 312 quilómetros da cidade de Malanje.

Paralelamente a isso, disse ser imperioso que a organização prime pelo seu crescimento, por meio do recrutamento de mais militantes, com enfoque para jovens, contribuindo assim para a sua contínua dinamização e, concomitantemente, a efectiva emancipação e empoderamento das mulheres.

Sublinhou, por outro lado, a necessidade da OMA continuar a desenvolver acções, visando o resgate dos valores morais, cívicos, culturais e patrióticos, perdidos ao longo dos tempos, bem como o combate ao analfabetismo no seio das mulheres.

Milagre Clemente enalteceu o passado heróico das mulheres angolanas, através da sua participação na luta de libertação nacional, conquista da paz e reconciliação nacional, entre outras, que devem servir de exemplo para a actual e as gerações vindouras.

Por sua vez, a coordenadora adjunta do grupo de acompanhamento do Secretariado Executivo da OMA a província de Malanje, Carla de Sousa, referiu que a mulher continuará a ser defensora dos valores

morais e cívicos, assim como permanente promotora do diálogo na diferença, com vista o fortalecimento da unidade nacional.

Sob o lema "Mulher Angolana, Rumo ao Desenvolvimento e Bem-estar das Famílias", o acto alusivo ao 2 de Março (Dia da Mulher Angolana), é comemorado em reconhecimento ao papel que esta franja prestou durante a luta de repressão colonial, com realce para, entre outras mulheres, Deolinda Rodrigues, Irene Cohen, Engrácia dos Santos, Teresa Afonso e Lucrécia Paím.

5.4 CASA-CE pensa desistir das eleições autárquicas

Jornal de Angola

10 De Março de 2019

A CASA-CE poderá declinar a participação nas eleições autárquicas, previstas para o próximo ano, por entender que não dispõe de tempo suficiente para organizar-se para este desafio, noticiou a Angop.

A pretensão de desistência foi avançada ontem pelo novo presidente da coligação, André Mendes de Carvalho, depois de tomar posse no cargo, em substituição de Abel Epalanga Chivukuvuku, afastado da liderança.

Empossado por Manuel Fernandes, coordenador para os Assuntos Políticos e Revitalização da CASA-CE, André Mendes de Carvalho apontou como prioridade da sua liderança a reestruturação da força política criada em 2012.

O novo líder da terceira maior força política do país, depois do MPLA e da UNITA, traçou como prioridades, a médio prazo, a participação da coligação nas eleições gerais de 2022.

Quanto às eleições autárquicas, previstas para o próximo ano, o político afirmou que a coligação poderá declinar a participação, por entender não dispor de tempo suficiente para o efeito. Entretanto, defendeu a implementação das autarquias em todo o território nacional.

Segundo André Mendes de Carvalho, a ideia da transformação da coligação em partido político deverá ser um objectivo a prosseguir quando a grande maioria dos partidos políticos integrantes estiverem preparados e assim decidirem.

"Tudo deverá passar por um processo de esclarecimento, construção, ampliação de confiança mútua e compreensão. A transformação tem que ser um acto voluntário", defendeu o novo líder da

CASA-CE, que reconheceu o papel do primeiro presidente, Abel Chivukuvuku, na criação da coligação.

Em finais de Fevereiro, cinco dos seis líderes dos partidos políticos integrantes da CASA-CE decidiram afastar o anterior presidente, Abel Chivukuku, por alegada "quebra de confiança". A CASA-CE é a terceira maior força política representada na Assembleia Nacional onde ocupa 16 dos 220 assentos. Entretanto, com o afastamento de Chivukuvuku da liderança, metade dos deputados da coligação manifestou fidelidade ao antigo líder.

Chivukuvuku evoca tribunal

Um dia depois de ser afastado, Abel Chivukuvuku solicitou ao Tribunal Constitucional um esclarecimento sobre a legalidade da decisão. "Aquilo foi um anúncio em conferência de imprensa, e não passou disso. Em termos de procedimento, há actos próprios de ordem legal. Logo, deve ser o tribunal a decidir. Vou aguardar serenamente até que o tribunal se pronuncie sobre o assunto", disse o político à Rádio Nacional de Angola (RNA). Para André Mendes de Carvalho, a transformação da CASA-CE em partido político não é para já

Abel Chivukuvuku lembrou que o acórdão do Tribunal Constitucional de 2017 é esclarecedor em relação à presidência da CASA-CE. "É o tribunal que tem de voltar a declarar quem preside a coligação e não um grupo de militantes. Só espero que a situação seja resolvida de forma civilizada, cívica e séria", disse.

Dissidente da UNITA para formar a coligação política, Abel Chivukuvuku lamentou o facto de "um projecto político, como a CASA-CE, que transmitiu esperança aos cidadãos, foi um balão de ar fresco na vida política angolana, em certa medida dinamizou a juventude no sentido de participar no processo político angolano, hoje vive esse momento".

"No entanto, como ser humano, tenho de reconhecer que, na vida, quando as coisas são pequenas ninguém liga, mas a 'casa' ficou grande e hoje todos a querem", afirmou.

Abel Chivukuvuku desdramatizou o seu afastamento da CASA-CE por considerar que "o mais importante na vida não são os títulos ou função, mas aquilo que cada um tem na sua cabeça". "Os ciclos mudam, as funções também, mas aquilo que está na cabeça ninguém pode tirar. Não apego às funções porque sou um servidor do país e vou continuar a servir o povo e o país. Vou continuar na política", reforçou.

Abel Chivukuvuku disse que não comenta o facto de ter sido escolhido André Mendes de Carvalho "Miau" para assumir a presidência do projecto, porque "a decisão não tem ainda respaldo legal".

O político negou que tenha sido ele e "Miau" os mentores do projecto político CASA-CE. "Não sei se é correcto dizer que fomos os dois os mentores. Basta ver que, de 2012 a 2017, quem andou pelas províncias, quem falou com os cidadãos, quem transmitiu confiança aos cidadãos, isto diz a realidade das coisas. O resto não me preocupa", disse, acrescentando que "o que me preocupa é Angola e é para Angola que me vou dedicar sempre".

5.5 CASA-CE afinal sempre concorre às autarquias

Jornal de Angola

11 De Março de 2019

O novo presidente da CASA CE, André Mendes de Carvalho "Miau", esclareceu ontem que a coligação não vai desistir das eleições autárquicas.

Contrariando as afirmações que proferiu no sábado, depois da sua tomada de posse como novo líder da terceira maior força política do país, André Mendes de Carvalho esclareceu ontem, à Rádio Nacional de Angola (RNA), que a prioridade seria as eleições gerais de 2022 e não as autárquicas do próximo ano.

Momentos após a sua tomada de posse, o novo líder da CASA CE afirmou que a coligação poderia declinar a participação nas eleições autárquicas, previstas para o próximo ano, por entender que não dispõe de tempo suficiente para organizar-se para este desafio. Na altura, André Mendes de Carvalho tinha traçado como prioridades, a médio prazo, a participação da coligação nas eleições gerais.

Ontem, em declarações à RNA, o político deu o dito pelo não dito. "O que nós dissemos é que temos dois desafios: as eleições gerais em 2022 e as eleições autarquias em 2020 e que a CASA-CE iria priorizar as eleições gerais porque são aquelas que vão eleger o Presidente da República e a nova Assembleia Nacional. As eleições autárquicas estão previstas para 2020. Ainda estamos em 2019, (mas) com essas questões que a CASA viveu (problemas de liderança), então temos que ser realistas e ver o que é que vamos fazer para as eleições autárquicas", disse.

André Mendes de Carvalho deixou, entretanto, claro que a CASA CE nunca desistirá das eleições autárquicas. "Isso não! Vamos é tentar verificar os

indivíduos elegíveis para autarcas e apostar nesta direcção", disse.

O político admitiu que há algumas localidades onde a coligação poderá apostar mais, para obter melhores resultados. "Ainda não sabemos muito bem quais serão as regras com as quais essas eleições (autárquicas) serão realizadas. Então, é prematuro dizer se é aqui ou ali (onde deveremos apostar mais). Mas em mente, temos algumas localidades em que pensamos apostar mais, na esperança de obter melhores resultados", afirmou.

Desafios imediatos

O novo presidente da CASA -CE apontou como desafios a entrega, ao Tribunal Constitucional, de toda a documentação para a oficialização de processos de reorganização na coligação.

"Vamos ter que reflectir profunda mente sobre a nossa programação para o ano 2019. Depois, vem o desafio das eleições autárquicas, previstas para 2020, e a preparação das eleições gerais", disse.

André Mendes de Carvalho comentou, igualmente, um eventual pedido de impugnação, por parte do anterior presidente da CASA CE, Abel Chivukuvuku, ao actual processo em curso na coligação, junto do Tribunal Constitucional.

"De maneira nenhuma, ele vai poder ser presidente de uma coligação em que os membros estão a dizer que não têm confiança na sua pessoa", afirmou o ainda presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, reafirmando que a causa do afastamento de Chivukuvuku foi a perda de confiança à sua pessoa.

Em finais de Fevereiro, cinco dos seis líderes dos partidos políticos integrantes da CASA CE decidiram afastar o anterior presidente, Abel Chivukuvuku, por alegada "quebra de confiança".

Um dia depois de ser afastado, Chivukuvuku solicitou ao Tribunal Constitucional um esclarecimento sobre a legalidade da decisão. "Aquilo foi um anúncio em conferência de imprensa, e não passou disso. Em termos de procedimento, há actos próprios de ordem legal. Logo, deve ser o tribunal a decidir. Vou aguardar serenamente até que o tribunal se pronuncie sobre o assunto", disse o político à Rádio Nacional de Angola (RNA).

Abel Chivukuvuku lembrou que o acórdão do Tribunal Constitucional de 2017 é esclarecedor em relação à presidência da CASA-CE. "É o tribunal que tem de voltar a declarar quem preside a coligação e não um grupo de militantes. Só espero que a situação

seja resolvida de forma civilizada, cívica e séria", disse.

5.6 Autarquias reduzem actuação de ministérios

Jornal de Angola

20 De Março de 2019

Texto: Edna Dala

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado defendeu ontem, em Luanda, a reconfiguração da administração central, porque passará a fazer menos do que faz hoje, na qual os ministérios terão menos intervenção nos municípios.

Adão de Almeida, que falava no final da apresentação do Relatório do Processo de Auscultação Pública do Pacote Legislativo Autárquico, considerou que a reforma da administração local precisa de ser redesenhada, na medida em que passará a fazer mais do que faz hoje, assumindo novas e cada vez mais responsabilidades na gestão dos municípios.

O ministro recordou que a implementação das autarquias locais representa uma profunda reforma no modo de ser e de agir da administração central e local, que não pode ter êxito sem a participação de todos.

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado apresentou ontem o Relatório do Processo de Auscultação Pública do Pacote Legislativo Autárquico.

O relatório, com 700 páginas, é resultado do processo de auscultação que decorreu em todo o país, em 2018, e que espelha, com autenticidade, as contribuições da sociedade relativamente ao processo de institucionalização das autarquias locais.

Durante o encontro, que reuniu representantes de partidos políticos, sociedade civil, administradores municipais e governantes, Adão de Almeida sublinhou que a implementação das autarquias locais vai impor igualmente uma reforma na administração e gestão das finanças públicas e que os municípios passarão a ser autónomos do ponto de vista financeiro e vão contar, além de eventuais transferências do Estado, com recursos financeiros próprios resultantes da cobrança de impostos e taxas aos seus municípios,

No fim da cerimónia de lançamento do relatório, o ministro Adão de Almeida sublinhou que "o ser e o agir da Administração Pública serão radicalmente diferentes, pois a realização desta reforma, no ser e

no agir, vai fazer emergir uma nova Administração Pública diferente da que estruturamos ao longo dos 44 anos, desde que nos conhecemos como Estado soberano e independente."

O responsável destacou que uma reforma, como esta, tem impacto sobre todos os angolanos, o que exige ponderação e responsabilidade. Adão de Almeida disse que "durante dois meses de auscultação não apenas ouviram, mas também sentiram as pessoas e interpretaram o muito que as falas e os semblantes transmitiram".

O ministro afirmou que, neste período, "apesar do ruído de quem se arrogava o direito de ser o detentor do conhecimento sobre as vontades de todos os cidadãos, teimamos em manter-nos focados na missão de ouvir os angolanos todos e cada um dos que quisessem soltar a sua voz onde as mensagens foram múltiplas e claras."

Adão de Almeida sublinhou que os cidadãos pediram que não fossem decepcionados, numa alusão à necessidade de "não fazermos deste processo mais um que se junta à lista de coisas que não produziram o resultado desejado, isto para não nos dizer que não basta fazer, é preciso fazer bem."

"As pessoas disseram-nos: não pensem nos partidos, pensem no país, isso para nos recordar de algo tão simples e elementar: que o país está antes e acima dos partidos, pois os partidos existem para o país e não o país para os partidos", disse.

Poderes de tutela

Na ocasião, o secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel, lembrou que, na proposta de base apresentada ao Parlamento, tinham como modelo a tutela administrativa, que evoluiu para a tutela jurisdicional, em consequência do processo de auscultação e das várias visões ouvidas.

Márcio Daniel, que fez a apresentação do relatório, explicou, a título de exemplo, que os poderes de tutela são exercidos preferencialmente por órgãos jurisdicionais.

O secretário de Estado frisou que o processo de institucionalização das autarquias, na forma como o Executivo o observa, tem em vista que o mesmo seja inclusivo, abrangente e capaz de alcançar o máximo de consenso possível.

Contribuições da sociedade A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) defende a necessidade da criação de uma norma que penalize quem não entregar ou proceder à passagem de pastas fora do prazo estabelecido em relação à

proposta de Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as autarquias locais.

O relatório da ADRA, apresentado por Belarmino Jelembi, defende igualmente a necessidade de se rever os três meses estabelecidos e alargar o tempo de passagem de pastas. O Estado deve transferir competências que as autarquias são capazes de assumir e executar e essa transferência deve ser acompanhada de um plano de seguimento, segundo a organização. O representante do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), Filomeno Vieira Lopes, sublinhou que os cidadãos defendem uma melhor preparação para evitar que se cometam erros

5.7 Há qualquer coisa que não bate certo nas autarquias

Novo Jornal

22 De Março de 2019

Texto: Nok Nogueira

Em 2009, quando ainda se discutia em sede da Assembleia Constituinte as propostas da Constituição da República, assistiu-se, ao nível do Parlamento angolano, a um caso que surpreendeu, pela negativa, a agenda dos trabalhos dos deputados da oposição: além das duas propostas que haviam sido submetidas pela UNITA e pelo PRS, cujos elementos estruturais haviam sido já discutidos na Comissão Constituinte dentro dos prazos previstos por lei - propostas estas ancoradas no sistema federalista e semipresidencialista -, uma terceira impôs-se no Parlamento.

Sob as vestes de um inovado sistema de governo para o contexto sociopolítico angolano, a proposta "C", com muitas das nuances defendidas pelo MPLA, chegou ao expediente da Comissão Constituinte já «fora de mão», ou seja, fora dos prazos legalmente previstos, apresentando-se como um sistema presidencialista-parlamentar, fugindo dos cânones tradicionais dos modelos clássicos de sistemas de governo até ali experimentados em Angola, como, de resto, foi o caso do sistema semi-presidencial com pendor presidencialista, como lhe chamavam.

O dito modelo presidencialista-parlamentar, que, para o contexto angolano, nada mais era senão uma continuidade de uma artimanha constitucional inspirada na vontade absolutista do exercício do Poder Político - diferente do modelo monopartidário que deu origem ao Estado angolano logo a seguir à proclamação da independência, veio pouco tempo depois a ser aprovado em Janeiro de 2010, quando os angolanos estavam entretidos com o Campeonato

Africano das Nações em futebol, que o país acolhia pela primeira vez.

Deste registo político-histórico retivemos dois elementos bastante representativos: o interesse da manutenção do Poder Político e a materialização de uma vontade expressa por um dos actores políticos que, desde a mudança de regime, no início da década de 1990, sentiu sempre a necessidade de se rodear de todas as ferramenta legais que legitimassem o carácter absolutista do exercício de governação.

Ao fazê-lo, não só retirou poderes ao partido que sustentava o poder político, como resolveu um velho dilema que se vinha arrastando havia já largos anos: a não partilha do poder com um primeiro-ministro, ficando claro que o poder assentaria num modelo uni-pessoal. Na verdade, analisando hoje com alguma frieza, não seria bem o sistema de governo o problema, até porque, com a institucionalização do Estado monolítico, teria ficado mais ou menos claro com que linhas Angola havia de se coser. O problema era um sistema que conferisse poder absoluto. E assim foi!

Grande parte dos Estados africanos que, após a independência, afastaram os seus adversários das grandes praças políticas através da deflagração da guerra civil, foram capturados pelo poder absolutista da figura do Presidente da República. E, em Angola, não se fugiu a esta regra, daí que na década de 1990, logo a seguir à mudança para o sistema multipartidário, se tenha dado lugar a dois cenários interessantes que visavam, por um lado, a manutenção do poder político do partido governante, e, por outro, manter a hegemonia da figurado titular do poder político perante os seus mais directos concorrentes no partido.

Não é menos verdade que foi a partir desta altura que se começa a incorporar no discurso político da situação a ideia de um sistema semipresidencial com pendor presidencialista, porque houve sempre a tentação da continuidade de um sistema que favorecesse o eixo do poder assente numa lógica absolutista, mas perante as possíveis correlações de força no seio do partido da situação e não da oposição.

Daí que a Constituição da República de Angola de 2010 assenta precisamente neste espírito: o da consolidação da hegemonia do poder numa só figura. Portanto, não foi uma Constituição republicana que respeitasse os anseios de um Estado na sua verdadeira acepção.

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado apresentou, esta semana, em

evento solene, o Relatório de Auscultação Pública do Pacote Legislativo das Autarquias. E, uma vez mais, à semelhança do que aconteceu com a discussão e aprovação da Constituição de 2010, volta-se à mesma artimanha em relação às autarquias, com a única diferença de que esta não irá assentar numa só figura.

Além de fazer um investimento desnecessário em papel- o relatório contém, imaginem, 700 páginas! -, não sabe ao certo que impacto estas contribuições (?) compiladas terão na versão final do pacote legislativo autárquico que, a nosso ver, já vai bastante tarde para quem quer realizar eleições em 2020, por um lado. Por outro, por se tratar de um primeiro ensaio num país onde a manutenção do poder político se tem feito acompanhar de uma série de manobras e estratégias.

Por outro lado, estranhamente apresenta-se um relatório numa fase em que estão no Parlamento pelo menos duas propostas: do executivo e da UNITA - fala-se numa terceira da CASA-CE. E, ao que se sabe, nenhuma destas duas propostas se vai inspirar nas contribuições que o MAT diz ter recolhido dos vários actores angolanos e que teve o cuidado de compilar num calhamaço que nenhum deputado irá levar em conta na hora de decidir sobre que modelo autárquico é o mais apropriado para o país. (A experiência que se tem do Parlamento angolano é de uma luta de egos político-partidários, logo não acreditamos que alguém se lembre do tal relatório, nem mesmo o MPLA se lembrará).

Além do mais, o exercício levado a cabo pelo MAT-órgão titular da pasta é necessariamente parte interessada que o seu partido vença em boa parte das autarquias - nada acrescentará ao debate parlamentar que irá decidir sobre que modelo autárquico de facto deverá Angola adoptar. Porque o partido que representa, ao invés de partir para uma ideia de auscultação apresentando o modelo clássico de poder local e depois, a partir das contribuições, ajustá-lo à realidade angolana, colocou-se em campo com uma espécie de palas laterais - iguais àquelas aplicadas aos cavalos que iam às frentes de combates -, que não permitiu ao MAT estender o olhar.

Mais: o pacote legislativo levado à discussão já foi viciado ou pelo menos reunia unicamente as posições do partido que sustenta o poder. Logo, se há mais duas propostas no Parlamento, nenhuma outra será publicamente merecedora das supostas contribuições que teve o pacote do executivo. Logo, não se pode falar de uma auscultação justa e ecuménica.

Portanto, esperava-se que, depois de um reconhecimento tácito de que a Constituição de 2010 é um mau exemplo republicano do legislador, se

repensasse esse processo de institucionalização das autarquias. Porque mais ninguém acredita nas boas intenções de um árbitro que é jogador, nem num jogador que se coloca em campo já a saber dos resultados mesmo antes do pontapé de saída.

5.8 Executivo admite rever a legislação sobre terras

Jornal de Angola

28 De Março de 2019

Texto: Domiana NJila

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação admitiu que a Lei de Terras poderá ser revista nos próximos tempos, tendo em perspectiva o processo de institucionalização das autarquias locais, que começam a ser implementadas a partir de 2020.

A recomendação saiu do III Conselho Consultivo do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação encerrado ontem, no Huambo. A alteração pretendida deve adequar o novo perfil do instrumento legal às exigências das autarquias uma vez que terão também uma intervenção da concepção de terras, de acordo com o comunicado final.

No documento, os participantes consideram fundamental que a proposta da futura lei seja devidamente discutida a nível dos departamentos ministeriais e dos governos provinciais, assim como por via de consulta pública, envolvendo os diferentes actores da sociedade civil, ordens profissionais, comunidade científica e académica. O objectivo, entendem os participantes, é a recolha de subsídios necessários para a elaboração de uma lei dentro dos paradigmas desejados para os desafios do processo da descentralização e desconcentração administrativa e política em curso no país, que será consolidado com a implementação das autarquias.

Os participantes sugeriram igualmente a realização de sessões de consulta pública sobre a proposta de revisão da Lei de Base da Política do Ordenamento do Território, além de merecer contribuições dos governos provinciais e dos departamentos ministeriais. O conselho consultivo foi orientado pela titular do sector, Ana Paula de Carvalho. A ministra indicou como principal desafio do sector a dinamização do processo de planeamento das zonas rurais, a fim de promover o desenvolvimento para evitar a migração das zonas rurais para as cidades. Para o alcance deste objectivo, a ministra anunciou que o MINOTH vai trabalhar com os governos provinciais para que tenham como prioridades nas suas acções a elaboração de planos directores

municipais em que a valorização das zonas rurais seja um elemento essencial.

O III Conselho Consultivo do Ministério do Ordenamento e Habitação discutiu, entre outros temas, a política nacional do ordenamento do território e urbanismo.

Combate ao êxodo rural

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, defendeu, na terça-feira, na cidade do Huambo, a implementação de políticas nas comunidades para mitigar o êxodo das zonas rurais para as grandes cidades.

Ana Paula de Carvalho, que discursava na abertura do III Conselho Consultivo do ministério sob o lema "Ordenamento rural como factor de desenvolvimento das comunidades", considerou que o êxodo rural está a provocar um crescimento demográfico desordenado das grandes cidades, sobretudo das capitais de províncias.

"Assistimos a um processo de desconcentração administrativa e política, temos o dever de levar às comunidades o desenvolvimento, e isso só será possível se fizermos o planeamento das zonas rurais onde vivem estas comunidades, titularmos as suas terras, traçarmos o perfil dessas zonas e, assim, tirar o máximo de proveito", disse a ministra.

Ana Paula de Carvalho indicou ter sido no âmbito desta estratégia que foi lançado um desafio aos governos provinciais para que colocassem na agenda a execução de planos directores municipais, valorizando as zonas rurais que têm um grande potencial de desenvolvimento económico e social. "Temos realizado um conjunto de reformas legislativas que têm como objectivo simplificar o processo de acesso à terra, para que as comunidades rurais, na base dos seus hábitos e costumes, possam desenvolver as suas zonas nativas", disse.

A Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, enquanto instrumento de política reguladora do sector, estabelece, segundo a ministra, uma concepção integrada do ordenamento. "Os fins que esta lei se propõem atingir continuam bastante actuais, destacamos a valorização integrada racional da ocupação do espaço biofísico em condições favoráveis para o desenvolvimento das actividades económicas, sociais, culturais e, igualmente, a oportunidade de acesso dos cidadãos aos equipamentos sociais colectivos e serviços públicos, quer no meio urbano ou rural", referiu.

No encontro, a governadora do Huambo, Joana Una Cândido, agradeceu pelo facto de a província ter sido

escolhida para albergar o conselho consultivo e afirmou: "Pensámos ter alguma luz para fazer chegar aos populares meios básicos para a sua sobrevivência."

5.9 Ministro quer Administração mais atractiva para o cidadão

Jornal de Angola

29 De Março de 2019

Texto: Adelina Inácio

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, defendeu ontem, em Luanda, a urgente modernização da Administração Pública e a sua reinvenção, para que seja mais ligeira e mais atractiva.

Adão de Almeida, que falava na abertura da Conferência sobre a Reforma do Estado, disse que a intenção é que a Administração Pública ofereça, cada vez mais, serviço e os cidadãos sintam, cada vez mais, desejo de ir ao serviço público.

O governante propõe uma Administração Pública mais simplificada, desburocratizada e desmaterializada. "Para os desafios do crescimento e do desenvolvimento económico, a Administração Pública não pode ser aquela das filas, da lentidão e do silêncio perante a demanda do cidadão", exemplificou.

O ministro defendeu, ainda, a reorientação e reposicionamento do Estado, para que se concentre nas suas principais tarefas e não intervenha em domínios que são do sector privado. Adão de Almeida disse ser necessária a adequação da estrutura do Estado aos fins e tarefas essenciais do Estado.

A reforma, disse, passa, necessariamente, pela municipalização e pela integração dos serviços públicos. Adão de Almeida é de opinião que todos devem entender a importância da municipalização e da integração dos serviços públicos.

Para o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, é preciso municipalizar para aproximar os serviços aos cidadãos. "Não podemos continuar a ter municípios que não dispõem de serviços essenciais, fazendo com que os cidadãos percorram distâncias quilométricas para ter acesso a determinados serviços", afirmou Adão de Almeida, para quem a aproximação dos serviços é, também, uma condição para o sucesso do combate às assimetrias regionais.

Adão de Almeida entende que o sucesso da municipalização dos serviços passa pela alteração do paradigma mental e compreender que "não haverá país forte se não houver municípios fortes".

O ministro disse que têm sido implementadas importantes medidas no domínio da melhoria do ambiente de negócios e da prestação de serviços públicos em geral. Adão de Almeida destacou o lançamento da plataforma digital de prestação de serviços públicos e o projecto que permite a constituição de empresas via online.

O governante falou ainda do Guiché Único da Empresa, dos serviços do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), a modernização da gestão das finanças públicas e da prestação dos serviços fiscais através da Administração Geral Tributária (AGT), bem como a instalação do portal do munícipe nas administrações municipais.

O ministro referiu-se, igualmente, à aprovação do Plano Estratégico de Implementação do Balcão Único de Atendimento ao Público. Com este instrumento, sublinhou, pretende-se, não só modernizar os serviços prestados pelas administrações municipais comunais e de distritos urbanos, mas abrir caminho que levam à municipalização e aproximação dos serviços aos cidadãos.

Através destes serviços, acrescentou o ministro, os cidadãos poderão ter, nos seus municípios e comunas, acesso a serviços importantes prestados pela Administração Central, com destaque para o bilhete de identidade e registo de nascimento, determinados serviços da administração fiscal, bem como outros que exijam proximidade.

Reforma do Estado

O professor da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto Carlos Feijó defende um programa de Reforma do Estado mais integrado, coordenado e mais completo.

Carlos Feijó, que falava sobre o tema "Estrutura e posicionamento do Estado para os novos desafios - o papel e o lugar do Estado", disse que os insucessos diagnosticados ao longo do tempo em matéria de reforma do Estado e da Administração Pública decorrem da falta de tratamento sistematizado destas três funções do Estado.

"Desde os anos 90 até ao momento, tratou-se muito da reforma não coordenada. Não temos um plano único sobre a Reforma do Estado nas suas três funções principais. E se assim não tivermos, receio que também não consigamos atingir, mais uma vez,

os objectivos da reforma do Estado", alertou Carlos Feijó.

O docente universitário indicou que a reforma do Estado é o pressuposto para que o sucesso e desenvolvimento do país seja possível.

5.10 MPLA «não está sozinho» na defesa do gradualismo

Novo Jornal

29 De Março de 2019

Texto: Borrvalho Ndomba

As autarquias começam a ser discutidas no dia 18 de Abril, na Assembleia Nacional, e o Grupo Parlamentar do MPLA garante que vai entrar nos debates a defender o gradualismo geográfico que tem estado a defender.

América Cuononoca, dirigente dos deputados do MPLA na casa das leis, afirmou que nem todos os municípios do país têm condições para se tornarem autarquias. Por isso, a maioria parlamentar vai fazer «finca-pé» para que o seu desejo seja realizado.

A maior parte da população angolana, segundo América Cuononoca, que cita auscultação pública do Pacote Legislativo Autárquico, quer implementação do modelo que os «camaradas» defendem.

"O gradualismo geográfico é a via mais aceitável, tendo em conta que é a primeira vez que se vai implementar este processo das autarquias. O MPLA não está sozinho, a maior parte da população advoga o gradualismo. Em 2018 o MPLA fez uma viagem aos 164 municípios, e constatou que a maior parte da população, inclusive as autoridades tradicionais advogam a necessidade de fazermos por etapas", disse o deputado ao sair da reunião de líderes da Assembleia Nacional.

No dia 18 do próximo mês, os deputados vão discutir e votar na generalidade dois projectos do Grupo Parlamentar da UNITA, entre os quais, a "Lei de Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais e a Lei de Finanças Locais".

No mesmo plenário, os parlamentares vão também debater e aprovar sete diplomas da iniciativa do Presidente da República, nomeadamente a "Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas, Proposta de Lei da Transferência de Atribuições e Competência do Estado para as Autarquias Locais, Proposta de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, Proposta de Lei que aprova o Regime Financeiro das Autarquias

Locais, Proposta de Lei sobre Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, Proposta de Lei da Tutela sobre as Autarquias Locais, e a propostas sobre a Institucionalização das Autarquias Locais".

Oposição quer consenso nos debates O presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior, afirmou que o grande desafio dos deputados será encontrar "consensos no âmbito das representatividades parlamentares".

"Estamos a partir, de algum modo, com uma abordagem muito diferente em matérias específicas, nomeadamente em matéria do gradualismo, que é de facto uma das maiores separações que temos, mas seria bom que fizéssemos um movimento de encontro sobre o interesse nacional nessa matéria, auscultando também aquela que tem sido a opinião do cidadão que não é a opinião que o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado [MAT] tem vindo a partilhar nas suas conferências", afirmou o deputado.

O dirigente da UNITA disse que a auscultação promovida pelo MAT "não mereceu consensos, há mesmo críticas muito forte às exposições do MAT".

As propostas que começam agora a ser discutidas na generalidade, de acordo com informações do novo presidente da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, que é ainda o líder do Grupo Parlamentar, terão de ser analisadas com profundidade na especialidade.

André Mendes de Carvalho aproveitou o momento para desmentir as informações de que a coligação não iria candidatar-se às eleições autárquicas.

. "Não sei porque alguns órgãos de comunicação social, como é o caso do Jornal de Angola, inventaram aquela questão de que não iríamos participar nas eleições autárquicas. Tínhamos dito no discurso de tomada de posse que iríamos priorizar as eleições gerais, porque são as eleições gerais que elegem o Presidente da República e novo Parlamento", disse o líder do Grupo Parlamentar da CASA-CE.

5.11 Pacote legislativo autárquico vai á aprovação na generalidade

Jornal O PAÍS

29 De Março de 2019

Texto: Rila Berta

Durante a 6ª reunião plenária da AN serão apreciados nove diplomas legais relacionados com o pacote legislativo autárquico, dos quais sete da iniciativa do

Presidente da República, enquanto Titular do Poder do Executivo, e dois da iniciativa legislativa do grupo parlamentar da UNITA.

Os partidos da oposição defendem que as autarquias sejam realizadas de forma "funcional", ou seja em todos os municípios. Porém o MPLA é a favor do gradualismo geográfico.

O presidente do grupo parlamentar do MPLA afirmou ser constitucional que se prime pelo gradualismo, por conta de razões históricas que levaram a que o desenvolvimento no território angolano fosse "desigual".

Américo Kuononoca explicou que alguns municípios conheceram a Administração Local do Estado em menos de 15 anos. "Se queremos primar pela Constituição, o gradualismo pensamos ser a via mais aceitável", garantiu.

Acrescentou ser importante que, sendo a primeira que se implementa o processo, se faça com base em "experiência piloto", priorizando alguns municípios. Reiterou, parafraseando o Presidente da República, João Lourenço, de que as autarquias podem ser implementadas em 10 anos. Para o líder do grupo parlamentar da UNITA, por se tratar de um debate na generalidade é possível agendar as nove propostas, sustentando que na especialidade vai obrigar um maior tempo de análise e de debate. Relativamente às propostas da iniciativa da UNITA, Adalberto da Costa Júnior explicou ser desejável que o pacote autárquico venha a encontrar consenso no âmbito das representatividades parlamentares à semelhança do que ocorreu durante a aprovação dos diplomas sobre o Poder Local.

"Nós estamos a partir, de algum modo, com uma abordagem bastante diferente em matérias específicas, nomeadamente a questão do gradualismo, mas seria bom que fizéssemos um movimento de encontro sobre o interesse nacional", referiu.

Auscultação do MAT sem consenso

O líder do grupo parlamentar da UNITA afirmou que a auscultação do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT) não mereceu consenso e referiu haver "críticas muito fortes às posições do MAT".

Para a CASA CE, segundo o seu líder parlamentar, por se tratar de uma apreciação na generalidade justifica-se o número de diplomas a serem analisados, entretanto, corroborou com a UNITA, referindo ser importante que a posterior, cada diploma seja "devidamente" analisado.

André Mendes de Carvalho "Miau" confirmou a participação da CASA CE nas eleições autárquicas e desmentiu informações segundo as quais a coligação não participaria do processo.

O PRS defendeu, igualmente, a discussão minuciosa das leis. Segundo Benedito Daniel, presidente do referido partido, o PRS solicitou ao parlamento para que nas discussões na especialidade estes diplomas possam ser discutidos de "forma minuciosa" e que a sua aprovação não seja feita em conjunto.

O responsável reiterou que PRS defende que as eleições aconteçam de forma gradual, mas de modo funcional. "Nós nos opomos firmemente ao gradualismo geográfico", afirmou.

De igual modo, a FNLA defende a implementação do gradualismo funcional durante as eleições autárquicas cujo início está agendado para o próximo ano. Para Lucas Ngonda, presidente do partido, caso as autarquias priorizem alguns municípios em detrimento de outros, haverá a "disfuncionalidade" do sistema.

"Isto vai provocar um sistema das migrações internas de pessoas a procura de serviços nos municípios autárquicos que vão reunir todas as condições", justificou.

O líder da FNLA sustenta que as autarquias sejam, durante um certo tempo, financiadas pelo Estado angolano. É que para Lucas Ngonda, não há classes empresariais no país com capacidade para financiar este processo, nem tão pouco pessoas ricas. "Então isto é uma questão do Estado e, sendo do Estado, terão de ser financiadas por ele", disse.

5.12 Mihaela Webba aborda vantagens das autarquias

Jornal de Angola

30 De Março de 2019

Texto: Tatiana Marta

A jurista e deputada da UNITA Mihaela Webba trabalhou, esta semana, na província do Huambo, para abordar, com os académicos, autoridades religiosas, estudantes e membros da sociedade civil, as vantagens da institucionalização das autarquias no país na descentralização dos serviços públicos nos municípios.

Em declarações ao Jornal de Angola, à margem de um encontro com a Decana da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos, a deputada sublinhou o papel do Executivo no

processo de garantir o sucesso das autarquias. Para Mihaela Webba, as autarquias, por si só, poderão corrigir as assimetrias regionais.

A parlamentar manifestou -se contra a proposta do Executivo de que "os autarcas que violem gravemente a Lei sejam destituídos". Para ela, "a transferência de competência para as autarquias deve ser esclarecida, 'com vista a reforçar a desconcentração administrativa".

Mihaela Webba disse ser fundamental que se realize um diálogo político sério com os académicos e não só sobre questões que têm a ver com a implementação efectiva do Poder Local. No quadro do processo de preparação das autarquias, apelou aos académicos para desenvolverem acções de educação financeira dos cidadãos.

Na óptica da deputada, o processo de educação financeira é importante, porque as autarquias vivem da arrecadação das receitas locais. "A Lei é clara em relação a esta matéria", disse a deputada da UNITA.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Queixa «Imaginem uma casinha e a duas famílias

Novo Jornal

1 De Março de 2019

Texto: Álvaro Victória

Isabel Milena e Maria Marquia dizem-se "membros de famílias diferentes", mas que foram "forçadas" a partilhar uma única moradia. No total, são nove integrantes numa casa T2.

"Não sabemos quem é que vai ficar dentro e quem vai ficar fora; quem vai levar as coisas dentro e quem não vai. Se uma única moradia para uma família já é complicado, imaginem uma casinha destas entregue a duas famílias!", exclama Isabel Milena.

"Quando estavam a fazer o cadastramento, nós já havíamos explicado que pertencemos a famílias diferentes. Ela tem a vida dela e eu, a minha; ela tem os seus filhos e eu, os meus. Mas, ainda assim, estamos a ser obrigadas a partilhar a mesma casinha. Isso é desumano", descreve Milena.

"Não quis assinar os documentos, a partir de lá em baixo [no Baleizão], porque nos colocaram num documento duas pessoas. Se pelo menos cada uma recebesse a casa dela, já nos conformaríamos, não obstante a dimensão da casa. Mas duas famílias numa casinha destas é impossível? Não tem como a pessoa dizer que está tudo bem. Não. Não está nada bem", desabafa.

Dada a partilha "forçada", Isabel e Maria tiveram que deixar alguns electrodomésticos no passeio, cobertos por plásticos, como forma de os proteger da chuva e do sol.

Três famílias numa casa?!

Há um quadro que aparenta ser mais complexo que o de Isabel Milena e Maria Marquia. Adelina Madureira queixa-se de estar a ser obrigada a partilhar uma casa com três famílias.

À reportagem do NJ, Adelina admitiu que Alberto Madureira e Judith Madureira são seus familiares, mas que, no Baleizão, ocupavam espaços diferentes e cada um tinha a sua família nuclear.

"Eles tiveram como referência os nomes, quando deviam considerar o espaço que cada um ocupava e

as famílias nucleares. Eu não vivia com o meu filho, que já é maior de idade e tem a sua própria mulher. Como é que as três famílias vão viver neste 'beco?', indaga Adelina, visivelmente agastada.

"Eu tinha o meu próprio espaço, onde vivia com a minha mulher. Se virem bem, no documento estão três números de portas, 12, 13 e 14, que correspondem ao espaço de cada um. Postos cá, obrigam-nos a partilhar uma casa, ainda por cima tão pequena. Isso não é justo. Isso é desestruturar as famílias. Curiosamente, neste corredor há duas moradias desocupadas [a zona tem várias casas acabadas, mas desocupadas], que serviriam muito bem para nós", sugere o jovem Alberto Madureira.

Com energia, mas sem água

A Vila da Chicala está localizada bem no interior do zango 4, município de Viana. O acesso à zona é feito com alguma facilidade, através sobretudo de mototáxi.

No bairro, há energia eléctrica com regularidade e custa 3500 Kz mensais.

A zona é limpa, o que sustenta o apelido "Luanda Limpa". Há escolas do I e II ciclos e um hospital público. Entretanto, o bairro carece de distribuição de água potável. O «líquido precioso» chega aos moradores por intermédio de kupapatas, que vendem o bidon de 20 litros a 50 Kz.

Antigos moradores da zona informaram ao NJ que o bairro é calmo, contando com a patrulha regular dos efectivos da Polícia Nacional.

6.2 «Há espaços para as pessoas alargarem as moradias»

Novo Jornal

1 De Março de 2019

Texto: Álvaro Victória

"Puro oportunismo." É assim que a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda considera as reclamações de alguns moradores que acusam a CACL de os obrigar a partilhar a mesma casa.

"Desde já, é preciso esclarecer que são 16 famílias/casas cadastradas desde o princípio do processo, e nunca 17 famílias", explica Francisco Alexandre, porta-voz da CACL.

"Quanto ao resto, é puro oportunismo. Repare: Se estás em tua casa, tens a tua esposa, teus filhos e uma irmã, deve-se considerar a irmã parte da família, não e nunca como uma família à parte. É isso que as

peças que querem fazer. Não podemos dar a cada membro de uma família uma casa. Isso configura um caso de oportunismo, típico de registo quando há processos de distribuição de casas", esclarece.

Em declarações ao Novo Jornal, Francisco Alexandre admite que as casas "são pequenas", mas informa que as famílias "estão autorizadas" a criar outras estruturas adjacentes.

"As casas são pequenas, mas há espaço para fazer anexos. Elas [as famílias] podem fazer o que acharem útil, podem alargar as moradias. Estão autorizadas a fazer isso", declara o porta-voz da Comissão Administrativa da cidade de Luanda.

"Penso que seria ingratidão se as pessoas não reconhecessem este gesto das autoridades. Pelo menos, fica claro que mais vale as pessoas viverem lá do que morarem num edifício em risco de desabar ou viverem em tendas", observa Francisco Alexandre.

6.3 «Que, pelo menos, nos dessem o bloco todo da casa»

Novo Jornal

1 De Março de 2019

Texto: Álvaro Victória

Em face da dimensão das moradias, muitas são as famílias que decidiram deixar electrodomésticos e outros bens em casa de parentes.

"Vê as outras que levaram os seus bens. Em que condições é que eles estão?; [os bens] estão na rua, a apodrecer. Isso aqui, ou priorizas as pessoas ou colocas as coisas", observa a anciã Adriana, quadro do Ministério da Educação, aliás, sector a que estão vinculados os primeiros ocupantes do edifício seiscentista do Baleizão.

Mãe de sete filhos, a anciã partilha mesmo sentimento com dona Elisabeth: está na nova casa sem alguns dos seus filhos. "onde é que eles vão ficar? Aqui não há espaço", reforça.

"Que, pelo menos, nos dessem o bloco todo da casa [que corresponde a um T4] e não repartissem o bloco por duas casas. Os quartos são pequenos demais. Não sabemos onde fazer a sala e onde colocar a cozinha. A casa aquece muito e, se apertadas com os electrodomésticos, o ambiente torna-se ainda mais insuportável", conta.

Além da dimensão das casas, os ex-moradores do Baleizão reclamam ainda do risco que as crianças estão a correr de perder o ano lectivo.

"As aulas já começaram, mas os nossos filhos passam o dia a jogar à bola. Fomos transferidos para aqui já depois de as inscrições terem terminado. Agora fica difícil ir atrás das transferências e procurar por uma escola para as crianças", lamenta Maria Brígida, que informa estar a construir o seu quintal para ver se «desafoga» o interior da casa e evite que os filhos continuem "a dormir no passeio".

6.4 Moradores e mobiliários «disputam espaço»

Novo Jornal

1 De Março de 2019

Texto: Álvaro Victória

Dona Elisabeth esforça-se para buscar "ânimo e acolher, da melhor forma, a reportagem do Novo Jornal. São 16h00 na vila Chicala, também baptizada por zona da "Luanda Limpa", no Zango 4. É aqui onde estão alojadas as 16 famílias que, no início de Janeiro último, se lançaram num «braço-de-ferro» com a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL).

Os moradores negaram-se a ir às tendas instaladas no bairro da Paz, distrito do Ngola Kiluanje. Acabavam de ser transferidos do edifício seiscentista localizado no Baleizão, uma zona nobre de Luanda. Parte do edifício ruuiu e o sinal de emergência foi accionado. Era só o culminar de vários sinais de degradação que o edifício foi apresentando ao longo dos últimos anos.

Não obstante o sinal de perigo, há quem ainda tenha preferência por morar no edifício em acentuado estado de degradação, mesmo depois de, há duas semanas, a CACL ter disponibilizado novas moradias para as 16 famílias desalojadas daquela zona.

Dona Elisabeth é um dos exemplos desta «resistência». Apresenta um rosto que não esconde desolação. Diz-se traída pela governação. O motivo: a dimensão pequena da moradia que recebeu. Segundo testemunhou a reportagem do NJ, a casa apresenta condições de difícil acomodação. Parte dos electrodomésticos de dona Elisabeth está, por isso, fora da casa, exposta ao sol e às chuvas. No interior da moradia, a circulação é feita com muita dificuldade.

A "casinha", como a chama, está preenchida de mobiliários amontoados. Não há espaço para mais nada no interior da casa. Nem mesmo para filhos de dona Elisabeth, entregues forçosamente a familiares.

De tão pequena a casa, dona Elisabeth e quase todas as 16 famílias viram-se obrigadas inclusivamente a acomodar alguns dos bens de sala e de quarto no interior das pequenas casas de banho.

As casas são de tipologia T2 e cada bloco corresponde a duas moradias. Têm uma altura baixa, e o tecto é coberto de chapas. O interior é quente. À entrada está um espaço pequeno em que se pode avistar uma estrutura de lavatório num dos cantos. Este lugar, com uma dimensão de mais de dois metros ao quadrado, está a ser utilizado como sala. Mas não serve para acomodar, por exemplo, cadeirões: "Nem adianta pensar em cadeirões, quando mesmo para pessoas a casa não tem espaço. Colocas uma geleira ou uma arca e... acabou. Tudo o resto fica fora", desabafa dona Elisabeth, com fúria estampada no rosto.

"Vou viver como? Onde vou dormir, onde os filhos vão dormir, vê a lástima que está. As coisas todas partidas. Estão a ver os quartos como estão [todos preenchidos de bens]. Dá para arrumar? Fica como? Ainda não trouxe o colchão, a cama. Aqui é arrumar bem para você conseguir dormir. vê a situação. Assim está bom? Isso assim é casa? Isso é um local para cães morarem", atira a anciã, com lágrimas no fundo dos olhos.

E acrescenta, à guisa de conclusão: "Lá em baixo [no Baleizão], estávamos em perigo, sim, mas tínhamos um espaço para viver. Tínhamos um espaço para os nossos filhos, para os nossos bens. Aqui é um inferno. O governo traiu-nos. Não é assim que se trata as pessoas. Temos razões para estarmos revoltadas. Quem duvida que venha cá ver as condições a que fomos submetidos e durma, pelo menos, uma noite", lança o desafio dona Elisabeth.

6.5 Centralidade da Quilemba recebe primeiros habitantes

Jornal de Angola

3 De Março de 2019

Texto: Arão Martins

As primeiras 800 habitações erguidas na centralidade da Quilemba começam a ser distribuídas em Abril próximo, anunciou o administrador municipal do Lubango.

Armando Vieira, que prestou a informação ao discursar na abertura da 1ª Reunião do Conselho de Auscultação e Concertação Social do Lubango, disse que foram erguidas e concluídas oito mil habitações, das quais 800 começam a ser distribuídas em Abril,

ultrapassadas que estão as preocupações que retardaram a efectivação da venda.

O gestor da capital huilana (Lubango) disse que as autoridades competentes já estão a trabalhar para conceber o devido estatuto e o organigrama da centralidade, que, em princípio "deverá ser o distrito urbano da Quilemba. Explicou que a empresa responsável pela construção da centralidade vai, nos próximos tempos, retirar-se e passar a gestão à Administração Municipal do Lubango.

Mediante o programa a ser previamente estabelecido, "temos que arranjar recursos humanos para uma gestão aceitável, assente numa boa coabitação", disse, acrescentando que a centralidade deverá ter um administrador e uma equipa "forte e capaz" de fazer boa gestão. Garantiu que a centralidade da Quilemba vai ter vários serviços, que o centro da cidade do Lubango não tem. Vai ter serviços modernos e muitos deles não existem no casco urbano da cidade do Lubango.

A centralidade da Quilemba, situou, está localizada na província da Huíla, no município do Lubango, a uma distância de 15 quilómetros do centro da cidade, e ocupa 694 hectares de uma reserva de 1.080 hectares.

Das infra-estruturas básicas, referiu, inclui-se o abastecimento de água, saneamento, drenagem, energia, iluminação pública, arruamentos, paisagismo, infra-estruturas sociais, tais como jardins-de-infância, escolas primárias e secundárias.

Foram ainda criadas áreas reservadas para zonas comerciais, esquadras de polícia, centros religiosos, hospitais, quartel de bombeiros e outros edifícios públicos. O administrador municipal do Lubango acrescentou que foram criadas também infra-estruturas associadas, como a estação de bombagem de água, abastecimento de energia eléctrica, tratamento de esgotos domésticos, estação de transferência de resíduos, entre outros.

O abastecimento de água, alimentação da rede eléctrica, acessos provisórios e definitivos à centralidade, serviços internos, constam das acções feitas na centralidade, que constitui cidade satélite do Lubango, disse.

Divisão do Lubango

Armando Vieira defendeu a divisão do Lubango em três ou quatro partes e fazer da Quilemba um distrito, devendo cada um ter uma dotação orçamental. Afirmou que a divisão das zonas tidas de maior densidade populacional vai permitir que cada uma seja um órgão independente da Administração

Municipal do Lubango.

"A nossa pretensão é elevar alguns bairros a estatuto de comuna", disse, referindo-se ao bairro da Mapunda, que, segundo o responsável, é maior que a comuna de Impulo e Dindi, no município de Quilengues.

"É preciso elevar estas zonas territoriais a comunas e dar um estatuto de órgão independente, para que acções, como as de pintar as paredes, comprar carrinho de mão, vassoura, entre outros, para o saneamento do meio, estejam ao alcance local, ao invés da dependência do administrador municipal.

Código de ética

O administrador municipal do Lubango, Armando Vieira, anunciou que foi criado um projecto de conduta de ética para os cidadãos e visitantes à cidade. Esclareceu que o código é uma iniciativa da administração municipal do Lubango e resulta da constatação feita sobre a perda de um conjunto de valores comportamentais de conduta, de natureza ética, moral, disciplinar e cívica, o que compromete o salutar convívio no seio da comunidade e consequentemente a governação local.

"O código de conduta surge com o fundamento na necessidade de se desencadear um processo educativo de base, com vista o resgate de um leque de princípios cívicos, para a construção de um futuro melhor, tendo como grupo alvo os munícipes do Lubango e também aqueles que visitam o município", explicou.

Na norma, salientou, estão contidas as normas de conduta a observar aquando da estadia na circunscrição do município e o seu respaldo legal encontra-se na Constituição da República de Angola e no Decreto Executivo das transgressões Administrativas e outros diplomas legais vigentes.

O coordenador do projecto de infra-estruturas integradas da cidade do Lubango, João Francisco Dinheiro, informou, ao Jornal de Angola, que os trabalhos de conclusão das acções de água e energia eléctrica à centralidade da Quilemba estão avançados.

6.6 País com défice na área de manutenção predial

Jornal de Angola
3 De Março de 2019

O país conta apenas com 15 empresas especializadas em manutenção predial, quando necessita de 80 para

conservar os edifícios de mais de 30 centralidades espalhadas em todo território nacional.

Segundo o coordenador provincial da Associação Nacional das Empresas de Manutenção Predial (Anemp), Eduardo Ernesto, que falava à margem do XVI Seminário Nacional de Gestão Técnica da Manutenção Predial, além das grandes empresas especializadas em serviços de manutenção predial, são também necessárias outras de pequena e média dimensão, que podem ser subcontratadas pelas "gigantes".

Sem avançar números, afirmou existirem pequenas empresas e alguns técnicos que prestam serviços de manutenção no país, mas o grande problema reside na falta de procura destes serviços e de cultura de manutenção regular. Eduardo Ernesto explicou que muitos edifícios são bem construídos mas a falta de manutenção tem causado graves consequências, inclusive o desabamento. "O cumprimento rigoroso do plano de manutenção previne danos, o que só poderá acontecer se a sociedade estiver mais consciencializada sobre a importância da manutenção e procura destes serviços", disse.

A manutenção actua nos sectores de construção civil, carpintaria, água e esgoto, sistema de incêndio, de ventilação e refrigeração, segurança electrónica, instalação eléctrica, entre outros serviços. Por outro lado, o presidente da Anemp, Francisco Chaves, defendeu a criação de um decreto presidencial que inclua a taxa de manutenção predial no valor de pagamento da renda resolúvel das centralidades e de outros projectos imobiliários.

Ao se referir à formação, disse que a iniciativa visa alertar os cidadãos e os gestores públicos de modo a dinamizar a cultura de manutenção predial e evitar danos, como é o caso do desabamento do antigo edifício da antiga DNIC, em Luanda.

As consequências da falta de manutenção predial podem ser graves e causarem problemas estruturais nos imóveis, doenças respiratórias (falta de manutenção dos ar-condicionados, por exemplo), incêndios, entre outros constrangimentos.

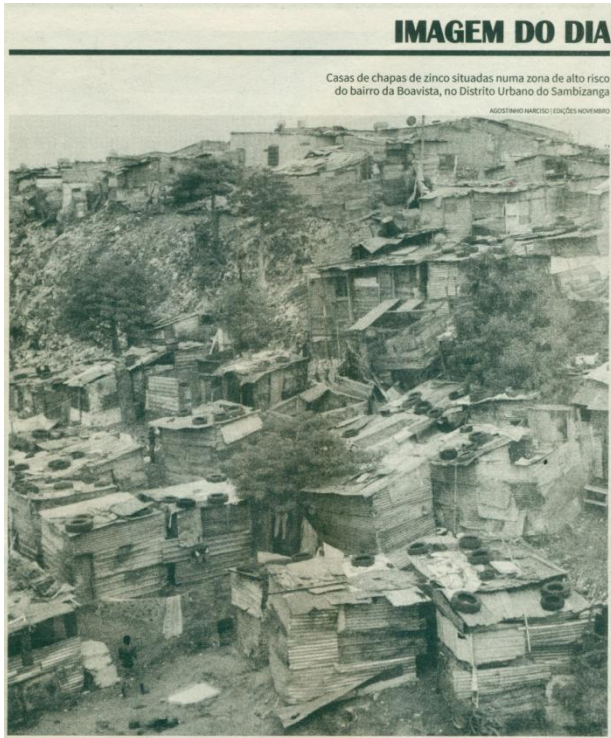
A Anemp, criada há 3 anos, tem mais de dois mil associados, representados em sete províncias do país.

6.7 Imagem do Dia

Jornal de Angola

6 De Março de 2019

Foto: Agostinho Narciso



6.8 Ex-ministro perde casa por decisão do Tribunal

Jornal Continente

7 De Março de 2019

Texto: Walter Mateus

Segundo apurou o Club-K, tudo começou quando Manuel Rabelais, depois de comprar a residência (apetrechou-a colocando mármore e etc.) alojou uma antiga companheira, Luísa Joice, a quem passou uma procuração irrevogável.

Está por sua vez, em vias de se casar com outro homem, decidiu vender o património alheio, levando com que o antigo governante recorresse a justiça para recuperação do imóvel. Como decisão inicial, o Tribunal de Luanda intentou uma providência cautelar impedindo as partes de ocupar a residência. Porém, enquanto o processo decorria, o deputado contratou uma empresa de segurança, colocando guardas para sua protecção.

Nesta quinta-feira, 21, o Tribunal de Luanda, ordenou a retirada dos guardas à residência determinando que a mesma deve ficar com o novo comprador. No argumento da justiça, a senhora Luísa

Joice tinha uma procuração irrevogável e nesta condição podia fazer o que quisesse com a residência. Segundo soube, o Club-K, o advogado do antigo ministro da Comunicação Social, decidiu recorrer da sentença.

A época da sua inauguração, as residências no condomínio Morro Bento custavam acima de 3 milhões de dólares norte-americanos.

Têm igualmente casa neste complexo, o governador do BNA, José de Lima Massano, o ministro do Interior, Ângelo de Barros Veiga Tavares, o empresário Ivan Leite de Moraes (filho de um antigo ministro das Finanças), Isabel dos Santos, e outras personalidades ligadas a elite angolana.

6.9 Habitantes abandonam casas devido à delinquência

Jornal de Angola

7 De Março de 2019

Texto: Alexa Sonhi

Moradores dos bairros Emanuel e Pescadores 1 e 2, no município de Cacuaco, em Luanda, estão a abandonar as casas devido à delinquência e os que ficam fazem vigílias com paus, pedras e catanas, para se defenderem de assaltos e agressões efectuados por adolescentes e jovens dos 12 aos 17 anos.

Moniz António por pouco perdia o filho, Nilson Moniz, 19 anos, no dia 24 de Janeiro, ferido no abdómen com uma faca por delinquentes.

O jovem recebeu os primeiros socorros do pai, enfermeiro há 20 anos, e mais tarde foi encaminhado para o Hospital Américo Boavida onde recebeu tratamento especializado durante duas semanas.

A família não apresentou queixa à Polícia, por medo de retaliação dos marginais que são conhecidos no bairro.

"São jovens que não estudam' fumam liamba, inalam gasolina, roubam e muitas vezes matam e os seus pais sabem disso", disse Moniz António. Evaristo Donga, residente no bairro Emanuel, disse que a criminalidade está a crescer e os moradores "estão proibidos de adormecer", para estarem sempre em estado de alerta.

A moradia do portador de deficiência e a pequena farmácia que possui têm sido muitas vezes assaltadas, o que o levou a solicitar ajuda de familiares para passarem as noites com ele, munidos de paus, pedras e catanas para se defenderem dos meliantes.

6.10 Moradores estão a recusar transferência para o Fortim

Jornal de Angola

7 De Março de 2019

Texto: Augusto Panzo

Os moradores do bairro Garcia, junto à chaminé da antiga cerâmica, na zona industrial da Vidrul, em Cacucaco, recusam a transferência para o Fortim, arredores da Caop Velha, uma medida das autoridades municipais, devido à iminência de desabamento da torre da antiga fábrica, erguida no tempo colonial e que neste momento apresenta fissuras.

O coordenador do Sector 3, afecto àquele bairro, confirmou ao Jornal de Angola que as 60 famílias residentes no local foram notificadas pela Administração Municipal de Cacucaco, ainda na vigência de Carlos Cavuquila, então administrador.

“Fomos de facto notificados para a nossa retirada desta área para o Fortim, na Caop Velha, comuna da Funda, por causa do perigo que representa essa chaminé, mas os moradores não querem sair daqui, porque sabem que lá não terão condições de habitabilidade”, disse Mariano João.

Mariano João disse que na zona escolhida pela Administração Municipal de Cacucaco para o realojamento dos moradores do Bairro Garcia “ não há escolas e os hospitais ficam muito distantes”, juntando o facto de terem recebido garantias de cada família receber chapas para construir a sua própria casa.

A proposta não agradou os moradores do Bairro Garcia, referindo haver experiência de pessoas de outras zonas de Luanda que depois de transferidos das suas zonas de origem, acabaram por viver em tendas, sem quaisquer condições de saúde, saneamento e de segurança.

“Isso não é possível porque temos acompanhado a situação de muitos outros que são desalojados e que acabam por viver em tendas. Como ocorreu com os populares que tinham sido retirados da Boavista e da Samba, ali na Praia de Bispo. A ser nestes moldes não adianta, porque não vamos deixar as nossas casas, para ir viver ao ar livre”, esclareceu.

Genivaldo Ambriz, jovem estudante e morador na área, disse que dar chapas para os moradores construírem não é a solução para o problema.

“Não aceito sair daqui para ir no Fortim. Eu estudo, lá não tem escolas, nem vias boas para facilitar o

transporte das pessoas. Como é que vamos ficar lá, se nem casas nos vão dar? Não vou sem que dêem casa. Nós não estamos a negar sair daqui. Mas também não podemos sair de um sítio de risco, para outro de alto risco. Essas coisas de dar chapas para construir já não fazem parte de soluções. Isso é utopia”, justificou.

O administrador municipal de Cacucaco, Augusto José, disse que compreende a posição dos munícipes daquela zona, mas refere que a sua administração não tem capacidade de dar casas neste processo de reassentamento, nem poder financeiro para alugar máquinas que possam demolir aquela estrutura que está a pôr em risco a segurança dos moradores.

Augusto José disse que apesar da recusa, os moradores terão de sair do local, referindo que o organismo sob sua tutela não descarta para já a transferência coerciva dos mesmos para a zona do Fortim, para que as suas vidas sejam preservadas.

“Entre a falta de energia eléctrica, escola, água ou hospital e a vida humana, tem de haver uma escolha. E a nossa posição é olhar para o bem maior, que é a vida humana”, acentuou o administrador municipal.

O administrador reconhece o sofrimento que caracteriza o processo de reassentamento para qualquer ser humano, mas diz que os moradores do bairro Garcia, a serem transferidos para o Fortim, na Funda, vão ter um enorme benefício, uma vez que a administração vai atribuir, a cada um deles terreno com título de ocupação.

Augusto José tranquiliza os habitantes que questionam para quem vai ficar o espaço depois da sua retirada, ao explicar não ser intenção da administração ocupar para si o terreno a ser abandonado pelos moradores, mas apenas libertar o local numa distância fora do raio de acção de uma eventual queda da estrutura da chaminé da antiga cerâmica da Vidrul.

6.11 66 mil habitantes vão viver na centralidade da Quilemba

Jornal Economia e Finanças

8 De Março de 2019

A partir do mês de Abril, a centralidade da Quilemba, no município do Lubango, na província da Huíla, começa a ser habitada, sendo que prevê-se que cerca de 66 mil pessoas venham habitar no projecto urbanístico que já possui serviços técnicos.

Segundo notícia da RNA, as primeiras 800 casas da centralidade da Quilemba serão entregues em Abril, numa altura que já existem serviços técnicos, como a

estação de captação e tratamento de água, sistemas de escoamento de águas residuais, espaços verdes e jardins com iluminação pública.

Em declarações à estação radiofónica pública, o administrador do Lubango, Armando Vieira, disse que com a passagem do projecto habitacional da empreiteira chinesa Citic para a gestão municipal, haverá necessidade de se constituir um corpo administrativo para a centralidade da Quilemba.

Segundo avançou, o projecto já conta com oito mil habitações, para 66 mil pessoas, sendo que "agora em Abril vamos entregar as primeiras 800 casas".

Visita de constatação

Na ocasião, o vice-governador da Huíla para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi, revelou que o governo está a trabalhar com a Imogestin no sentido de se concluírem as infra-estruturas da centralidade, que engloba oito mil fogos habitacionais.

"Estes espaços vão de acordo às necessidades de habitação que a população da cidade do Lubango aguarda há muito tempo. Constatamos as tarefas que estão a ser realizadas para que as condições estejam devidamente criadas para que as casas sejam entregues às nossas populações", frisou.

O governante destacou que os trabalhos que estão a ser feitos prendem-se com sistemas de captação e tratamento de água, tendo garantido que "assim que as condições estiverem devidamente criadas, acreditamos que as casas começam a ser habitadas".

Construções em zonas de risco

Recentemente, o administrador do Lubango, Armando Vieira, informou ao TE que, cerca de 3.265 pessoas vivem em zonas de risco, na cidade do Lubango.

Armando Vieira disse que deste número, 1.242 já receberam lotes de terrenos de mil metros quadrados e outros apoios, mas ainda assim "insistem" em habitar em zonas de risco, como são os casos de linhas de água, passagem hidráulica, prolongamento de ruas e outras infra-estruturas públicas.

O administrador municipal do Lubango informou que, para o ano 2019, as pessoas que continuarem a construir as suas moradias em zonas de risco, vão merecer atenção especial.

No âmbito dos trabalhos de requalificação das infra-estruturas integradas, o administrador referiu que está em curso, o desassoreamento do rio Caculuar.

Referiu que apesar dos trabalhos em curso, ainda há cidadãos que continuam a depositar lixo, nas margens do rio.

Armando Vieira informou que, o combate às construções anárquicas também vai continuar a merecer a atenção da administração municipal do Lubango, tendo alertado que todos os funcionários da instituição que forem cúmplices nesses processos vão ser responsabilizados judicial ou criminalmente.

6.12 Regularização jurídica do património imobiliário do Estado: uma necessidade premente

Jornal de Angola

9 De Março de 2019

Texto: Sebastião Vinte e Cinco

Com a declaração de independência e criação do Estado Angolano, deu-se início a uma reforma legislativa que alterou o regime da propriedade de determinados bens,

Considerando a orientação de governo adoptada, o Estado Angolano passou a titular grande parte do parque imobiliário constituído por terrenos e edificações, quer por via de nacionalizações, quer por via de confiscos, ao abrigo das Leis 3/76, de 3 de Março e 43/76, de 19 de Junho. Entretanto, tendo em conta que alguns dos actos de confisco praticados pelo Estado passaram a ser impugnados, implicando tais contestações a restituição, em determinadas situações, do património aos anteriores titulares dos bens, foi aprovada a Lei 7/95, de 1 de Setembro, que veio tornar abstracta a operação de confisco, tornando, assim, automática a passagem para a esfera jurídica do Estado os imóveis que se encontrassem nas condições previstas nas referidas leis.

O mecanismo legal adoptado pela Lei 7/95, de 1 de Setembro, foi reforçado com a adopção do princípio da não retroactividade dos confiscos e nacionalizações (art.º 41º alínea g) da Lei nº 9/04, de 9 de Novembro - Lei de Terras, assegurando ao Estado e aos ocupantes de imóveis adquiridos àquele a protecção dos direitos adquiridos.

A par das leis mencionadas, foram igualmente aprovadas, em 1991, a Lei n.º 19/91 de 25 de Maio - Lei sobre a Venda do Património Habitacional do Estado, e, em 1994, a Lei n.º 10/94, de 31 de Agosto - Lei das Privatizações (também conhecida por Lei do Redimensionamento Empresarial), legislações estas que foram depois objecto de alterações por via das leis 9/03, de 18 de Abril e 8/03, também, de 18 de Abril.

As leis ora referidas, aprovadas aquando da transição política e económica verificada em Angola, veio alterar o regime da propriedade dos bens que, nos casos dos imóveis passou a ser titulado por singulares que reunissem os requisitos para tal e, relativamente aos imóveis para fins comerciais e valores mobiliários, as empresas de direito angolano adquiriram o direito de os titular.

Ora, se por um lado, a nacionalização é um acto político, os confiscos são actos administrativos que devem ser objecto de registo no cadastro de imóveis do Estado, bem como nas matrizes prediais nas conservatórias dos registos, por outro, a situação de guerra civil e de crises económicas, cambiais e sociais desencadeadas por este mal durante o período de 1992 a 2002, forçaram o Estado Angolano a definir prioridades que não passavam pela organização das entidades cadastrais das províncias, nem pela conclusão formal dos processos de confisco dos bens imóveis, aliado ao facto de o conflito armado ter destruído o trabalho que já tinha sido feito.

Por força das circunstâncias, imbuído de boa fé, o Estado Angolano, pressionado pela necessidade de resposta às preocupações dos seus cidadãos, deu início aos processos de alienação do seu parque habitacional e empresarial privilegiando, maxime para o primeiro caso, a transmissão da posse dos imóveis aos particulares que tivessem já a detenção dos mesmos por via de arrendamentos contra a emissão de simples termos de quitação.

Ora, a despeito da referida boa fé, com que O Estado procedeu às transmissões de posse dos imóveis, inúmeros processos continuam ainda em aberto pelo facto de as respectivas alienações não terem sido formalizadas com as competentes escrituras públicas, única forma externa idónea para negócios dessa natureza (compra e venda de imóveis), pelo facto de o Estado não ter, em muitos casos, documentos comprovativos da sua titularidades bens em processo de venda.

Entretanto, a posse não habilita o seu titular a constituir hipotecas, por exemplo, o que, de per si, pode ser suficiente, caso os cidadãos não tenham ou não possam apresentar outras garantias, Inviabilizar a obtenção d créditos junto das instituições financeiras com actividade no país.

A regularização jurídica do parque imobiliário do Estado proporcionaria uma facilidade no levantamento de toda a Informação sobre o que efectivamente tem, teria o condão de actualizar o cadastro de contribuintes prediais das repartições fiscais afectos à AGT - Administração Geral Tributária que por sua vez lançaria as cobranças do

Imposto Predial Urbano sem dificuldades ou dúvidas, e tiraria complexidade ao censo habitacional, promoveria a oponibilidade a terceiros do direito de propriedade dos imóveis pelos seus titulares, tornaria os bens em questão, uma vez na esfera do particular, oneráveis, contribuindo para o aumento da capacidade de endividamento dos cidadãos tendo em atenção a possibilidade de apresentarem garantias à banca comercial, prevendo-se com a concessão de empréstimos o crescimento da capacidade de compra ou mesmo de pequenos investimentos da população.

Em suma, a regularização jurídica do parque Imobiliário do Estado pode, sem receio de afirmarmos, vir a ser uma alavanca para a diminuição da pobreza e o crescimento financeiro das famílias angolanas, contribuindo esse facto para a transformação do país num mercado mais atractivo e diversificado.

6.13 “Redução dos preços vai matar a actividade imobiliária”

Jornal Expansão

15 De Março de 2019

Texto: Martins Chambassuco

3 Perguntas a Paulo Trindade (Director da Abacus)

A que se deve esta descida nos preços em USD na venda de apartamentos no centro de Luanda?

Os preços acertam por força da menor procura, resultado da redução da actividade económica. O mercado imobiliário angolano, em especial o do investimento depende do estado da economia e dos quadros expatriados, que são quem absorve estes activos. Menor actividade económica, menor força laboral, menor procura, redução de preços.

Os preços de arrendamento também baixaram, Incluindo nos escritórios. Há menos procura? Efectivamente existe uma redução da procura, em especial do universo petrolífero que hoje pela forte redução das receitas tem outra forma de olhar para os custos. Esta redução para os valores actuais vai matar a actividade imobiliária, pois quase não vale a pena arriscar na promoção imobiliária, o risco é demasiado grande.

Que perspectivas tem para 2019, ano em que o FMI entrou no País?

Onde entra o FMI, antes de melhorar ainda vai mais baixo, porque a receita é igual em todo o mundo: mais impostos e menor despesa. Numa economia tão dependente de investimento público e com um sector

privado muito debilitado, não se vislumbra tempos fáceis. Serão definitivamente muito desafiantes. Como escrito no relatório de mercado, seria nossa expectativa que para o final do ano se comesse a vislumbrar alguns sinais positivos, se as medidas entrassem em curso já, o que tarda a acontecer e quanto mais tarde, mais tarde começará a recuperação. Uma coisa é certa: uma crise não se arranja sem sacrifícios e Angola não foge à regra e terá de fazer esse caminho a bem de um futuro melhor.

6.14 Da crise imobiliária, ao perdão na Segurança Social

Jornal Expansão
15 De Março de 2019

A crise que afectou o País nos últimos quatro anos fez cumprir no sector imobiliário a regra básica da oferta e da procura: menos procura, mais oferta, baixa de preços.

Um sector que vive muito da fixação de estrangeiros no País não tinha como não ficar afectado. E isto que demonstra o estudos de uma consultora imobiliária que o Expansão divulga em exclusivo nesta edição: os preços em dólares estão a baixar, seja para venda, seja para arrendamento, quer de escritórios, quer de apartamentos e moradias, novos ou usados. Mas se os preços e as rendas descem em dólares, em kwanzas sucede o contrário. A culpa é da política cambial operada no País no ano passado, que levou a moeda nacional a cair para mínimos nunca antes vistos face à nota verde.

Os preços em moeda nacional mais do que duplicaram em alguns segmentos na capital do País, chegando a quase quadruplicar na nova zona nobre da capital, Talatona. Preços quase proibitivos para a generalidade das pessoas.

A manutenção pelo Governo da encomenda de 14 aviões à multinacional do sector aeronáutico Boeing, incluindo seis do modelo 737 Max recentemente impedido de voar na generalidade dos países, após um acidente que vitimou mais de 150 pessoas na rota Etiópia-Quênia, é outro dos temas em destaque nesta edição. As aeronaves serão entregues entre 2022 e 2024 e o Executivo acredita que até lá eventuais problemas de segurança serão resolvidos.

A chegada a Angola, a 22 de Março, da equipa do Fundo Monetário Internacional (FMI) que vai fazer a primeira avaliação ao cumprimento pelo Governo do acordo que garante o financiamento de 3,7 mil milhões USD, também merece chamada de capa.

O mesmo sucede, aliás, com o regime excepcional para a regularização de dívidas à Segurança Social, com um 'perdão' de juros a todas as empresas que acordarem os pagamentos de dívidas de forma voluntária. O processo de acordos arranca em Setembro e acaba em Dezembro. Caso contrário, avançam as execuções. Como a palavra de ordem para 2019 é o aumento de receitas, este 'estado de graça' na Segurança Social segue os passos do regime também adoptado' para as dívidas ao Fisco.

6.15 Moradores do Baleizão clamam por ajuda

Jornal Hora H
15 De Fevereiro de 2019
Texto: António João

Moradores do prédio do Baleizão, distrito da Ingombota, estão a passar por dificuldades muito sérias por carecerem de tudo, a pontos de defecarem em embalagens por falta de WC ou latrinas.

Estão a viver ao relento depois de o prédio onde moravam ter dado sinais de ruir.

Dizem ter sido abandonados pela administração liderada por Hélder Balça que, em vez de criar condições condignas de habitação, ofereceu tendas aos desalojados na zona de São Pedra da Barra, por detrás da Comarca, oferta rejeitada pelos moradores, uma vez que se trata de um bairro melindroso e sem segurança sob pena de acontecer o pior, algo que os moradores aceitariam caso a mesma instituição lhes desse moradia condigna.

"O administrador veio pra cá com o seu elenco, ofereceram apenas tendas, mas em um local improprio que é por trás da Comarca, ali no gola Kinluanje. Foi lá onde meteram três tendas, saiu um grupo

"É uma lástima o que vivemos, cortamos os bidões para urinar e despejamos nestes reservatórios, temos defecados em sacos de plástico e deitado nos contentores", afirmou um sinistrado.

Isabel Milena, moradora do Baleizão, conta que o desabamento de um dos apartamentos ocorreu no passado dia 6 de Janeiro do ano em curso, data em que a administração decidiu retirar todos os moradores do edifício, daqui que foi lá ver e notou-se que não era um local apropriado para se viver, até a população de lá gritava, eles que têm quatro paredes sofrem com a delinquência, imagina nós que estaríamos apenas em tendas", questionou a moradora.

Conta a mesma que o espaço oferecido pela administração, antes era uma lixeira, depois de retirarem o lixo, colocaram as três tendas para as famílias ficarem lá, algo que eles (administração), haviam dito que seria provisório, esta atitude revoltou os moradores que a entenderam como humilhação, bem como a forma como Hélder Balca tratou os cidadãos do edifício do Baleizão.

Com tantos problemas e nas condições desumanas em que os mesmos se encontram, muitos foram parar ao hospital. As noites têm sido um verdadeiro calvário, a chuva quando cai deixa sempre mossas, as crianças, muitas delas, estão fora do sistema de ensino, outras foram acolhidas por familiares, amigos, parentes e até desconhecido, que tiveram compaixão, algo que a administração não tem, no entender dos habitantes desolados.

A tome, a sede e a angústia têm sido companheiras dos moradores, que veem no governo falta de amor ao próximo.

"O que tínhamos já acabou, não temos como fazer as refeições, estamos aqui a passar mal. Não estamos a pedir muita coisa, queremos apenas que nos tirem da rua e nos deem casa condigna para vivermos, não estamos a pedir fundos e mundos, muito menos mansões, os nossos filhos estão sem estudar porque não conseguimos matriculá-los, estão cá na rua, que é um perigo para elas, isto pode aumentar na delinquência, pois sem tecto não temos um lar", alertou a moradora, visivelmente desesperada.

A última chuva que caiu na cidade capital deixou marcas aos desalojados. Muitos foram parar aos hospitais, como afirmou a dona Isabel. As senhoras dizem que ainda não tiveram um contacto com o novo homem forte de Luanda, Sérgio Luther Rescova. Na ânsia de verem os problemas resolvidos, apelam ao governador que tenha compaixão, pois no roeal existem pessoa que poderiam ser mães do mesmo a contar pela idade das mesmas.

"Ao novo governador estamos a pedir muito favor, que veja o nosso caso, principalmente para as crianças que cá estão ao relento, a viver uma vida que não é nossa, algo desumano. Estamos a pedir por favor que nos arranje um sítio apropriado, mas não queremos tendas", afirmou.

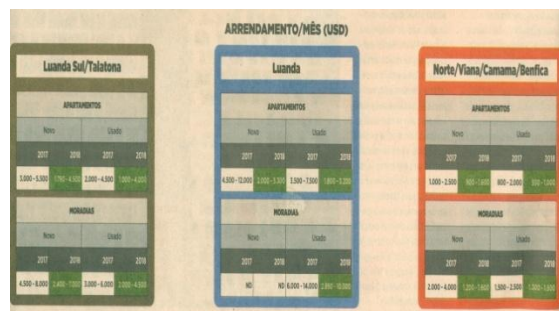
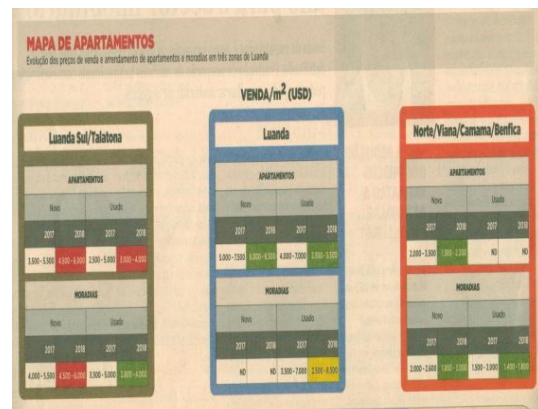
No cruzamento dos factos, este semanário entrou em contacto com o referido administrador, Hélder Balsa, o mesmo afirmou que este problema. Não está a carga da sua administração "Este assunto do largo do Baleizão, que teve a parte parcial a desabar é um assunto que transcende as nossas competências como administração do distrito e está ser tratado pela

Comissão Administrativa da Cidade de Luanda", disse.

Mas adiante, Balsa afirmou que a sua administração tem acompanhado o desenvolvimento por uma questão meramente social.

6.16 Os preços das zonas prime de Luanda

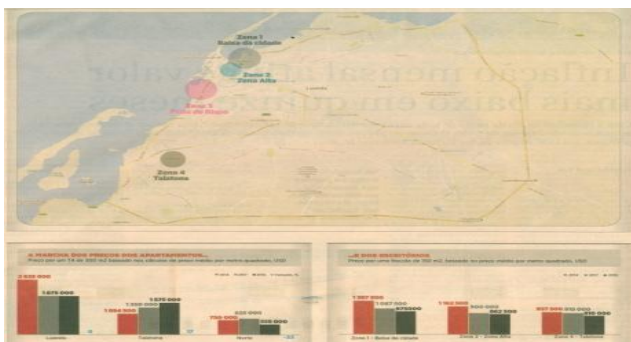
Jornal Expansão
15 De Março de 2019





Os preços médios por metro quadrado caíram na mesma percentagem. Em 2014, o metro quadrado rondava entre os 7,5 mil e os 10 mil USD, o que dava um preço médio por metro quadrado de 8 750 USD. Já em 2017, o preço por metro quadrado variou entre 5 mil a 7,5 mil USD, enquanto no ano passado, os preços do metro quadrado dos apartamentos novos variaram entre os 6 mil USD a 6,5 mil USD. Em ambos os casos estamos a falar de um preço médio de 6 250 USD por metro quadrado.

Na zona norte, que inclui, Viana, Camama e Benfica, a marcha dos preços também abrandou, recuando 26%, entre 2014 e 2018. Contas feitas novamente, nesta zona um apartamento T4 com 300 metros quadrados custava, no início da crise, 750 mil USD, contra os 555 mil USD praticados em 2018.



Em sentido inverso, os preços de venda valorizaram em Talatona onde os apartamentos com a tipologia já referenciada, há quatro anos, eram vendidos a pouco mais de 1,1 milhões USD e em 2018 atingiram os 1,6 milhões, um aumento de 49,4%.

Segundo os promotores imobiliários, esta subida dos preços em Talatona, que começa a ser encarada como a nova zona nobre da capital do País, resulta de uma maior procura, especialmente por parte de expatriados com famílias, por uma zona mais nova e com mais espaços privativos.

6.17 Preços de venda de apartamentos e escritórios em Luanda caem 30% desde o início da crise

Jornal Expansão

15 De Março de 2019

Texto: Martins Chambassuco

Os preços em dólares de apartamentos e escritórios, no centro de Luanda, caíram quase 30% desde o início da crise, em 2014, de acordo com cálculos do Expansão sobre os dados do relatório sobre o mercado imobiliário angolano, publicado pela consultora Abacus, estudo que analisou três zonas de referência, nomeadamente Luanda (centro), Talatona e Zona Norte.

Contas feitas pelo Expansão indicam que o preço médio de um apartamento T4 de 300 metros quadrados no centro de Luanda custava, em 2014, 2,6 milhões USD, enquanto o mesmo imóvel no ano passado valia em média 1,8 milhões USD, um recuo de 28,6% (ver infografia).

Mas se baixaram os preços em USD, em Kz aconteceu o contrário. A culpa é da forte desvalorização da moeda nacional ao longo de 2018. Em 2014, quando um dólar 'só' valia 98,6 Kz, um T4 custava, em média, 258,8 milhões Kz (2,6 milhões USD), mas no ano passado custava 474 milhões Kz, apesar de o valor em USD ter baixado 28,6% para 1,9 milhões USD em quatro anos. Em relação a Talatona, um T4 valorizou 283% em Kz, apesar de em USD 'apenas' ter aumentado 49,4%, de acordo com os cálculos do Expansão.

Rendas também a descer

O cenário dos preços é semelhante no mercado de arrendamento, onde houve uma quebra generalizada e acentuada dos preços em USD e uma subida em Kz. O promotor imobiliário e presidente do conselho de administração do Grupo Boavida, Tomasz Dowbor diz que o colapso da economia, que levou à saída de um número elevado de estrangeiros, provocou o recuo do negócio imobiliário. Nestas áreas em análise, os preços dos arrendamentos caíram significativamente nos apartamentos novos e usados, conforme demonstram os dados (ver infografia).

O mercado de arrendamento de escritórios, novos e usados, também registou uma relativa quebra nos preços por metro quadrado. Em 2018, com reduzida actividade empresarial, as empresas procuraram necessitaram de menos pessoas para trabalhar, optando por espaços mais pequenos, revela o relatório da Abacus. Logo, cumpre-se a lei da oferta e da procura: mais oferta e menos procura, preços baixam. "O mercado imobiliário angolano, em especial o do investimento depende do estado da economia e dos quadros expatriados, que são quem absorve estes activos. Menor actividade económica, menor força laboral, menor procura, redução de preços", disse Paulo Trindade, responsável da consultora que realizou o estudo, ao Expansão.

Com a crise no sector a construção imobiliária praticamente parou. As promotoras imobiliárias adiantam que no caso de Luanda estão paralisadas mais de 300 obras habitacionais privadas, sobretudo devido às dificuldades no acesso a crédito mas também pela redução da procura

O relatório revela que as zonas que ainda registam maior procura, privada e empresarial para, habitação, no centro da capital do País são a Ingombota e a Marginal. Os novos e maiores edifícios erguidos naquelas zonas, com especial ênfase para o projecto Baía de Luanda servem de atracção a quem pretende morar na capital. Miramar, Bairro Azul, Alvalade, Cruzeiro, Vila Alice, Cidade Alta e Praia do Bispo também são áreas concorridas.

Tomasz Dowbor corrobora e explica que "a redução dos preços deveu-se também à saída de 350 mil expatriados do País, entre chineses, portugueses e brasileiros, devido à crise que ainda abala o País." Os expatriados, diz, eram os principais clientes na compra e arrendamento de imóveis durante o 'boom' do imobiliário que tivemos [até] há quatro anos na cidade de Luanda.

O empresário acrescenta que "o Estado quase que faliu, com uma dívida pública elevada e deixou de pagar às empresas e de realizar investimentos em projectos de construção e reabilitação de estradas, nas infra-estruturas e projectos imobiliários".

6.18 Promotores e mediadores temem que 2019 seja o pior ano para o sector imobiliário

Jornal Expansão

15 De Março de 2019

Texto: Martins Chambassuco

Os promotores e intermediários imobiliários garantem que o aumento da disponibilidade nos segmentos dos apartamentos e escritórios, na cidade de Luanda, resulta da contínua saída dos expatriados do País.

Segundo Tomasz Dowbor, do Grupo Boavida, o sector imobiliário, já bastante debilitado, não terá condições para crescer sem um efectivo crescimento da economia, mercado cambial estável, crescimento das empresas e da vinda de expatriados, que são os ocupantes via arrendamento de grande parte dos activos residenciais e escritórios actualmente disponíveis.

Esta situação está a pressionar os valores no arrendamento que no mercado da compra e venda, ambos a registar desempenhos muito reduzidos quando comparados com anos anteriores ao início da crise. As baixas taxas de ocupação são mais visíveis no centro de Luanda.

"Hoje, na cidade de Luanda, consigo arrendar um metro quadrado de escritório a 20 USD porque a demanda passou com a saída dos expatriados e com a desvalorização da moeda", afirma o empresário.

Esta continuada redução de quadros expatriados e a indexação dos preços ao dólar, tem vindo a afectar o retorno dos investimentos, provocando ainda incumprimentos, especialmente naqueles investidores que recorreram ao crédito como forma de aquisição dos activos que colocariam posteriormente mercado de arrendamento.

Tomasz Dowbor diz ainda que os preços praticados antes da crise, sobretudo no arrendamento eram especulativos e não eram de uma Angola de hoje.

Já o director da Abacus, Paulo Trindade, defende que é preciso apostar no mercado interno e melhorar o ambiente de negócios. E deixa a sugestão de uma medida administrativa que também pode ser adoptada no caso de os escritórios, e também por motivos de segurança, que é proibir a ocupação de edifícios habitacionais e moradias por empresas que as usam como escritórios.

"As empresas seriam obrigadas a mudar para edifícios de escritórios. Ao ficarem disponíveis estes activos, os preços iriam ajustar permitindo a classe média angolana que estivesse mais perto ou mesmo na cidade", explica o consultor e mediador imobiliário.

No actual cenário, os promotores e medidores acreditam que 2019 vai ser o pior ano da economia angolana, porque os mecanismos macroeconómicos não foram adequados à realidade da nossa economia.

"Temos um mercado parado, a repatriação de capitais não deu certo e não se esperam grandes ganhos com as privatizações, resumidamente estamos parados e quando se esperava mais do novo Governo voltamos à estaca zero e continuamos a gastar mais com a importação da comida porque a nível interno não se produz o suficiente", sublinha Tomasz, para quem 2019 pode ser o ano de maior queda em termos da taxa de ocupação e negócio no imobiliário.

M.C.

6.19 Vítimas de Higino e Catraio repousam na "terra prometida"

Jornal Hora H

15 De Fevereiro de 2019

Texto: Ano Mendes

As péssimas condições das vítimas do "camartelo demolidor" de 2010, perpetuadas pelo Ministério das Obras públicas, dirigido na altura pelo general Higino Lopes Carneiro, José Joanes André e Miguel Catraio na condição de representante do governo provincial de Luanda, continuam a acentuar-se a cada dia que passa. A população encontra-se alojada entre duas a três famílias numa casa, partilhando a mesma cozinha, sala, casa de banho e o quintal, no bairro Panguila, município do Dande, província do Bengo

Segundo a população, que se encontra alojada em duas áreas no bairro Panguila (Teto Vermelho e em um dos sectores ainda não identificado, mas que os municípios atribuíram o nome de "Terra Prometida"), antes viviam na baixa de Luanda "Chicala I e 2, praia

do Bispo, e na Favela" onde actualmente foi construída a nova marginal.

"Na altura fomos retirados coercivamente pelo Governo Provincial de Luanda, que era tutelada pela governadora Francisca do Espírito Santo em conjunto com o Ministério das Obras Públicas e quando chegamos no local informaram-nos que as casas não chegavam para todos e aí alguns receberam as residências e outros foram forçados a dividir uma casa por três famílias, partilhando assim as mesmas casas de banho, cozinha, mesma sala e a mesmo quintal", disse Adolfo Sebastião.

De acordo com o jovem, hoje já foram reassentadas 90% na "Terra Prometida", que é uma área que não tem energia eléctrica, água potável, ruas totalmente esburacadas, não há segurança no período da noite, as casas não têm reboque, portanto vi vemos como se fossemos animais irracionais colocados num curral. O jovem acrescentou ao Jornal H que "na altura em que a comissão organizadora destruiu o bairro da Favela onde vivíamos, para posteriormente nos colocar aqui no Panguila, houve pânico, mortes e terror entre a população e as forças militares da Unidade da Guarda Presidencial (UGP), do ex-presidente José Eduardo dos Santos e no final tínhamos que nos contentar com esta miséria que o senhor jornalista está aqui a ver", disse o munícipe.

Por outro lado, Adolfo Sebastião, salientou que viveu durante cinco anos partilhando uma casa por três famílias e hoje encontra-se a viver numa residência de dois quartos, sala e cozinha que lhe foi atribuída pela Comissão do Ministério da Construção, no bairro que chamamos de "Terra Prometida", e o que faz as pessoas abandonarem as residências é a falta de emprego e das condições básicas para um ser humano viver ou sobreviver, disse.

"As condições não são das melhores, 'porque o Ministério da Construção enganou-nos, uma vez que nos deram casas sem latrinas, não rebocadas no interior, ruas não pavimentadas, falta de escolas, energia eléctrica, sem saneamento básico, água potável e muito mais, enfatizou Sebastião".

Por seu turno Helena André, uma das moradoras do referido bairro, salientou que a vida não está fácil e precisam de apoio de quem de direito para construir as infra-estruturas para o bem da população, porque nos sentimos descriminalizados e afastados da sociedade e, no período da noite, o bairro fica muito escuro por falta de energia e quem quiser ter iluminação em sua casa deve adquirir gerador.

"Nós aqui no Panguila nos sentimos muito desprezados pelo governo angolano, porque não nos prestam atenção e não sabemos onde podemos recorrer em caso de reclamação face aos problemas que enfrentamos. Os dirigentes da administração do Dande, na altura do administrador Castelo Branco diziam que a responsabilidade do Panguila não era deles, mas recolhiam os impostos das instituições que funcionam nesta parcela do Panguila".

Conforme o senhor jornalista está a ver, estas casas estão apenas bonitas por fora, se entrar vai constatar que não têm instalação elétrica, as casas de banho não foram acabadas, o interior não está rebocado nem pintado, vi vemos assim porque não temos onde recorrer, disse a jovem. Por outro lado, um dos taxistas que identificou se apenas por João, disse que as estradas em todo Panguila estão todas degradadas e o trabalho de asfaltagem de apenas uma rua que liga o Hotel Panguila para o interior, "esperamos que não parem que não parem como fizeram com o sector I

DESVIO DE CASAS NO PANGUILA

"Há muitos dirigentes do MPLA que têm casas aqui no Panguila e não vivem lá pessoas mesmo tendo aqui indivíduos que partilham uma casa por três famílias e que continuam a clamar por ajuda enquanto que os elementos que trabalharam para a distribuição das mesmas ficaram com duas ou mais residências, deixando a população a viverem há mais de cinco anos em péssimas condições".

Constantina da Conceição é de opinião que se constitua uma comissão de inquérito para averiguar o processo da distribuição das casas, "porque aqui no bairro há muitas casas que estão fechadas porque os seus donos são familiares dos dirigentes do MPLA que trabalharam diretamente na distribuição das residências e têm ocupado os espaços, e com no os terrenos reservados para a construção de áreas sociais e estão a 'vender a terceiros".

De acordo com a interlocutora, a história voltou a se repetir como em 2010 no mandato de Hígino Lopes Carneiro, na altura Ministro das Obras Públicas e de José Joanes André, Vice-ministro na época, em que se apoderaram de algumas casas e até da escola que seria pública e foi privatizada e denominaram-na de "Colégio Josswana". "Portanto, os órgãos de investigação é só vivem ao Panguila e fazerem um trabalho profundo vão constatar o que esta gente faz ao longo dos últimos anos".

De acordo com a fonte, Hígino Carneiro, ao privatizar a escola com mais de vinte e quatro salas de aula e igual número de casas, no Panguila, entregou a gestão à sua irmã mais velha, identificada por Teresa

e a mesma passou para a filha, Suzana Patrícia Alexandre, isso em 2009. Segundo a fonte, o ex-governador da província do Zaire Joanes André, ofereceu casas no sector I do Panguila, aos seus familiares e amigos, deixando-nos à deriva sem residências, e se quiserem provar isso nós estamos aqui para colaborar com os órgãos de justiça desde que seja de uma forma anónima, para não sermos atacados pelos seus familiares que nos conhecem,

"Eu conheço as casas que o ex-governador do Zaire ofereceu aos seus amigos, familiares e posso ir indicar uma a uma as outras residências de altos dirigentes do MPLA espalhadas por toda a parte do Panguila e continuam fechadas porque não vivem lá", disse Constantina Adalberto.

SANEAMENTO BÁSICO NO PANGUILA

Os municípios dos sectores 1 a 10 acusam o Ministério da Construção de serem os principais culpados, dado o nível de desorganização da gestão do projecto de requalificação do Panguila na altura em que o referido território era Luanda e hoje os mesmos fogem das suas responsabilidades. Paulo Domingos, um dos moradores, afirmou que o sector 9, encontra-se há mais de cinco anos sem água potável, as ruas todas estão em péssimas condições, esgotos todos entupidos as fezes estão a correr nas ruas para não falar do lixo que está a tomar conta do bairro. Portanto, tudo está de "patas pró ar". "Neste momento, o que pedimos é que os dirigentes do Ministério da Construção devem vir a público explicar quem deve tomar a peito a responsabilidade do Panguila, porque os dirigentes do Bengo não assumem a manutenção das ruas e outras instituições que fazem esta área acontecer", disse a jovem, acrescentando que a administração do município do Dande só se preocupa em cobrar os impostos dos armazéns, energia e o dinheiro que os mercados arrecadam.

COMO CATRAIO ENTRA NO ESQUEMA

Segundo os municípios, o ex-vice-governador provincial de Luanda para a Área Social, Miguel Catraio, havia visitado o bairro Panguila propriamente no sector nove "Teto vermelho" em 2012, com o Comandante José Franque, num momento em que a delinquência na área estava em alia, o mesmo entregou as instalações da Polícia Nacional à Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL).

De acordo com os interlocutores, Miguel Catraio havia-se deslocado ao bairro Panguila com o Comandante José Franque, a convite da população que vivia momentos de terror, dado o fraco

policimento e o crescente índice de delinquência que se constata na área, falta de energia elétrica, saneamento básico e muitas outras preocupações. "Depois de se concretizar a entrega da Unidade Policial à EPAL, nunca funcionou como instituição de distribuição do precioso líquido, porque a canalização encontra-se toda destruída e nenhum dos governantes tem mostrado interesse em resolver a situação e chegou até ao ponto de ser esconderijo dos delinquentes e depósito de lixo de alguns moradores", disse a fonte.

António Domingos acrescentou ainda que Miguel Catraio, ao entregar as instalações da Polícia à EPAL, mesmo assim os moradores do Teto Vermelho nunca viram a jorrar nas suas torneiras de água o precioso líquido e a população continua a consumir água bruta de alguns camiões que adquirem no rio "Kifangondo". Muitos deles nem sabem a real proveniência da água.

"Hoje com a governação de JLO, foi restituída a esquadra para a Polícia Nacional e temos estado a sentir os feitos dos homens da farda azul e falta apenas resolverem o abastecimento da água potável, o saneamento básico e asfaltarem as vias secundárias e terciárias. Gostaríamos pedir ao governo de João Lourenço para olhar com maior atenção ao Panguila, porque a população não sabe de concreto se pertencem à província do Bengo ou a Luanda, porque vimos os outros municípios a terem uma atenção diferente no que concerne ao desenvolvimento e aqui tudo está em precipitação", disse António Domingos.

Este semanário, contactou a directora do referido Colégio Deolinda Rodrigues que a fonte alega ser família de Higinio Lopes Carneiro, a mesma não atendia as chamadas e a mensagem enviada pela jornalista do Jornal Hora H.

Recordando um esclarecimento que Miguel Catraio havia feito ao director de um dos semanários, o mesmo afirmou: "Eu fui apenas para cumprir ordens superiores e, entre meter água para a população e deixar o bairro sem esquadra policial, preferiu-se metermos água e isso foi em consenso com os municípios", esclarecera o político.

Por outro lado procuramos contactar o general Higinio Lopes Carneiro e o ex-governador do Zaire José Joanes André mas sem sucesso.

6.20 Habitação procura rentabilizar institutos

Jornal de Angola

20 De Março de 2019

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação pretende tirar maior dividendo do Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (INOTU) e do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), por meio da cobrança de emolumentos dos serviços prestados.

A pretensão foi manifestada pela titular da pasta, Ana Paula de Carvalho, no decurso de uma visita de trabalho que efectuou, na segunda-feira, a Malanje, com o objectivo de avaliar o funcionamento do sector naquela província.

Falando à saída de um encontro com o governador provincial e responsáveis locais dos referidos institutos, a dirigente precisou que a rentabilização pretendida passa, inicialmente, pela melhoria da qualidade dos serviços, acabando com algumas debilidades que ainda se registam.

Actualmente, segundo disse, os valores gerados pelos dois institutos são destinados à Conta Única do Tesouro (CUT). O Ministério, prosseguiu, está a encetar contactos junto do Ministério das Finanças, para que parte das receitas seja revertida a favor dos referidos institutos.

Ana Paula de Carvalho anunciou que o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação quer pôr termo ao desordenamento do território que se vem assistindo nos últimos tempos, pelo que passará a distribuir lotes infra-estruturados para a auto-construção dirigida, evitando-se, com isso, as construções anárquicas.

A governante reafirmou a decisão do Executivo de suspender a o subprojecto 200 fogos por município.

6.21 As transferências e realojamentos

Jornal Manchete

21 De Março de 2019

Texto: *Moreira Mário*

O antigo administrador do Sambizanga, José Tavares, disse por ocasião do acto de lançamento da primeira pedra do programa de requalificação urbana do município do Sambizanga, em 2010, que nenhum munícipe será transferido para fora do município, pois haverá espaço suficiente para os realojar. Declarações do género também foram ouvidas do antigo administrador do Cazenga, Tany Narciso, quanto a implementação da urbanização do Cazenga. Mas depois do arranque das obras dos referidos projectos habitacionais, começou-se uma campanha de sensibilização das famílias que se encontravam nas áreas abrangi das, para as suas transferências para os zangos.

Segundo consta, a metodologia definida para a implementação da estratégia de reconversão urbana consiste numa primeira fase, e de forma genérica, na urbanização de uma área disponível (sem ocupação) com objectivo de acomodar a população residente nas áreas circunvizinhas.

Esta estratégia permitirá edificar novas urbanizações de forma faseada, nas áreas libertas após a transferência da população dos espaços degradados.

O método, apelidada de "bola de neve", permitirá que a estratégia definida para reconversão urbana se configure num ciclo de acções sustentáveis, servindo de exemplo para a intervenção noutras localidades.

O Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga (GTRUC) na sua página de facebook, faz referência em contratos com empresas chinesas envolvidas na implementação dos empreendimentos, mas nunca os valores que custaram aos cofres do Estado.

MM

6.22 Só vivem cerca de 50 famílias na urbanização da Marconi

Jornal Manchete

21 De Março de 2019

Texto: *Moreira Mário*

Os moradores mostram-se preocupados com os actos de vandalismo que a urbanização está sujeita por parte de desconhecidos e dos moradores circunvizinhos

A ausência generalizada de movimentação de moradores chama atenção a quem quer que seja, estiver a passar por perto dos edifícios da urbanização da Marconi, antes pertencente ao município do Sambizanga e actualmente passado para o vizinho Cazenga. Apenas vivem menos de 50 famílias das 423 que foram cadastradas e receberam as chaves dos apartamentos das mãos do ex-Presidente José Eduardo dos Santos, que fez a inauguração do projecto em 2017.

Os moradores em número muito reduzidos mostram-se preocupados com os actos de vandalismo, que a urbanização está sujeita por parte de desconhecidos e dos moradores circunvizinhos.

O primeiro sinal que despertou a nossa atenção é o facto do muro do quintal que se encontra vedado de chapa na sua totalidade, está a ser destruído e roubados os ferros e as chapas que sustentam a cerca. Como se não bastasse, os moradores ao redor, depositam o lixo das suas casas no interior da urbanização, formando pequenas quantidades por todos os cantos.

Há também edifícios que estão com os vidros das portas e janelas quebrados.

Durante o nosso giro pelo interior da urbanização constatamos ainda um número de crianças que brincavam nos passeios, outros jogavam futebol no asfalto em uma das ruas. Usavam balizas improvisadas de pedra. Muitas vezes as pedras são abandonadas mesmo ali, depois das brincadeiras.

"Estas crianças não moram aqui. Simplesmente elas não só vêm brincar, como também vandalizam os bens públicos da urbanização': explicaram os moradores locais para a nossa reportagem.

Outra situação que preocupa os moradores prende-se do facto de o interior do projecto habitacional ser utilizado como ponto de passagem por pessoas não moradores. "Sempre que pretendem atingir outros pontos do bairro, as pessoas passam aqui dentro da Marconi, como podes ver senhor jornalista. Infelizmente tudo isso acontece mesmo diante do olhar da administração", lamentaram as nossas fontes que preferiram anonimato por temerem represálias. Os mesmos disseram que os moradores estão expressamente proibidos de falar à imprensa, sobre as dificuldades que vivem no seu dia-a-dia. Contaram o caso de uma moradora que havia feito declarações a uma das rádios, "a mesma foi repreendi dá' pelas autoridades da urbanização. Os moradores apontaram outros problemas como a falta de segurança, segundo, não se faz sentir. Falaram ainda da questão do fornecimento de água potável. O preciso líquido jorra nas torneiras apenas duas horas por dia, ou seja, das 7 às 9 horas.

"Já reclamamos a quem de direito, para que velassem por estas situações, mas não nunca fomos tidos nem achados", lamentaram.

Sobre os muros do quintal que se encontram destruídos, explicaram' disseram-lhes que não é da responsabilidade do Governo, mas sim, dos próprios moradores locais que devem fazer o levantamento dos mesmos. "Não é possível resolvermos esta questão, porque requer recursos financeiros e o número de moradores aqui é muito resumido':

"Dos trinta edifícios concluídos, com 16 apartamentos cada, apenas 08,9,25 e 27 estão a ser habitados, e mesmo assim não na sua totalidade, porque há edifícios que se encontram a viver apenas uma ou duas famílias. A maioria dos beneficiários não estão a residir nos seus apartamentos, não sabemos porque", acrescentaram.

ADMINISTRAÇÃO DEMARCA-SE

Em função das reclamações dos moradores, o Manchete contactou a administração da Marconi, mas os seus funcionários negaram-se a prestar informação, alegando que também não autorizados a falar para imprensa e remeteram o assunto ao Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga (GTRUC). Portanto, todos os esforços que fizemos no sentido de ouvir esta instituição redundaram em fracasso. Do mesmo modo, a estação de tratamento de água da EPAL que

abastece a urbanização' bem como as escolas do L e II. o ciclo, também são proibidos de falar à imprensa. Quanto as instituições de ensino, ao que apuramos, entraram em funcionamento apenas este ano, enquanto o Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), mantém as portas encerradas até ao momento por falta de funcionários.

Segundo registos, o projecto habitacional da Marconi destina-se acolher duas mil e 800 famílias, em 468 apartamentos' teve início em 2014. Entre os apartamentos se destacam os T2 e T3. O mesmo foi erguido numa área de 20 hectares e conta com tem 24 lojas, mas nenhuma se encontra a funcionar. A nova urbanização tem duas entradas principais de acesso, uma que dá para a estrada de Cacucaco (zona do Ngoma) e outra que dá para a 7ª Avenida (enfrente à Igreja Nossa Senhora de Assunção, pertence a católica). Aqui neste acesso, encontra-se abarrotado com obstáculos fixos e não permite a entrada de viaturas.

Já no outro acesso, ou seja, entrada do Ngoma, o portão é de chapa velha é vigiado por um guarda da empresa Jorraf-Segurança. Mas nos apercebemos que o mesmo guarda, simplesmente está ali, para tomar conta dos carros parqueados no lotal, que na qual, cobra-se por cada noite.

Quem se propõe fazer uma visita à urbanização da Marconi, certamente, terá a impressão da mesma se encontrar em estado de abandono. O projecto foi concebido com espaços verdes e jardins, mas até ao momento nem uma única árvore foi plantada.

6.23 212 Apartamentos de tipologia A e B ficam concluídos em Abril de 2020

Jornal Economia e Finanças

22 De Março de 2019

Texto: Francisco Curibingana

A primeira fase das obras da centralidade de Malanje que contempla 212 apartamentos de tipologia A e B, com quatro andares cada, deve estar concluída em Abril de 2020.

O investimento, orçado em 6 mil milhões de kwanzas, conta já com as estacas dos edifícios, estruturas, lages do primeiro piso e pilares, assim como as vigas do primeiro lote do edifício inicial, segundo deu a conhecer o responsável da empresa de fiscalização, Luidy de Sá, durante a visita da ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, efectuada na passada terça-feira.

O responsável realçou que neste momento todos os esforços estão virados para a conclusão das 14 plataformas. Explicou que o projecto está a ser desenvolvido numa área de 46 hectares e vai contar na sua fase conclusiva com outras valências, como as infra-estruturas técnicas de água, energia eléctrica, posto de saúde, creche, esquadra policial, unidade de Bombeiros, escola secundária, lojas, jardins infantis, arruamentos, entre outros equipamentos.

Revelou que os apartamentos da tipologia A vão apenas contar com as habitações, enquanto os da B, incluem um rés-do-chão e área comercial.

Luidy de Sá disse que a centralidade de Malanje vai conferir maior dignidade aos futuros moradores porquanto vai possuir todas as infra-estruturas técnicas, incluindo espaços de lazer e de apoio ao desporto.

Execução do projecto

Na ocasião, a ministra Ana Paula de Carvalho disse que, a execução física e financeira “animam” as partes daí, poder se prever o final dos trabalhos dentro dos prazos previamente acordados.

“Os trabalhos estão em curso e vamos fazer o acompanhamento no sentido de se cumprir com os prazos que foram aqui anunciados”, disse.

No final do encontro com o governador da província, Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, a ministra referiu, durante a conversa foram apreciados os planos da implementação do subprograma dos 200 fogos.

Ana Paula de Carvalho recebeu a informação que aponta para a entrega das casas inacabadas aos proprietários interessados para a sua conclusão, numa altura em que poderão apenas pagar o que foi gasto pelo Governo nas respectivas obras.

“Não pretendemos continuar a fazer casas nesse subprograma, mas sim, levar as infra-estruturas de forma a termos lotes infra-estruturados”, revelou.

Relativamente ao município de Cangandala, a ministra referiu que vai ser efectuado um estudo no capítulo da infra-estruturação, bem como planos urbanos.

Quanto aos lotes para o subprograma de autoconstrução dirigida, a ministra disse que a sua distribuição será feita pelas administrações locais, o que vai permitir que as pessoas com um lote infra-estruturado possam construir a sua casa num modelo de construção dirigido.

O Governo, segundo garantiu, vai apenas encarregar-se pela feitura das casas destinadas à centralidade.

Garantias

O vice-governador de Malanje para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Gabriel Pontes, disse que o encontro com a ministra serviu para resolver “muitos problemas” com realce para a execução de alguns planos.

Neste particular destacou a macro drenagem, a centralidade na Carreira de Tiro e da construção dos 500 fogos em Malanje além dos 200, que estão a nascer no município de Cangandala.

A outra boa nova para o governo de Malanje referida por Gabriel Pontes, está relacionada com o reatamento das obras que visam a reabilitação do casco urbano da cidade.

6.24 Pessimismo dos empresários e gestores baixou com melhorias no sector da construção

Jornal Expansão

22 De Março de 2019

Texto: Martins Chambassuco

O pessimismo dos empresários e gestores sobre as perspectivas de evolução da economia nacional no curto prazo baixou quatro pontos percentuais (Pp) para -12 pp nos últimos três meses de 2018, influenciado pela melhoria do indicador de confiança (IC) do sector da construção, que ao fim de seis anos deixou de ser o mais pessimista.

O Indicador de Clima Económico (ICE) do inquérito de Conjuntura Económica do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), que avalia as expectativas dos empresários de sete sectores sobre a evolução da economia no curto prazo, passou de -16 pp no III trimestre do ano passado, para -12 pp no IV trimestre. O ICE está em terreno negativo há mais de quatro anos, desde o III trimestre de 2015 (ver página 4). O ICE corresponde à média dos IC dos sete sectores de actividade considerados: Indústria Extractiva, Indústria Transformadora, Construção, Comércio, Comunicação, Turismo e Transportes. Os IC sectoriais reflectem a opinião dos empresários e gestores dos sectores sobre as perspectivas de desempenho do respectivo ramo de actividade no curto prazo. Os 12 pp negativos do ICE correspondem ao saldo das respostas extremas, isto é, a diferença entre as avaliações positivas e negativas dos empresários e gestores sobre as perspectivas de evolução da economia angolana. No IV trimestre de

2018, em média, a percentagem de empresários que tem perspectivas negativas sobre a marcha da economia nacional no curto prazo excedia em 12 pp a percentagem dos que tinham perspectivas positivas.

Em termos sectoriais, destaque para o IC da Construção que recuperou de -33 pp no III trimestre do ano passado para -20 pp no IV. O sector era o campeão do pessimismo desde o III trimestre de 2012, tendo atingido um máximo histórico nos -74 pp no IV trimestre de 2015 em consequência da crise provocada pela queda dos preços do petróleo. Nos últimos três meses de 2018, o pessimismo diminuiu, 13 pp com o sector animado pelo aumento do crédito bancário, pela recuperação do investimento público e também pelo pagamento de atrasados do Estado. Hoje, na capital do País é possível verificar que algumas das construções que estavam paradas voltaram a arrancar. E o caso, por exemplo, das obras da Omatapalo junto à Baía de Luanda.

Para o presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, estas melhorias não "devem levar a embandeirar em arco", já que muitas empresas do sector da construção fecharam portas devido à crise, outras "estão a despedir" e as "empresas de materiais de construção estão semiparalisadas ou paralisadas".

Com a melhoria do clima económico na construção, o sector mais pessimista em Angola é agora o do comércio com - 24 pp, seguido pelo turismo, com -21 pp.

Apesar da melhoria em cinco pp registada no IV trimestre de 2018, saiu de -29 pp para os referidos 24 pp negativos, o certo é que o sector do comércio continua em terreno negativo para onde entrou no II trimestre de 2015, tendo atingido os mínimos de - 41 pontos um ano depois. Os inquiridos do comércio identificaram como maiores constrangimentos à sua actividade o excesso de burocracia, a insuficiência da procura, ruptura de stocks e as dificuldades financeiras.

No caso do turismo os gestores apontaram as dificuldades financeiras' insuficiência da procura, excesso de burocracia, regulamentações do Estado e os preços de venda de serviços como sendo os principais constrangimentos. O índice de confiança no sector reduziu-se em dois pp ao passar de - 23pp no III trimestre de 2018 para -21 pp no IV. O recorde, de -55 pp, foi atingido no I trimestre de 2016

Indústria também pessimista

A conjuntura económica continuou desfavorável para os sectores da indústria transformadora (-15 pp,

pessimista desde o II trimestre de 2017) e extractiva (-7pp, pessimista desde o I trimestre de 2015).

Dos sete sectores avaliados, o da comunicação e os transportes foram os únicos que em terreno positivo com 19 pp e 5 pp, respectivamente. A comunicação saiu de terreno negativo no terceiro trimestre de 2016. Já os Transportes desde o I trimestre de 2018 que estão positivos.

Como referido, o inquérito sobre a conjuntura económica avaliou os sectores da indústria transformadora, extractiva, turismo, comunicação, transportes, construção e comércio.

Foram inquiridas 661 empresas das províncias de Luanda, Benguela, Cuanza Sul e Huíla, cujos empresários e gestores foram convidados a dar opinião sobre a actividade actual e perspectivas, sobre encomendas, vendas, exportações, stocks e emprego, entre outras variáveis e também sobre 'as principais limitações que ainda enfrentam no exercício das suas actividades.

Grosso modo, empresários angolanos mostram-se satisfeitos com as mudanças políticas e a regulamentação de alguns normativos como a Lei do Investimento Privado e a gestão e distribuição das divisas no apoio às iniciativas empresariais.

6.25 Preços na centralidade da Baía Farta podem baixar

Jornal Economia e Finanças

22 De Março de 2019

Texto: Adérito Veloso

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação está a avaliar a possibilidade de se reverem os preços da centralidade da Baía Farta, em Benguela, que tem mil residências, sendo que apenas 85 estão ocupadas.

Em declarações à imprensa, na passada quarta-feira, no quadro da visita do Vice-Presidente da República, à província de Benguela, o secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre António, disse que estão assinados cerca de 256 contratos.

"Os preços estão tabelados e aprovados numa reunião de Conselho de Ministros, mas o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação está a analisar esta questão para submeter ao Chefe do Executivo para a alteração dos preços", sublinhou, depois de acrescentar que a centralidade está praticamente concluída.

"Neste momento a Imogestin está a fazer a selecção do pessoal. Há um número de 360 casas que já estão disponíveis, neste momento já estão assinados 256 contratos e o restante está em fase de tratamento", anunciou.

Desafios

Quanto à situação dos cidadãos que adquirem as casas e não as utilizam, o governante disse que está-se a estudar uma solução.

Revelou que sobre o problema do abastecimento e distribuição de água potável e a rede de esgotos que enfrentam algumas centralidades da província, a dificuldade financeira que existe a nível do país "faz com que haja uma certa morosidade".

6.26 Lotes para a auto-construção

Jornal de Angola
23 De Marco de 2019
Texto: Luísa Victoriano

Mais de oito mil lotes de terreno, dos planos urbanísticos dos bairros Cangambo, Catepa e Carreira de Tiro' e li, vão ser cedidos aos cidadãos em breve, pela Administração Municipal de Malanje, no âmbito do programa de auto-construção dirigida.

A informação foi prestada quinta-feira pelo administrador municipal de Malanje, João de Assunção, à margem da primeira sessão ordinária do Governo Provincial, orientada pelo governador Norberto dos Santos "Kwata Kanawa".

João de Assunção disse que os planos urbanísticos contemplam a construção de habitações, infra-estruturas sociais e económicas, assim como a criação de áreas de lazer e desportivas.

O administrador municipal de Malanje explicou que constam dos planos urbanísticos do bairro Carreira de Tiro I mais de mil lotes, cinco mil na Carreira de Tiro li' e mais de dois mil no bairro Cangambo.

João de Assunção acrescentou que a aprovação dos planos urbanísticos vai facilitar a distribuição de terrenos, devidamente loteados, aos munícipes e dar início ao processo de reforço da fiscalização da construção desordenada, que em alguns casos tem provocado acidentes, como os que ocorreram recentemente, causados pelas chuvas que se abateram sobre a cidade e que deixaram um rasto visível de destruição nos bairros da catepa, Carreira de Tiro, Ritondo e Vila-Matilde.

"Vão ser realizadas acções de sensibilização, visando mobilizar os cidadãos no sentido de evitarem construir em zonas de risco ou não autorizadas para o efeito", realçou.

João de Assunção advertiu que aqueles que desobedecerem as orientações administrativas vão sentir a mão pesada da lei, com a aplicação de multas e a consequente demolição das obras construídas de forma anárquica e sem licenciamento.

6.27 Aviso

Jornal de Angola
26 De Maio de 2019

REPÚBLICA DE ANGOLA

FUNDO DE FOMENTO HABITACIONAL

AVISO

Na sequência do Decreto Presidencial n.º 297/18, de 14 de Dezembro, que extingue o Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional (FADEH), procedendo à transferência dos seus activos para o Fundo de Fomento Habitacional (FFH), vimos tornar público que as contas bancárias em nome do extinto FADEH, transitaram para o FFH, pelo que estes números de conta, permanecerão inalteráveis, continuando os pagamentos das prestações dos imóveis contratualizados na modalidade de propriedade resolúvel nas Centralidades construídas no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), a ser destinados as mesmas contas, alterando-se apenas a denominação destas, que passa a ser "FUNDO DE FOMENTO HABITACIONAL - FFH".

FUNDO DE FOMENTO HABITACIONAL, aos 16 de Março de 2019.

O Presidente do Conselho de Administração

Hermenegildo Cardoso Gaspar

(225)

6.28 Habitações comercializadas no último trimestre de 2020

Jornal de Angola

27 De Março de 2019

Texto: Domiana Njila

Mais de dois mil apartamentos e lojas da Centralidade da Caála, localizada a 23 quilómetros da cidade do Huambo, começam a ser comercializadas no último trimestre de 2020, depois de em Setembro ficarem concluídas as infra-estruturas técnicas, soube o Jornal de Angola de fonte oficial.

Um representante, da companhia de promoção imobiliária Kora Angola, informou na segunda-feira à ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, que a companhia retomou as obras na Centralidade da Caála, por estar a terminar a Centralidade do Sumbe que tem de ser entregue em Setembro deste ano.

"O trabalho na Caála é de ano e meio, por isso, contamos concluir a obra em Setembro de 2020", adiantou o representante da Kora Angola, durante a visita da ministra do Ordenamento do Território e Habitação.

Ana Paula de Carvalho avançou, que se está a trabalhar com o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, para se encontrar um mecanismo de administração específica para as centralidades, com vista a garantir a manutenção dessas comunidades.

No encontro com os representantes da Kora Angola, durante a visita à Centralidade da Caála, a ministra pediu à direcção que a empresa vele os aspectos sociais dos cidadãos desempregados, dando primazia quando se abrir a fase de recrutamento de trabalhadores, "aos munícipes da Caála, nem que sejam empregos temporários", exortou.

6.29 Academia não é consultada nos projectos habitacionais

Jornal Economia e Finanças

29 De Março de 2019

Tecto: Adérito Veloso

Mestre em arquitectura, com uma dissertação sobre mobilidade urbana pela Universidade Lusíada do Porto, Adélio Chiteculo é actualmente, docente na Faculdade de Arquitectura, da Universidade Agostinho Neto. Em entrevista ao JE, o especialista destaca que os planos curriculares têm sido ajustados para seguirem a dinâmica da arquitectura no mundo.

Acredita que as autarquias locais irão jogar um papel fundamental para o desenvolvimento sustentável. Também dá nota positiva à elaboração do Plano Nacional do Ordenamento do Território, que na sua visão, irá contribuir para uma melhor distribuição dos bens e serviços pelo país.

Que avaliação faz do mercado imobiliário do país?

A oferta em termos de imobiliário no país é variável segundo o público alvo, a quantidade e a sua qualidade. Até hoje, a preocupação foi direccionada apenas para se dar resposta à demanda sem uma grande preocupação com a qualidade e isso levou a que se vendesse gato por lebre a muitos. Normalmente, a alta renda devia apresentar melhor qualidade, mas pecou, no aspecto urbanístico, pois as localizações não obedeceram os critérios que respeitassem as envolventes.

Houve ou não avanços?

Numa segunda fase, as intervenções se diversificaram, além do Estado, os privados entraram na corrida e a "concorrência" levou a uma certa diversificação ou avanços na oferta, não tanto na qualidade. Muitas dessas ofertas representam a repetição de modelos de outras realidades e não o desenvolvimento de modelos melhores adaptado às vivências no nosso país.

Nos últimos anos, o sector habitacional cresceu muito com as centralidades erguidas pelo Governo e de projectos habitacionais pelos privados. Do ponto de vista arquitectónico, os padrões que a academia defende foram seguidos?

A academia não foi consultada, aliás, houve uma consulta muito tímida feita à academia nos anos 2008, para projectar uma habitação social para a polícia, foi realizada, mas a sua implementação não teve seguimento. Internamente tem-se realizado estudos que se encontram nos nossos arquivos sem a devida divulgação. Os modelos adoptados não se têm ajustado às necessidades até porque a academia tem feito inquéritos a nível da disciplina de sociologia e demografia para aferir ou entender o desempenho do edifício pós ocupação. Existem muitos casos de desajuste. Outro problema tem a ver com as infra-estruturas e os serviços associados, muitas vezes chegam tarde ou não existem.

Os padrões usados para a definição das tipologias das casas nas urbanizações são os mais adequados?

Estudos demográficos e económicos podem dar indicativos muito precisos para a definição e quantificação das tipologias, pensamos que o Estado tem instrumentos para o fazer. E também tem havido

alguma dificuldade por parte do Estado na implementação dos programas gizados, daí surgirem resultados muitas vezes a quem do desejado. As tipologias definem-se em função da estrutura da população.

As cidades africanas têm especificidades próprias devido à questão cultural e antropológica. Diz-se que o “africano tem nos filhos a sua riqueza”. Como devem ser idealizadas as urbanizações para fazer face a esta realidade demográfica?

Essa questão reveste-se de grande importância e é um desafio para áreas complementares à arquitectura, ou seja, multidisciplinares. A forma de vida nas cidades, e a dita modernização trazem algum dinamismo às sociedades. As mudanças por sua vez se realizam em períodos bastante longos, pelo que o arquitecto deve incorporar soluções criativas e entender as vivências africanas, não havendo soluções estandardizadas, devemos ter em conta o aproveitamento dos espaços colectivos na habitação que contêm, não só com o número de ocupantes, mas também com os hábitos e forma de apropriação do espaço. O exemplo concreto é criar-se entre pisos vazios nos edifícios em altura para a realização de actividades como óbitos.

Que políticas devem ser gizadas para que as áreas rurais possam ter o mínimo de condições urbanísticas?

Desde a revolução industrial que existe o fenómeno da dicotomia cidade/campo. O êxodo rural foi o epílogo desse fenómeno, mas a cidade e o campo têm de coexistir e a história universal registou algumas soluções dignas de menção, é o caso da proposta da cidade jardim que integrava o campo em porções da cidade de forma organizada. Devemos dotar o campo de infra-estruturas que permitam uma vida mais digna e retenham de certo modo a população evitando o êxodo rural, mas o campo deve existir para garantir o abastecimento de produtos agrícolas ao espaço urbano. No entanto, o fenómeno de uma grande aceleração da urbanização existe em todo o planeta e constitui uma das grandes preocupações das Nações Unidas, reflectindo-se nas políticas da UN-Habitat que o Estado deve adoptar.

O Governo angolano está a preparar o Plano Nacional do Ordenamento do Território. Até que ponto este instrumento vai ajudar a ultrapassar as grandes dificuldades das zonas rurais e das cidades?

Esse instrumento é importante na medida em que representa a estratégia formal de como se vai organizar o país todo em termos urbanísticos por um lado, e por outro, todos os outros factores que dele dependam e que não são poucos como as actividades económicas, produtivas, o escoamento dos produtos,

o combate às assimetrias, etc. O Plano Nacional do Ordenamento do Território será como o topo a partir do qual todos outros Planos se vão subordinar. Nas zonas rurais serão definidas prioridades que farão parte deste Plano, pelo que ele deverá beneficiar da contribuição de todos. Esses Planos normalmente revestem-se de complexidades e requerem um pensamento multidisciplinar.

Que vantagens trazem os Planos Directores Municipais?

O Plano Nacional do Ordenamento do Território terá as linhas mestras na generalidade para o desenvolvimento do Plano Director Municipal, assim sabe-se o nível de intervenção de cada uma das entidades e será muito mais fácil executar as tarefas de cada um. Irá contribuir para uma melhor distribuição dos bens e serviços pelo país e para o tão almejado desenvolvimento harmonioso. Não se vão repetir investimentos e não se irá investir em assuntos supérfluos.

Como especialista, que soluções e estratégias sustentáveis devem adoptar-se para uma rede de mobilidade funcional, sobretudo para Luanda com tantas dificuldades de acesso?

A mobilidade urbana é uma matéria de reflexão de muitos profissionais, e deve ser entendida como um sistema multidisciplinar e intermodal, ou seja, deve ser pensada desde o momento em que o utente coloca o seu pé fora do portão de casa até ao destino. As pessoas deslocam-se pelas mais diversas razões e essas devem ser todas equacionadas para serem integradas numa solução complexa, dimensionada e harmoniosa. Intermodal significa que teremos vários modos de transporte (pedonal, bicicleta, automóvel, metro de superfície, barco, etc)... Terão de ter uma hierarquia em termos de zonas de circulação e área de serventia com a perfeita noção demográfica/económica da zona, deverão ser inclusivas, ou seja, para todos, integrando sistemas que atendam os portadores de deficiência de toda a espécie, conforme as acessibilidades (Lei n.º10/16 de 27 de Julho). A estratégia passa por investimentos nas infra-estruturas, no seu correcto dimensionamento, na criação de corredores segregados para melhor escoamento dos transportes públicos, na criação de nós ou cruzamentos desnivelados e também pela educação do cidadão.

Há sinais de mudança destes paradigmas?

Penso que existe vontade de mudar, uma vez que as empresas que actuam no país têm obras de grande vulto nos seus países de origem, se aqui encontrarem o rigor de que se fala hoje, poderão dar origem a

obras de grande estabilidade. Toda cadeia de intervenientes terá de mudar a forma de actuação. Acredito que os nossos arquitectos ou urbanistas é apenas uma parte e modéstia à parte, esse estará interessado que a obra por ele projectada seja das melhores.

6.30 Centralidade do Cazenga em Estado de abandono

Jornal República

29 De Março de 2019

Texto: Mafuta Malanda

A centralidade em referência está localizado no distrito urbano do Kalawenda, mas o que verifica é que as instalações da futura centralidade do Cazenga, encontram-se em estado de abandono. Entretanto, vale recordar que, em 2010, o antigo Presidente da República, José Eduardo dos Santos havia efectuado o lançamento da primeira pedra da referida centralidade, sendo que o projecto em causa, tinha como objectivo requalificar o antigo município mais populoso de Luanda.

Na altura, José Eduardo dos Santos deslocou-se naquele município, com uma vasta comitiva composta pelo então ministro das obras públicas, Higinio Carneiro, bem como o antigo governador de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, similarmemente haviam estado presentes técnicos e outras personalidades que haviam se reunido no Marco Histórico, do Cazenga tendo sido apresentado a maquete avaliada em milhões de dólares...

Pouco tempo depois, as obras começaram numa velocidade assustadora, pois não levou muito para que os referidos edifícios fossem erguidos.

Porém, de forma repentina as obras ficaram estagnadas, alegadamente, pela crise económica, provocada pela queda do preço do petróleo no mercado ocidental. Em função dessa situação não existe um horizonte temporário para o recomeço das obras, facto que deixa indignado quem tencionava ver Cazenga requalificado.

Hoje, quem aí passa consegue divisar as instalações de quatro ou cinco andares abandonadas, assim como alguns edifícios já em estado avançado de degradação.

Por outro lado, jovens de diferentes faixas têm-se deslocado aos edifícios em menção, no sentido de consumirem estupefacientes, assim como efectuar roubos e violações. Já os moradores que residem nos arredores do mesmo bairro, afirmam que todos os dias ocorrem crimes diversos naquele local, pelo que

lançam grito de socorro às autoridades, de maneira que possa ser encontrada uma solução no tocante à centralidade em causa.

6.31 Estado prepara privatizações de Centralidades geridas pela Imogestin

Jornal Expansão

29 De Março de 2019

Texto: Isabel Costa Bordalo

A Imogestin tem de entregar até terça-feira, 2 de Abril, todos os bens, direitos e obrigações relacionados com os contratos de venda e arrendamento das centralidades que estavam sob sua gestão, segundo o Decreto Presidencial n.º 78/19, de 19 de Março, que aponta para a privatização da gestão destes empreendimentos imobiliários.

Os projectos geridos pela Imogestin serão transferidos para o Fundo de Fomento Habitacional, criado em Dezembro, por despacho presidencial, para assumir a gestão dos empreendimentos que integram o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), processo que deverá ser concluído no espaço de quatro anos, como confirma fonte do Ministério das Finanças ao Expansão. Também no dia 2 de Abril termina o prazo para a Imogestin apresentar ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação um relatório de todos os contratos celebrados, que passam para a alçada do Fundo de Fomento Habitacional (FFH), de acordo com o Decreto Presidencial n.º 78/19, de 19 de Março. O documento vem reorganizar a gestão da construção, mediação imobiliária e comercialização das habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários do PNUH, desde que o Executivo de João Lourenço decidiu retirar a gestão das centralidades à Imogestin, em Dezembro do ano passado.

A decisão, recorde-se, teve por base a falta de prestação de contas por parte da promotora imobiliária e o fraco retorno dos financiamentos públicos aplicados no quadro do Programa de Fomento Habitacional Social em Angola, como noticiou o Expansão, na sua edição de 14 de Dezembro de 2018.

Abrir a porta à privatização

O decreto presidencial, publicado no dia 21 de Março, ao mesmo tempo que define os termos e prazos para a transferência da gestão da Imogestin para o FFH abre a porta à privatização da gestão dos projectos habitacionais, assegurando o "princípio da

livre concorrência entre operadores privados" que está implícito no processo de transmissão dos empreendimentos. A abertura de concursos "abertos" para a entrega da gestão das centralidades, em respeito pelos princípios e regras da Lei dos Contratos Públicos, ficará a cargo do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, como estipula o Artigo 2.º.

Até à transferência total, a Imogestin ficará com a gestão de 10 centralidades (ver texto em caixa), que estão em fase de conclusão, durante quatro anos, período durante o qual deve ser concluída a sua comercialização e os arrendamentos.

Findo o processo de mediação imobiliária, a Imogestin tem de remeter os contratos para o Fundo de Fomento Habitacional, no caso da venda, e para o Instituto Nacional de Habitação, no caso de arrendamento urbano, como clarifica o artigo 3.º do Despacho Presidencial n.º 78/19, de 19 de Março, que estabelece os termos da "transição da gestão".

Os bens, direitos e obrigações relacionados com todos os contratos celebrados em relação às restantes quatro centralidades que estavam sob a gestão da Imogestin e que já estão concluídas, nomeadamente o Sequele e o Kilamba (em Luanda), terão de ser transferidos para o Fundo de Fomento Habitacional, até terça-feira, dia 2 de Abril.

Os direitos dos terceiros detentores dos contratos já celebrados "ficam salvaguardos" pelo decreto presidencial, como refere o número 5.º, do artigo 3.º, que diz respeito à transição da gestão.

Prestação de contas

O decreto presidencial delega ainda competências aos ministros das Finanças e do Ordenamento do Território e Habitação para, até ao dia 19 de Abril, procederem ao contrato celebrado entre o Estado e a Imogestin, visando o cumprimento do disposto naquele diploma, que estabelece todos os passos a dar até a transferência total de todos os projectos que ainda estão nas 'mãos' da Imogestin.

O Ministério das Finanças fica ainda incumbido de promover e proceder ao registo de "todos os imóveis construídos e a edificar no âmbito dos projectos habitacionais". A Imogestin, por seu turno, fica obrigada a remeter aos ministérios do Ordenamento do Território e das Finanças "relatórios trimestrais sobre o grau de execução das obras e dos projectos e a evolução do processo de comercialização e mediação imobiliária" até que se consuma o processo de transferência.

6.32 Governo «obriga» Imogestin a apresentar relatório de gestão em 15 dias

Novo Jornal

29 De Março de 2019

Texto: Faustino Diogo e Maurício Vieira Dias

A imobiliária Imogestin foi, definitivamente, afastada da gestão das centralidades e urbanizações construídas pelo governo, a confirmação está no decreto presidencial número 78/19, de 19 de Março, tendo para o efeito o Presidente João Lourenço ordenado o Fundo de Fomento Habitacional (FFH) a assumir tais funções.

A imobiliária liderada por Rui Cruz tem 15 dias, a contar do passado dia 19 de Março, para apresentar ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação o relatório de todos os contratos celebrados no âmbito da gestão da construção dos projectos habitacionais do Estado, atesta o documento. Assinalando, por outro lado, que a Imogestin dispõe de igual tempo para transferir os bens, direitos e obrigações do extinto Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional para o Fundo de Fomento habitacional".

O Presidente da República, João Lourenço, orienta os ministérios das Finanças e Ordenamento do Território e Habitação a "procederem à conformação do contrato celebrado entre o Estado e a Imogestin e demais relações contratuais deste resultante, incluindo modificações subjectivas a outros contratos colaterais".

Com esta medida o Executivo volta a chamar a si a gestão dos seus projectos habitacionais, como o Kilamba, Sequele, KK 5000, entre outros, o que, no entender da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), contraria a intenção manifestada pelo Presidente da República, do Estado diminuir a sua acção directa na economia. "Isto quer dizer que o Estado vai voltar a vender casas. Isso é contra o princípio da economia ser desenvolvida por agentes privados", disse a fonte.

Para o nosso interlocutor a concentração da gestão das centralidades pelo FFH poderá agravar as dificuldades que este organismo do Estado tem vivido para recuperar o dinheiro investido nestes projectos.

"Não é segredo para ninguém que o Fundo tem muitas dificuldades para cobrar rendas aos funcionários públicos e não só, que vivem em diversas centralidades e receberam habitações pela via do próprio Fundo. Por isso, não vejo com bons olhos que o Kilamba e outras centralidades passem a ser geridas pelo Fundo de Fomento Habitacional".

"Mas ainda assim, apesar do meu pessimismo, vamos ver como às coisas se irão desenvolver até porque há aspectos que o Decreto Presidencial não clarifica. Como por exemplo, a empresa Kora também está envolvida nas centralidades em algumas províncias e parece que vai continuar", rematou o membro da APIMA.

Fonte da Imogestín disse ao Novo Jornal que o processo de transferência da gestão das centralidades para o FFH "está a curso", devendo estar concluído nos prazos previstos.

A saída da Imogestín dos projectos habitacionais do Estado inseridos no Programa Nacional de Urbanismo e habitação (PNUH) começou a ser "desenhada" no ano passado com a aprovação do novo estatuto orgânico do Fundo de Fomento Habitacional como avançou este Semanário na sua edição 565, de 21 de Dezembro de 2018.

O estatuto aprovado pelo Presidente da República no dia 14 de Dezembro de 2018 estabelece que o FFH tem como atribuição "assegurar, em representação do Estado, a titularidade dos projectos habitacionais", assim como proceder "à venda dos imóveis que são colocados à sua disposição pelo Executivo com essa finalidade, sem prejuízo da faculdade de poder terceirizar esse serviço".

Ao assumir a gestão dos projectos habitacionais do Estado, o FFH passa a ser a terceira entidade a arcar com esta responsabilidade, um processo que começou em 2013 com a abertura da venda livre sob responsabilidade da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), que foi rendida um ano depois pela Imogestín.

A imobiliária era responsável pela gestão de sete centralidades e oito urbanizações de projectos habitacionais do Estado ligados ao programa Nacional de Urbanização (PNUH), tendo sob seu domínio 75.828 apartamentos localizados em sete províncias. De acordo com dados da Imogestín, a empresa 19.250 residências em urbanizações e 56.578 casas em centralidades. Luanda, com 47.822 casas deste conjunto, detém 63,1 por cento das habitações.

6.33 IMOGESTIN fica com 10 centralidades para concluir construção e venda

Jornal Expansão

29 De Março de 2019

Texto: Isabel Costa Bordalo

Após o dia 2 de Abril, ficam sob gestão da Imogestín as 10 centralidades que ainda não estão concluídas e que estão em fase de concretização de acessos e infra-estruturas, trabalhos a cargo do Estado, como refere Mário Guerra, porta-voz da Imogestín.

A lista integra as centralidades do Capari (província do Bengo), da Baía Farta e do Lobito (Benguela), do Guilemba (Huila), Zango 5, Zango O e a Centralidade do KM 44 (Luanda), Dundo (Lunda-Norte), e as centralidades 5 de Abril e Praia Amélia (Namibe).

Após a conclusão destas centralidades, o correspondente a 70% dos imóveis deve ser destinado a comercialização, na modalidade de pronto pagamento ou propriedade resolúvel. Os restantes 30% devem ser destinados ao arrendamento urbano, como estipula o Decreto Presidencial n.2 78/19, de 19 de Março.

6.34 Problemas sociais fustigam moradores do Panguila

Jornal A República

29 De Março de 2019

Texto: Isidro Kangandjo

Anastácia de Vaz Conselho, administradora municipal do Dande, província do Bengo, reuniu com os moradores do Panguila a 16 de Março deste ano, tendo sido abordadas situações relacionadas aos problemas do bairro mais crítico do município em referência.

Sob o lema "juntos por uma governação participativa e informativa" Anastácia de Vaz Conselho, representante máxima da capital do Bengo, foi auscultar, tendo ao mesmo tempo recolhido diversas informações..., de maneira a encontrar soluções dos problemas que apoquentam os panguilenses. Numa conversa que teve a duração de cinco horas, os moradores, coordenadores de sectores e associações, tiveram a oportunidade de apresentarem as suas

preocupações, no sentido de encontrar resoluções comuns dos problemas locais. Por outro lado, o bairro Panguila vive momentos críticos em todos os sectores sociais e humana, com um ambiente de reassentamento e não realojamento, uma vez que em alguns sectores nem sequer há latrinas para os moradores. O Bairro tem uma dimensão de um distrito com uma população estimada de 130 mil habitantes, sendo que 98% são provenientes de zonas de riscos de Luanda. Por outra, o local em citação precisa de quase tudo, isto é, desde a segurança, água e energia eléctrica, saúde, investimentos e locais de lazer.

Quanto ao líquido precioso, contam que existe uma distância enorme aonde a Empresa Pública de água tem abusado as populações cobrando valores sem os mesmos não se beneficiar deste bem. "Nós não nos beneficiamos de água há 8 anos e, por outra, existem sectores que nunca se beneficiaram da água, nem com o aspecto que tem que ver com a canalização de água, refiro-me do sector 11".

Segundo os moradores, afirmam terem dito dirigente de que está a circular um grupo de indivíduos que se fazem passar por cidadãos vinculados à direcção da energia e água, sendo que o contrato está a rondar entre dez a 90 mil kwanzas. Os moradores, estão ser obrigados a pagar a água mesmo, não tendo em suas residências. No entanto, alguns moradores afirmam que se trata do pagamento do consumo anterior, mas desconhecem... e consideram que esteja a se tratar de uma... política, no sentido de que a população seja extorquida. "A verdade é que nas tubagens de água do bairro Panguila, celebrou-se uma série de contrato com várias empresas privadas, mas a água que a população deveria beneficiar foi desviada. Porém, o que se regista hoje é a existência de canalização e torneiras que não jorram a água" explicam os moradores. Anastácia de Vaz Conselho, garante ter tomado nota das denúncias, tendo prometido que irá trabalhar com pessoas responsáveis, no que se refere as denúncias, de maneira a serem descobertos os mentores dos crimes.

As vias de acesso é um outro problema que preocupa os panguilenses, uma vez que a 16 de Janeiro deste ano, a governadora provincial do Bengo, assim como a administradora do Dande, ambas estiveram naquele bairro, tendo sido celebrado um contrato com a empresa Golden Nest International Group, com objectivo de ser alcatroada quatro quilómetros. Já Anastácia de Vaz Conselho, disse aos moradores a 16 deste mês, que o plano de alcatramento foi anulada por falta de verbas, e por este facto far-se-á uma estrada de betão. A referida administradora disse o seguinte: "a estrada de betão pode facilitar os nossos serviços, por outro lado, o projecto foi de âmbito

provincial, sendo que a posterior passou sob a responsabilidade da Administração Municipal. De princípio, teve um tecto orçamental que para nós é indisponível, o que está em causa é a indisponibilização financeira. Entretanto, não devemos aumentar a quilometragem, em função da falta de dinheiro", disse à administradora.

Alguns problemas do Panguila transcendem a competência do município, quanto as soluções dos vários problemas que afectam os moradores do Panguila, a administradora em citação, disse "são situações que transcendem o município, uma vez que transferimos... para o governo provincial na pessoa da senhora governadora, Mara Quiosa, que está sempre atenta no que respeita à resolução dos problemas da população. A nível central, também tem se trabalhado, dando respostas paulatinas dessa situação", disse.

O município do Dande tem uma superfície de 7.374 km com uma população de 278.029, neste universo, mais de 130 mil são moradores do Panguila. Atendendo a dimensão da população e os problemas que o bairro enfrenta o Jornal A REPÚBLICA inquiriu à administradora Anastácia de Vaz Conselho, se já pensou colocar a proposta ao Ministério do Território, no sentido de transformar o bairro em um distrito, a nossa interlocutora retorquiu nos seguintes aspectos: " está a se trabalhar para um certo memorando justificativa, junto com o governo da província do Bengo, para que o complexo habitacional do Panguila passe para uma outra categoria"

Primeiro, é que a comunidade tem mais de cem mil habitantes, e o número justifica a presença de uma administração comunal ou distrital, justifica ter uma outra categoria, para que seja autónoma e que cuide dos seus problemas".

O ancião Adão Perreira, um dos intervenientes do encontro, considera importante a interacção que mantiveram com a dirigente e apresentarem os seus problemas, mas o mesmo disse que a situação do Panguila carece atenção de todos os ministros.

"O Panguila e a comuna de Barro de Dande, estão na incógnita, não existem no Diário da República, a governadora tem que envidar o esforço, com vista a trabalhar com o Ministério do Território para incluir a referida zona no Diário da República. Depois de resolver esse problema, só daí veremos os custos".

Já o senhor José afirma que o encontro teve um ajuste positivo, muito embora os documentos que têm enviado não chegam à mesa da administradora. Mas o administrador para o sector político e Social,

disse que apenas cinco sectores do Panguila, irão se beneficiar dos 500 mil litros, que parte de Capari até ao centro elevado do Panguila.

Os moradores reprovaram o programa, uma vez que o problema de água se repercute em todos os sectores que constitui o Panguila. "Seleccionar uns e deixar outros sectores, é porque a administração não contactou todas as comissões de moradores, pois uma vez tendo conhecimento das dificuldades que temos no Panguila, isto é, do sector um a onze, existem problemas de água" Segundo o coordenador do sector quatro avança, entretanto, que o sector, um até seis, havia água, mas com o surgimento das empresas que ficam ao longo da estrada, reduziu-se a capacidade de água no bairro.

6.35 Comandante dos bombeiros acusado de usurpar residência

Jornal Hora H

29 De Março de 2019

Texto: Ana Mendes

O Comandante Provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros da Província de Luanda, Tito Manuel, está a ser acusado de se apropriar de uma das residências no bairro Calumbunze, destinadas aos camponeses provenientes do espaço em que está a ser construído o novo aeroporto, no município de Icolo e Bengo, afirmou ao Jornal Hora H Adriano João Adão

Segundo o jovem, as residências que se encontram no referido projecto foram construídas para os camponeses a quem pertenciam as terras onde estão a construir o aeroporto, "e quando os senhores da Casa Militar contactaram os nossos pais, ele informaram que seríamos indemnizados e iriam dar residências, mas os senhores João Luís Katity e Adão Domingos, desviaram as nossas casas e até hoje estamos no abandono".

Segundo apurou o "Hora H" no local, Tito Manuel é proprietário de uma residência T3 e que já se encontrava com alguns pertences, entre eles camas militares, colchões, quadros de parede e outros haveres.

Adriano João Adão, filho de uma camponesa, salientou ainda que o comissário Tito Manuel, quando os populares foram invadir algumas residências à força, entre as mesmas a casa que ele usurpou, o mesmo foi comunicado por alguém que o aconselhou a retirar as suas coisas para que não desaparecessem.

Em reacção ao ofício enviado recentemente pela Direcção Provincial de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Provincial de Luanda ao Jornal Hora H, que desmente a informação de que Tito Manuel está envolvido na ocupação de uma residência localizada no bairro Calumbuze, no município de Icolo e Bengo, os camponeses desafiam o Interior a ir ao local com o referido comissário para provarem a veracidade dos factos.

Segundo Adriano João Adão, estes senhores são mentirosos, eles usurparam as casas aqui e nós já abrimos um processo crime contra eles nos Serviços de Investigação Criminal - SIC e na Polícia Judiciária Militar, porque há muitos militares envolvidos neste escândalo. Gostaríamos que o Ministério não falasse no vazio, venha ao local fazer um trabalho de investigação para apurarem a verdade e não se limitarem em fazer comunicados para agradarem os seus chefes, porque aqui os factos são reais e estão a prejudicar vários camponeses que foram burlados pelos senhores que estavam em frente ao projecto para negociarem com os camponeses.

7. SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Mais água potável na vila de Kicabo

Jornal de Angola
5 De Março de 2019
Texto: Pedro Bica

Mais de seiscentas famílias da comuna de Kicabo, município do Dande, província do Bengo, deixam de percorrer longas distâncias em busca de água, na sequência da inauguração de cinco dos sete furos de água previstos para a região.

Os cinco furos contam com painéis solares, que vão garantir o normal funcionamento dos equipamentos. Os sete furos de água estão orçados em 198 milhões de kwanzas, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos de continuidade.

A administradora municipal do Dande, Anastácia Vasconcelos, garantiu que esforços estão a ser feitos no sentido de fazer chegar água potável em todas as comunas e aldeias da municipalidade. Anastácia Vasconcelos disse ainda que existem muitas zonas com falta de água potável, mas aos poucos o Governo Provincial do Moxico está a resolver o problema.

Relativamente à saúde, a administradora municipal fez saber que grande parte das localidades não possui unidades sanitárias, devido a dispersão populacional.

Realçou que, em condições normais, para a implementação de um posto de saúde um aglomerado populacional deve ter pelo menos cinco mil habitantes, pois é uma orientação do próprio Ministério da Saúde.

A Administração Municipal em colaboração com o sector da Saúde, acrescentou, tem realizado campanhas de sensibilização sobre prevenção de doenças e sobre o uso correcto e permanente dos mosquiteiros.

7.2 Aterro sanitário em fase conclusiva

Jornal de Angola
7 De Abril de 2019

As obras do aterro sanitário na cidade do Huambo, no Planalto Central, estão na fase final, mas o estado degradado da via de acesso ao local apresenta-se como obstáculo ao seu funcionamento.

A informação foi prestada na abertura do Conselho provincial de Auscultação Comunidade, pela chefe do Departamento do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, Vânia Vaz

Segundo a responsável, os trabalhos de construção do aterro sanitário, localizado a 20 quilómetros do centro da cidade, estão a decorrer lentamente devido ao mau estado da estrada por onde passam os camiões que transportam os materiais de construção.

Vânia Vaz apresentou ao evento uma proposta para que as despesas do lixo sejam comparticipadas com os habitantes da cidade, avançando que cada morador do casco urbano poderia pagar uma taxa no valor de 300 kwanzas os das zonas suburbanas 150,00 Kz.

7.3 «Não tenho quem mais possa ajudar-me», desaba Tio Sebas

Novo Jornal
7 De Março de 2019
Texto: Ernesto Gouveia

Com 68 anos de idade vividos no Rangel, onde nasceu e testemunhou várias histórias, ocorridas naquele antigo município agora reordenado para distrito urbano, Domingos Sebastião da piedade tem nos seus testemunhos a infelicidade de incluir os momentos em que a água começou a invadir as casas. Este efeito natural não deixou de parte a sua humilde residência. Completamente tomado pelas águas, o aposentado diz já ter tentado encontrar soluções, de entre elas a aquisição de motobomba para a sucção das águas. No entanto, limitado pela condição financeira, as suas possibilidades não iam muito além. Hoje o trabalho que a máquina fazia está resumido a um balde de dez litros. O estado físico do antigo electricista não permite muitas braçadas para imensa quantidade de água.

A opção foi a procura de ajuda com cartas enviadas, que até agora não tiveram resposta.

"Desde 2016 que não me dizem nada. Mandei cartas para a Reinserção Social e para a Rádio Nacional de Angola. Infelizmente, não tive respostas até hoje."

Tio Sebas, como é chamado nas cercanias, não é conhecido apenas pelo facto de ser um decano no bairro, mas também por ser o dono de uma das casas que tem a água a dividir a ocupação com o proprietário.

"Para outro lugar não tenho como ir. Além de não ter dinheiro, não tenho quem mais possa ajudar-me", desabafa o ancião.

Entrar na casa daquele antigo morador exige um esforço e manobras flutuantes, com o apoio de tábuas apoiadas sobre pneus. O mínimo desequilíbrio podia resultar num banho involuntário e desconfortável.

As residências nos arredores do distrito, circundadas por uma vegetação que nasceu por força da concentração de águas, estão na mesma situação que a do nosso entrevistado. Outros, menos assolados, renovam o chão com uma nova base de betão, na intenção de estancar a penetração das águas. O sucesso, explica outro morador, é relativo porque a intervenção tem efeitos pouco duradouros, sendo que o lençol freático é um reservatório de água presente nas partes subterrâneas da Terra, os quais variam de 500 a 1000 metros de profundidade. Dessa maneira, uma parte da água da chuva escoar na superfície e outra infiltra-se nos solos.

7.4 «Água salobra pode ser aproveitada», diz arquitecto

Novo Jornal

7 De Março de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

Para Euclides Cristóvão, as águas salobras têm importância capital, tendo em conta as suas características associadas aos minerais existentes no subsolo, e lamentou o facto de não serem reaproveitadas.

O arquitecto sugere que as intervenções sejam urgentes, por ser um problema de carácter central.

"As administrações estão desprovidas de verbas, não têm técnicas e técnicos que possam intervir para uma melhor solução do problema. Isso deve ser remetido às instâncias superiores", refere.

Aquele professor universitário fez perceber que estamos diante de uma propagação invisível, a olho nu e apontou como possível solução a parceria com o sector privado, no ramo da construção, para que o problema possa ser dirimido.

Entende ainda que inicialmente não foram cumpridos os padrões técnicos na construção das casas na zona e a consequência não podia ter sido diferente.

"Todos os bairros ou distritos que não têm uma macrodrenagem definida, sem linha de escoamento

das águas pluviais ou infra-estruturas, passam a ter sérios problemas de lençol freático", revela.

O Rangel, citou, era antes um musseque, e hoje cresceu consideravelmente. Segundo estudos que efectuou, outras localidades em Luanda também já começam a ter os mesmos problemas e cita como exemplos o bairro Palanca e o Golfe.

"Se não prevenirmos estes bairros e distritos, teremos o mesmo problema", alerta.

7.5 Ambientalista adverte que os eucaliptos têm controlo de curto prazo

Novo Jornal

7 De Março de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

Atribui-se a situação que o Rangel vive à inexistência dos eucaliptos que, em anos anteriores, abundavam naquela zona. O crescimento urbano originou o derrube das árvores e o conseqüente domínio dos lençóis de água em zonas devidamente identificadas e localizadas. Entre as propriedades desta árvore, dito pelo ambientalista Simão dos Santos, está a capacidade de a mesma consumir cerca de 200 litros de água por dia. Razão que justifica a campanha de arborização para a reposição daquela espécie vegetal.

Vladimir Russo esclarece que o problema não está no lençol freático. "É natural e não pode ser resolvido com projectos de engenharia", explica. Para o ambientalista, o problema está na construção desregrada que foi acontecendo ao longo dos anos amplificada pela falta de saneamento básico.

A requalificação urbana da zona é outra solução que não colocou de parte. Para ele, as coisas passam também por uma observação minuciosa das condições de saneamento.

"As estruturas de saneamento básico, antigas e envelhecidas, não foram capazes de acompanhar o crescimento populacional. A produção de plásticos que bloqueiam as sarjetas e esgotos também contribuem para o problema. Uma das soluções passa pela requalificação urbana da área", recomendou .

Sobre o desaparecimento desta imponente árvore naquela zona, o entrevistado diz que não é razão que justifique a invasão de águas provenientes do subsolo.

"De maneira nenhuma. O facto de não ser possível escoar convenientemente as águas contribui para também para o estado calamitoso da área. Os

eucaliptos eram apenas um controlo natural de curto prazo", observa.

O ambientalista reitera ainda que a arborização iria dar uma paisagem mais bonita e controlar a dispersão de poeiras, mas não resolve a problemática das águas paradas nem os problemas que resultam da fraca permeabilização dos solos.

Questionado sobre o risco de estarmos diante uma possível calamidade natural, disse que não. Apontou, sim, para uma degradação e conseqüente destruição das infra-estruturas físicas, devido às actividades humanas.

"Quando as águas não se infiltram no solo com facilidade, acabam por procurar outros caminhos, podendo também resultar em fenómenos erosivos e transporte de solos", finalizou Vladimir Russo.

O eucalipto é uma árvore de origem australiana, de rápido crescimento, que tem mais de 400 espécies e se adapta a diversos tipos de solo e clima. A sua cor original é o castanho-amarelado. O eucalipto é uma árvore como outra qualquer criada pela natureza.

Existem mais de 600 espécies pertencentes ao género *Eucalyptus*, originárias, sobretudo da Austrália e da Indonésia. É uma árvore de crescimento rápido com óptimas características físicas e mecânicas, com boa resistência a pragas e principalmente cultivada em reflorestamento.

7.6 A razão das noites mal dormidas no Rangel

Novo Jornal

7 De Março de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

Não é novidade para a grande parte dos moradores ou frequentadores do célebre Rangel. A rua da vaidade e a rua da Dona Amália trazem uma novela que se desenrola há anos a enredo está apenas num capítulo denominado problema.

Água sobreposta em vários espaços é a dor de cabeça dos habitantes do "Rangu", como é vulgarmente chamado o bairro que orgulha alguns luandenses de referência que ali nasceram e cresceram mas que, fruto da dinâmica da vida, foram à procura de uma oportunidade diferente noutras paragens.

A época chuvosa só vem agravar o problema e tornar o cenário num verdadeiro caos. Ruas alagadas com água estagnada que, à medida que o tempo passa, assume a cor do solo e atrai ainda mais impurezas,

originando bactérias que dão origem a toda a sorte de doenças.

as mosquitos têm aí a sua zona de conforto, tornando a região num potencial foco de doenças, com destaque para o paludismo e a malária. A situação é para lá de grave, horrível aos olhos de quem vê de perto, sob o risco de formar espumas de nojo no cérebro.

A instalação das águas não é sazonal, mas sim o dia-a-dia dos moradores. Neste emblemático bairro de Luanda, a zona do hospital Américo Boavida está também entre as mais vulneráveis a lençol freático invade as casas. Do interior das residências, o cenário é de total desconforto. A água faz morada em todos os compartimentos e não poupa os quintais, o que converte as moradias em espaços sem condições de habitabilidade.

A obtenção de motobombas para a sucção das águas é, até agora, a solução de muitos "moradores que, com outras possibilidades económicas, "já não estariam a viver naquela zona", como explica Benito Bula, morador.

O frequente uso destas máquinas sobrecarrega a engrenagem e encurta o seu tempo de duração. A compra de uma para substituição, segundo alguns entrevistados, nem sempre é possível. A reparação é a primeira opção, mas sem grandes garantias de durabilidade. A força da água deixa qualquer morador impotente e rendido a uma migração forçada, longe das doenças e próximo de uma qualidade de vida diferente da que tem no bairro: Alguns optam pelo abandono das casas, que acabam por ser forçosamente transformadas em quartos de banho públicos e depósitos de lixo.

Resíduos sólidos e fezes humanas coabitam com a água que se tornou, ao longo de muitos anos, na inquilina natural das casas, sem lugar para uma alma viva capaz de lutar contra este mal.

A imponência da água salobra, que provém do solo, propicia a existência de algas e plantas aquáticas, concretamente a água-pé, conhecida planta que cobre a superfície dos lagos e charcos permanentes.

Para os moradores, todas as acções são válidas para a comunidade, na intenção de minimizar o problema. Há quem optou pela criação de valas de escoamento. Com fundos próprios, o jovem Tiago, morador do Rangel desde 1992, projectou de modo artesanal, valas sustentadas por anilhas, para equilibrar a invasão das águas ao longo de uma considerável extensão das ruas.

O jovem explica que o problema é mais grave. "O que fiz é apenas 'uma gota de água no oceano', o problema é ainda mais grave, incluindo o interior das casas."

O senhor Filipe, de 57 anos, explica que a situação obriga os moradores a tornarem-se engenheiros, mesmo sem terem passado pela escola. "A situação já dura muitos anos e as administrações estão conscientes disso", aponta o ancião.

7.7 Estação de água para um milhão de pessoas

Jornal de Angola

8 De Março de 2019

Texto: Maiomona Artur

Uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA), denominada Candelabro, localizada em Kifangondo, município de Cacucaco, está a ser erguida, desde Maio de 2017, para aumentar a capacidade de produção de água de 120 mil metros cúbicos para 210 mil e reforçar a distribuição para mais de um milhão de pessoas em Luanda.

Localizadas a cerca de um quilómetro e meio da Estação de Captação e Tratamento de Água de Kifangondo, as obras da Candelabro são financiadas pelo Executivo angolano, através da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), orçadas em 122 milhões de dólares.

Executados pela China Machinery Engineering, os trabalhos estão em andamento tendo sido já concluídas, durante a primeira fase, a instalação de bombas doseadoras de sulfato e cal, a reabilitação dos órgãos de tratamento, a instalação do sistema de válvulas de descarga dos tanques de sedimentação, filtros e reservatório de água tratada.

A entrar em funcionamento em Março de 2020, nesse momento, estão em curso trabalhos de instalação do sistema de coloração, processo de armadura com aço e betão, bem como de alvenaria.

O andamento dos trabalhos, bem como os aspectos técnicos da nova Estação de Tratamento de Água de Candelabro, foram revelados quarta-feira, em Kifangondo, pelo director do projecto, Daniel Nunes, durante uma visita efectuada pelo administrador municipal de Cacucaco, Augusto José.

"Na ETA, fase 3, as obras estão nesse momento na fase civil. Falta a fase de aquisição dos equipamentos, uma vez que o projecto está na ordem dos 28 por cento de execução física", disse Daniel Nunes.

Destacou ainda que, depois de concluída a Estação de Tratamento de Água (ETA) de Candelabro, vai ser distribuída água a Cacucaco, Funda, Panguila, Sequele, Cazenga e Musseque Kapari.

Daniel Nunes disse que os confrangimentos do projecto estão relacionados com a falta de pagamentos, facto que tem estado a inviabilizar o bom ritmo do processo de execução do projecto.

O responsável do projecto da ETA de Candelabro fez saber que a capacidade de distribuição de água para o município de Cacucaco estará na ordem dos 12 por cento, uma vez que ela será automatizada à semelhança da Estação de Tratamento de Kifangondo, onde será monitorizada a partir de uma sala de controlo, com sistema automático.

Para a fase 1, o sistema de bombagem de água bruta vai ter duas bombas em funcionamento e uma de reserva, ao passo que para a 3, terá três a operar e uma de reserva, havendo um total de cinco bombas disponíveis a funcionar numa única sala e duas de reservas.

A via de acesso que sai da Estação de Tratamento de Água de Kifangondo até ao projecto Candelabro, numa extensão de um quilómetro e meio vai ser asfaltada, com duas faixas de rodagem, sete metros de largura, sendo três metros e meio para cada faixa, devido aos vários constrangimentos na época chuvosa, bem como a iluminação pública, arborização e drenagem.

O administrador municipal de Cacucaco, Augusto José, disse que têm recebido várias solicitações em relação ao abastecimento de energia e água, razão pela qual agendou uma visita de constatação à Estação de Tratamento e Distribuição de Água de Kifangondo e ao sistema de Candelabro para constatar o andamento dos trabalhos.

"Vimos o sistema todo desde a captação, tratamento, transportação e as obras das fases um, dois e três que vão melhorar o abastecimento de água não só ao município de Cacucaco, como também a grande parte de Luanda", disse Augusto José. Sublinhou que, quando as obras estiverem concluídas, particularmente, a população de Cacucaco e a da comuna da Funda vão beneficiar do precioso líquido em quantidade satisfatória.

7.8 Garimpo de água preocupa

Jornal Manchete

14 De Março de 2019

Texto: Mário Cassanda

O fenómeno do garimpo de água a nível do município de Cacuaco também foi outro assunto debatido durante o encontro de auscultação aos moradores do referido distrito. De acordo com o administrador Francisco Tchípilica, esta prática ilícita está a tomar contornos alarmantes nos últimos tempos, o que não deixa de preocupar as autoridades.

"Os garimpeiros agora passaram a utilizam métodos mais sofisticados, o que torna difícil o combate desta prática. Os mesmos desactivaram chafarizes e deixaram muitos bairros sem água", referiu, salientando que foram deixadas orientações neste encontro, no sentido de "trabalharmos permanentemente com a polícia e os bairros já estão devidamente identificados".

Francisco Tchípilica garantiu a recuperação destes bens público dentro em breve, adiantando que recentemente a polícia deteve seis indivíduos que se dedicavam ao garimpo no bairro 11 de Novembro e os mesmos já estão a contas com a justiça.

Me

7.9 Moradores da Vidrul consideram exorbitante valor do contrato de água da EPAL

Jornal Manchete

14 De Março de 2019

Texto: Mário Cassanda

Os moradores do bairro da Vidrul, no distrito urbano de Cacuaco, município com o mesmo nome, queixam-se do valor exorbitante (40 mil kwanzas) estabelecido para celebração de contrato de água potável pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL).

A queixa foi apresentada pelos mesmos num encontro de auscultação realizado recentemente pela administração do distrito urbano de Cacuaco, em que participaram igualmente moradores dos bairros Waku, 11 de Novembro, dos Anjos e Candaria, cujo tema de abordagem foi a problemática do fornecimento de água a nível da circunscrição. Os moradores apontaram principalmente a questão da deficiência do fornecimento de água nos seus bairros. Segundo disseram, apesar de beneficiarem do

projecto "Água para todos", mas o fornecimento é feito de forma muito restringido.

Esta situação tem criado sérios constrangimentos às suas vidas, uma vez que continuam a percorrer longas distâncias para comprarem a água, que na maioria das vezes, só é possível aos tanques das casas.

Em alguns bairros, tal como fizeram saber os reclamantes durante o encontro, a banheiro de 25 litro é vendida a 100 kwanzas, e o bidon de 20 litros, 50 kwanzas. Há quem disse mesmo gastar diariamente entre 200 a 500 kwanzas na aquisição do precioso líquido para o consumo. Entretanto, em relação as queixas dos moradores do bairro da Vidrul sobre o valor de 40 mil kwanzas para o contrato de água, os mesmos informaram na reunião que durante muitos anos sempre beneficiaram da água dos chafarizes que haviam sido colocados por um fundo social na zona. Mas com a instalação de torneiras nas suas casas pela EPAL, os chafarizes onde compravam o líquido por apenas a 30 kwanzas, foram cortados alegadamente porque já não havia necessidade dos mesmos continuarem a funcionar.

E assim, no ano passado, os moradores foram convocados pela EPAL a fim de sensibilizar-lhes a fazerem o contrato de água da rede pública a uma das agências mais próxima das suas casas. Mas ficaram surpreendidos quando lhes disseram que o preço do contrato era 40 mil kwanzas e quem não fizer no prazo de três meses ser-lhe-á cortado o fornecimento.

Muitos moradores mostram-se preocupados, porque há famílias que não possuem essa quantia, dadas dificuldades financeira.

O mais caricato é que os fontenários há muito se encontram paralisados. "Tudo indica que ouve intenção de má fé por parte da EPAL, pois não havia necessidade de se acabar com o funcionamento dos chafarizes", lamentou para os responsáveis da reunião um morador, por sinal, coordenador da zona do Aviário, no bairro da Vidrul. No final do encontro, o administrador do distrito urbano de Cacuaco Francisco Tchípilica, disse que o encontro com os moradores foi proveitoso, tendo sublinhado que a sua administração se compromete em fazer, nos próximos dias, um levantamento geral para saber daquilo que são as preocupações mais afligem os habitantes da circunscrição que dirige.

7.10 Bairros de Luanda sem água

Jornal de Angola

16 De Março de 2019

Os distritos urbanos da Maianga, Alvalade, Mártires de Kifangondo, Prenda, Cassenda, Samba, Cidade Alta, parte da Ingombota e do Morro Bento ficarão sob restrição de abastecimento de água por um período de quatro dias, a partir de segunda-feira (18), informa, em comunicado de imprensa, a Empresa Pública de Águas (EPAL). No documento enviado, a EPAL diz que as restrições se devem a trabalhos de limpeza e manutenção no reservatório do Centro de Distribuição (CD) da Maianga, no âmbito de um plano para garantir a qualidade da água.

A Epal realça que a actividade conta com a colaboração da Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda e agradece a compreensão dos clientes pelos transtornos causados.

7.11 Localidades sem escolas nem sistema de captação, tratamento e distribuição de água

Jornal de Angola

19 De Março de 2019

No Gombe não funciona estabelecimento escolar algum. Centenas de alunos, matriculados da iniciação à 9ª classe, estudam ao ar livre, debaixo de árvores. Por falta de escolas, os que terminam o I Ciclo são obrigados a percorrer cerca de 24 quilómetros de distância a pé, para frequentarem o II Ciclo do Ensino Secundário, no Muxaluando, na sede municipal de Nambuanguo. Até final do ano passado, o sector da Educação era assegurado por 61 professores. Fruto do último Concurso Público realizado no país, a comuna ganhou 23 docentes.

"Os alunos estudam em salas provisórias. Nunca beneficiámos de escolas de raiz", disse o soba de Banza São Paulo.

Miguel Mujinga afirma, por outro lado, que muitas famílias optam pelo tratamento tradicional, por falta de dinheiro para se deslocarem à sede municipal de Nambuanguo, em busca de melhores serviços de assistência médica e medicamentosa.

No Gombe também não há ambulâncias. Os doentes em estado grave são transportados em motorizadas até Muxaluando. "Os mototaxistas cobram muito caro. Três mil e quinhentos Kwanzas é um valor muito alto para as famílias residentes nesta região da província do Bengo", concluiu o soba. No domínio

da Saúde, a comuna conta com um centro e três postos de saúde, que funcionam aos soluços, por insuficiência de enfermeiros, que são apenas 13. O administrador do Gombe, Gaspar Correia, disse que a necessidade é de pelo menos mais 24 técnicos de enfermagem e dois médicos.

Apesar das dificuldades, prosseguiu o administrador, o centro e postos de saúde recebem, regularmente, medicamentos. A malária, doenças diarreicas, respiratórias agudas e a doença do sono são as patologias mais frequentes na região.

Quanto à agricultura, Gombe controla três cooperativas agrícolas e duas associações de camponeses, que carecem de apoios em instrumentos de trabalho e micro-crocréditos para aumentar os níveis de produção.

"Queremos também ver melhoradas as nossas vias de acesso. A população é essencialmente camponesa. Produz grandes quantidades de alimentos, como a banana, mandioca, feijão e inhame, que chegam a apodrecer devido às dificuldades de escoamento para os grandes centros de comercialização", disse.

Energia e água

Gombe nunca teve energia eléctrica. A comuna beneficiou há cinco anos da instalação de um grupo gerador de 150 KVA, mas a empresa contratada para efectuar as ligações domiciliárias e colocar os postos de iluminação pública revela-se incapaz de realizar o sonho dos habitantes locais, segundo os populares.

"Para a instalação da energia eléctrica foram cadastradas 45 residências, incluindo o centro de saúde e estabelecimentos comerciais. Mas, até agora, continuamos a aguardar o pronunciamento da empresa contratada", acrescenta o administrador.

O sistema de captação, tratamento e distribuição de água já não funciona há alguns anos. O problema é simples. A motobomba avariada deve ser substituída por uma nova, para que a água captada do rio Wembia seja distribuída, a partir do reservatório para os bairros e aldeias do Gombe. Na localidade, o sinal da rede de telefonia móvel também não chega em condições, devido à escassez de antenas instaladas no município de Nambuanguo.

Em 2014, depois do último Censo realizado em Angola, Nambuanguo tinha 61.024 habitantes, distribuídos pelas comunas de Cage, Canacassala, Gombe, Muxaluando (sede), Quicunzo, Quixico e IaIa. Essa região da província do Bengo é limitada, a Norte, pelo município de Ambuíla, a Este, pelo Quitexe, a sul, pelo município dos Dembos e a Oeste pelos municípios de Ambriz e Dande.

7.12 Novas centrais reforçam o abastecimento de água

Jornal de Angola

20 De Março de 2019

Três centrais de captação, tratamento e distribuição de água vão ser inauguradas nos dias 21, 22 e 23 deste mês, nos municípios de Nharêa, Cunhinga e Cuemba, na província do Bié, para beneficiar 74.957 habitantes.

O sistema de Nharêa, que vai beneficiar 29.601 habitantes, possui uma capacidade de 210 metros cúbicos/hora. O de Cunhinga tem capacidade de 150 metros cúbicos/hora e vai atender 19.239 habitantes, enquanto o de Cuemba atende 26.117 habitantes e, possui uma capacidade de 180 metros cúbicos/hora.

De acordo com uma nota do Ministério da Energia e Águas, a que a Angop teve acesso, na segunda-feira, as inaugurações estão enquadradas nas celebrações do Dia Mundial da Água, que se assinala na sexta - feira, cujo acto central a nível do país vai ter lugar na província do Bié.

O Dia Mundial da Água é comemorado desde 1993, data sugerida em 1992 na conferência das Nações Unidas, com o Objectivo de promover a consciencialização sobre a relevância da água para a sobrevivência humana e de outros seres vivos, bem como recordar a importância do uso sustentável desse recurso.

À propósito dos objectivos propostos, pela resolução da ONU, sobre o uso sustentável desse recurso, o programa do Governo angolano para 2017- 2022 prevê a conclusão de projectos estruturantes de captação e distribuição de água, construção e reabilitação de barragens com elevada capacidade de armazenamento, que permitam regularizar os caudais afluentes para satisfazer múltiplos utilizadores.

O programa contempla, também, a construção de mini-hídricas para facilitar o acesso aos recursos hídricos, às indústrias e produtores agrícolas, para continuar a implementar o Programa de Água para Todos e de outros projectos.

Construir e apetrechar infra-estruturas de monitorização, quantidade e qualidade de recursos hídricos, bem como conceber esquemas de transferência de água 'de bacias com maior disponibilidade para bacias com acentuado défice de água, face às necessidades actuais e futuras, nomeadamente na zona litoral, constam de entre os projectos que prevêem, também, ampliar, reforçar e construir sistemas de abastecimento de água e

saneamento, com particular enfoque nas capitais de províncias, nas sedes municipais e nas novas centralidades.

Segundo anota, está previsto o aumento da qualidade de gestão, exploração e manutenção dos sistemas hídricos, incluindo a segurança de barragens' bem como a promoção e gestão das perdas nos sistemas de adução, transporte e distribuição de água potável.

Reforçar a protecção do território contra eventos extremos e erosão, através da implementação de sistemas de alerta de cheias, é outro dos objectivos do programa, que prevê também a realização de investigação aplicada no domínio hídrico e as suas inter-relações com os vários sectores socioeconómicos.

7.13 Cunene tem projectos para combater a seca

Jornal de Angola

22 De Março de 2019

O Ministério da Energia e Águas, através do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos (INRH), está a trabalhar na elaboração de três projectos, com destaque para dois de barragens, com vista a combater a seca que afecta a Região Sul do país, sobretudo a província do Cunene.

Os projectos de combate à seca poderão estender-se também às províncias do Namibe e do Cuanza-Sul (localidade de Porto Amboim), mas a prioridade recai para o Cunene, região onde a situação é mais crítica, segundo o director - geral do INRH, Manuel Quintino, entrevistado quarta - feira, pela Angop, a propósito do Dia Mundial da Água, que hoje se assinala.

Os projectos no Cunene, acrescentou, vão contemplar a construção de duas barragens hidroagrícolas, sendo a primeira na zona do Ndue e a segunda na localidade de Calucue, para reservar água para a população, o gado e a agricultura. Segundo Manuel Quintino, os estudos de viabilidade técnica ambiental dos projectos começaram em meados de 2015 e terminaram em Dezembro de 2018. Dada a envergadura dos empreendimentos a construir, o período mínimo de execução será de 40 meses para a sua conclusão, acrescentou.

Em Janeiro último, uma equipa técnica, acompanhada por empresas internacionais, visitou os locais, no Cunene e na província do Namibe, para implementar certas soluções de combate à seca e,

também, no Cuanza-Sul, na região do Porto Amboim.

Além das barragens, há um outro projecto de retirada de água do rio Cunene, na secção de Cafu, para o abastecimento à zona das Oshanas, fundamentalmente para as localidades de Namacunde e Cumato.

Manuel Quintino disse tratar - se de soluções técnicas de engenharia que passarão pela transferência de caudais, com a retirada de água em zonas com alguma abundância para zonas com grandes défices.

Segundo o responsável do INRH, a solução do problema da seca no Cunene e noutras regiões do país passa por construir barragens, acumular água e fazer a recarga do lençol freático, para que, na eventualidade de surgirem problemas de seca, se recorra ao lençol freático e retirar a água subterrânea para suprir as necessidades.

Apesar de o país dispor de 47 bacias hidrográficas principais e 30 secundárias, Manuel Quintino explicou que falar de abundância de água no país é relativo, por haver muita água na Região Norte do país onde chove bastante, mas grande escassez na parte Sul.

O grande problema, segundo o director do INRH, não reside na falta de água, mas na falta de investimentos para captação, tratamento e distribuição nos grandes centros habitacionais, para que as populações tenham acesso à água, para suas necessidades e para os centros industriais.

Manuel Quintino entende ser necessário aumentar os investimentos no sub-sector das águas, para que as indústrias consigam ter água a custos baixos e laborar de forma normal, sem percalços, em termos de abastecimento de água.

7.14 Projectos de água para abastecer mais de 2 milhões em todo o país

Jornal de Angola

22 De Março de 2019

Texto: Ana Paulo

O Ministério da Energia e Águas temem execução vários projectos de construção de novos sistemas de água nas capitais das províncias de Cabinda, Malanje, Huambo, Bié e sedes municipais, para expandir a oferta de água para 2,5 milhões de habitantes, anunciou o director Nacional das Águas, Lucrecio Costa.

Dos projectos em execução Lucrecio Costa, que falava à Angop, destacou também o de aumento de produção e distribuição de água em Mbanza Kongo, no âmbito da Linha de Crédito da China. Estão igualmente em curso e em fase de conclusão 28 obras de natureza similar em sedes municipais.

Lembrou que nos últimos anos foram construídos novos sistemas de abastecimento das sedes das províncias do Bengo, Cuanza-Sul, Namibe, Cunene, Cuando Cubango, Moxico e Huíla.

Com os projectos financiados pelo Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, têm sido desenvolvidas acções que visam à expansão do abastecimento de água, e o apoio à criação e implementação das empresas gestoras de água e saneamento abrangendo um total de aproximadamente um milhão de pessoas.

Bié

Os habitantes de Nharea, Cunhinga e Cuemba, na província do Bié, passam a beneficiar de um sistema de abastecimento de água potável melhorado, a ser inaugurado hoje, no âmbito do Dia Mundial da Água.

A Estação de Tratamento de Água de Nharea dispõe de uma capacidade horária de 210 m³ e vai atender 29.601 habitantes, Cunhinga com um volume horário de 150 m³, vai servir 19.239 habitantes, enquanto a do Cuemba vai bombear um volume horário de 180 m³, para atender 26.117.

A inauguração dos três empreendimentos enquadra-se no Programa de Investimentos Públicos. O Ministério da Energia e Águas informa que está a trabalhar para eliminar as insuficiências relacionadas com o fornecimento de água potável nas zonas rurais e de menor densidade populacional, implementando projectos de captação, tratamento e distribuição de água, como complemento do programa "Água para Todos".

Luanda

Para Luanda, o sector das Águas perspectiva a construção de dois novos sistemas, nomeadamente do Quilonga e Bitá, que vão representar um ganho significativo para a capital, pois vão reduzir o défice que se regista actualmente no fornecimento do líquido.

O programa do Executivo, para o quadriénio 2018-2022, reflecte os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável adoptados pelas Nações Unidas, que se refere ao sector das águas e saneamento.

Neste quesito, o departamento governamental diz estar a concluir os projectos estruturantes de captação e distribuição de água, bem como a construir e a reabilitar barragens com elevada capacidade de armazenamento, que vão permitir regularizar os caudais afluentes, para satisfazer múltiplos utilizadores em particular a produção de energia eléctrica.

Construir e apetrechar infra-estruturas de verificação da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, a conceber esquemas de transferência de água das bacias, são outras tarefas a cumprir pelo Ministério.

7.15 Torneiras secaram no município de Cacuo

Jornal de Angola

22 De Março de 2019

Texto: Augusto Panço, Avelino Umba, e Alexa Sonhi

A vila de Cacuo está há três semanas sem água corrente, uma situação que está a complicar a vida dos populares residentes, que são obrigados a recorrer aos reservatórios de vizinhos para adquirir o precioso líquido ao preço de 50 kwanzas por cada bidão de 25 litros.

A população está agastada com a situação, porque, para dar solução a esse problema, recorrem a alguns jovens que acarretam o líquido, pagando outros cinquenta kwanzas por cada vasilha de 25 litros.

Noutros casos, as próprias senhoras vão até à fonte em busca de água, limitando-se apenas a pagar o valor correspondente ao preço do bidão ao proprietário do tanque ou da torneira que jorra água corrente.

Madalena Vieira Dias, trabalha no mercado municipal, lamenta a prolongada seca que se vive na vila de Cacuo, pois, já lá vão três semanas sem água corrente, e diz ser muito fastidiosa a tarefa de acarretar água distância.

"É muito trabalho. Estamos a passar muito mal desde que a água foi. Já lá vão três semanas e não sabemos quando é que a situação volta à normalidade. É complicado, porque temos que ir acarretar água ali em cima com bidões", disse.

Laurinda Augusto, moradora no bairro da Cal, suplicou à EPAL que resolva a situação o mais rápido possível. Vladimir Henda, porta-voz da EPAL, disse ao Jornal de Angola que a falta de água na vila de Cacuo deve-se a uma ruptura na conduta de 250

mm, que passa pela Nova Urbanização, cujos trabalhos de reparação da avaria já começaram.

Rupturas constantes

Mais de 700 moradores da Nova Urbanização, em Cacuo, estão sem água, há mais de um mês, devido às constantes rupturas nas tubagens da rede.

A maior ruptura, na conduta principal da rede de distribuição de água para a Nova Urbanização, está localizada junto ao Largo das Escolas, ou seja, na Escola Politécnica.

O Jornal de Angola esteve no local e constatou o facto, onde quantidades enormes de água para o consumo humano são desperdiçadas todos os dias, num local onde as crianças e adolescentes da zona fazem de piscina.

De acordo com Manuel Fernandes, coordenador daquela circunscrição, a referida ruptura existe, há mais de um ano. "A ruptura existe pelo facto de não se conseguir descobrir a válvula desta linha, que possa permitir o fecho de água para a reparação da avaria.

A EPAL tem consciência de que há perdas de água por causa das rupturas. Esta situação devia ser resolvida rapidamente, porque são fáceis de resolver para o bem comercial, onde as receitas seriam úteis para ajudar a combater as perdas reais.

Seca nos Mulenvos

Apesar de a Estação de Tratamento e Distribuição de Água dos Mulenvos estar localizada nos Mulenvos de Cima, a falta do precioso líquido é uma constante e, durante esse ano, contam-se as vezes que o mesmo jorrou das torneiras, o que tem provocado uma procura sem precedentes, situação que tem sido aproveitada pelos utentes de camiões cisternas e os "kupapatas de três rodas" a elevar o preço do produto.

Se antes, a água jorrava à fartura nos Mulenvos de Cima, hoje, a história é de seca das torneiras, o que tem agudizado o sofrimento dos moradores daquela zona do Quilómetro 14, afecta ao município de Viana. A falta de água também constitui uma dor-de-cabeça para os moradores dos Mulenvos de Baixo. Não obstante os vários apelos feitos à EPAL no sentido de reverter o quadro, a situação mantém-se inalterável.

Luís Vicente, administrador do Distrito dos Mulenvos, disse que a EPAL foi várias vezes contactada para o esclarecimento da situação e alega que "a empresa não tem ainda capacidade para

distribuir água para todos." Sendo assim, foram colocados chafarizes em alguns pontos do Distrito, onde a população acorre todos os dias em busca de água ao preço de 10 kwanzas o bidão.

7.16 Energia e Água descentraliza gestão das bacias hidrográficas

Jornal de Angola

23 De Março de 2019

Texto: Rodrigues Cambaia

O Ministério da Energia e Água vai criar, em breve, a semelhança da bacia hidrográfica do Cunene-Cubango e Cuvelai, gabinetes de administração para as bacias do Kwanza, Catumbela- Caporola e Cavaco, Bengo-Dande, Zambeze e Cabinda, com o intuito de descentralizar a gestão.

A informação foi prestada pelo chefe de Departamento de Planeamento de Recursos Hídricos e Hidrologia do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, quando dissertava numa palestra sobre "Estratégia Nacional para as Regiões Hidrográficas Angolanas", em alusão ao Dia Mundial da Água, organizada pela Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto.

Narciso Ambrósio reiterou que o objectivo é fazer com que a gestão das oito bacias hidrográficas do país seja feita em unidades pequenas.

Na palestra sob o lema "Ciência e a Água", Narciso Ambrósio não avançou a data da reunião do conselho, mas explicou que a bacia de Catumbela-Caporola e Cavaco pode ser a próxima a contar com um gabinete de administração, devido aos casos recentes da hidrologia.

A palestra abordou quatro estudos ligados às águas subterrâneas e com técnicas diferenciadas. Segundo a organização, as recomendações vão ser remetidas às várias instituições. Em nome da organização do evento, o docente Gabriel Miguel afirmou que a palestra deu elementos importantes para a gestão sustentável e integrada dos recursos hídricos.

"A ciência tenta identificar os problemas que estão a ocorrer e apresentar soluções", disse, para sustentar que a Faculdade de Ciências vai contribuir para a população ter acesso à água.

Recentemente, a Faculdade de Ciência desenvolveu trabalhos científicos que ajudaram as populações da Muxima, Cabo Ledo e Icolo e Bengo a solucionar o problema do precioso líquido, tendo proposto um

modelo de construção de poços abaixo custo e com materiais locais e envolvimento dos munícipes.

Simpósio Internacional Gabriel Miguel anunciou a participação de Angola no 142 Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (Silusba), de 16 a 20 de Setembro, na cidade da Praia, Cabo Verde.

Cada país vai apresentar pesquisas sobre água e afins, bem como possíveis soluções que podem ser úteis para os outros países. Neste encontro, Cabo Verde propôs um tema ligado à seca., por ter alguma dificuldade neste sentido.

Os pesquisadores angolanos devem remeter à Comissão Científica, até ao dia 30 de Abril, os seus trabalhos, que vão passar por uma fase de análise e selecção.

7.17 Água rara

Jornal de Angola

22 De Março de 2019

Texto: Osvaldo Gonçalves

Em 2025, ou seja, dentro de seis anos, haverá na Terra 3,5 mil milhões de pessoas afectadas pela escassez de água - que o afirma é o director do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Lisandro Martin.

Na abertura do primeiro Fórum Internacional sobre a Escassez de Água na Agricultura; que termina hoje, Dia Mundial da Água, na cidade da Praia, Cabo Verde, ele apelou para uma intervenção contra a escassez de água, referindo que essa será a factura a pagar, "se nada for feito".

Estes dados podem até aparecer um contra - senso, atendendo à situação de emergência vivida em Moçambique devido aos efeitos do ciclone "Idai", que provocou uma das maiores catástrofes da história daquele país. A subida repentina dos rios, no centro do país, em particular nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Tete, onde a intempérie com ventos de 190 a 200 km/h, com chuvas de 250 mm em 24 horas arrasou quase tudo, de acordo com o Governo moçambicano e as agências internacionais.

Mais de 350 mil mortes foram já confirmadas e pelo menos 350 mil estão em situação de risco. Cerca de 500 mil pessoas ficaram sem energia e linhas de comunicação.

Em face da "situação de risco", que se vive em toda aquela região, o Presidente da República, Filipe Nyusi, decretou o estado de emergência nacional. O Chefe de Estado moçambicano fala em mais de mil mortos.

As imagens captadas e difundidas em todo o mundo são ilucidadas quanto à tragédia que aí se vive.

O Fundo das Nações Unidas Internacional de Emergência para a Infância (UNICEF) alerta para a situação de cerca de 260 mil crianças, que perderam praticamente tudo e precisam de apoio humanitário.

O Programa de Alimentação Mundial (PAM) pede cerca de 35 milhões de euros para ajudar o país, numa primeira fase.

A ONU anunciou já a disponibilização de 20 milhões de dólares para apoiar as vítimas do ciclone "Idai" em Moçambique, no Zimbábue e Malawi.

A maior parte da verba proveniente do Fundo Central de Resposta a Emergências (CERF) destina-se a "impulsionar a resposta imediata às populações em Moçambique, o país mais atingido", segundo a página oficial do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU.

O Conselho de Ministros de Moçambique, que além do estado de emergência nacional e de luto nacional de três dias, estima que mais de 100 mil pessoas precisam de ajuda imediata. Diante de catástrofes naturais como esta, para a qual várias organizações e países se dispuseram a acudir, não faltará quem, revelando a mais absoluta confusão entre tempo e clima, fale em "ideologias marxistas" e "alarmismo climático", quando em discussão está o aquecimento global.

O certo é que já estamos a pagar pelo mal que fizemos ao longo de todos estes anos. Lisandro Martin frisa que "a maior parte dos países africanos está exposta à escassez de água. "África tem 37% dos terrenos áridos do Mundo", disse.

Não há tempo a perder nesta matéria, bem ilustrada em alguns números que apresentou: 1,2 mil milhões de pessoas são afectadas pela falta de água. "Há uma necessidade de investir em recursos hídricos, porque os alimentos precisam de água". Da água potável, 70% é utilizada na agricultura. No estilo, Bonga cantou "Água Rara". Cada um que entenda que entenda como quiser...

7.18 Milhares de ligações a empresas e moradias

Jornal de Angola

23 De Março de 2019

Texto: Carlos Bastos

Pelo menos, 7.524 ligações de abastecimento de água foram feitas a empresas e moradias na cidade do Sumbe, província do Cuanza-Sul, pela Direcção Provincial das Águas, desde 2013 até ao mês de Janeiro do ano em curso.

Segundo o director comercial da Empresa Provincial de Águas, Edilson Rita, registaram-se melhorias em vários bairros periféricos cidade do Sumbe, entre os quais Chingo, Salinas, Pedra e na zona do estaleiro, em termos de abastecimento.

Edilson Rita disse que foram construídos 225 chafarizes, uma estação de tratamento de água, cinco centros de distribuição, 120 quilómetros de rede, beneficiando 160.246 habitantes.

Reconheceu que ainda existem algumas zonas do Sumbe que necessitam de maior investimento, das quais se destacam os bairros do Atuco do Estaleiro e Canjala dois. O director comercial da Empresa Provincial de Águas fez saber que o processo de tratamento é bastante dispendioso para os cofres da empresa, que não depende do OGE. Sublinhou que a empresa está a trabalhar no sentido de cumprir com as suas obrigações no que toca à melhoria do abastecimento de água potável à população.

Aconselhou a população a pagar com regularidade o, consumo de água, para que a empresa possa executar outros projectos.

7.19 Executivo prioriza projectos sobre o uso racional da água

Jornal de Angola

23 De Março de 2019

O Presidente da República, João Lourenço, afirma que o Executivo vai dedicar maior prioridade aos projectos que visam aumentar o acesso e melhorar os serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, de forma ambiental e economicamente sustentável.

Numa declaração por ocasião do Dia Mundial da Água, assinalado ontem, o Titular do Poder Executivo sublinha que esta prioridade vai ser dada, não obstante o esforço que já está a ser feito para a conclusão de importantes projectos de construção de novos sistemas de captação e tratamento de água, quer no meio rural, quer urbano.

O Chefe de Estado revela que, embora o país disponha de abundantes recursos hídricos, em média, apenas 52 por cento da população têm acesso à água potável. Segundo João Lourenço, este cenário coloca ao Governo e a todas as forças vivas da Nação importantes desafios no sentido de mais rapidamente se avançar para a universalização do acesso a esse precioso bem, cumprindo o objectivo nº 6 dos Desafios de Desenvolvimento do Milénio, que perspectiva “garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos até 2030.”

O Presidente lembra que a região sul do país, e em particular a província do Cunene, enfrenta uma difícil situação do ponto de vista de acesso à água pelas suas populações, em virtude da prolongada seca que se regista nessa parte do país.

Para mitigar os efeitos que tal calamidade provoca no seio dessas populações, informa, está a ser desenvolvido um programa de emergência, que compreende a construção e reactivação de mais de 300 furos artesianos, nos seis municípios da província, bem como a distribuição de camiões-cisterna e outros equipamentos capazes de aprovisionar e distribuir água potável nas localidades mais afectadas.

Ainda no quadro do programa de combate aos efeitos da seca, acrescenta, o Executivo prepara igualmente um importante conjunto de obras de aprovisionamento e adução de água, cuja construção deverá ter início proximamente e que constituirão soluções definitivas para garantir água para a população e gado de regiões do Cunene mais densamente povoadas.

Embora o Dia Mundial da Água seja comemorado no dia 22 de Março, o Presidente da República disse que nos outros 364 dias do ano devem ser adoptadas atitudes que concorram para a preservação e poupança deste recurso natural.

Para isso, diz, o Executivo, as organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil, continuarão a trabalhar na educação cívica dos cidadãos para a importância de não depositar lixo nos rios e lagos, economizar água nas actividades

quotidianas e denunciar a destruição das condutas de água, chafarizes e outros equipamentos essenciais.

“O meu apelo vai no sentido de mobilizarmos toda a sociedade para que a disponibilidade de água e o acesso à mesma sejam não só uma garantia de vida saudável para a geração presente, mas também uma herança para as gerações futuras”, conclui a declaração do Titular do Poder Executivo.

O 22 de Março foi instituído Dia Mundial da Água pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos 22 de Fevereiro de 1992, com o objectivo principal de criar um momento de reflexão, análise, consciencialização e elaboração de medidas práticas para resolver o problema de carência deste líquido.

Embora dois terços do Planeta Terra estejam cobertos por este precioso líquido, apenas cerca de 0,008 por cento do total da água do planeta é potável. Grande parte das fontes desta água (rios, lagos e represas) está a ser contaminada, poluída e degradada pela acção predatória do homem. O Presidente da República sublinha que esta situação é preocupante, pois poderá faltar água num futuro próximo, para o consumo de grande parte da população mundial.

7.20 Água Santa agora é “santuário” de lixo

Jornal de Angola

24 De Março de 2019

Texto: Fernando Neto

A situação contrasta com a beleza paisagística do local. Considerado "sagrado" devido à pureza da sua água, a Santa engloba o conjunto de 12 fontes monumentais de Mbanza Kongo. O estado de abandono a que aludimos acima tem a haver com as condições higiénicas precárias, resultantes do acúmulo de lixo. É um verdadeiro atentado à saúde pública.

Outro problema é o estado lastimável da via de acesso ao local. A situação já se arrasta há vários anos e é de tal modo grave que o acesso de viaturas é impossível. Uma intervenção de realce aconteceu em 2009, quando o Governo provincial realizou trabalhos de terraplanagem. De lá para cá o que era uma rua tomou-se um caminho "serpenteado" coberto de capim. O caminho sofreu várias erosões causadas pelas águas pluviais, tornando-se perigoso ir ao local no tempo chuvoso.

Isso, naturalmente, dificulta a vida dos habitantes que têm na fonte a "tábua de salvação" para a aquisição de água potável. Dai que apesar do acesso precário as

pessoas vão à fonte com os seus baldes à cabeça. No tempo chuvoso já chegou a haver mortes e ferimentos e a população tem feito apelos às autoridades da província para dar solução ao problema.

No período colonial, na década de 1960, foi construído no local uma central de captação que assegurava o bombeamento de água à cidade. Mas o município de Mbanza Kongo registou um crescimento demográfico acentuado, que inviabilizou a continuidade do projecto.

O local está subaproveitado. Do antigo conjunto de equipamentos de captação da água restam apenas uns quantos fragmentos metálicos e escombros da estrutura. A administração municipal construiu, na fonte, uma cabine de lavagem de roupa, para facilitar a vida às senhoras que vão ao local desenvolver tal tarefa.

O regedor do Bairro Cazanga, António Matumona Vanza, está esperançoso que a Administração Municipal vá colocar "um dia destes" contentores para facilitar o depósito e a recolha do lixo. "Levamos também ao comando municipal da Polícia Nacional a preocupação sobre a segurança das populações que diariamente acorrem à fonte da Santa, devido aos jovens que fazem uso de liamba no local, ameaçando as senhoras", disse.

Segundo o regedor do Bairro Cazanga, a população adquire também a água noutras fontes de menor dimensão como são os casos do Massangalavua e Ntuassafu. Mas a fonte Santa, devido ao seu caudal, é mesmo a mais concorrida. "Neste momento temos muitas dificuldades' porquanto a população dos bairros Cazanga, Álvaro Buta e parte do Martins Kidito dependem da água da Santa, situação que embaraça a higiene do local", explicou o regedor António Matumona, visivelmente agastado com o problema.

António Matumona Vanza tem perfeita consciência da importância vital da água. Ele defende os maiores cuidados para evitar a contaminação da água por micróbios que podem perigar a saúde dos habitantes. O ancião recorda, com muita tristeza, que no passado, ao contrário de hoje, era mais fácil moralizar a sociedade para a realização de campanhas de limpeza e manutenção da higiene dos locais de interesse comum.

"Recebemos promessas das autoridades administrativas a dizer que a fonte da Santa, assim como a via de acesso, seriam reabilitadas. Até agora tudo está em projecto, sob a alegação da falta 'de verbas", disse o regedor da Cazanga, localidade que

conta actualmente com uma população estimada em 15.616 habitantes.

7.21 Kilamba e KK 5000 com restrições de água

Jornal de Angola
26 De Março de 2019

Quarteirões da cidade do Kilamba e da urbanização KK5.000, município de Belas, em Luanda, podem receber água potável com restrições porque as estações de bombagem do Bita e de tratamento do Kilamba estão a trabalhar com grupos de bombagem reduzidos.

Num comunicado, enviado ontem ao Jornal de Angola, a Empresa Pública de Águas (EPAL) informa que, na origem da redução do funcionamento dos grupos de bombagem, está um corte de energia ocorrido domingo na Estação de Bombagem do Bita.

O corte registou-se numa altura em que estavam a decorrer trabalhos de abertura de uma linha de média tensão para alimentar a Estação de Bombagem do Bita.

No documento, a Empresa Pública de Águas de Luanda não indica um prazo para a normalização do abastecimento de água potável àquelas urbanizações do município de Belas, mas se compromete em repor o normal fornecimento o mais breve possível. A empresa pública pede com preensão aos seus clientes pelos transtornos causados, lê-se no comunicado.

7.22 Habitantes do Sango têm mais água potável

Jornal de Angola
27 De Março de 2019
Texto: Pedro Suculate

Duzentas e quinze famílias da aldeia de Sango, na comuna de Massabi, município de Cacongo, em Cabinda, passam a beneficiar de água potável, captada a partir de um sistema alimentado por furo artesiano.

O sistema é fruto de um financiamento da Chevron e Associadas do Bloco 0, orçado em 250 mil dólares.

O secretário da coordenação da aldeia do Sango, André Muindo, manifestou-se satisfeito com a inauguração do sistema de água, pois, como enfatizou, há 64 anos que os aldeões daquela localidade dependiam de rios e cacimbas e nem sequer beneficiavam de qualquer projecto social.

“Esperamos que depois desse projecto venham outros, com destaque para os da saúde, educação e transporte, no intuito de proporcionar melhor qualidade de vida à população da nossa aldeia, para que, com a beleza da lagoa de Massabi, façam dela uma autêntica zona turística”.

O director de operações e projectos da Chevron, Bernardo Domingos, disse que o sistema de água entregue à população é uma clara demonstração do compromisso social que a multinacional tem para com as comunidades das áreas onde trabalha e o respeito pela parceria com Governo da província de Cabinda.

O vice-governador para a Área Técnica, Joaquim Malichi, disse que a problemática de acesso da população à água tratada “constitui uma luta permanente do Executivo”, por ser, segundo reforçou o governante, dos pressupostos fundamentais para a melhoria do bem-estar e da redução de transmissão de doenças.

7.23 Em Malanje falta de dinheiro e equipamentos dificultam recolha de lixo

Jornal Hora H

29 De Março de 2019

Texto: Mukwá Kilunji

A falta de equipamentos e recursos financeiros está, sobremaneira, a dificultar a recolha de resíduos sólidos no centro e nos bairros periféricos da cidade de Malanje, provocando o acúmulo de lixo pelas artérias do casco urbano

Por ocasião do 87º aniversário da cidade de Malanje, comemorado a 13 do corrente mês, o Jornal Hora H constatou in loco, inúmeras anomalias relativamente ao saneamento, como também de infra-estrutura que a cidade padece.

João de Assunção, administrador municipal de Malanje, referiu que esta situação da " não recolha do lixo se regista há mais de um ano, e está também a condicionar o bom aspecto das ruas da cidade."

Justificando, no entanto que, por enquanto a área técnica da referida administração, conta apenas com um camião basculante e uma pá carregadora. Sendo que, como explicou, estes meios são bastantes ínfimos para dar resposta a todos problemas referentes a recolha de lixo de que a velha cidade padece.

Outra preocupação, e acordo com o responsável, está no mau estado das vias de acesso que ligam aos bairros periféricos e a deposição de lixo em locais impróprios por parte dos moradores.

Mas, este jornal apurou através de alguma perícia realizada na ocasião das festividades, chegando a conclusão que não há contentores ou um outro recipiente disponibilizado pela administração daquele município, de modos a facilitar o depósito dos resíduos sólidos por parte dos moradores.

Por esta razão, não tendo alternativa, os elementos dessas comunidades encontram como solução o ar livre para deixar o lixo. A isso, as autoridades administrativas, chamam de "depositar o lixo em lugares impróprios."

Porém, o meio ambiente malanjino tem sofrido em certa parte, por estas dificuldades identificadas quanto a recolha de lixo.

Relativamente às festas da cidade, onde organizaram-se palestras, feira dos agricultores, maratonas e outros atractivos, de modos a comemorar a data, porém, o ambiente ficou marcado pelo desânimo por parte da população, justamente pelo facto da não comparência dos músicos de cartaz tão esperados pelo povo malanjino.

São eles, W. King, Abiude, Matias Damásio, Baló Janeiro, dentre outros nomes sonantes do musical angolano, tidos como os principais rostos de cartaz, mas, por razão não apurada, não e fizeram presentes no encerramento das festividade da cidade de Malanje.

O que gerou uma certa revolta por parte dos Ias, sobretudo aqueles que deslocaram-se dos bairros longínquos por formas a ver de perto o seu ídolo, mas, acabaram frustrados pela desfeita dos mesmos.

Entretanto, muita polémica girou em tomo, uma vez que a organização não emitia alguma informação oficial quanto a ausência dos músicos. Muitos concluíram que tratou-se apenas duma propaganda enganosa, por normas a povoarem o recinto.

Verdade ou não, este semanário envidará algum esforço, de modos a trazer à ribalta o que está por detrás da não comparências dos referidos cantores.

Malanje, cujo a capital recebe o mesmo nome, foi elevada à categoria de cidade a 13 de Fevereiro de 1932, pelo primeiro governador de então distrito, Veríssimo Sarmento, através de Diploma Legislativo número 313, do regime Português. Com duas comunas integradas, dentre elas, Cambaxe e Ngola

Luije, o município de Malanje (município sede) tem uma população estimada em 569 mil e 474 habitantes.

7.24 Cabala quem te viu e quem tê vê

Jornal 24 Horas

29 De Março de 2019

Os moradores da povoação Baixa Grande, comuna da Cabala, distrito urbano de Catete, sentem diariamente as consequências da falta de água potável na área em que vivem, uma realidade extensiva as outras povoações, como Massesso e Ana Paixão, do município de Icolo e Bengo, província de Luanda.

Os nativos daquele bairro enumeram um grande rol de problemas sociais que os habitantes vivem, mas destacaram a falta de água potável como o maior e, devido à ocorrência de doenças resultantes do consumo de água imprópria, os transtornos de João Sousa representa o quotidiano dos habitantes de várias localidades do município de Icolo e Bengo, alguns dos quais, por falta de água potável, percorrem longas distâncias até chegarem ao rio em busca de água para beber, cozinhar e fazer a higiene pessoal.

Algumas pessoas, segundo João Sousa, chegam a percorrer mais de 15 quilómetros em busca do liquido precioso, ou por os chafarizes instalados nas suas comunidades não receberem água há muito tempo ou por falta deste equipamento social. "É no rio onde tomamos banho, lavamos a roupa e, ao mesmo tempo, acarretamos água para cozinhar", Francisca Abel outra moradora da mesma localidade, lamentou que a população deste bairro continuam a viver à luz de velas ou de candeiros. A vida moderna, marcada pela existência de uma rede pública de distribuição de energia eléctrica, ainda não chegou à povoação, razão pela qual suporta diariamente o barulho provocado pelo gerador de onde sai energia que alimenta a sua casa.

"Ter gerador é um luxo que não está ao alcance de muitos moradores", onde se aguarda com ansiedade a chegada do projecto que está em execução na Cabala e que já permitiu a 500 famílias terem, desde Agosto do ano passado, energia eléctrica, na sequência da instalação de quatro postos de transformação de energia.

Há falta de tudo

Os factos que entristecem e preocupam os moradores, muitas vezes o centro médico fica sem medicamentos e o posto da Polícia, instalado na Baixa Grande, funciona com apenas três agentes. O

centro médico da Cabala abre às 08h00 e fecha, na maioria das vezes, às 13h00. "Se alguém ficar doente depois das 14h00, tem de ir ao posto médico de Kaxicane, onde o serviço é mais bem prestado", disse Margarida João Manuel, que acrescentou não estar o centro de saúde a distribuir, há já algum tempo, produto para desinfectar a água. Um bidão de água é comprado a 100 kwanzas, valor que, às vezes, sobe para 150 kwanzas, quando há muita procura, lamentam os moradores.

Joana Adão, vive no chamado "projecto de casas nova" e lá também não existe distribuição de água potável. Maria João afirma não entender a razão para a falta de água potável, por viver num bairro social projectado pelo Governo e onde vivem famílias que foram retiradas das margens do rio Kwanza, áreas de risco devido à iminência sempre presente de inundações, "Até hoje nada foi feito, embora nos digam, nas reuniões com os coordenadores dos bairros, que o problema está a ser resolvido pelas administrações", lamentou Joana Adão, que, quanto ao sector da Educação, disse haver uma escola pública do ensino primário e uma participada, geri da por madres. Nas localidades com falta de água deve haver casos de desistência escolar porque crianças, algumas dos oito aos dez anos, deixam de ir à escola porque têm de ajudar os pais a acarretar água. "Há dias em que algumas crianças não vão à escola devido ao cansaço, por terem percorrido grandes distâncias com bidões cheios de água".

O sofrimento devido à procura de água já tem três anos e é resultante do desaparecimento de uma lagoa que secou, explicou, por sua vez, o jovem Plácido Francisco, para quem "as dificuldades aumentaram depois de a lagoa secar". "Precisamos também de mais policiamento nos bairros", confirmou ser real a existência de apenas três agentes no posto policial da Cabala.

Crianças fora do sistema de ensino

A escola pública número 6051, a única em funcionamento na Cabala, lecciona a primeira e segunda classes e tem apenas dois professores. A escola só tem uma sala, onde, no período da manhã, estudam 75 alunos da primeira classe e à tarde 60 da segunda classe. O número de escolas públicas vai subir para três, por estarem em construção duas, cujas obras estão paralisadas há já algum tempo, por razões que o Jornal de Angola não conseguiu apurar. O director da única escola pública, José Pompeu, disse que na Cabala ainda há muitas crianças fora do sistema de ensino. As causas do fenómeno social, na visão de José Pompeu, são várias, desde o défice de salas de aula ao fraco rendimento económico das famílias. A aprendizagem de algumas crianças fica

comprometida porque deixam, por exemplo, na época da recolha do tomate, de ir à escola porque têm de ajudar os pais, lamentou o director da escola, que disse haver casos de crianças que nunca mais voltam às aulas.

A escola não tem água potável nem casa de banho em condições. Por falta de um auxiliar de limpeza, são os alunos, professores e encarregados de educação que fazem a limpeza aos finais de semana.

Uma latrina improvisada foi construída pela comunidade na escola, uma realidade que pôs fim à defecação ao ar livre.

José Pompeu, técnico da Educação há mais de 30 anos, disse já ter formado centenas de alunos. "As crianças que hoje vêm à escola têm vontade de aprender, mas as condições não são muito favoráveis", lamentou o director da única escola pública da Cabala, que disse estar satisfeito com o nível de aproveitamento escolar.

A direcção da Educação no município de Icolo e Bengo já disponibilizou os livros para serem distribuídos, mas as crianças ainda estão sem manuais escolares, por não terem sido ainda levantados em Catete, sede do município, por falta de transporte. "Estou à espera de uma baleia para ir a busca dos materiais escolares para distribuir aos meus alunos", informou o director da escola, que confirmou haver sempre merenda escolar na Cabala. O director José Pompeu pediu às entidades de direito para darem uma maior atenção à Cabala, porque as famílias são de baixo rendimento, razão pela qual "poucas têm dinheiro para pôr os filhos na escola comparticipada". Por esta razão, acrescentou, a Cabala tem de ter mais escolas públicas para todos os níveis de ensino tutelados pelo Ministério da Educação.

Posto médico sem energia há vários meses

O posto médico da Cabala funciona com três técnicos de enfermagem e está sem energia há três meses por não ter dinheiro para o carregamento do cartão do sistema pré-pago.

A esta dificuldade junta-se a falta de um quarto de banho e de água potável, factores que contribuem para o mau funcionamento do posto médico. A chefe do posto, Maria da Piedade, que a unidade sanitária não tem auxiliar de limpeza, razão pela qual os técnicos de saúde, incluindo a responsável, é que fazem a limpeza. "Muitas vezes mando acarretar água na margem do rio", explicou Maria da Piedade. Às vezes, quando não há água no posto médico, aos doentes com febres altas é pedido que se desloquem

ao rio, para molharem o corpo, "uma recomendação que não gostaríamos de dar porque a água do rio, por ser suja, pode trazer outras complicações".

Maria da Piedade disse que o posto médico não fecha às 13h00, como foi dito por Margarida João Manuel, mas sim às 14h30, ou seja, depois de seis horas e meia de jornada laboral. O encerramento às 14h30 deve-se à falta de meios de transportes públicos na Cabala, um facto que cria transtornos à vida dos técnicos de saúde. "Fechamos mais cedo quando temos poucos pacientes ou reuniões de trabalho em Catete", explicou Maria da Piedade, que disse serem a malária e as doenças diarreicas agudas as patologias mais frequentes na Cabala. Diariamente, são atendidos em média dez doentes. O número de casos de paludismo reduziu, mas pode vir a aumentar com o aumento do nível do rio, admitiu a chefe do posto médico da Cabala.

A responsável disse não ser verdade que a população não recebe o "Bactevic", produto para desinfecção da água. "Os agentes comunitários tudo fazem para distribuir o produto, mas ainda há pessoas que preferem não fazer uso dele", garantiu Maria da Piedade, que disse não ser a primeira vez que a população diz não haver distribuição de desinfectantes de água.

Maria da Piedade lembrou que, há meses, foram distribuídos mosquiteiros, alguns dos quais transformados por algumas pessoas em redes de pesca, um "facto lamentável".

O posto médico recebeu, há dias, medicamentos para combater a malária, testes rápidos para diagnóstico da doença, testes rápidos para dengue, desparasitantes, salbutamol (utilizado para o alívio do bronco-espasmo em condições como asma e doença pulmonar obstrutiva crónica) e aspirina. Na falta de exames para a realização de testes rápidos para a malária, os doentes procuram o centro médico de Catete e de Kaxicane.

7.25 CGSILA «agita as águas» e trabalhadores anunciam paralisação

Novo Jornal

29 De Março de 2019

Texto: Dulcineia Lufua

Trabalhadores da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL-EP) começaram uma greve por tempo indeterminado nesta quinta-feira, 28, convocada pela comissão sindical de trabalhadores afecta à Central Geral de Sindicatos Independentes e

Livres de Angola (CGSILA) para reivindicar os 36 pontos constantes do caderno reivindicativo entregue há dois meses à entidade empregadora.

O primeiro secretário da comissão sindical da EPAL, António Domingos, disse ao NJ que a greve está marcada por tempo indeterminado. "Sentimos falta de interesse da parte da entidade empregadora em resolver os problemas dos trabalhadores. Foi este um dos motivos que nos levou a decretar uma greve por tempo indeterminado", deu a conhecer.

O sindicalista disse ainda que "na empresa existem funcionários que auferem salários superiores a dois milhões de kwanzas. Em contrapartida, existem trabalhadores com um salário abaixo de 60 mil kwanzas, e isso é triste", lamentou, acrescentando que "temos trabalhadores com carros de marca, casas luxuosas, seguro de saúde para todos os membros do seu agregado familiar, e enquanto isso temos operadores que são expostos a perigos e sem seguro de saúde, temos casos de trabalhadores que estão há quatro anos sem férias e a trabalhar 96 horas semanais enquanto a lei estabelece um limite de 44".

Por seu turno, o director do gabinete jurídico da EPAL, Ivan Mateus, contactado pelo NJ, explicou: "Tendo em conta que se tratavam de 36 pontos e que alguns destes levaram os membros a uma discussão de aproximadamente 24 horas, reunimos com o sindicato apelando a que se estendessem as negociações por mais tempo, mas estes negaram o pedido".

O jurista considera as reivindicações "excessivas e não razoáveis".

"Num dos pontos os trabalhadores exigem um aumento na ordem dos 200 por cento, como também o aumento do subsídio de transporte e alimentação na ordem dos 100 por cento. Neste momento a EPAL paga 22 mil kwanzas de subsídio", disse o responsável, reiterando que a entidade empregadora permanece aberta ao diálogo.

7.26 Em Luanda em fase conclusiva

Jornal Economia e Finanças
29 De Março de 2019

As 700 mil ligações feitas na província de Luanda entrarão em funcionamento logo que os dois sistemas de distribuição de água potável, nomeadamente o do Bita e do Quilonga entrarem em funcionamento, para produzirem mais de 500 mil metros cúbicos.

"As ligações de água estão numa fase conclusiva. Agora, o grande desafio é produzir mais água para

colocar nesta rede de distribuição. A rede foi estendida, mas o projecto de adução de mais água, que deveria ter outro ritmo de execução, infelizmente não acompanhou a execução das ligações e é preciso acelerarmos o passo nessa direcção", afirmou o ministro da Energia e Águas.

O governante disse que o projecto gravita que visa a distribuição de água por gravidade é de médio prazo, sendo que "não é prioritário".

A prioridade para Luanda é a construção dos dois principais sistemas (Bita e o Quilonga), justificou o ministro da Energia e Águas depois de visitar o sistema de abastecimento e distribuição de água do município do Cunhinga, na província do Bié.

7.27 EPAL engana população do Palanca

Jornal Hora H
29 De Março de 2019
Texto: António João

A Empresa Pública de Agua de Luanda, mostrou recentemente ser uma empresa pouco séria, que chega ao ponto de mentir, alegando ter feito trabalhos que nem sequer foram tocados, numa referência aos buracos feitos pela referida instituição no bairro do Palanca, em Luanda.

Depois deste semanário ter abordado o porta-voz da EPAL-EP, Vladimir Bemardo, aquando do contraditório das matérias intituladas "EPAL cava e abandona buraco em casa de moradores", bem como "Buracos abandonados podem causar mortes", esta última na edição quinze do referido órgão, Vladimir Bernardo havia afirmado que os buracos em causa já haviam sido tapado pela EPAL, e, que a equipa do Hora H, poderia deslocar-se ao terreno para aferir a veracidade da informação.

Estes pronunciamentos fizeram com que a equipa deste semanário, se deslocasse ao local em causa, mas posta lá as imagens falam por si. O responsável pela área de comunicação da EPAL, utilizou apenas um subterfúgio para convencer a equipa Hora H.

Depois do tapa-buraco, EPAL abandona serviço sem devolver passeio

A referida empresa tem sido acusada também, de sempre que tapa um buraco feito por si, não restitui o asfalto dos passeios, deixando assim danificado algo que encontrou em perfeitas condições.

A vinte metros da vala de drenagem, que faz a ligação Cazenga - Cariango, a EPAL-EP fez a escavação de

um buraco, de aproximadamente cinco metros de largura e dois de profundidade, bem no portão de uma moradia, algo que tirou o sono à família daquela residência, num momento em que a chuva cai forte na cidade capital.

Linda, como é conhecida a dona da residência afectada, contou que a equipa da EPAL, deslocou-se à sua residência numa quinta-feira a mais de um mês, para efectuar a escavação e, desde então, entregam a segurança da família à sorte dos deuses.

"Sou mãe de cinco crianças, sempre que está a chover, fico com o coração na mão, pois no buraco que eles fizeram já caiu uma criança, filha da minha vizinha, eles não querem saber o que fizeram, aposto que já se esqueceram do mesmo, como tem sido hábito na maioria das vezes", lamentou a senhora.

De acordo com os moradores, tais faltas de respeito da empresa em questão não são de hoje, pois caso o tivessem (respeito), não fariam tanto tempo para taparem um buraco que eles mesmo cavaram.

A dona da residência conta que tudo isso tem trazido consequências negativas para a família, pois em sua casa vive, menores de idade e o buraco que a equipa da EPAL fez, está diante do portão.

"Não sei se vamos mais falar oque! Eles não respeitam a população, só lembram de nós no momento do voto, isto aborrece as pessoas, aqui os miúdos estão a ficar doentes devido a evolução dos mosquitos, depois estamos perto de uma vala a céu aberto, o que fazer, a administração do distrito e a municipal não move nenhum dedo, até parece que não existe", desabafou a cidadã visivelmente esgotada com a situação.

No mesmo bairro, várias são as pessoas que viram nascer um buraco perto de sua casa feito pela empresa epígrafe, situação que tem deixado revoltados os moradores, que já falaram mesmo em boicotar os trabalhos da referida instituição.

Em uma nota, enviada ao HORA H, pelo porta-voz, como resposta ao Jornal HORA H lê-se:

Somos a informar que os buracos da rua A do bairro Palanca derivam de duas reparações efectuadas na conduta de diâmetro nominal 110 mm localizada na mesma rua, no final do mês passado.

Os buracos não foram cobertos imediatamente devido à necessidade de se fazer um teste de pressão, e análise do resultado da reparação. Uma vez confirmado o sucesso da reparação, perspectivamos fazer o aterro ainda hoje, garantiu Vladimir Bernardo (Porta Voz da EPAL)

7.28 Epal garante apenas 30% de aumento dos salários

Jornal Economia e Finanças

29 De Março de 2019

Texto: Vânia Inácio

A empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) mantém a posição de um aumento de 30 por cento dos salários actuais dos seus trabalhadores, medida que pode ser efectivada já a partir do próximo ano, para contrapor a exigência de um aumento na ordem dos 200 por cento, como avança, no seu caderno reivindicativo, a Comissão Sindical.

Esta informação foi prestada pelo director do Gabinete Jurídico daquela empresa pública, Ivan Tidiane, quando falava à imprensa esta semana sobre o posicionamento da Epal, em relação à intenção de greve dos seus trabalhadores.

Greve ilegal

Segundo Ivan Tidiane, que responde pelas questões jurídicas da empresa, a intenção de realização de uma greve dos trabalhadores afectos à empresa é ilegal, porque na sua visão, as exigências do caderno reivindicativo são inviáveis de momento para a empresa.

De acordo com dados avançados pelo responsável, durante as negociações entre as partes, houve cedências em S6 dos 62 pontos apresentados nos dois cadernos reivindicativos, e urna delas tem a ver com as promoções, mas de forma faseada, com início já no mês de Maio do presente ano.

Ivan Tidiane afirmou que o impasse está nas restantes exigências entre a duplicação dos subsídios de transporte e alimentação, a atribuição do décimo quarto salário, que foram de imediato consideradas improcedentes dada a situação financeira desfavorável em que a empresa se encontra neste momento.

"Manifestamos total disponibilidade para negociar os seis pontos ainda sem consenso. Só não avançando nos restantes por estarem excessivamente fora do expectável", considerou.

Efeitos

Quando questionado se a greve dos trabalhadores poderá afectar o sistema de abastecimento de água da província de Luanda, Ivan Tidiane informou que, para dar cobro a essa situação, foi criado, neste momento, o Gabinete de Gestão de Crise para

manter a regularidade da distribuição do precioso líquido aos consumidores da cidade capital.

"Vamos garantir o abastecimento a toda cidade e qualquer eventualidade ou queixa dos consumidores ternos a comissão para dar soluções", garantiu.

Comissão sindical

Do outro lado, o secretário da Comissão Sindical da Epal filiado da Central Geral dos Sindicatos Independentes de Angola CGSILA, António Martins, afirma que a intenção de greve, com início esta semana, é segunda na história da empresa, sendo que a primeira foi realizada em 2011. "Esta talvez venha a ser tempo indeterminado, por insatisfação das soluções até ao momento apresentadas pela entidade empregadora", referiu.

António Martins afirma que o caderno reivindicativo apresentado à direcção da empresa a 29 de Janeiro último, contempla 36 pontos, onde constam as exigências. Além da questão salarial, os trabalhadores querem também aumento do subsídio de alimentação e transporte, de Kz 22 mil para 44 mil, respectivamente, o seguro de saúde para trabalhadores e os seus respectivos membros do agregado familiar.

Para além destas, o líder sindical avança ainda outras, como o pagamento do décimo quarto salário (correspondente ao básico), assim como a promoção dos trabalhadores em três categorias simultâneas.

A Epal tem neste momento mais de mil e 706 trabalhadores, que exigem um aumento salarial na ordem de 200 por cento, uma proposta já negada pela direcção geral da empresa estatal de águas de Luanda, razão pela qual os trabalhadores iniciaram ontem (28) uma greve por tempo indeterminado, até que estejam resolvidos os pontos constantes dois cadernos reivindicativos.

7.29 Governo prevê construir 2 barragens sobre o rio Cuvelai

Jornal Economia e Finanças

29 Março 2019

Texto: João Constantino

A província do Cunene vai beneficiar de duas barragens para facilitar a distribuição de água e combater a seca cíclica que assola as províncias do Sul do país.

O projecto de construção das duas infra-estruturas, na bacia do rio Cuvelai já está em execução, com a preparação do lançamento do concurso público.

Em declarações à imprensa, no Cunhinga (Bié), o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, garantiu que o período de construção das barragens será de três anos, para o abastecimento da população e o gado.

"O Cunene vive uma situação de seca cíclica. Além das medidas de emergência, que o governo provincial tem feito, estamos a tratar de um concurso público para a construção de duas barragens para acumular águas", afirmou.

João Baptista Borges esclareceu que a iniciativa vai ser utilizada também para a irrigação dos campos, canal na zona do Cafú, "que vai permitir levar água por condutas, para a população aí residente".

Aumento do consumo

Cerca de 17 milhões de habitantes do país já consomem água potável, o que corresponde perto de 73 por cento de beneficiários.

Segundo o ministro da Energia e Águas, a meta é atingir mais de 80 por cento da população angolana dentro de quatro anos.

João Baptista Borges afirmou que o Governo tem projectos muito importantes no domínio do abastecimento de água, principalmente para a província de Luanda onde estão em curso iniciativas que visam a construção de sistemas de ampliação da capacidade de distribuição de água, tendo em conta que o défice "é muito grande".

"Além de Luanda temos em execução projectos para a distribuição de águas nas capitais provinciais de Malanje, Cuito, Lubango, Cabinda, Moçâmedes e Huambo", disse o ministro.

"Temos de ter em conta que uma boa parte da população não tem acesso a água potável, na sua maioria são pessoas do meio rural, onde ainda se consome água dos rios e das cacimbas. Isso põe em risco a saúde pública", alertou.

Projecto de ligações de água em Luanda em fase conclusiva

As 700 mil ligações feitas na província de Luanda entrarão em funcionamento logo que os dois sistemas de distribuição de água potável, nomeadamente o do Bitá e do Quilonga entrarem em funcionamento, para produzirem mais de 500 mil metros cúbicos.

“As ligações de água estão numa fase conclusiva. Agora, o grande desafio é produzir mais água para colocar nesta rede de distribuição. A rede foi estendida, mas o projecto de adução de mais água, que deveria ter outro ritmo de execução, infelizmente não acompanhou a execução das ligações e é preciso acelerarmos o passo nessa direcção”, afirmou o ministro da Energia e Águas.

O governante disse que o projecto gravita que visa a distribuição de água por gravidade é de médio prazo, sendo que “não é prioritário”.

A prioridade para Luanda é a construção dos dois principais sistemas (Bita e o Quilonga), justificou o ministro da Energia e Águas depois de visitar o sistema de abastecimento e distribuição de água do município do Cunhinga, na província do Bié.

7.30 Mais de 300 trabalhadores cruzaram os braços no primeiro dia de greve na EPAL

Jornal OPAÍS

29 De Março de 2019

Texto: Afrodite Zumba

Cerca de 330 trabalhadores das diferentes áreas de serviço da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) aderiram, ontem, à greve deliberada pela comissão sindical filiada à Confederação Geral de Sindicatos Livres de Angola (CGSILA).

A mobilização, em frente às instalações da sede da referida instituição, em Talatona, teve início a partir das 6h00 da manhã sendo que ao longo do dia ganhou maior moldura humana com a chegada dos funcionários das diferentes agências espalhadas pela cidade.

Uns de pé e outros sentados no passeio, sob o olhar atento dos efectivos da Polícia Nacional, com auxílio de um megafone, entoavam numa só voz as palavras de ordem na qual eram exigido o aumento salarial, pagamentos de subsídios e a reposição do seguro de saúde.

"Queremos o nosso dinheiro, devolvam os cartões de saúde", ouvia-se.

Entretanto, ao aproximar da hora do almoço, isto é 12h00, a medida em que alguns funcionários (que não aderiram à paralisação) que se encontravam no interior da sede e saíam caminhando ao encontro das suas viaturas, no parque de estacionamento eram "vaiados" pelos grevistas.

Apenas cinco horas de distribuição de água por dia

Em depoimento a OPAÍS, o primeiro secretário da comissão Sindical da EPAL, filiada à Confederação Geral de Sindicatos Livres de Angola (CGSILA), António Domingos, afirmou que a greve será por tempo indeterminado e durante este período serão apenas garantidos os serviços mínimos.

Como medidas, foram reduzidas as equipas cujos funcionários trabalham em regime de turno, bem como as bombas que fazem a bombagem da água para a devida distribuição. "Haverá apenas cinco horas por dia para a distribuição da água e não mais do que isso", advertiu.

Questionado sobre o número de trabalhadores que aderiram à greve, o responsável afirmou terem sido mais de 300 só em Talatona e aguardavam o relatório de outras localidades como Muximae Catete

"Há trabalhadores que se fizeram presente mas não assinaram a lista de presença. Outros há que estão solidários com a causa mas alegaram falta de dinheiro de táxi, salientou, tendo concluído que os trabalhadores estão unidos em prol da defesa da justiça social no que se refere à qualidade de vida dos trabalhadores. Quem também afirma estar empenhada nesta causa é dona Deolinda, funcionária administrativa da EPAL, na dependência do projecto Nova Vida, em Luanda. Segundo ela, a falta de promoções e baixa remuneração são as principais razões que levaram-na a não comparecer ao local de trabalho.

Funcionária da empresa há 10 anos, lamenta o facto de o seu salário ser avaliado em 59 mil Kwanzas e não ter condições de se auto-sustentar com o mesmo por 30 dias.

A entrevistada considera que os trabalhadores têm vivido dias difíceis após o conselho administrativo ter suspenso o seguro de saúde. Recentemente, beneficiou de uma consulta numa das clínicas em Talatona, por intermédio da guia médica que recebeu da instituição. Entretanto, diz ter ficado surpreendida ao perceber que lhe foi descontado o referido valor da sua remuneração mensal.

"Retiraram-nos os cartões de saúde mas é do nosso conhecimento que os funcionários do conselho de administração e os seus respectivos agregados gozam deste benefício", lamentou.

Por seu turno, Manuel Domingos, funcionário da EPAL há 11 anos, actualmente a colaborar na área de Comunicação e Marketing, lamenta o facto de existirem colegas seus que diariamente estão expostos ao sol e à chuva, no reparo de tubagens, com salário

inferior a 60 mil Kwanzas, ao passo que determinados funcionários do conselho de administração auferem mensalmente mais de 2 milhões de Kwanzas. "Estamos unidos e munidos pela defesa dos trabalhadores", sublinhou.

Aderência inferior a 10 por cento Contactado pelo jornal OPAÍS, o director do Gabinete Jurídico da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), Ivan Mateus, garantiu que a paralisação dos trabalhadores que aderiram à greve não colocará em causa o normal fornecimento de água à população visto que representam menos de 10 por cento do total dos funcionários que a empresa tem.

"Os sectores onde são produzidos a água estão em funcionamento", sublinhou.

A concluir, salientou que a empresa contínua disponível para negociar com o sindicato dos trabalhadores afectos à Confederação Geral de Sindicatos Livres de Angola (CGSILA), pois também é seu interesse primar por melhor qualidade de vida dos seus funcionários.

7.31 Problemas sociais fustigam moradores do Panguila

Jornal A República

29 De Março de 2019

Texto: Isidro Kangandjo

Anastácia de Vaz Conselho, administradora municipal do Dande, província do Bengo, reuniu com os moradores do Panguila a 16 de Março deste ano, tendo sido abordadas situações relacionadas aos problemas do bairro mais crítico do município em referência.

Sob o lema "juntos por uma governação participativa e informativa" Anastácia de Vaz Conselho, representante máxima da capital do Bengo, foi auscultar, tendo ao mesmo tempo recolhido diversas informações..., de maneira a encontrar soluções dos problemas que apoquentam os panguilenses. Numa conversa que teve a duração de cinco horas, os moradores, coordenadores de sectores e associações, tiveram a oportunidade de apresentarem as suas preocupações, no sentido de encontrar resoluções comuns dos problemas locais. Por outro lado, o bairro Panguila vive momento críticos em todos os sectores sociais e humana, com um ambiente de reassentamento e não realojamento, uma vez que em alguns sectores nem se quer há latrinas para os moradores. O Bairro tem uma dimensão de um distrito com uma população estimada de 130 mil habitantes, sendo que 98% são provenientes de zonas

de riscos de Luanda. Por outra, o local em citação precisa de quase tudo, isto é, desde a segurança, água e energia eléctrica, saúde, investimentos e locais de lazer.

Quanto ao líquido precioso, contam que existe uma distância enorme aonde a Empresa Pública de água tem abusado as populações cobrando valores sem os mesmos não se beneficiar deste bem. "Nós não nos beneficiamos de água há 8 anos e, por outra, existem sectores que nunca se beneficiaram da água, nem com o aspecto que tem que ver com a canalização de água, refiro-me do sector 11".

Segundo os moradores, afirmam terem dito dirigente de que está a circular um grupo de indivíduos que se fazem passar por cidadãos vinculados à direcção da energia e água, sendo que o contrato está a rondar entre dez a 90 mil kwanzas. Os moradores, estão ser obrigados a pagar a água mesmo, não tendo em suas residências. No entanto, alguns moradores afirmam que se trata do pagamento do consumo anterior, mas desconhecem... e consideram que esteja a se tratar de uma... política, no sentido de que a população seja extorqui da. "A verdade é que nas tubagens de água do bairro Panguila, celebrou-se uma série de contrato com várias empresas privadas, mas a água que a população deveria beneficiar foi desviada. Porém, o que se regista hoje é a existência de canalização e torneiras que não jorram a água" explicam os moradores. Anastácia de Vaz Conselho, garante ter tomado nota das denúncias, tendo prometido que irá trabalhar com pessoas responsáveis, no que se refere as denúncias, de maneira a serem descobertos os mentores dos crimes.

As vias de acesso é um outro problema que preocupa os panguilenses, uma vez que a 16 de Janeiro deste ano, a governadora provincial do Bengo, assim como a administradora do Dande, ambas estiveram naquele bairro, tendo sido celebrado um contrato com a empresa Golden Nest International Group, com objectivo de ser alcatroada quatro quilómetros. Já Anastácia de Vaz Conselho, disse aos moradores a 16 deste mês, que o plano de alcatroamento foi anulada por falta de verbas, e por este facto far-se-á uma estrada de betão. A referida administradora disse o seguinte: "a estrada de betão pode facilitar os nossos serviços, por outro lado, o projecto foi de âmbito provincial, sendo que a posterior passou sob a responsabilidade da Administração Municipal. De princípio, teve um tecto orçamental que para nós é indisponível, o que está em causa é a indisponibilização financeira. Entretanto, não devemos aumentar a quilometragem, em função da falta de dinheiro", disse à administradora.

Alguns problemas do Panguila transcendem a competência do município, quanto as soluções dos vários problemas que afectam os moradores do Panguila, a administradora em citação, disse "são situações que transcendem o município, uma vez que transferimos... para o governo provincial na pessoa da senhora governadora, Mara Quiosa, que está sempre atenta no que respeita à resolução dos problemas da população. A nível central, também tem se trabalhado, dando respostas paulatinas dessa situação", disse.

O município do Dande tem uma superfície de 7.374 km com uma população de 278.029, neste universo, mais de 130 mil são moradores do Panguila. Atendendo a dimensão da população e os problemas que o bairro enfrenta o Jornal A REPÚBLICA inquiriu a administradora Anastácia de Vaz Conselho, se já pensou colocar a proposta ao Ministério do Território, no sentido de transformar o bairro em um distrito, a nossa interlocutora retorquiu nos seguintes aspectos: " está a se trabalhar para um certo memorando justificativa, junto com o governo da província do Bengo, para que o complexo habitacional do Panguila passe para uma outra categoria"

Primeiro, é que a comunidade tem mais de cem mil habitantes, e o número justifica a presença de uma administração comunal ou distrital, justifica ter uma outra categoria, para que seja autónoma e que cuide dos seus problemas".

O ancião Adão Perreira, um dos intervenientes do encontro, considera importante a interacção que mantiveram com a dirigente e apresentarem os seus problemas, mas o mesmo disse que a situação do Panguila carece atenção de todos os ministros.

"O Panguila e a comuna de Barro de Dande, estão na incógnita, não existem no Diário da República, a governadora tem que envidar o esforço, com vista a trabalhar com o Ministério do Território para incluir a referida zona no Diário da República. Depois de resolver esse problema, só daí veremos os custos".

Já o senhor José afirma que o encontro teve um ajuste positivo, muito embora os documentos que têm enviado não chegam à mesa da administradora. Mas o administrador para o sector político e Social, disse que apenas cinco sectores do Panguila, irão se beneficiar dos 500 mil litros, que parte de Capari até ao centro elevado do Panguila.

Os moradores reprovaram o programa, uma vez que o problema de água se repercute em todos os sectores que constitui o Panguila. " Seleccionar uns e deixar outros sectores, é porque a administração não

contactou todas as comissões de moradores, pois uma vez tendo conhecimento das dificuldades que temos no Panguila, isto é, do sector um a onze, existem problemas de água" Segundo o coordenador do sector quatro avança, entretanto, que o sector, um até seis, havia água, mas com o surgimento das empresas que ficam ao longo da estrada, reduziu-se a capacidade de água no bairro.

7.32 Trabalhadores da EPAL estão em greve parcial

Jornal de Angola
29 De Março de 2019

Trabalhadores da Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL), filiados à Central Geral Sindicatos Independentes de Angola (CGSILA), paralisaram ontem as actividades, por tempo indeterminado, um movimento que não conta com a adesão de funcionários filiados à União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA-CS).

Apesar da greve, estarão salvaguardados os serviços mínimos, que passam pela distribuição da água por um período de cinco horas/ dia.

O director de Recursos Humanos da EPAL, Domingos de Almeida, afirmou que, apesar de um grupo ter paralisados os seus trabalhos, todos os serviços da empresa estão a funcionar em pleno e sem qualquer interferência.

A Angop constatou a - paralisação dos serviços em algumas estações de distribuição da EPAL.

Em causa estão divergências sobre os pontos do caderno reivindicativo apresentado entidade empregadora, em Janeiro último, que não satisfazem as exigências de melhoria de condições de trabalho e de um aumento salarial imediato na ordem de 200 por cento, reclamado pelo núcleo sindical da CGSILA.

Ala filiada à UNTA CS, por seu lado, exige apenas 35 por cento, a partir de 2020.

7.33 Greve na Epal: trabalhadores exigem melhores condições laborais

Jornal: Machete

28 De Março de 2019

Texto: Mário Cassanda

Os trabalhadores exigem entre outras condições, o aumento salarial nos 200%, o aumento do subsídio de alimentação na proporção de 100 % (de 22.000,00 kwanzas para 44.000,00 kwanzas). Os mesmos exigem de igual modo, o aumento do subsídio de transporte na proporção de 100 % (de 22.000,00 kwanzas, para 44.000,00 kwanzas), o seguro de saúde para todos os trabalhadores e membros do seu agregado familiar. Exigem também o pagamento do décimo quarto salário (equivalente a um salário base) e cabaz de natal no final de cada ano, e por último, a promoção dos trabalhadores em três categorias simultaneamente.

Entretanto, esta greve conta com a participação de cerca de mil funcionários, como forma de protesto contra as más condições de trabalho e salariais a que dizem estar submetidos. O primeiro secretário da comissão Sindical da CGSILA, António Domingos, disse que a decisão da greve foi deliberada sexta-feira, 22, em Luanda, na assembleia de trabalhadores, visto que desde o dia 29 de Janeiro de 2019, altura em que procederam à entrega do caderno reivindicativo à instituição, não houve um consenso entre as partes durante o processo de negociações.

A lista de reivindicações composta por 12 capítulos, além das reclamações em torno da falta de ajuste salarial e a suspensão do seguro de Saúde, constamos relatos dos funcionários que são obrigados a levar de casa o próprio material de limpeza (esfregonas, baldes e vassouras) para trabalharem, de forma a evitarem processos disciplinares. "Temos trabalhadores que também trazem computadores e tinteiros de casa para conseguirem finalizar os trabalhos": denunciou ao jornal O País. António Domingos considera não haver necessidade de os trabalhadores passarem por estes constrangimentos, uma vez que a EPAL arrecada mensalmente cerca de 900 milhões de kwanzas e gasta em torno de 500 milhões de kwanzas com o fundo salarial.

Sobre o assunto, realçou ainda que Existe uma disparidade na tabela salarial visto que há funcionários a receberem um salário abaixo de 100 mil kwanzas, ao passo que determinados membros do Conselho Executivo auferem ordenados acima de dois milhões de kwanzas.

Esta situação tem feito com que muitos trabalhadores não consigam garantir a sua autossuficiência até ao final do mês. O subsídio de alimentação está orçado em 1000 kwanzas/ dia, mas a refeição no refeitório da empresa custa mil e 500 kwanzas. "Há quem não consiga almoçar ou, se o faz, fá-lo com muita dificuldade e, de certa forma, fica afectados com problemas de saúde. E, sem seguro, o funcionário vê-se obrigado a custear as despesas": realçou.

EPAL DIZ QUE GREVE É ILEGAL

A direcção da EPAL por sua vez, considera ilegal a greve convocada pelos trabalhadores, segundo, em virtude de ter constatado irregularidades em relação número de presença de trabalhadores na assembleia realizada no passado dia 22.

Num comunicado distribuído à imprensa na qual o Manchete teve acesso, a EPAL reitera a vontade e disponibilidade de encontrar um consenso que satisfaz ambas as partes e que" atenda gradualmente os anseios dos trabalhadores.

8. GÉNERO E VIOLENCIA

8.1 Habitantes abandonam casas devido à delinquência

Jornal de Angola
7 De Março de 2019
Texto: Alexa Sonhi

Moradores dos bairros Emanuel e Pescadores 1 e 2, no município de Cacuaco, em Luanda, estão a abandonar as casas devido à delinquência e os que ficam fazem vigílias com paus, pedras e catanas, para se defenderem de assaltos e agressões efectuados por adolescentes e jovens dos 12 aos 17 anos.

Moniz António por pouco perdia o filho, Nilson Moniz, 19 anos, no dia 24 de Janeiro, ferido no abdómen com uma faca por delinquentes.

O jovem recebeu os primeiros socorros do pai, enfermeiro há 20 anos, e mais tarde foi encaminhado para o Hospital Américo Boavida onde recebeu tratamento especializado durante duas semanas.

A família não apresentou queixa à Polícia, por medo de retaliação dos marginais que são conhecidos no bairro.

"São jovens que não estudam' fumam liamba, inalam gasolina, roubam e muitas vezes matam e os seus pais sabem disso", disse Moniz António. Evaristo Donga, residente no bairro Emanuel, disse que a criminalidade está a crescer e os moradores "estão proibidos de adormecer", para estarem sempre em estado de alerta.

A moradia do portador de deficiência e a pequena farmácia que possui têm sido muitas vezes assaltadas, o que o levou a solicitar ajuda de familiares para passarem as noites com ele, munidos de paus, pedras e catanas para se defenderem dos meliantes.

8.2 MPLA exorta preparação das mulheres para as autarquias

Jornal Continente
7 De Março de 2019

Com vista a encorajar a participação e candidatura de um número considerável de mulheres às eleições autárquicas, previstas para 2020, a Organização da Mulher Angolana (OMA) - organização feminina do partido MPLA, foi neste sábado exortada a reforçar a

mobilização, sensibilização e preparação das suas militantes, a fim de estarem a altura do pleito

O desafio foi lançado pelo segundo secretário provincial do MPLA, Milagre José Clemente, no acto provincial alusivo ao 570 aniversário da OMA, decorrido no município de Quirima, a 312 quilómetros da cidade de Malanje.

Paralelamente a isso, disse ser imperioso que a organização prime pelo seu crescimento, por meio do recrutamento de mais militantes, com enfoque para jovens, contribuindo assim para a sua contínua dinamização e, concomitantemente, a efectiva emancipação e empoderamento das mulheres.

Sublinhou, por outro lado, a necessidade da OMA continuar a desenvolver acções, visando o resgate dos valores morais, cívicos, culturais e patrióticos, perdidos ao longo dos tempos, bem como o combate ao analfabetismo no seio das mulheres.

Milagre Clemente enalteceu o passado heróico das mulheres angolanas, através da sua participação na luta de libertação nacional, conquista da paz e reconciliação nacional, entre outras, que devem servir de exemplo para a actual e as gerações vindouras.

Por sua vez, a coordenadora adjunta do grupo de acompanhamento do Secretariado Executivo da OMA a província de Malanje, Carla de Sousa, referiu que a mulher continuará a ser defensora dos valores morais e cívicos, assim como permanente promotora do diálogo na diferença, com vista o fortalecimento da unidade nacional.

Sob o lema "Mulher Angolana, Rumo ao Desenvolvimento e Bem-estar das Famílias", o acto alusivo ao 2 de Março (Dia da Mulher Angolana), é comemorado em reconhecimento ao papel que esta franja prestou durante a luta de repressão colonial, com realce para, entre outras mulheres, Deolinda Rodrigues, Irene Cohen, Engrácia dos Santos, Teresa Afonso e Lucrecia Paím.

8.3 Angolanas ocupam 39% dos lugares de decisão

Jornal de Angola
9 De Março de 2019

A igualdade de género, em Angola, é um dos objectivos propostos pelo Executivo visando a inserção desta franja da sociedade em lugares de tomada de decisão.

Dados a que o Jornal de Angola teve acesso, mostram que 39 por cento dos departamentos

ministeriais são ocupados por mulheres, enquanto 12 por cento delas exercem funções de secretária de Estado.

A nível dos governos provinciais, a estatística mostra que 11 por cento dos titulares são mulheres e 19.5 por cento são vice-governadoras. 25.6 por cento são administradoras municipais, 22 por cento administradoras municipais adjuntas, nove por cento ocupam o cargo de administradoras comunais, enquanto 13 por cento são administradoras comunais adjuntas.

No Parlamento, 30.5 por cento dos lugares são ocupados pela camada feminina, enquanto que na diplomacia as mulheres estão com 40 por cento de representação.

Actualmente, a nível da Justiça as mulheres ocupam um espaço de 34.4 por cento na magistratura do Ministério Público e 38 por cento na magistratura judicial, destacando ainda a presença de 35.5 por cento a ocupar altos cargos na função pública.

No Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos 49 por cento dos funcionários são senhoras, na advocacia ocupam 31 por cento dos lugares, enquanto na Polícia Nacional 11 por cento são senhoras.

Segundo o mesmo estudo, em 2017, a nível da função pública, 58 por cento das vagas eram preenchidas por homens e 42 por mulheres.

Violência doméstica

O referido estudo atesta ainda que no I semestre do ano passado o Serviço de Investigação (SIC) registou um total de 838 casos de violência doméstica, tendo procedido ainda a detenção de 723 cidadãos.

Do número de cidadãos detidos, 221 estiveram envolvidos em casos de violência física com 192 detidos, 114 em homicídio voluntário com 135 detidos, 503 por violação com 396 detidos, dos quais 96 casos com 89 detidos foram de violência' a menores de 12 anos.

Em 2017, os dados a que o Jornal de Angola faz referência, indicam que o SIC registou um total de 1591 casos de violência doméstica e precedeu a detenção de 1335 cidadãos, sendo 298 de violêndafisicacom262ddadãos detidos em várias cadeias.

O SIC diz que a cifra de detidos por violência física, 142 casos são de homicídio voluntário com 119 detidos, 803 casos de violência com 612 detidos e 348

de violação a menores de 12 anos, com 342 cidadãos detidos.

8.4 Aumento da criminalidade arrasa Cazenga

Jornal A República

15 De Março de 2019

O Jornal A REPÚBLICA efectuo em Marco deste ano, uma ronda ao município do Cazenga, tendo verificado que o referido ano, não começou nada bem para os munícipes do Cazenga, particularmente os que residem nos bairros da Mabor, Sonef e Malueca. Por outra, os mesmos adiantaram que, diariamente os assaltos chegam abranger cerca de cinco residências, ao olhar impávido das autoridades. Pois, é preciso destacar que neste primeiro trimestre do ano, seis pessoas perderam a vida na sequência dos assaltos à mão armada perpetrados pelos supostos melientes.

Os supostos meliantes surgem, normalmente, em diferentes bairros do município do Cazenga, a partir da meia-noite, sendo que arrombam portas e janelas, mas depois interior da residência, exigem somas avultadas de dinheiro, telefones, violam, matam, etc.

O caso mais recente ocorreu na madrugada do passado domingo, 10 do corrente mês, quando os meliantes após terem assaltado três residências no bairro Malueca, dirigiram-se à casa de uma cidadã, onde arrombaram a janela e tiveram acesso ao interior da mesma residência. Já no interior da residência, os supostos meliantes pegaram numa criança de apenas três anos, tendo colocado a mesma numa arca frigorífica. Na ocasião, a cidadã implorou, no sentido de que a criança não fosse morta, em face desta reacção os meliantes tiraram a criança da arca frigorífica, mas a troco de oito mil kwanzas. Um outro caso aconteceu no mesmo dia, mas no bairro da Mabor, quando identificado por André teve morte súbita ao ver duas netas a serem violadas pelos meliantes, que após efectuarem o crime puseram-se em fuga. Já no bairro da Sonef, um jovem moto-taxista foi baleado por criminosos, que depois do referido acto se apoderaram da motorizada vítima.

É estranho que nos bairros visados haja esquadras e piquetes da polícia, mas esse órgão afecto ao Estado angolano, mostra-se incapaz de manter a ordem e a segurança nos bairros em citação. Desta feita, os moradores apelam às autoridades, de modo a reforçarem o policiamento nos referidos bairros, sob pena de voltarem a contactar os muçulmanos que num passado recente, efectuam rondas nos bairros.

8.5 Polícia ainda não retirou «armas de guerra» das mãos de privados

Novo Jornal

29 De Março de 2019

Oito meses depois de a Polícia Nacional (PN) ter prometido avançar com o processo de substituição gradual das armas do tipo AKM (Kalashnikov), em posse das empresas de segurança, por outras de calibre inferior a 9 mm, o programa continua «engavetado».

O Novo Jornal voltou a contactar a PN para obter mais informações sobre o andamento do processo que previa retirar cerca de 30 mil armas em posse de empresas privadas de segurança, mas sem sucesso.

O processo de substituição gradual das referidas das armas (do tipo AKM, Kalashnikov) tinha o seu por início pre- visto para Setembro de 2018, segundo havia garantido o director nacional adjunto para a Ordem Pública da PN, Cardoso Francisco, em entrevista ao NJ.

Na edição 541, de-s Julho de 2018, o subcomissário havia prometido que, em dois meses (a contar desde Setembro de 2018), os seguranças passariam a utilizar armas de fogo de calibre inferior a 9 mm, cuja aquisição deveria ser feita em lojas autorizadas. No entanto, nada se vislumbra até ao momento, facto confirmado por fontes deste semanário que disseram desconhecer a existência de lojas de vendas de armas no país.

Cardoso Francisco justificou, na referida entrevista, que o projecto de substituição de armas de guerra visava a reposição da legalidade, em obediência às normas internacionais, bem como em conformidade com a Lei 10/14, de 30 de Julho, sobre o funcionamento das empresas de segurança privada no país. Na ocasião, explicou que estavam a ser preparadas as condições logísticas para a efectivação do processo.

U Já há uma empresa que está superiormente autorizada a fazer a importação de armas e a sua posterior comercialização no país. Trata-se da empresa CAPROS SA, titulada pela Caixa de Protecção Social do MININT, que já nos deu garantia de arrancar com o processo de substituição das armas nos próximos três meses", referiu Cardoso Francisco na altura.

O responsável informou ainda que, enquanto se aguarda pela chegada das armas ao país, a corporação trabalha já na reactualização de todo o processo das empresas de segurança.

"O plano de substituição de armas já está aprovado e estamos à espera que estas cheguem ao país. Este plano prevê quatro fases, que são a organização, a execução ou substituição das armas, o balanço e o controlo. Prevemos realizar esta empreitada de forma gradual [...], quer dizer que nenhuma arma de fogo do tipo AKM estará mais em posse das empresas de segurança, serão substituídas pelas novas de menor calibre", pormenorizou, o subcomissário, em Julho de 2018.

Angola conta actualmente com 953 empresas de segurança privada que estão sob controlo da Polícia Nacional, das quais cerca de 40 por cento se encontram inoperantes.

O NJ constatou que, na capital do país, as armas de guerra do tipo AKM ainda se encontram em posse de efectivos ligados a empresas de segurança privada.

8.6 Violência doméstica e mecanismos de prevenção

Novo Jornal

29 De Março de 2019

Texto: Ismael Mateus

Somos naturalmente tentados a apoiar a iniciativa da RNA e dos restantes órgãos de comunicação que têm vindo a realizar acções de solidariedade com as vítimas da violência doméstica.

Essas acções são importantes, sem dúvidas, mas não sabemos se são eficazes. E nem sabemos se realmente não se enquadram mais num certo modismo mediático do que propriamente em medidas eficazes na estratégica de combate e prevenção contra a violência doméstica.

Alguém que bate na mulher ou no marido, nas crianças ou nos sogros deve-se estar absolutamente nas tintas com minutos de silêncio ou com músicas de solidariedade que se façam. É bem provável que lá pelas "Europas e Américas" este tipo de acções tenham um grande impacto sobre as pessoas, mas, entre nós, apesar de se reconhecer a seu grande simbolismo, não afectam verdadeiramente os envolvidos, nem os que estão à sua volta.

Embora o fenómeno da violência doméstica esteja a atingir contornos de um problema mundial, as circunstâncias em que ocorre em cada país, os hábitos e costumes de cada povo são diferentes e, logo, existe um tratamento local, específico e cultural a dar à violência doméstica.

No nosso caso, estamos em crer que o fenómeno também tem encontrado terreno fértil porque as modernidades de hoje foram preterindo os mecanismos familiares de vigilância e prevenção. As nossas estruturas familiares incluíam formas de prevenção e vigilância que incluíam os casos de violência doméstica e conflitos no casamento.

O papel do alembamento como casamento tradicional vem sendo completamente desvirtuado tanto pelo preconceito das novas gerações (que olham para o alembamento de modo pejorativo) como pelo oportunismo das gerações mais velhas (que usam a cerimónia para atender "apetites" mercantilistas). Em muitas regiões do país, usa-se a máxima de que o casamento é para os amigos e o alembamento para a família, no sentido de que nele ocorre antes de mais, um compromisso e um engajamento de famílias e não daqueles noivos. Os familiares afirmam-se responsáveis pelos noivos e assumem perante a outra parte o dever de intervir quando começarem os problemas do casal. A cerimónia em si tem este significado, mas em particular existem personagens com a missão específica de acompanhar o casal, nomeadamente as tias maternas e os padrinhos.

Hoje, as tias maternas são infelizmente cada vez mais conotadas com o preço do táxi para trazer a noiva e com outras práticas oportunistas do que com o seu papel fundamental de conselheiras e confidentes do casal. A tia materna dela actua junto do marido como aquela pessoa a quem ele apresenta as queixas sobre eventuais problemas de toda a sorte e divergências do casal, acontecendo o mesmo com a tia materna dele em relação a ela. Lamentavelmente essa instituição familiar das tias maternas tem vindo a ser absolutamente banalizada e os casais encontram, quando o têm, aconselhamento em desconhecidos, amigos de ocasião, pastores gananciosos e outros que não têm sobre eles qualquer autoridade moral e familiar.

Lamentavelmente, a ganância, a arrogância e o mercantilismo entraram de tal modo nas famílias que se torna líder e conselheiro quem tiver mais dinheiro, ou seja, o "muata" da família. As tias acabam por ser remetidas ao papel folclórico de recolha dos fatos e panos e contar o dinheiro, em vez do acompanhamento da nova família dos noivos desde o primeiro período, ainda do namoro até a vida de casal. Os primeiros sinais de alerta e/ou de correcção de comportamentos deveria vir delas ainda nestes passos iniciais ou mais tarde com a vida de casal.

Urge por isso repor o alembamento como cerimónia de reunião de famílias responsáveis pelo bem-estar psicológico, físico e emocional do novo integrante. É

esse entendimento que dita a organização das chamadas reuniões familiares para debater problemas do casal. As questões como o desemprego, o alcoolismo, a violência, a má conduta de uma das partes não são novas e já antigamente eram objecto de encontros familiares. Legitimados pelo alembamento, os familiares, sobretudo os tios mais influentes - regra geral os que usaram da palavra no dia, os tios maternos e os que na família tenham mais carisma - eram chamados a debater os problemas do casal, a recomendar determinadas condutas e até a realizar um acompanhamento preventivo de vigilância.

Realçamos igualmente o peso dos padrinhos na vida do casal e dos conselheiros espirituais.

A proliferação das igrejas trouxe igualmente um certo afastamento da figura dos conselheiros espirituais. Muitos casais fazem resistência à aproximação dos pastores na vida do casal por conta das inúmeras histórias de envolvimento entre estes e crentes, mas também pelo facto da figura de o pastor em si inspirar hoje muito menos confiança do que no passado.

A inexistência de um conselheiro espiritual é agravada também pelo facto de os padrinhos terem deixado de cumprir esse papel. A maior parte deles é escolhida por razões económicas e desaparecem da vida do casal logo depois da festa. O perfil de padrinhos experientes e que possuam autoridade moral sobre os nubentes também está a perder-se.

Temos, portanto, um problema sério dentro da própria família.

Todos os instrumentos naturais de ajuda, vigilância e até de correcção estão praticamente desarticulados. O acto de violência doméstica é, regra geral, precedido de sinais, pequenas formas de agir e comportamentos que antigamente punham as tias "de olho e sobreaviso". O distanciamento delas e dos conselheiros espirituais não permite identificar tais comportamentos e muito menos denunciá-los. Deveríamos todos criar uma campanha muito forte para reabilitar as estruturas familiares de concertação e reconciliação de casais, como as tias maternas, as reuniões familiares e o papel dos padrinhos. Mais, deveríamos também responsabilizá-los moralmente pelo que de grave venha a acontecer com os casais. Quando ocorrem as desgraças, vemos os padrinhos e as tias lamentarem-se do sucedido, mas a pergunta é onde andavam eles que não viram os sinais? Os jornalistas deveriam começar a perguntar-lhes exactamente isso.

Deveríamos também educar as famílias a aceitar o divórcio e a separação como solução para evitar males maiores. Antigamente, as práticas de reconciliação familiar procuravam a todo o custo preservar a união, mesmo que os casais tenham chegado a posições irreconciliáveis ou que as diferenças abeirem ou indiciem futuras acções de violência.

É preciso investir na educação, na preparação das tias maternas; desenvolver campanhas de recuperação do papel das reuniões familiares e também da noção da violência doméstica como crime público, podendo ser objecto de denúncia dos próprios familiares. Minutos de silêncio e outros actos sim, mas precisamos de investir mais nas soluções dentro da família.

8.7 Crimes violentos tiram sono a sobas do Huambo

Jornal de Angola

30 De Março de 2019

Texto: Marcelino Wambo

A onda de crimes violentos registados nas com unas do Bailundo, Hengue, Luvemba e Bimbi praticados na sua maioria por adolescentes, preocupa as autoridades tradicionais e administrativas dessas localidades da província do Huambo, pelo que apelam ao reforço do efectivos policiais, com instalações próprias e meios rolantes para garantir a ordem e tranquilidade públicas.

A preocupação foi manifestada por Armindo Kalupeteka durante um encontro com o delegado do Ministério do Interior e comandante provincial da Policia Nacional do Huambo, comissário Francisco Ribas, que se deslocou ao Bailundo para se inteirar do grau operacional dos efectivos e meios existentes no município.

Armindo Kalupeteka assegurou que o Bailundo é constituído geograficamente por muitas comunas, sectores e aldeias, razão pela qual solicitou ao comandante provincial da Polícia Nacional para envidar esforços no sentido de elevar o nível de segurança.

Os conflitos de terras têm sido também uma das principais causas de crimes violentos na região, pelo facto da maior parte da população desenvolver agricultura familiar, e muitos habitantes, por sua vez, opõem-se, culminando em desavenças e agressões físicas.

Os habitantes do Bailundo evitam denunciar os casos de agressão à Policia Nacional, com receio de represálias, visto que os prevaricadores não ficam muito tempo na cadeia.

Francisco Kalupeteka explicou como é aplicada a justiça tradicional. "Os conflitos e diversos crimes são todos tratados na Ombala. Se o cidadão rouba um cabrito, é obrigado a devolver também um cabrito. Se for roubar milho em lavra alheia e não tiver possibilidade de devolver de imediato, é-lhe atribuída uma lavra onde deverá trabalhar para repor o milho que subtraiu", exemplificou.

O administrador municipal do Bailundo, José Manuel dos Santos apontou as dificuldades de acesso às vilas e comunas, em virtude do estado avançado de degradação das estradas, o que limita a evacuação dos produtos do campo para os centros urbanos, com vista à sua comercialização.

Os delitos que ocorrem no Bailundo têm merecido, segundo o administrador municipal, o tratamento devido por parte das autoridades judiciais' ao passo que as acusações de feitiçaria ficam sob a alçada dos sobas que, posteriormente, encaminham à Ombala, que tem uma conduta própria para dirimir estas ocorrências.

Francisco Ribas substituiu no cargo Eduardo Cerqueira, destacado na província de Luanda.

9. AMBIENTE

9.1 Aprender com a chuva

Jornal de Angola

1 De Março de 2019

Texto: Filomeno Manaças

A chuva, obra da natureza, está de volta. É, para nós, um fenómeno cíclico. Estamos já habituados a, por esta altura, redobrar a atenção aos avisos que o Instituto Nacional de Meteorologia nos vai fazendo sobre o estado do tempo, ao longo do dia, pelo país inteiro.

Quarta-feira, o INAMET alertou para a possibilidade de o mau tempo em seis províncias (Cabinda, Uíge, Malanje, Luanda, Bengo e Huambo), onde o céu nublado indiciava a ocorrência de aguaceiros e fortes chuvas, poder resultar em desabamento de residências e deslizamentos de terras. Foi, apenas, mais um aviso, de uma série de outros tantos que o Instituto já fez e, com certeza, vai continuar a fazer ao longo deste ano, enquanto durar a época chuvosa.

As primeiras chuvas deste ano já provocaram sérios danos humanos e materiais, fazendo-nos recordar tragédias de épocas anteriores e trazendo à discussão, de novo, as questões do ordenamento do território, da urbanização, das construções anárquicas e em zonas de risco, do saneamento urbano, das obras mal projectadas, além de outros aspectos. Enfim, todo um conjunto de assuntos que, se quisermos resumir numa só palavra e com sentido transversal, reflecte o tipo de mentalidade que tem presidido o pensamento de vastos sectores da nossa população.

Teima-se em não aprender com a natureza, em persistir no erro e o resultado é o aglomerado de situações e de problemas que reflectem a maneira pouco responsável, pouco séria e com sofrível competência técnica como se lida com o fenómeno das chuvas.

É particularmente na periferia das zonas urbanas onde se paga mais caro a teimosia de se construir sem ter em conta a força das águas das chuvas e o seu potencial de destruição. Mas mesmo os espaços urbanos dão a ver, em época de chuvas, o quão impreparadas estão as nossas cidades quando elas são mais intensas. Ficam expostas as correcções que devem ser feitas para salvaguardar as infra-estruturas construídas, implicando assim mais gastos para o Estado.

Esse é um conjunto de factos para o qual urge que sejam estabelecidas estratégias de intervenção a

médio/longo prazo. Os Governos Provinciais e as administrações municipais são chamados a ter um papel mais interventivo. Às acções de sensibilização e mobilização é preciso juntar intervenções concretas. Não serão suficientes conselhos a dizer o que o cidadão deve e não deve fazer e onde deve e não deve construir. É preciso impedir que o façam. É um trabalho árduo que deve começar antes do início, durante e depois da época chuvosa. Quem tem o poder de autoridade para implementar as políticas do Estado não pode hesitar, não deve vacilar.

A água das chuvas é um recurso que países onde há escassez têm sabido aproveitar da melhor forma. A concepção das cidades já prevê reservatórios para onde ela é canalizada, para posterior tratamento e introdução no circuito de abastecimento para consumo doméstico ou até industrial.

Bafejados pela sorte, contentamo-nos em ver os campos agrícolas regados, os rios com o caudal regulado, as barragens hidroeléctricas em condições de produzir energia, etc. Ter chuvas regularmente é uma dádiva que acalenta a alma do camponês; de quem se dedica à produção agrícola, porque ela é, ao contrário de quem vê no fenómeno motivos para fundados receios, fonte devida para o aumento das colheitas, sinónimo de mais alimentos, de água para o abeberamento do gado, pois a seca é uma antítese que ninguém quer e da qual conhecemos os prejuízos que tem provocado em várias regiões do país.

Salvo quando cai demais e estraga as colheitas, o que técnicas modernas de produção agrícola já permitem prever e acautelar, ainda assim é preferível do que ter seca. O que precisamos mesmo é de aprender com os fenómenos da natureza, entre os quais a chuva, e saber tirar proveito do que ela nos oferece. Quem vive em países onde o deserto comanda a vida, tem seguramente outra noção do valor das chuvas.

9.2 «Água salobra pode ser aproveitada», diz arquitecto

Novo Jornal

7 De Março de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

Para Euclides Cristóvão, as águas salobras têm importância capital, tendo em conta as suas características associadas aos minerais existentes no subsolo, e lamentou o facto de não serem reaproveitadas.

O arquitecto sugere que as intervenções sejam urgentes, por ser um problema de carácter central.

"As administrações estão desprovidas de verbas, não têm técnicas e técnicos que possam intervir para uma melhor solução do problema. Isso deve ser remetido às instâncias superiores", refere.

Aquele professor universitário fez perceber que estamos diante de uma propagação invisível, a olho nu e apontou como possível solução a parceria com o sector privado, no ramo da construção, para que o problema possa ser dirimido.

Entende ainda que inicialmente não foram cumpridos os padrões técnicos na construção das casas na zona e a consequência não podia ter sido diferente.

"Todos os bairros ou distritos que não têm uma macrodrenagem definida, sem linha de escoamento das águas pluviais ou infra-estruturas, passam a ter sérios problemas de lençol freático", revela.

O Rangel, citou, era antes um musseque, e hoje cresceu consideravelmente. Segundo estudos que efectuou, outras localidades em Luanda também já começam a ter os mesmos problemas e cita como exemplos o bairro Palanca e o Golfe.

"Se não prevenirmos estes bairros e distritos, teremos o mesmo problema", alerta.

9.3 Ambientalista adverte que os eucaliptos têm controlo de curto prazo

Novo Jornal

7 De Março de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

Atribui-se a situação que o Rangel vive à inexistência dos eucaliptos que, em anos anteriores, abundavam naquela zona. O crescimento urbano originou o derrube das árvores e o consequente domínio dos lençóis de água em zonas devidamente identificadas e localizadas. Entre as propriedades desta árvore, dito pelo ambientalista Simão dos Santos, está a capacidade de a mesma consumir cerca de 200 litros de água por dia. Razão que justifica a campanha de arborização para a reposição daquela espécie vegetal.

Vladimir Russo esclarece que o problema não está no lençol freático. "É natural e não pode ser resolvido com projectos de engenharia", explica. Para o ambientalista, o problema está na construção desregrada que foi acontecendo ao longo dos anos amplificada pela falta de saneamento básico.

A requalificação urbana da zona é outra solução que não colocou de parte. Para ele, as coisas passam

também por uma observação minuciosa das condições de saneamento.

"As estruturas de saneamento básico, antigas e envelhecidas, não foram capazes de acompanhar o crescimento populacional. A produção de plásticos que bloqueiam as sarjetas e esgotos também contribuem para o problema. Uma das soluções passa pela requalificação urbana da área", recomendou .

Sobre o desaparecimento desta imponente árvore naquela zona, o entrevistado diz que não é razão que justifique a invasão de águas provenientes do subsolo.

"De maneira nenhuma. O facto de não ser possível escoar convenientemente as águas contribui para também para o estado calamitoso da área. Os eucaliptos eram apenas um controlo natural de curto prazo", observa.

O ambientalista reitera ainda que a arborização iria dar uma paisagem mais bonita e controlar a dispersão de poeiras, mas não resolve a problemática das águas paradas nem os problemas que resultam da fraca permeabilização dos solos.

Questionado sobre o risco de estarmos diante uma possível calamidade natural, disse que não. Apontou, sim, para uma degradação e consequente destruição das infra-estruturas físicas, devido às actividades humanas.

"Quando as águas não se infiltram no solo com facilidade, acabam por procurar outros caminhos, podendo também resultar em fenómenos erosivos e transporte de solos", finalizou Vladimir Russo.

O eucalipto é uma árvore de origem australiana, de rápido crescimento, que tem mais de 400 espécies e se adapta a diversos tipos de solo e clima. A sua cor original é o castanho-amarelado. O eucalipto é uma árvore como outra qualquer criada pela natureza.

Existem mais de 600 espécies pertencentes ao género *Eucalyptus*, originárias, sobretudo da Austrália e da Indonésia. É uma árvore de crescimento rápido com óptimas características físicas e mecânicas, com boa resistência a pragas e principalmente cultivada em reflorestamento.

9.4 Prorrogado o prazo para comercialização da madeira Mussivi

Jornal Expansão

7 De Março de 2019

Texto: Alexandre Lourenço

O IDF deverá emitir, no prazo de 30 dias, os documentos para a comercialização interna e externa da madeira.

O Ministério da Agricultura e Florestas prorrogou para 30 dias o prazo de comercialização interna e externa da madeira da espécie Mussivi, em forma de blocos, existente nos entrepostos de produtos florestais e estaleiros das empresas detentoras do produto.

A medida, publicada em Diário da República, serve para evacuar as grandes quantidades da espécie que restam nos entrepostos, depois do fim do prazo para evacuação e comercialização da madeira.

Para a saída do produto é concedido ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) o prazo de 30 dias para a emissão de documentos com vista à evacuação e comercialização interna e externa do produto. O prazo não é aplicado às madeiras de outras espécies florestais.

As madeiras em bloco que não forem transportadas dos entrepostos de produtos florestais para comercialização interna e externa, dentro do prazo estabelecido, deverá ser transformada em peças para uso industrial, a fim de ser comercializado dentro e fora do País.

O documento refere ainda que a exportação do produto pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal vai seguir a sua tramitação normal, junto do Ministério do Comércio, da Administração Geral Tributária, a Polícia Fiscal até à sua saída para o exterior do País.

Recorde-se que, durante três meses, o entreposto de madeira de Luanda, que coordena e fiscaliza a exploração, transporte e comercialização do produto permitiu ao Estado arrecadar cerca de 19 milhões USD com a exportação da madeira.

Segundo o ministro da Agricultura e Florestas, Marcos Nhunga, aquando da sua visita ao entreposto localizado no município do Ícolo e Bengo, o prazo inicial de exportação da madeira era até o mês de Novembro, mas grande quantidade de madeira que resta fez com que o prazo fosse prorrogado.

O País conta actualmente com três entrepostos de produtos florestais perto da conclusão nas províncias de Luanda, Bengo, Cuando Cubango, com a perspectiva de se construírem mais três nas províncias de Benguela, Cabinda e Caxito.

9.5 Chuvas levam à suspensão dos comboios em Luanda

Jornal de Angola

10 De Março de 2019

Estragos provocados pelas fortes chuvas que caíram nos últimos dias em várias regiões do país levaram à suspensão temporária da circulação de comboios do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL), no ramal entre a capital e o Dondo.

Um comunicado do CFL informa que foram cancelados os comboios de passageiros Luanda - Dondo-Luanda, programados para ontem. O CFL informa que a situação se manterá até que estejam repostas as condições técnicas com vista a garantir a circulação com segurança naquele ramal, garantindo que todos os esforços estão a ser feitos para a reposição da circulação "o mais breve possível".

Com 424 quilómetros de comprimento, o CFL liga as províncias de Luanda, Cuanza-Norte e Malanje.

O CFL realiza diariamente 17 viagens de comboio suburbano de passageiros, o que lhe permite transportar, nos três serviços, perto de seis mil pessoas, que pagam 500 kwanzas em primeira, 200 na segunda e 30 na terceira classe. Desde segunda feira, no âmbito do cumprimento dos serviços mínimos, imposto pela lei da greve, os trabalhadores mantinham em circulação dois comboios, sendo um no peno do da manhã às 7h00 de Viana ao Bungo e outro à tarde (16h00) no sentido inverso. A viagem de Luanda a Ndalatando ronda os 1.800 kwanzas e para Malanje o passageiro desembolsa três mil kwanzas, mas, devido à greve, o comboio para estas duas províncias parou.

Em Janeiro, o ministro dos Transportes, Ricardo D' Abreu, defendeu o aumento dos serviços, como transporte de combustíveis para a região Leste, a fim de se rentabilizar a empresa até este mês e aumentar os salários dos trabalhadores. Os combustíveis são transportados de Luanda para a Estação Terminal de Malanje e daí são levados em camiões cisternas para os tanques do Centro, situação que se pretende ver alterada, de acordo com o presidente do Conselho de Administração do CFL, Júlio Bango.

No mês passado, Júlio Bango afirmou que oito quilómetros do traçado do Caminho-de-Ferro de Luanda, que liga a Estação Terminal de Malanje ao Centro de Grande Armazenamento da Sonangol, localizado no bairro Quinguila, naquela cidade, seriam abertos à circulação este mês, para acelerar o transporte do combustível de Luanda.

Desde Dezembro, decorrem trabalhos de desmatção, colocação de brita e abertura de valas de drenagem das águas residuais para a melhoria do traçado que nunca funcionou, desde a sua reabilitação, em 2010,0 que deu azo à vandalização da linha. Júlio Bango, que fez na altura uma viagem de verificação da obra, assegurou que, tão logo finalizassem os trabalhos de recuperação da linha, o Centro receberia, numa primeira fase, dois comboios semanais com 14 cisternas cada.

9.6 Governo e Unicef mobilizam apoios para vítimas da seca

Jornal de Angola

11 De Março de 2019

O Governo angolano e a Organização das Nações Unidas para a Infância (Unicef) estão a trabalhar na elaboração de uma proposta destinada a mobilizar recursos para mitigar o impacto da seca que afecta 249 mil pessoas na província do Cunene.

A informação foi avançada à Angop, em Ondjiva, pelo assistente da Casa Civil do Presidente da República para Área Social, José Vicente, no final de uma visita de dois dias à província do Cunene, onde constatou a situação da seca.

Referiu que o Governo, o Unicef e outros organismos das Nações Unidas estão integrados num programa para angariar fundos de apoio à população afectada pela seca no Cunene. "O quadro actual é desolador" e esta realidade que não se circunscreve apenas ao Cunene. Acrescentou que na Huíla, Bié e Namibe "o quadro é o mesmo".

A vice-governadora do Cunene para o sector Político, Social e Económico, Suraya Mateus Calongela, disse que todo o apoio é necessário, sublinhando que a seca tem causado muitos estrangimentos no modo de vida da população, sobretudo das pessoas que vivem em zonas rurais.

Explicou que a situação na província é preocupante e urge a tomada de medidas acertadas para mitigar os efeitos das alterações climáticas' que causam prejuízos elevados à agricultura e pecuária.

José Vicente encabeçou uma delegação multisectorial integrada por representantes da FAO, Unicef e Ministérios da Agricultura e da Saúde. A comitiva visitou as zonas mais afectadas pela seca nos municípios do Cuanhama e Namacunde.

9.7 Governo e Unicef mobilizam fundos

Jornal Continente

14 De Março de 2019

Texto: Antónia Van-Dúnem

A informação foi avançada, sexta-feira, em Ondjiva, pelo assistente da Casa Civil do Presidente da República, para área Social, José Vicente, no balanço de visita de dois à província do Cunene para constatar a situação da seca.

O responsável disse que a par do governo, organizações como Unicef e outras ligadas às Nações Unidas estão integradas num programa para angariar fundos de apoio à população afectada pela seca no Kunene.

O quadro actual é desolador e triste, realidade que não é só vivida pela população do Kunene, pois também nas províncias da Huíla, Bié e Namibe, o quadro é o mesmo, referiu.

Já a vice-governadora do Kunene para o sector Político, Social e Económico, Suraya Mateus Calongela, disse que todo o apoio é necessário numa altura em a seca tem causado muitos estrangimento no modo de vida da população sobretudo as que vivem em zonas rurais.

Explicou que a situação na província é mesmo preocupante e urge a tomada de medidas acertadas para mitigar os efeitos das alterações climáticas, que causam prejuízos elevados à agricultura e pecuária.

José Vicente, encabeçou uma delegação multisectorial constituída por representantes da Casa Civil do Presidente da Republica, FAO, UNICEF, Ministério da Agricultura e da Saúde, que inteiraram-se das zonas mais afectadas pela seca nos municípios do Cuanhama e Namacunde.

9.8 Rua Porto Santo no município do Cazenga está intransitável

Jornal Continente

14 De Março de 2019

Texto: Nela Simão

A rua do Porto Santo, na comuna do Hoji-ya-Henda no município do Cazenga está intransitável. A situação agravou-se com as fortes chuvas que se abateram sobre a cidade de Luanda nos últimos dias

Além das águas paradas, a rua está mergulhada em amontoados de lixo, dificultando a circulação automóvel e provocando transtornos aos peões.

Em Novembro de 2017, o antigo governador de Luanda Adriano Mendes de Carvalho, esteve no local e ficou indignado devido ao seu avançado estado de degradação. Na altura, o governador prometeu solucionar o problema desta via, mas até hoje a situação mantém-se. A rua Porto Santo é uma das mais movimentadas da circunscrição por dar acesso, ao centro de Saúde, a fábrica Nocal e a gráfica da empresa Edições Novembro-EP.

9.9 A rota comercial ao exterior e a sua condução pelo estado

Jornal Economia e Finanças

15 De Março de 2019

Texto: Adérito Veloso

O Minagrif está a desenvolver medidas no domínio do controlo das exportações, que têm como meta fazer o saneamento das empresas exportadoras, com base na sua capacidade de produção e em conformidade com a legislação aplicável.

A iniciativa contempla ainda a obrigação da apresentação de carta de crédito irrevogável ou comprovativo de transferência bancária emitida por um banco no exterior a favor da conta do exportador em banco domiciliado em Angola, nos actos de exportação de produtos florestais, como condição prévia para o seu licenciamento.

O projecto prevê a elaboração dos preços mínimos de referência da madeira para exportação, com vista a servirem de base no cálculo das taxas devidas ao Estado. Um dos ganhos do controlo das exportações prende-se com a construção de entrepostos de produtos florestais, tendo como actividade garantir serviços polivalentes destinados a recepcionar os produtos florestais, em especial a madeira proveniente das áreas de exploração florestal e das unidades de semi-transformação, para facilitar a

fiscalização e a comercialização interna e externa entre os diversos operadores.

Com esta medida do Executivo angolano, nenhum produto florestal destinado à comercialização externa deverá ser exportado sem antes passar por um dos entrepostos existentes no país para efeitos de fiscalização e certificação.

AV

9.10 Estabilidade florestal após abates ilegais

Jornal Economia e Finanças

15 De Março de 2019

Texto: Adérito Veloso

As medidas concebidas pelo Executivo angolano destinadas para melhorar e disciplinar a gestão os recursos florestais estão consubstanciadas, fundamentalmente, no domínio legislativo, técnico, administrativo e da fiscalização.

Estes programas estão a potenciar o sector por forma a ser uma referência estratégica no processo de diversificação da economia nacional, contribuindo para o aumento da produção nacional e promoção das exportações,

Actualmente, o sector Florestal vive um período de estabilidade após uma fase conturbada caracterizada pela exploração desenfreada e excessiva dos recursos, principalmente nas regiões Leste e Sudoeste do país, situação que colocava em risco a sustentabilidade das florestas, como fonte de matérias-primas e de equilíbrio ambiental.

Promover a competitividade

O plano de medidas em curso para melhorar a gestão dos recursos florestais, uma iniciativa do Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF) visa a promoção da competitividade do sector florestal e facilitação da inserção da madeira nacional e seus derivados no mercado internacional.

Segundo um documento, o programa tem como missão velar pelos interesses do empresário nacional no que tange a sua capacitação técnica e financeira.

A medida tem como vantagem garantir a transparência, segurança, eficiência, eficácia e cooperação institucional nos processos de licenciamento, corte, transportação, sem transformação e comercialização dos produtos florestais. Visa também a protecção e gestão

sustentável dos recursos florestais existentes no território nacional.

Medidas normativas

No quadro da sua estratégia, foi desenvolvido um conjunto de medidas no domínio legislativo ou normativo.

Neste particular destaca-se a aprovação e publicação da Lei n.º 6117, de 24 de Janeiro, Lei de Florestas e Fauna Selvagem bem como do Decreto Presidencial n.º 171118, de 23 de Julho, regulamento Florestal, além da revogação do Despacho Interno n.º 15/2000, de 20 de Abril, do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sobre competências no licenciamento da exploração florestal foram, entre outras medidas os grandes marcos que estão a ajudar a estabilizar este segmento.

Neste mesmo quadro, destaca-se, igualmente, a centralização das competências para a emissão de licenças de exploração florestal bem como a fixação do novo período da campanha florestal que vai de 1 de Maio a 31 de Outubro, em vez de 15 de Maio a 30 de Setembro.

Mais fiscalização

As medidas tomadas no domínio da fiscalização florestal visam o reforço da capacidade de fiscalização florestal e faunística com meios de locomoção, comunicação e protecção apropriados, incluindo infra-estruturas de apoio.

Na sua estratégia, o Minagrif prevê realizar acções conjuntas de fiscalização com a participação do Ministério do Ambiente, da Defesa Nacional bem como o do Interior.

Sob coordenação do Minagrif, será criada a "Policia Florestal" com a integração de efectivos das Forças Armadas Angolanas e da Policia Nacional.

Serão criados postos de fiscalização nas áreas de exploração de produtos florestais, bem como a elaboração do estudo de viabilidade técnica, económica e financeira para aplicação do Regime Especial da Carreira de Fiscalização Florestal, da Fauna Selvagem e respectivo Estatuto Remuneratório.

9.11 “O País já teve uma indústria madeireira de referência”

Jornal Economia e Finanças

15 De Março de 2019

Texto: André Sibi

O Governo está a implantar entrepostos de madeira nas zonas de maior confluência, principalmente nas províncias de Luanda, Cabinda, Cuando Cubango, Moxico e Benguela. Em entrevista ao JE, o director-geral do IDF, Simão Zau, garante que tudo está a ser feito para que o sector contribua na geração de receitas e crie mais postos de trabalho.

Qual é a estratégia do IDF para o relançamento da Indústria de madeira a nível nacional?

Há três anos que o país gizou uma estratégia para relançar a indústria madeireira, que compreende três fases, nomeadamente a semi-transformação, que proibiu a transportação de madeira em touro de uma província para outra. Seguida pela orientação de transformar a madeira antes de sair de uma província para outra e a terceira e última medida, proíbe a exportação em touro, e sim o produto acabado. Estas medidas, permitiram as províncias como Moxico e Cuando Cubango, por exemplo, que não tinham parque de transformação de madeira, contarem com unidades industriais, que estão a dar e a: gerar emprego e bem estar à nível local. A segunda fase decorre com a preparação de ambiente destinado a incentivar a produção nacional para que se exporte a produto acabada coma mobiliário e peças prontas para serem montadas no destino. Nós acreditamos que num futuro breve o país vai proibir a exportação de madeira em blocos para que este chegue ao mercado internacional a melhor preço, pois gera mais emprego e receitas para o país. E a terceira fase vai proibir totalmente a exportação de madeira em touro. Neste momento o país está a exportar madeira semi-transformada e para os próximos anos, a meta é encerrar.

Como está o processo de construção dos entrepostos aduaneiros nas províncias de Cabinda, Luanda e Moxico? No âmbito do programa de relançamento da indústria madeireira foram concebidos a programa de implantação de entrepostos de madeira nas zonas de maior confluência onde esta circula. Daí a escolha da

zona de Maria Teresa para albergar o entreposto de Luanda, Cabinda, Cuando Cubango, Luena (Moxico) e Benguela. As abras para as entrepostos de Cabinda, Luanda e Menongue estão em estada avançado, aguardando pela conclusão. No entanto, já começaram a funcionar de forma "ad hoc", Cabinda, Benguela e Luena os governos provinciais já fizeram a cedência de terrenos para execução das abras. Neste momento decorre a processo de legalização de espaços.

Qual é capacidade instalada dos entrepostos em construção?

A meta é construir entrepostos de madeira com capacidade para processar até 300 mil metros cúbicas de madeira por ano.

Segundo o Decreto Presidencial 110/18 os exportadores são obrigados a apresentar uma declaração das receitas arrecadadas no exterior?

O Decreto que insta a criação dos entrepostos aduaneiros também orienta a apresentação da declaração das rendas obtidas na exportação e os resultados são satisfatórios.

Os indicadores são animadores?

Sim. No último exercício económico, por exemplo, foram declaradas mais de 19 milhões de dólares norte-americanos pelos exportadores de madeira. De algum tempo a esta parte, não, era possível falar-se destes indicadores, com tanta propriedade pelo que o sector vai continuar a trabalhar para melhorar estes indicadores.

Qual o preço de referência para a comercialização da madeira produzida em Angola, no mercado internacional?

Os preços de referência da madeira no mercado internacional não são fixos. Variam de acordo com a qualidade da madeira, bem como a sua disponibilidade no mercado. Neste momento, Angola está a exportar mais de 30 espécies de madeira. Cada espécie tem o seu valor de referência. No entanto, são cotados acima de 100 dólares norte-americanos por metro cúbico, de cada espécie. O toro é comercializado no mercado internacional a preço muito baixo. A madeira em bloco também está muito próximo a do touro e os preços no mercado internacional são baixos. Daí a necessidade de se trabalhar para que o país passe a exportar o produto acabado, pois é mais rentável. Actualmente, a venda de madeira é feita tendo como referência a tabela pública regulamentada pela Organização Mundial das Florestas.

Qual o preço da madeira produzida em Angola?

A madeira angolana, por exemplo, está cotada a 450 dólares o metro cúbico, sendo que varia semestralmente. Existem vários factores que influenciam no preço. Neste preciso momento Angola tem os custos de exportação de madeira mais caros do mundo estimado em mais de 300 dólares o metro cúbico.

Este valor satisfaz os produtores? Acreditamos que sim, pois continuamos a registar o interesse dos investidores em exportar a nossa madeira. Se ainda não desistiram, é porque ganham alguma coisa e os indicadores mostram isso.

O que lhe oferece dizer sobre a exportação do Mussivi, já que depois de vedado o corte e a venda da espécie, o número de reclamações aumenta por parte dos operadores do sector?

O Mussivi é uma espécie de madeira que cresce em zonas próprias, com destaque para a zona Leste do país, na província do Moxico e uma terça parte na província do Bié, Lundas Norte e Su I bem como no Cuando Cubango e Cunene. O que se assistiu nos últimos anos, em virtude da crise económica que assola o país, é que as empresas do sector de construção civil, emigraram para outros segmentos de negócio, como é o caso da madeira. A madeira proveniente do Mussivi tem muito valor, principalmente nos países asiáticos. Por causa destes indicadores de procura desta espécie, as empresas começaram a fazer uma exploração anárquica, sendo que os indicadores foram tão preocupantes que o Estado teve que tomar medidas, que resultaram na proibição da exportação desta espécie, para se avaliar os prejuízos criados ao ecossistema e os resultados desta avaliação vão aconselhar a continuidade ou não da sua exploração. Além desta espécie, o Mucossi para uns, e Mucussi para outros, é a outra espécie de grande qualidade e procura no mercado asiático.

Angola já foi um grande produtor e exportador de madeira é possível recuperar este estatuto?

Do ponto de vista industrial, o Estado está a envidar esforços para recuperar este estatuto. No passado, o país já teve uma indústria madeireira de referência. Produzia-se muita madeira. Mas, é importante sublinhar que hoje, o sector está cada vez mais moderno. Existem novos conceitos na indústria madeireira.

Qual o nível de exploração de madeira na província de Cabinda?

A exploração de madeira começou a ser feita a partir dos anos 1950, nesta altura os operadores exploravam 1'00 a 120 mil metros cúbicos de madeira por ano. Neste momento, os operadores estão licenciados para explorar apenas 50 mil metros cúbicos por ano. Precisamos introduzir um sistema de gestão sustentável para assegurar o futuro do sector. Hoje a produção de madeira está cada vez mais modernizada. E Angola se quiser duplicar ou triplicar a sua capacidade em termos de reserva florestal terá de plantar mais árvores.

Como é que estamos em termos de formação de quadros?

As Universidades estão a formar quadros. No entanto, a falta de concursos públicos no sector está a matar a expectativa de progressão dos técnicos que já actuam e os novos não temos como enquadrá-los. Os fiscais que actuam no sector florestal ganham muito mal. São remunerados como eventuais, pelo que podemos concluir que a situação é grave. Precisamos do reforço do Orçamento Geral do Estado para se renovar o sector florestal e dignificar os quadros que dão o seu melhor na produção, preservação e assistência às florestas. Precisamos também de técnicos de base, médio e superior, para actuarem na fiscalização. Não há renovação de quadros.

Quais são as necessidades do sector em termos de recursos humanos?

O Ministério da Agricultura e Florestas necessita de seis mil fiscais formados, para responder as necessidades do Instituto de Desenvolvimento Florestal. Actualmente, o sector controla 300 fiscais, um número que considerou insuficiente, mas o Ministério da Agricultura e Florestas tem estado a trabalhar para responde necessidades, contando sempre necessário com o empenho da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas.

Que estratégias estão em curso para mitigar esta carência?

Entre as acções que estão a ser desenvolvidas pelo Instituto, a construção de seis entrepostos, localizados na Maria Teresa, Caxito, Menongue, Lobito, Luena e Cabinda, que servirão para concentração da maior parte das actividades de fiscalização, preparação da madeira destinada à exportação, facilitar os operadores na tramitação dos processos destinados à exportação, onde estarão todos os serviços que concorrem para a autorização do licenciamento, como o IFD, direcção do

Comércio, Administração Geral Tributária (AGT) e Polícia Fiscal.

Qual o ponto de situação em relação à formação agrária florestal no país?

Em relação à formação agrária e florestal, podemos assegurar, que o país tem nove institutos médios, três institutos superiores e 15 escolas agrárias de formação básica. Angola tem cerca de 430 técnicos médios e licenciados florestais formado.

9.12 Madeira gerou 19 milhões de dólares

Jornal Economia e Finanças

15 De Março de 2019

Texto: Adérito Veloso

As novas políticas traçadas pelo Governo angolano estão a ajudar o sector Florestal contribuir significativamente na economia, sendo que nos últimos três meses de 2018, Angola encaixou cerca de 19 milhões de dólares norte-americanos, resultantes da exportação de 22.341,11 metros cúbicos de madeira serrada, fruto da entrada em funcionamento do Entreposto de Madeira de Luanda.

Este montante é resultado da implementação da medida relativa à obrigatoriedade da confirmação da entrada de cambiais antes de desencadear o processo de exportação de madeira.

Apesar de não estar a funcionar na sua plenitude, o certo é que o empreendimento que visa coordenar e fiscalizar a exploração, transporte e comercialização começa a dar os seus frutos.

Com a regularização da exploração e exportação de madeira que estava a atingir proporções preocupantes devido a práticas ilegais, nocivas para o interesse nacional, os objectivos traçados pelo sector, no quadro do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, começam a se reflectir na economia nacional.

Acredita-se que com a entrada em funcionamento dos seis entrepostos de produtos florestais nas províncias do Bengo, Benguela, Cabinda, Cuando Cubango e Moxico, os níveis de arrecadação de receitas para os cofres do Estado serão maiores.

Benefícios

Recentemente, o ministro da Agricultura e Florestas, Marcos Alexandre Nhunga, destacou que não obstante a visibilidade irrefutável dos resultados alcançados nos domínios da fiscalização e controlo da

exploração florestal, bem como do fluxo das receitas cambiais em benefício do país, ao contrário das práticas que se verificavam no passado em que as receitas resultantes da comercialização da madeira no exterior acabavam beneficiando outros países em detrimento de Angola.

Marcos Alexandre Nhunga revelou que têm surgido algumas incompreensões no seio da sociedade, e da classe empresarial em particular, que em certos momentos "tentam descredibilizar o esforço do Executivo dirigido no sentido de organizar o sector florestal e resgatar as boas práticas na gestão dos recursos florestais".

Para ele, a acção do Governo angolano visa garantir a sustentabilidade e assegurar o "usufruto dos seus benefícios para as actuais e futuras gerações de angolanos".

Na sua mensagem de fim de ano 2018, o ministro da Agricultura e Florestas informou que em termos de produção florestal, em função do processo de ajustamento da actividade florestal e a abertura tardia da campanha florestal 2018, registaram-se "níveis relativamente baixos de produção dos principais produtos florestais em comparação com os indicadores de produção previstos no PDN 2018-2022".

Na ocasião, Marcos Alexandre Nhunga, informou que tinham sido produzidos cerca de 54.891 metros cúbicos de madeira em toro de floresta natural, e 34 mil metros cúbicos de madeira em toro de plantações florestais.

9.13 Madeireiros enfrentam crise com o foco em dias melhores

Jornal Economia e Finanças

15 De Março de 2019

Texto: André Sibi

O preço da matéria-prima alterou "muito", sendo que o metro cúbico passou para 70 mil kwanzas, contra os 30 mil de há três anos, o que torna mais caro o produto final no mercado.

A antiga serração "Bailundo", hoje "Ilídio Fernandes Dias" é uma das mais antigas infra-estruturas vocacionadas para a transformação de derivados de madeira pode fechar as portas, por falta de clientes que já não procuram os serviços, devido ao mau estado das vias de acesso à zona bem como por falta de matéria-prima.

Localizada na rua Senado da Câmara, distrito urbano do Rangel, em Luanda, a fábrica enfrenta grandes dificuldades desde o ano de 2015, altura em que o estabelecimento deixou de receber clientes para aquisição ou encomenda de mobiliário diverso.

Em declarações ao JE, o sócio-gerente da empresa, Bruno Dias, disse que as principais vias que dão acesso à fábrica estão vedadas, o que dificulta a circulação de pessoas e bens, motivo que está a influenciar na falência da serração.

Para o empresário, a cada dia, os fornecedores de madeira serrada, assim como toros estão limitados em chegar à fábrica, face às obras "intermináveis" que decorrem na zona.

Neste momento, a empresa já colocou no desemprego 65 trabalhadores, numa altura em que a empresa contava com 100.

"Não é possível continuar com a mesma cifra de trabalhadores sem matéria-prima para assegurar o funcionamento do estabelecimento", disse o empresário.

Actualmente, a empresa está a aproveitar apenas cinco por cento da capacidade instalada.

"Já perdemos os principais clientes que sustentavam a empresa", enfatizou.

Para manter a unidade funcional, a empresa "sobrevive" de pequenas encomendas, face ao preço da madeira no mercado informal.

Anos no mercado

Adquirida nos anos 60, a fábrica tem na sua mão-de-obra o seu principal activo. É o caso do mestre Luís Fernando, hoje assistente administrativo.

O nosso interlocutor que trabalha há mais de 30 anos, conta que a indústria da madeira já não tem expressão.

"Muitas pessoas preferem importar em detrimento da mobília local, que por sinal é mais resistente", frisou. Luís Fernando explicou que a mais recente máquina da fábrica foi adquirida em 1973, ainda assim o "roncar do motor enche de alegria a quem dedica a vida transformando a madeira para produzir mobílias e dar brilho a casa".

A facturação baixou na ordem dos 90 por cento. "A indústria da madeira não é valorizada, "lamentou".

Segundo conta, a capacidade da transformação da madeira baixou de 100 para cinco metros cúbicos por dia.

“Esta indústria pode contribuir em grande medida para o Orçamento Geral do Estado, caso se aposte na produção local”, disse.

Quanto ao fornecimento de energia eléctrica, a empresa investe até 130 mil kwanzas por mês, ainda assim tem “sofrido” cortes.

Um outro constrangimento que apoquent a unidade, prende-se com a onda de assaltos às instalações, apesar de estar próximo de uma unidade policial.

Recentemente, os marginais vandalizaram alguns equipamentos, estando a aguardar pelo esclarecimento do ocorrido.

“Panga Panga” está abandonada

A antiga fábrica “Panga Panga” que já foi uma das principais unidades de transformação de madeira e derivados no país, hoje está relegada ao abandono.

Durante a nossa ronda, encontramos apenas um letreiro “cravado” numa das paredes para contar a história de uma das grandes fábricas, que deu “alegria” a muitas famílias angolanas no passado.

Para trás ficou a história de uma fábrica que produzia e vendia tábuas, barrotes, contraplacados, além de mobílias e utensílios diversos.

No local, apenas os seguranças para garantir a protecção da infra-estrutura, face à ausência de trabalhadores.

A quantidade do capim, lagartos e outros insectos mostram o quão voltado ao abandono está o empreendimento.

Tentamos a todo o custo contactar o responsável pelo património da infra-estrutura, mas sem sucesso.

9.14 Mão pesada da fiscalização para disciplinar a exploração

Jornal Economia e Finanças

15 De Março de 2019

Texto: Adérito Veloso

As medidas adoptadas no domínio técnico e administrativo visam a modernização, padronização e informatização dos modelos de licença de exploração florestal, guia de trânsito, certificado de origem, certificado de exportação de produtos florestais e fitossanitário.

Destaca-se também, o certificado de produto em estância, certificado de registo de empresa de

tratamento da madeira, declaração de fiel depositário, manifesto de propriedade, para garantir a sua fiabilidade e torná-los menos vulneráveis à falsificação.

Foi criado um software de gestão do sistema de emissão e controlo das licenças de exploração florestal e faunística, estabelecimento de quotas de exploração por província e por licença, de modo a assegurar que a capacidade produtiva de cada floresta e província não seja ultrapassada assim como a interdição da exploração das espécies mais exploradas e exportadas, tais como o Mussivi (*Guibourtia coleosperma*) e Pau Rosa (*Swartzia fistuloides*).

Ainda no domínio técnico e administrativo, o Governo deliberou a emissão de licenças de exploração anual com volumes certos e não renováveis no mesmo período de exploração, a introdução gradual do regime de contrato de concessão de exploração florestal, saneamento das empresas operadoras no sector florestal, com base na sua capacidade técnica e financeira de intervenção e em conformidade com a legislação aplicável.

Consta ainda das acções aprovadas a obrigação de apresentação de carta de crédito irrevogável ou comprovativo de transferência bancária emitida por um banco no exterior a favor da conta do exportador em banco domiciliado em Angola, nos actos de exportação de produtos florestais, como condição prévia para o seu licenciamento.

A obrigação de apresentação dos contratos de parceria que observem a intervenção de parceiros estrangeiros, para efeitos de verificação e validação pelo Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF), de modo a garantir que as operações de prospecção, corte e concentração da madeira sejam exercidas exclusivamente por angolanos, intervindo o parceiro estrangeiro apenas nas questões organizativas e logísticas de apoio à exploração. AV

9.15 Praça do Kikolo é o “el dorado” da madeira

Jornal Economia e Finanças

15 De Março de 2019

Texto: André Sibi

O negócio de transformar a madeira no mercado do Kikolo, no município do Cacucaco, em Luanda, é liderado por pequenos empreendedores.

Localizado numa extensão de seis mil metros quadrados, o mercado tornou-se na principal fonte de mobília artesanal da província de Luanda e não só. A

matéria-prima é proveniente das províncias do Bengo, Uíge, Cuanza Norte e Sul.

Domingos Filipe é um serralheiro de profissão. Controla uma equipa de 15 homens, entre carpinteiros e operadores de máquinas (serras, garlopas e furadores). Por dia chega a transformar até 10 metros cúbicos de madeira. Fabrica camas de diferentes formatos, cadeiras, mesas, armários, janelas e portas.

Segundo contou, normalmente os clientes compram a madeira, pagam a mão-de-obra e os técnicos produzem as peças de mobília que o cliente deseja.

"Se não tiver alguém para montar a mobília em casa, a partir da praça é possível solicitar os serviços de um técnico", contou.

André Gongá, de 52 anos de idade, dedica-se à venda de madeira há 20 anos. Segundo informou, existem vários tipos de madeira que os clientes procuram, como é o caso da "moreira", "kibala" e "mungula".

André Gongá compra a madeira serrada (bloco) a grosso nas províncias do Uíge e Mbanza Congo. Disse que existem quatro factores que determinam o preço do produto no mercado, sendo o comprimento, largura; espessura e a espécie.

Os toros são vendidos por metro cúbico cujo preço ronda entre 30 mil e 40 mil kwanzas. O maior chega a custar 50 mil kwanzas. Revelou igualmente que, a madeira "ilegal" conhecida como "madeira do carimbo" normalmente serrada e vendida de forma clandestina.

A pequena unidade industrial onde trabalha tem a capacidade para serrar até 100 metros cúbicos de madeira por dia. Dos toros retira ripas, barrotes e pequenas pranchas de madeira. Os toros chegam a produzir entre 10 e 15 ripas. A mão-de-obra ronda os 500 kwanzas por unidade. Para garantir a produção, a energia eléctrica é proveniente da rede pública, que cobra três mil kwanzas por dia. Nos grupos geradores, os preços vão até quatro mil kwanzas/dia. A facturação diária ronda entre 20 e 30 mil kwanzas.

Por sua vez, o torneiro Bernardino Epalanga, explicou que a sua unidade produz suportes de cama, mesa, cadeiras e utensílios de cozinha. Os produtos são solicitados, sobretudo por marceneiros.

O conjunto para montar uma cama ronda os 3.000 mil kwanzas. Para o jogo de seis cadeiras custa 8.000 mil kwanzas.

A produção diária varia entre 10 e 15 conjuntos de peças de mobílias. Os batedores de bifés (carne) lideram as solicitações das donas de casa.

Bernardino revela que trabalha no seu atelier, há cinco anos. A profissão aprendeu com o irmão mais velho, no bairro do Prenda, em Luanda. A jornada começa às 6h30 e se estende até às 17. A remuneração diária ronda os dois mil kwanzas, sem incluir a refeição.

Se trabalhar até aos sábados pode acumular 46 mil kwanzas.

Custos do frete

O frete para quem sai da serração do "Panguila" até ao mercado do Kikolo, por exemplo, ronda entre 200 e 250 kwanzas por tábua. O processo de descarga é feito pelos bagageiros, que cobram até 23 mil kwanzas por cada camião que descarrega. O produto é comercializado num espaço taxado pela administração do mercado, na ordem dos 100 kwanzas o metro quadrado.

A madeira com dois metros de comprimento e sessenta de largura, por exemplo, varia entre 10 e 15 mil kwanzas.

Já a de dois metros de comprimento e quarenta centímetros de largura, varia entre quatro e sete mil kwanzas, respectivamente.

O negócio que comercializa André Gongá tem a participação igual de quatro sócios. Cada um item a sua percentagem no negócio e actuam no mercado há 20 anos, explicou que a meta criar uma empresa de comercialização de madeira e seus derivados. Mas, a actual conjuntura económica está a dificultar o alcance desta meta.

Nos últimos dias, o volume de negócios baixou consideravelmente. De 250 tábuas por semana, em 2014 para menos de 50 tábuas no mesmo intervalo de tempo hoje em dia.

Mão-de-obra

Filipe Gamboa é bagageiro, trabalha na praça do Kikolo há 10 anos. A sua missão é angariar o maior número de clientes que chegam e que precisam dos serviços de um bagageiro para transportar as compras. A jornada começa com a entrada do cliente no mercado. Só termina quando este compra a última peça. De seguida o acompanha até à paragem para ajudar a descarregar as compras. Além de transportar, serve igualmente de escolta para o "boss".

No final da jornada cobra entre 200 e 1.000 mil kwanzas pelo trabalho.

Segundo contou, a jornada começa às sete horas e estende-se até às 17, altura em que encerra o mercado. Para o bagageiro, o movimento frenético dos clientes é mais intenso nas primeiras horas do dia. No período da tarde as atenções recaem às quitandeiras, que se movimentam para conservar os produtos.

Por sua vez, Arlindo Tomás, 25, disse que a sua missão é transportar a serradura para assegurar a higiene no local de trabalho. O frete custa 700 kwanzas. 'Por dia faz entre cinco e to viagens. A facturação diária ronda entre 500 e 7 mil kwanzas.

Às vezes, o produto é solicitado pelos moradores que pagam até 500 kwanzas por cada carregamento. Arlindo Tomás j concluiu o ensino médio em electricidade. O sonho é ingressar para o ensino superior, mas por agora dedica-se a este trabalho, enquanto prepara as condições para realizar o seu sonho de ingressar no curso superior de engenharia.

No mercado os toros são serrados a céu aberto. O negócio constitui a fonte de renda de muitos jovens. É o caso de Tito Ant6nio, que se dedica a este ofício há três anos. Nos últimos dias, por exemplo, recebeu um carregamento de toros de dois metros de comprimento, dez de largura e quinze centímetros de diâmetro.

'Melhoras a vista

Em entrevista ao JE, o administrador-adjunto do mercado, Constantino Gervásio, explicou que controla mais de sete mil vendedores, entre homens e mulheres.

Disse que a madeira e a mobília produzidas no mercado tem muita procura no mercado nacional. "Até as grandes empresas compram aqui a mobília".

O mercado dispõe de um total de oito naves, das quais duas estão reservadas para a recepção, transformação e comercialização de madeira.

A administração do mercado está a requalificar o espaço, sendo que as obras estão a 40 por cento. Uma vez concluída, será redefinida uma zona reservada à produção e comercialização de madeira.

O responsável explicou que, os primeiros camiões chegam ao mercado à madrugada. A descarga é feita no período matinal.

Para assegurar a livre circulação de pessoas e bens, o mercado conta com mais de 60 efectivos de uma empresa de segurança, e com uma esquadra policial.

9.16 Programa de reflorestação abrange Huambo, Benguela e Huíla

Jornal Economia e Finanças

15 De Março de 2019

Texto: Adérito Veloso

A empresa Estrela da Floresta S.A., com sede na cidade do Huambo, de direito angolano foi-lhe atribuída a gestão e a exploração de todas as áreas florestais das províncias do Huambo, Benguela e Huíla, e está a desenvolver um projecto de plantação de árvores.

As três províncias têm uma reserva de aproximadamente 80 mil hectares de terras, com plantio de eucaliptos, incluindo as áreas não plantadas.

O projecto de reflorestação é da responsabilidade dos Ministérios da Indústria, Agricultura e Florestas, bem como dos Transportes.

A iniciativa é de longo prazo e foi estabelecida com o objectivo de desenvolver novas plantações florestais e reabilitar as antigas indústrias de madeira e de celulose da região Centro e Sul do país.

Numa primeira fase foi montado um viveiro com capacidade de produção para 500 mil mudas, suficiente para plantar anualmente cerca de 300 hectares, mas o propósito é que até 2020 venha a produzir mais de 10 milhões de mudas por ano na sua plena capacidade.

Na província do Huambo, mais de 230 mil mudas de distintas espécies de eucaliptos estão disponíveis para a repovoação de 194 hectares devastados nos polígonos florestais de Sanguengue, no Cachiungo e Cuima, município da Caála.

FOMENTO DA EXPLORAÇÃO

Angola possui uma extensão de 53 milhões de hectares de florestas, os quais, em grande medida, encontram-se subaproveitados, não contribuindo para a riqueza interna, economia local e a fixação das populações no interior.

Existem reservas de madeira em toda a floresta produtiva natural e plantada de aproximadamente

57.450 milhares de metros cúbicos (m³), em condições de exploração.

Seguindo os princípios da gestão sustentável, em termos práticos, significa que é possível explorar em toda a floresta, em média por ano, cerca de 1.210 mil m³ de madeira em toro, sendo 360 milhares de m³ na floresta natural e 850 milhares na floresta plantada.

A exploração sustentável desses recursos pode ser uma fonte de riqueza, e de criação de emprego local, permitindo abastecer o mercado interno e diversificar as exportações. Além disso, permite prosseguir uma estratégia de povoamento do interior, ao criar condições de subsistência para todo um conjunto de pessoas que farão desta actividade o seu sustento principal.

O programa do fomento da exploração e gestão sustentável de recursos florestais para o período 2018/2022 visa incrementar, de forma sustentável, os níveis de extracção de madeira e derivados, bem como, aumentar a produção de produtos não madeireiros, em particular o mel.

Pretende-se também, assegurar os devidos níveis de povoamento e repovoamento florestal, com vista a combater a desflorestação e aumentar a superfície coberta por florestas.

METAS DO PDN

Até 2022, o PDN prevê que a produção de madeira em toro aumente 112 por cento em relação a 2017. A produção de madeira serrada atinja também os 112 em relação a 2017. Quanto à exportação de madeira serrada, poderá aumentar 116, a produção de plantas será de 388 por cento. Até 2022, a área plantada será de 1.054 por cento, em relação a 2017 e serão realizadas 43 concessões florestais.

AV

9.17 Sérgio Rescova arregaja mangas para lutar contra efeitos das chuvas

Jornal 24 Horas

15 De Março de 2019

Texto: Márcia Elizabeth

O governador de Luanda, Sérgio Rescova, num encontro com os membros da Comissão Provincial de Protecção Civil, alertou o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros e as administrações municipais para tomarem medidas com vista a diminuir as inundações em zonas de risco.

O programa apresentado pelo governador, Sérgio Rescova, estabelece o reforço da capacidade de resposta às enxurradas, com meios técnicos, limpeza das valas de drenagem e montagem de pontos para atender 'as zonas cíclicas com equipamentos adequados para travar as catástrofes.

Sendo o mês de Abril considerado crítico devido à intensidade de quedas pluviométricas, o governador de Luanda pediu o "reforço redobrado" das acções de prevenção, já que a experiência recente com as chuvas que caíram nos últimos dias mostrou ter havido uma diminuição de danos.

"O que foi feito até agora serviu para diminuir muitos danos, mas ainda podemos fazer mais, porque desde Janeiro, o trabalho de limpeza das valas permitiu ter maior controlo da situação", disse o governador.

Durante os primeiros meses de chuva, houve menos inundações, desabamentos e desalojamentos devido às medidas de prevenção levadas a cabo pelas autoridades da província de Luanda.

Sete mortes nos últimos três meses

De acordo com a estatística apresentada, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros em Luanda, registou até ao momento, sete mortes, três mil e 25 residências, várias escolas, hospitais e equipamentos sociais inundados e 18 árvores caídas é o balanço definitivo das consequências das chuvas, no período de Janeiro a Março do ano em curso, na cidade capital (Luanda). Comparativamente a igual período de 2018, houve uma redução de oito mortes, duas mil residências inundadas e 12 árvores caídas, fruto dos trabalhos de limpeza das valas de drenagem e campanhas de sensibilização, promovidas pelas comissões municipais de protecção civil e bombeiros. Os dados foram avançados nesta segunda-feira (11), na capital, pelo porta-voz da comissão provincial de protecção civil de Luanda, Faustino Minguês, no final da reunião de balanço que serviu para avaliar os danos causados pelas chuvas e as acções de prevenção, orientado pelo governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova.

A diminuição destes números deve-se ainda a identificação dos pontos cíclicos que inundam residências quando chove e o reforço das actividades preventivas, com alocação de moto bombas permanentes para a sucção das águas pluviais. O porta-voz avançou que registou-se um resultado positivo de todas as medidas de prevenção que estão a ser tomadas, porque houve menos inundações, desabamentos e desalojamentos em zonas de risco. Não obstante isso, estão a criar as condições para aumentar a capacidade de resposta e medidas de

actuação, face as próximas chuvas de Março e Abril do ano em curso.

Para tal, prosseguiu, no ponto de vista técnico, as comissões municipais de protecção civil serão reforçadas com moto-bombas, carros de sucção de águas e meios de limpeza para o desassoreamento das linhas obstruídas, sargetas e valas para mitigar o impacto da chuva.

Segundo o porta-voz, foi ainda verificada e orientada a intensificação das campanhas de sensibilização nas comunidades, criação de condições para o escoamento das águas residuais para as linhas normais no interior dos bairros.

Faustino Minguês disse que existem meios alocados às comissões municipais de protecção civil e bombeiros para a transferência de famílias caso haja gravidade e risco de desabamentos provocada pelas chuvas.

Apontou os municípios de Viana, Cazenga e Cacuaco como os mais preocupantes, uma vez que quando chove as águas ficam confinadas no interior dos bairros e residências por não possuírem linhas de acesso para as bacias de retenção, apesar destas estarem permanentemente a beneficiar de trabalhos de desassoreamento.

9.18 Temporal faz 16 mortos na Catumbela e Benguela

Jornal de Angola

18 De Março de 2019

Texto: Jaime Azulyay

Pelo menos 16 pessoas, entre as quais quatro crianças, morreram na sequência do forte temporal que se abateu sobre as cidades do Lobito, Catumbela e Benguela, província de Benguela, durante a noite de sábado, que causou ainda 28 feridos, dois desaparecidos, 93 casas inundadas, 39 desabadas e a queda de 36 árvores, revelou ao Jornal de Angola o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, Pinto Caimbambo.

O maior número de vítimas foi registado na vila da Catumbela, nos bairros da Tata, Cambandi e Alto Mulumba, com 12 mortos, das quais dois por descargas eléctrica, 38 residências desabaram e 93 ficaram inundadas, duas escolas desabadas parcialmente e 15 árvores derrubadas.

O administrador municipal da Catumbela, Julião de Almeida, disse ao Jornal de Angola que entre os 12 mortos estão quatro crianças, cujos corpos já foram

recuperados pelas autoridades e se encontram na morgue local, mas as buscas prosseguem em todos os bairros e nas valas de drenagem que se encontram cobertas com lama e lixo.

Em Benguela, o administrador municipal, Carlos Guardado, disse que um cadáver do sexo masculino tinha sido encontrado na manhã de ontem, numa vala no bairro da Canequetela, arredores da capital provincial, e garantiu que as operações de busca e salvamento iriam prosseguir.

Até às 17h de domingo, três mortos na cidade de Benguela estavam confirmados pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, sendo uma das vítimas uma mulher, no Bairro 71, um ferido, 15 árvores derrubadas, duas viaturas danificadas, uma casa desabada e um posto de iluminação destruído.

Na cidade portuária do Lobito, onde pairavam os maiores receios, dadas às características específicas da urbe, o administrador municipal, Nelson da Conceição, disse, a meio da manhã de ontem ao Jornal de Angola, que havia o registo de um morto e igual número de ferido, uma pessoa salva numa lagoa, seis árvores derrubadas e 11 casas sem tecto.

Já no período da tarde, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros confirmava três vítimas fatais, registadas após a ocorrência de uma enxurrada nas montanhas circundantes do município do Lobito, em direcção à zona baixa do chamado Bairro Africano.

"Estamos ainda a fazer o balanço dos danos registados durante a noite no bairro do Líro", referiu o administrador. Nelson da Conceição fez referência a inúmeros amontoados de lixo e de outros resíduos sólidos depositados em alguns pontos da cidade e na baía do Lobito, após terem sido colhidos pelas enxurradas nas encostas dos morros onde se situam os bairros mais pobres.

A construção anárquica de residências precárias em zonas de risco tem sido apontada como uma das causas para os elevados danos humanos e materiais que se registam na época de chuvas em Benguela.

9.19 Chuvas destroem no Bié mais de 1.500 residências

Jornal de Angola

19 De Março de 2019

Texto: Delfina Victorino

Pelo menos 1.555 residências foram destruídas desde o início da época chuvosa em todos os municípios da província do Bié, segundo dados avançados pelo

subcomissário bombeiro e comandante provincial de Protecção Civil.

Segundo João Ricardo, 9.355 pessoas foram afectadas e ficaram desalojadas. As chuvas, acrescentou, causaram também a destruição de 30 escolas e 28 igrejas, construídas com materiais rudimentares, em quase todos os municípios da província do Bié.

No município de Catabola, ainda de acordo com João Ricardo, uma descarga atmosférica causou a morte de dez cabeças de gado. O subcomissário bombeiro e comandante provincial de Protecção Civil disse que, desde o mês de Setembro do ano transacto, vigora o plano de contingência, para minimizar os efeitos das calamidades naturais.

Os municípios do Cuito, Chinguar, Cuemba, Nharêa e Chitembo são as localidades mais afectadas pelas chuvas, nestes últimos meses, salientou. João Ricardo explicou que as outras localidades foram afectadas de forma parcial, onde apenas os tectos foram retirados por causa do excesso de ventos.

Para diminuir as dificuldades das famílias desalojadas pelas chuvas e outras calamidades naturais, como incêndios e afogamentos, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros fez na semana finda a entrega de 900 chapas de zinco, bem como utensílios de cozinha e cestas básicas.

O vice-governador para Área Política, Social e Económica, Carlos Ulombe da Silva, lembrou que as administrações municipais devem trabalhar de forma intensiva na prevenção.

Carlos Ulombe da Silva reconheceu que o Governo não possui capacidade para responder todos os casos de sinistralidade que ocorrem na região.

O governante afirmou que as instituições, como o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, entre outras, tem ajudado a minimizar a situação das vítimas das chuvas e incêndios.

9.20 As chuvas em Benguela e as medidas preventivas

Jornal de Angola

22 De Março de 2019

Repetidas vezes, temos enfatizado que a chuva é obra da natureza e que os seres humanos pouco ou nada podem fazer para contrariar o "calendário pluviométrico", cuja principal vantagem reside fundamentalmente na sua previsibilidade. Sendo mais ou menos previsível, eventualmente até os milímetros das quedas, não faz sentido que continuemos a

insistir em práticas que acabam por se reverter desfavoravelmente contra nós próprios. As mortes resultantes das chuvas que se abateram sobre cidades e seus arredores, na província de Benguela, podiam ser evitadas se o rigor, disciplina e responsabilidade acompanhassem alguns procedimentos. Falamos das iniciativas relacionadas com a ocupação dos espaços, sobretudo para a auto-construção que nem sempre respeita normas de segurança.

Atendendo à forma acidentada como se apresentam algumas zonas dos arredores do Lobito, Benguela e Catumbela, não há dúvidas de que as instituições que lidam com o planeamento e o ordenamento do território devem fazer muito mais para prevenir mortes e destruições de bens. Tudo quanto deve ser feito para poupar vidas humanas e bens materiais não pode ser poupado pelas autoridades provinciais, municipais e comunais, sob pena de continuarmos a assistir cenas que enlutaram a província o país.

As 16 pessoas, entre as quais quatro crianças, que morreram na sequência do forte temporal que e abateu sobre as cidades do Lobito, Catumbela e Benguela, província de Benguela, durante a noite de sábado, devem servir para as devidas reflexões tomada de medidas preventivas.

Já é tempo de se pensar num projecto de longo prazo para prevenir mortes por causa das chuvas. Não há dúvidas de que as mortes resultam quase sempre de alguma irresponsabilidade, negligência e deixa andar não apenas das famílias, mas igualmente de algumas entidades com responsabilidades administrativas governativas. A autoridade do poder do Estado deve impor-se sempre e sobretudo quando o contrário, ocupação desordenada dos solos a construção sem autorização, entre outros, acaba por causar fatalidade. Quando as linhas de passagem de águas são ocupadas por construções, as autoridades provinciais e locais não podem ficar indiferentes. Quando as famílias ocupam espaços em encostas, montanhas e locais claramente inapropriados para construção de abrigos, as administrações não podem cruzar os braços, independentemente da negligência e da irresponsabilidade das famílias, as autoridades devem ser as primeiras a darem prova de que o motivo que as move tem a ver, simplesmente, com a defesa da vida humana.

9.21 Chuvas provocam 19 mortos e destroem centenas de residências

Novo Jornal

22 De Março de 2019

Em Luanda, os municípios de Viana, Cacuaco, Kilamba Kiaxi e Belas foram os mais afectados pelas chuvas que caíram nos últimos dias sobre a cidade capital, provocando a morte de três adolescentes de 8, 11 e 12 anos de idade e o desaparecimento de uma mulher.

Segundo o comandante provincial do Serviço de Bombeiros e Protecção Civil de Luanda, Tito Manuel, duas das vítimas mortais (ambas adolescentes) foram arrastadas pelas correntezas e outra, a terceira, morreu electrocutada, enquanto tomava banho no momento das enxurradas.

As mortes ocorreram nos municípios do Cazenga e viana. Segundo aquele responsável, em algumas zonas de Luanda a quantidade de água ultrapassou os milímetros esperados, enquanto em outras localidades foi uma chuva moderada, sem graves consequências.

Disse, por outro lado, que o quadro que se vive em Luanda é bastante crítico, principalmente nas regiões Sudoeste e Sul, com realce para o condomínio privado Vida Pacífica, no Zango 0, onde a inundação impossibilitou a locomoção dos moradores.

De acordo com Tito Manuel, os efectivos de Serviço de Bombeiros e protecção Civil trabalham (pelo menos até a próxima semana) para evacuação e sucção das  guas em ruas e residências.

Já em Benguela, pelo menos 16 pessoas morreram em consequência da forte chuva que caiu sobre a província durante a noite de domingo, 17. Entre as vítimas, segundo dados do Serviço de Bombeiros e Protecção Civil, destacam-se quatro crianças que morreram na sequência do forte temporal que se abateu sobre aquela parcela do Litoral Sul do país. Além das vítimas mortais, a chuva causou ainda o ferimento de duas pessoas e o desaparecimento de outras duas.

De acordo com as autoridades locais, o maior número de vítimas foi registado na vila da Catumbela, nos bairros da Tata, Cambandi e Alto Mulumba, onde várias casas desabaram e outras pessoas foram arrastadas pela enxurrada que se seguiu pela noite adentro.

Feitas as contas, nas duas províncias morreram 19 pessoas.

O Novo Jornal sabe que cenário semelhante se verificou noutras províncias do país. No Zaire, por exemplo; três pessoas morreram e centenas de residências ficaram destruidas, em consequência das fortes chuvas.

Os bombeiros avanç r o outros dados nos próximos dias.

9.22 Cunene tem projectos para combater a seca

Jornal de Angola

22 De Març o de 2019

O Ministério da Energia e águas, através do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos (INRH), está a trabalhar na elabora o de três projectos, com destaque para dois de barragens, com vista a combater a seca que afecta a Região Sul do país, sobretudo a província do Cunene.

Os projectos de combate à seca poderão estender-se também às províncias do Namibe e do Cuanza-Sul (localidade de Porto Amboim), mas a prioridade recai para o Cunene, região onde a situa o é mais crítica, segundo o director - geral do INRH, Manuel Quintino, entrevistado quarta - feira, pela Angop, a propósito do Dia Mundial da água, que hoje se assinala.

Os projectos no Cunene, acrescentou, v o contemplar a constru o de duas barragens hidroagrícolas, sendo a primeira na zona do Ndue e a segunda na localidade de Calucue, para reservar água para a popula o, o gado e a agricultura. Segundo Manuel Quintino, os estudos de viabilidade técnica ambiental dos projectos começ aram em meados de 2015 e terminaram em Dezembro de 2018. Dada a envergadura dos empreendimentos a construir, o período mínimo de execu o será de 40 meses para a sua conclusão, acrescentou.

Em Janeiro último, uma equipa técnica, acompanhada por empresas internacionais, visitou os locais, no Cunene e na província do Namibe, para implementar certas soluço de combate à seca e, também, no Cuanza-Sul, na região do Porto Amboim.

Além das barragens, há um outro projecto de retirada de água do rio Cunene, na secção de Cafu, para o abastecimento   zona das Oshanas, fundamentalmente para as localidades de Namacunde e Cumato.

Manuel Quintino disse tratar - se de soluções técnicas de engenharia que passarão pela transferência de caudais, com a retirada de água em zonas com alguma abundância para zonas com grandes défices.

Segundo o responsável do INRH, a solução do problema da seca no Cunene e noutras regiões do país passa por construir barragens, acumular água e fazer a recarga do lençol freático, para que, na eventualidade de surgirem problemas de seca, se recorra ao lençol freático e retirar a água subterrânea para suprir as necessidades.

Apesar de o país dispor de 47 bacias hidrográficas principais e 30 secundárias, Manuel Quintino explicou que falar de abundância de água no país é relativo, por haver muita água na Região Norte do país onde chove bastante, mas grande escassez na parte Sul.

O grande problema, segundo o director do INRH, não reside na falta de água, mas na falta de investimentos para captação, tratamento e distribuição nos grandes centros habitacionais, para que as populações tenham acesso à água, para suas necessidades e para os centros industriais.

Manuel Quintino entende ser necessário aumentar os investimentos no sub-sector das águas, para que as indústrias consigam ter água a custos baixos e laborar de forma normal, sem percalços, em termos de abastecimento de água.

9.23 Desabamento de casa mata duas crianças

Jornal Economia e Finanças

25 De Março de 2019

Texto: Jesus Silva

Duas crianças da mesma família, do sexo feminino, com idades entre os três e seis anos, morreram no bairro da Bela Vista Baixa, município portuário do Lobito, em consequência do desabamento da residência precária em que viviam, depois da chuva que se abateu na noite de sábado na província de Benguela.

Segundo o administrador do Lobito, três outras pessoas da mesma família ficaram feridas e foram evacuadas para o Hospital Municipal pela equipa de salvamento afecto ao Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Nelson da Conceição disse que a mãe das vítimas foi assistida no Hospital do Lobito, tendo recebido alta na tarde de ontem, mas uma outra criança continua

internada e deverá ser submetida a uma intervenção cirúrgica amanhã.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Comando Provincial em Benguela, subinspector, Eduardo dos Santos, deu a conhecer que na passada quinta-feira foi resgatada mais uma criança vítima das chuvas que no município da Catumbela, no passado dia 16, matou 16 pessoas no Lobito, Catumbela e Benguela.

Com essas duas mortes, sobe para 18 o número de vítimas da chuva registadas nos últimos oito dias em Benguela, disse a fonte.

A Administração Municipal do Lobito tem um projecto de construção de 1.750 casas para as pessoas que vivem em zonas de risco que têm que ser desalojadas, sob pena de evitar mortes durante o período de chuva.

Nelson da Conceição disse que a Administração vai continuar a trabalhar na limpeza das valas de drenagem, reposição das comportas anti-marés, reparação e reabilitação total da via rápida Catumbela/Africano.

Atenção especial deve ser dada as valas do bairro da Luz e Lobito-Velho.

9.24 Desflorestação preocupa Ministério do Ambiente

Jornal de Angola

22 De Março de 2019

Texto: Manuela Mateus

A desflorestação continua a preocupar o Ministério do Ambiente porque uma área danificada pode levar anos para se recompor e, por esta razão, causar um grande prejuízo ao meio ambiente, declarou, ontem, em Luanda, o director nacional da Biodiversidade.

Nascimento António, que falava numa actividade alusiva ao Dia Mundial das Florestas e da Árvore, ontem assinalado, sob o lema "Proteja a nossa diversidade e conserve a vida", disse não ser sustentável, por exemplo, o desmatamento de meio hectare de floresta para a produção de carvão por a área danificada levar 10 anos para se recompor.

Na actividade ambiental, realizada à entrada da cidade do Sequele, na zona onde há embondeiros, o director nacional da Biodiversidade disse que Angola tem 69 milhões de hectares de florestas, o que corresponde a cerca de 40 por cento do território nacional. Sobre o Inventário Nacional Florestal, a decorrer há mais de quatro anos, Nascimento António reconheceu que o

processo é contínuo e que os resultados, até agora alcançados, são preliminares.

O director nacional da Biodiversidade garantiu que a flora angolana se encontra "em bom estado de conservação" e muitas espécies estão a ser recuperadas.

Quanto à fauna, o responsável disse estar o Ministério do Ambiente a trabalhar no reforço do combate à caça furtiva e deu ênfase ao facto de os elefantes em Angola não estarem em vias de extinção, porque "hoje são mais visíveis."

"Na nossa lista vermelha das espécies ameaçadas, registámos apenas três espécies, nomeadamente, o rinoceronte, o pinguim-do-cabo e a hiena castanha", acrescentou Nascimento António.

O director nacional da Biodiversidade explicou que o Ministério do Ambiente escolheu a cidade do Sequele para a realização da actividade ambiental por a nova urbanização da província de Luanda dispor de cerca de 33 mil hectares de floresta de embondeiros.

"A floresta de embondeiros deve ser protegida", defendeu Nascimento António, que manifestou a sua preocupação com o facto de estar a ser ameaçada pela urbanização.

"Já notámos indícios de ocupação populacional, por isso é necessário a administração local trabalhar no sentido de retirar os ocupantes da área por se tratar de uma reserva fundiária", acentuou Nascimento António, que disse, citando a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), que uma floresta é assim caracterizada quando existe uma concentração de árvores em mais de cinco mil hectares.

O director nacional da Biodiversidade lembrou que a efeméride assinalada ontem foi instituída, em 2012 pela Assembleia Geral das Nações Unidas para despertar consciências para o problema da gestão sustentável, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas para o benefício das gerações actuais e futuras.

9.25 Ministra prevê apreensão de barcos de pesca ilegal

Jornal de Angola

26 De Março de 2019

Texto: João Upale

A ministra das Pescas e do Mar, Maria Antonieta Baptista, manifestou -se optimista quanto à regularização do sector com a retirada da maior pane

das embarcações que operam ilegalmente nas águas territoriais do país no quadro da "Operação Transparência", que ontem iniciou em toda a costa angolana.

Falando num encontro com os operadores das pescas, Antonieta Baptista revelou que "a Operação Transparência vai ajudar bastante", admitindo que a diminuição da "taxa de esforço" entre os paralelos 15 e 17, das embarcações de arrasto particulares, poder levar a uma ligeira melhoria das capturas.

Salientou que o seu ministério vai fazer uma análise geral sobre a situação das baixas capturas que se regista para, depois, avançar com medidas imediatas, cabendo ao Instituto de Investigação Pesqueira as análises mais profundas sobre a matéria.

Veda do carapau

Em resposta às preocupações da Associação das Pescas do Namibe sobre a veda da captura do carapau, a ministra considerou que a medida abrange toda a costa angolana, estando projectada para a recuperação da biomassa dessa espécie. "Enquanto houver veda, não será só do paralelo 13 para norte, mas para todos, porque aquilo que parecia ser um benefício para o sul acaba resultando em sobrecarga", explicou.

O presidente da Associação de Pescas do Namibe, Jorge Hilário, denunciou a existência de embarcações de arrasto que praticam a pesca ilegal nas águas nacionais e levantou preocupações com a atribuição das licenças que, disse, também têm criado transtornos à actividade pesqueira.

Adiantou que, actualmente, se constrói, freta-se embarcações e faz-se os alistamentos dos barcos sem que isso esteja em consonância com as reais potencialidades da biomassa e outros pormenores.

"A construção naval neste momento é feita de forma anárquica. Basta um papel da capitania e constrói-se num quintal ou outro sítio qualquer e o barco é licenciado para pesca", sublinhou, defendendo a definição, pelo Ministério das Pescas do Mar, de um plano sobre o reforço da pesca e o número de embarcações a operar.

Jorge Hilário lembrou que medidas anteriores previam 90 embarcações semi-industriais e industriais, mas que foram lançadas ao mar um total de 170, num sobre-esforço de pesca de 80 por cento, enquanto o arrasto de emersão teve um acréscimo de 61 embarcações.

O consultor da biomassa da Associação de Pescas do Namibe Vasco de Sousa Martinho considerou ser

fundamental a defesa das áreas de reprodução, evitar-se o esforço sobre a captura, bem como se regularizar a dimensão das embarcações que actuam em toda a costa marítima do país e melhorar os níveis de captura.

Sábado, a ministra das Pescas e do Mar entregou duas lanchas para o reforço da fiscalização marítima no Tombwa e na comuna da Lucira, a norte do Namibe, no âmbito da "Operação Transparência no Mar". Estes meios serão reforçados com mais uma embarcação, recentemente recuperada.

Maria Antonieta Baptista lembrou que, entre Agosto de 2018 e Janeiro deste ano, foram retidas ao largo do Tombwa sete embarcações, na sua maioria com tripulação chinesa, por pesca ilegal.

9.26 Três mil milhões de kwanzas para travar efeitos da seca

Jornal de Angola

27 De Março de 2019

Texto: Elautério Silipuleni

O Executivo Angolano disponibilizou três mil milhões de kwanzas, para o Plano de Acção de Emergência que o Governo Provincial do Cunene traçou para sanar o problema da falta de água às populações e ao gado, em consequência da seca na Província.

A informação foi avançada na terça - feira, em Mocolongonjo, sede do município do Cuvelai, pelo governador provincial, Virgílio Tyova, durante a II Reunião Ordinária do Governo Provincial do Cunene que visou traçar estratégias para enfrentar a seca e mitigar a falta de água, sobretudo, para as populações rurais.

"Depois de um processo burocrático e operativo a nível das Finanças, já estamos em condições de começar a aplicar o Plano, com o financiamento disponibilizado pelo Executivo", declarou o governador que considerou - o " prioridade do Governo Provincial, especialmente dos administradores municipais, porque é nas administrações onde vai ser executado".

Virgílio Tyova acrescentou' que o dinheiro "tem de ser bem aproveitado e ser aplicado naquilo que foi autorizado, sem desvios e sem atrasos", apelou aos membros do Governo da Provincial do Cunene, das administrações municipais e de todos os outros envolvidas a elevarem o desempenho "para se resolver o problema da falta de água nas populações"

O Governo Provincial do Cunene adoptou um Plano de Acção para enfrentar a seca e mitigar os efeitos da falta de água, assente na aquisição de meios e equipamento para captação, transporte e a distribuição de água às populações.

Durante a II Reunião Ordinária do Governo Provincial, foi debatida uma proposta de aproveitamento de água naquela província, o Plano de Desenvolvimento do Município do Cuvelai, a problemática da falta de água e energia eléctrica e outros, ligados ao sector da Educação.

Foi, igualmente, analisada a proposta de um projecto de formação itinerante para as comunidades dos municípios do Curoca e Cahama, gestão de resíduos sólidos de Ondjiva, modelo de recolha de resíduos sólidos e comparticipação de moradores, bem como os resultados da "Operação Resgate" ainda em curso.

9.27 PNUD vai disponibilizar 360 milhões de dólares para travar seca cíclica

Jornal Economia e Finanças

29 De Março de 2019

Texto: António Eugénio

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vai disponibilizar cerca de 360 milhões de dólares para acudir as populações assoladas pela seca na região Sul de Angola, informou na terça-feira, em Luanda, o representante residente da instituição da ONU no país, Henrik Fredborg Larsen.

O responsável que falava, durante o lançamento da Rede Nacional de Responsabilidade Social Empresarial (RARSE) acrescentou que a Agência da ONU já disponibilizou 400 milhões de dólares para a execução de vários projectos sociais.

O objectivo é de promover a criação de uma plataforma que articule os projectos das várias empresas com as necessidades da população e apoiar o Governo a diminuir o quadro da seca que afecta cerca de 1,2 milhões de pessoas.

Segundo a fonte, o terceiro Fórum de Responsabilidade Social e Empresarial promoveu a articulação dos projectos das empresas associadas com o propósito de reduzir as necessidades das populações.

“O engajamento do sector privado na promoção dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é fundamental para que os países possam alcançar o

desenvolvimento inclusivo e sustentável que todos esperamos”, disse.

Para ele, a responsabilidade social e empresarial é hoje entendida como parte integrada do “core-business” das empresas, através dos investimentos com impacto social e que promovem a sustentabilidade.

Por isso, sustentou, o PNUD está a trabalhar com o sector privado virado no ODS e na promoção acções de grande impacto que possam ser um exemplo de mobilização de recursos financeiros e de recursos humanos em prol ao desenvolvimento. Com o lançamento da RARSE, pretende-se, também, promover a coordenação e a interacção entre as pessoas interessadas em desenvolver acções conjuntas, definindo metas para apoiar os esforços de desenvolvimento nacional e de cidadania.

A acção visa igualmente promover a criação de uma plataforma que articule os projectos de responsabilidade social das várias empresas com as necessidades da população angolana.

Multiplicar o investimento

Na ocasião a presidente do Conselho da Administração da Fundação Sol, Tânia Garcia, defendeu que além de se multiplicar o investimento com impacto social é necessário unir esforços com outros intervenientes para melhores resultados.

Por sua vez, Leonor Machado que representou a empresa “TheBridgGlobal” no evento, disse que as grandes empresas como as petrolíferas, e outras multinacionais têm o direito de praticar acções sociais para reduzir a pobreza da região onde operam.

O fórum é resultante da assinatura de um memorando de entendimento entre a “The Bridge” e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), agência especializada das Nações Unidas que trabalha com países membros da organização mundial na promoção do desenvolvimento sustentável e na erradicação da pobreza.

Durante o fórum foram abordados temas divididos em quatro painéis, ligados a importância de uma Rede de Responsabilidade Social Empresarial em Angola, a Implementação da RARSE em Angola, o Modelo e Governança da RARSE e a sua componente jurídica.

Em Angola, o PNUD apoia o país no processo de graduação da categoria dos Países Menos Avançados (PMA), na elaboração dos relatórios nacionais de desenvolvimento humano, bem como na integração dos ODS no Plano Nacional de Desenvolvimento e

na planificação do orçamento nacional, um processo com uma ampla participação e liderança do Governo de Angola e outros actores, tanto nacionais como internacionais.

Participaram no encontro gestores, empresários, representantes do Executivo, de empresas públicas e privadas, ONG, profissionais da comunicação e de marketing, entre outros.

9.28 Chuva destrói casas em Malanje

Jornal de Angola

30 De Março de 2019

Texto: Francisco Curibingana

Pelo menos 100 casas foram destruídas na comuna de Quizenga, no município de Cacusó, 72 quilómetros a Oeste da cidade de Malanje, na sequência das fortes chuvas que se abatem sobre a região, acompanhadas de ventos fortes.

"Muitas famílias ficaram ao relento e como se não bastasse as ajudas para as comunidades afectadas tardam a chegar", disse o administrador comunal de Quizenga, Francisco Inoc, que lançou um grito de socorro para os homens de boa-fé, aos empresários e filhos que nasceram naquela parcela da província de Malanje, para acudir a população sinistrada.

"Neste momento, nós precisamos de seis mil chapas de zinco, para acudir as famílias afectadas que continuam ao relento, porque continua a chover", acrescentou o administrador. O bairro Quizenga de Cima, que sofreu maiores danos, encontra-se localizado num espaço totalmente aberto, sem qualquer tipo de defesa para estas situações.

O bairro Quizenga de Cima está rodeado por montanhas e o espaço que o circunda é quase desértico, daí o apelo do administrador Francisco Inoc no sentido de as populações aderirem ao processo de arborização.

Um outro factor apontado pelo administrador refere-se ao material empregue para a construção das casas, pois, disse, a população recorre a um tipo de material muito frágil e sem qualquer resistência. "Os populares aqui utilizam "bambus" ao invés de eucaliptos, que oferecem mais resistência e segurança".

Sinistrados pedem apoio

O soba de Quizenga de Cima, Bartolomeu Pereira, disse que nunca mais aconteceu situação similar desde 1985, altura em que ocorreu uma ventania igual, que destruiu mais de uma dezena de casas. "Desta vez foi pior, em pouco tempo a destruição foi

maior, ao ponto de deixar dois menores feridos", lamentou o soba Bartolomeu Pereira.

A anciã Domingas Diogo Rodrigues é moradora do bairro Quizenga de Cima e a sua moradia ficou completamente destruída. "Estamos a precisar de ajuda, porque a minha casa ficou totalmente destruída, eu não tenho apoio de ninguém, vivo sozinha. Já não tenho forças suficientes para trabalhar", disse.

"Eu perdi a minha filha há menos de um mês e agora a chuva destruiu a minha casa, não sei que fazer", disse Francisco João, visivelmente consternado, acrescentando que "não temos onde ficar, nós precisamos de apoio".

I0. EXPLORAÇÃO MINEIRA

II. MIGRAÇÃO

12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

12.1 O banco que mais financiou o estado angolano depois da china

Jornal Manchete

28 De Março 2019

Tudo indica que o BESA é a maior instituição bancária de Angola que mais financiou o Estado Angolano e os seus dirigentes, depois da China.

Angola, até agora, não reconheceu isso. Por se descobrirem que o dinheiro do BESA foi desencaminhado de forma imerecida tiveram de falsificar a história de falência, quando nem sequer estava falido.

Na pilhagem que tem sido levada a cabo em Angola, pouco se tem falado do extraordinário papel dos facilitadores portugueses, sobretudo administradores bancários, advogados e intermediários, na montagem de operações afins e o papel extremamente nefasto que desempenham em Angola, passando-se por superiores. Este jornal traz a lume a operação de 518,5 milhões de dólares, montada em 2013 pelo advogado português radicado em Angola, José Fernando Faria de Bastos, e pelo então presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo Angola (BESA), o cidadão português Rui Guerra.

As recentes detenções de altas figuras do regime de José Eduardo dos Santos, por suspeita de crimes de corrupção, têm estado a galvanizar a sociedade, mas pouco ou nada se tem falado sobre o arresto de bens adquiridos ilicitamente com fundos públicos. Um caso paradigmático é o da empresa Portmill Investimentos e Telecomunicações S.A, actualmente travestida de Lektron Capital S.A, que detém 30,98 por cento do Banco Económico. Esta empresa obteve dois créditos totalizando 750 milhões de dólares para a compra de 24 por cento das acções do Banco Espírito Santo Angola (BESA), o actual Banco Económico. As acções foram pagas com 375 milhões concedidos pelo próprio BESA. A outra metade, concedida pelo Banco Angolano de Investimentos (BAI) teve um destino que só Manuel Vicente e os generais Kopelipa e Dino, os fundadores da Portmill, podem explicar. Acontece que o BAI tem como principal accionista a Sonangol E.P, uma empresa estatal.

Logo, o Estado deve reclamar esse valor. Há um outro golpe maior. Em 2014, realizou-se a

assembleia-geral do BESA, comandada pelo general Dino e coadjuvada pelo então administrador do Banco Nacional de Angola (BNA), António Ramos da Cruz, destinada ao aumento de capitais. Nessa assembleia, a Sonangol entrou com o total do aumento de capital, de 650 milhões de dólares. Com esse aumento global, não só financiou os 30 por cento do seu capital, como também os da Lektrone a Geni, que se tornaram sócios maioritários. Ou seja, mais uma vez, os "Generais de JES" - isto é, o triunvirato constituído por Manuel Vicente e os generais Manuel Hélder Vieira Dias Júnior "Kopelipa" e Leopoldino Fragoso do Nascimento "Dino" - literalmente roubaram do Estado mais 325 milhões de dólares, que lhes permitiram tomar 51 por cento do capital do banco.

Quando o presidente João Lourenço demitiu António Ramos da Cruz da administração do BNA, este imediatamente assumiu a função de administrador do Banco Económico, por ter sido o assessor oficial do golpe. Aqui é clara a cumplicidade de José de Lima Massano, como governador do BNA, no caucionamento de mais este saque. Três empresas-fantasma, com sede no mesmo endereço, na Rua Luís Mota Fêo, Porta 320 Andar, Apto. 5, receberam créditos do BESA no valor total de 375 milhões de dólares que, no mesmo dia, repassaram a uma quarta empresa, a Portmill Investimentos e Telecomunicações S.A, para a compra de 24 por cento das acções do próprio BESA. Essas empresas são a Althis Siderurgia e Delta Inertes e Betão, ambas constituídas a 27 de Dezembro de 2007, e a Nazaki Hidrocarbonetos, legalizada a 23 de Julho de 2008. As quatro empresas foram constituídas como subsidiárias do Grupo Aquattro, pertença do então triunvirato presidencial: Manuel Domingos Vicente, generais Manuel Hélder Vieira Dias Júnior "Kopelipa" e Leopoldino Fragoso do Nascimento "Dino" Este grupo chegou a criar cerca de 40 empresas entre 2007 e 2008, incluindo o grupo Media nova (TV Zimbo, jornal O País, Rádio Mais), a Zahara (supermercados Kero), entre outros, que passaram a dominar a economia política angolana a par do conglomerado de Isabel dos Santos. Continua na próxima edição